

A PREVIDÊNCIA DE TODOS 2008

Paulo César Régis de Souza



Anasps

Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social

**A PREVIDÊNCIA
DE TODOS
2008**

Paulo César Régis de Souza

**A PREVIDÊNCIA
DE TODOS
2008**



Anasps

Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social

2008

Agradecimentos

Aos membros dos Conselhos Curador, Fiscal e Diretor da FUNPREV (Fundação ANASPS);
Aos membros do Conselho Diretor da ANASPS, composto de todos os diretores estaduais e vice-diretores;
Aos membros da Diretoria Executiva e Suplentes;
Aos membros do Conselho Fiscal e Suplentes;
Aos Funcionários e Empresas que prestam assessoria à ANASPS em todo o Brasil;

*“Quando alguém sonha temos apenas um sonho.
Quando muitos sonham a realidade começa”*
Goethe

© ANASPS – Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social

Capa: HMP Comunicação
Editoração Eletrônica: Studio9 Comunicação
Revisão: Bel Ribeiro

Todos os direitos reservados à
ANASPS – Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social

2009
Impresso no Brasil
Printed in Brazil
ISBN - 85-98760-01-3

SOUZA, Paulo César Régis
A Previdência de Todos 2008
Brasília, FUNPREV, 2009, 264p.

1. Previdência Social - Artigos
2. Servidor Público - Artigos I. Título

Prefácio

ENCICLOPÉDIA PREVIDENCIÁRIA

Outros especialistas escrevem e falam com frequência sobre previdência social e temas congêneres. Entretanto, ninguém parece superar nesse particular o presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social, a ANASPS. Refiro-me ao dedicado previdenciário Paulo César Régis de Souza.

Principal autor dos artigos e outros trabalhos que constituem o texto da série da ANASPS *Livro Negro da Previdência*, já em sexta edição com ampla acolhida, ele publica agora, pela sua dinâmica entidade, nova coleção da sua farta produção de competentes e diversificados artigos, em que focaliza variados aspectos e outras tantas questões da sua crucial área.

São mais de 100 artigos que, de início publicados no *Terceiro Tempo – Jornal do Aposentado e do Servidor Público*, em seguida foram reproduzidos em outros jornais e revistas, o que concorre, como é natural, para ampliar o alcance do esclarecido e esclarecedor texto original. Como sabe quem é do ramo, o *Terceiro Tempo* firmou-se como acatado veículo da sua matéria.

No fim do volume algumas fotos já históricas ajudam a situar pessoas e fatos. Na quarta capa, Alexandre Barreto Lisboa, presidente da FUNPREV (Fundação ANASPS), dá boa ideia do autor e da obra. Outro fator da oportunidade da coletânea são as crescentes dificuldades atuais da Previdência Social, aqui como no mundo inteiro, que criam ou ampliam a necessidade do seu melhor conhecimento para a busca de soluções.

Em face da competência do autor e da qualidade dos seus escritos, não seria exagero considerar seu meritório livro uma virtual enciclopédia do tema, o que faz dele valioso elemento da bibliografia previdenciária. Seu útil caráter enciclopédico está sobretudo na qualidade do texto e na segurança no tratamento dos pontos específicos focalizados.

Dito de outra maneira, Paulo César Régis de Souza sabe o que escreve, e sabe escrever. Daí, entre outros motivos, o muito que a Previdência Social e programas correlatos lhe devem. E devemos esperar que continuem devendo. Se possível cada vez mais.

Celso Barroso Leite

Jornalista, ex-Ministro Interino da Previdência Social, estudioso do Sistema Previdenciário Brasileiro com várias obras publicadas, membro do Conselho de Notáveis da FUNPREV.

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
ARTIGOS 2008	15
O “TERRORISMO DE ESTADO” CONTRA OS SERVIDORES PÚBLICOS.....	17
CRISE! ONDE ESTÁ A CRISE?.....	19
OS BRASILEIROS PADECEM, SE DESESPERAM, E A SAÚDE AGONIZA.....	21
MENTIRAS PARA MANTER O FATOR PREVIDENCIÁRIO.....	22
NÃO HAVERIA UM COMPLÔ CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA?.....	24
A INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA DESFIGURA A PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	26
PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: AS DIFERENÇAS.....	29
ROUBAR A PREVIDÊNCIA NÃO É CRIME.....	31
AUMENTO DE SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA.....	33
A PREVIDÊNCIA DOS POBRES SERÁ A PREVIDÊNCIA DOS MISERÁVEIS.....	35
DO REFIS 5 À REDUÇÃO DA DECADÊNCIA DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA.....	37
O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	39
DISPARA O DESMANCHE DA PREVIDÊNCIA.....	42
O QUE SE ESCONDE POR TRÁS DO FATOR PREVIDENCIÁRIO.....	44
PORQUE O FATOR PREVIDENCIÁRIO DEVE ACABAR.....	46
PREVIDÊNCIA SOCIAL: MÃE DE TODOS	48
PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA VISÃO DE FUTURO	50
O SONHO DA PREVIDÊNCIA CHILENA VIROU PESADELO	53
MANIFESTO PELO FIM DA RENÚNCIA PREVIDENCIÁRIA	55
IMPOSTO SINDICAL, SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS	57
GEAP: FERIDA DE MORTE	59
FILANTROPIA OU PILANTROPIA, EIS A QUESTÃO!	61
A ANASPS DIVULGA AMPLA PESQUISA SOBRE PREVIDÊNCIA	63
ARTIGOS 2007.....	67
O ÚLTIMO BAILE DA ERA FISCAL.....	69
UM GRUPO DE TRABALHO PARA A PREVIDÊNCIA	71
UM BALANÇO POSITIVO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL	73
SERVIDORES PÚBLICOS: DIREITO À GREVE	75
SERVIÇO PÚBLICO DE EXCELÊNCIA	77
PREVIDÊNCIA X MISERÁVEIS	79
PREVIDÊNCIA: POUPANÇA, RENDA E GESTÃO	81
PREVIDÊNCIA: NOVO CONGRESSO, NOVA REFORMA	83
OS NOVOS EQUÍVOCOS NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	85
O MINISTRO QUE ATROPELA	87
O FÓRUM TEVE UM FINAL FELIZ	90
O FLUXO DE CAIXA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	92

O BALANÇO DO CENSO PREVIDENCIÁRIO	94
MUDANÇA ESTRUTURAL NA PREVIDÊNCIA	97
CONGRATULAÇÕES AO PRESIDENTE LULA, COM RESERVAS	99
ANTES TARDE DO QUE.....	101
A RECEITA PREVIDENCIÁRIA DEVE SER REFORMADA	103
A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA VAI MAL.....	105
A PREVIDÊNCIA SOCIAL ESTÁ RUINDO..	108
A PREVIDÊNCIA E O PIB.....	110
A MUDANÇA DO CÁLCULO DO ROMBO PREVIDENCIÁRIO	112
A COFINS SALVOU A PREVIDÊNCIA EM 2006, E EM 2007?	114
A COBRANÇA DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA	116
ARTIGOS 2006	119
SUPERÁVIT = IMPOSTO + CONTRIBUIÇÃO	121
REFORMAR É PRECISO	123
REFORMA E CONTRARREFORMA NA PREVIDÊNCIA	125
QUE PREVIDÊNCIA TEMOS E QUEREMOS?	127
PRECISAMOS DEFINIR O EIXO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA	129
OS ARTISTAS DA CORTE CONTRA O POVÃO	131
O USO DO CACHIMBO	134
O QUE PODEMOS ESPERAR DA PREVIDÊNCIA EM 2006	136
O PERU BÊBADO E O FRANGO GROGUE	138
O ESPETÁCULO DA CORRUPÇÃO	140
LIÇÕES DE ARBITRIO E DE ARBITRARIEDADE	142
MAIS UMA PROPOSTA DA ANASPS PARA A PREVIDÊNCIA	144
MAIS PROPOSTAS PARA A 3ª REFORMA DA PREVIDÊNCIA	146
INSISTIMOS – É GRAVE A CRISE DA PREVIDÊNCIA	148
EDUCAÇÃO: ONDE TUDO COMEÇA	150
DESCONSTITUCIONALIZAR, NÃO!	152
O CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	154
CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA	156
ALIBABÁ VIVE!	158
A QUESTÃO DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	160
A PROPOSTA DA FIPE PARA REFORMA DA PREVIDÊNCIA	161
A PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS SERVIDORES	163
A PREVIDÊNCIA DO SETOR PÚBLICO	165
A LEITURA DE UM BOLETIM DA PREVIDÊNCIA	167
A CRISE DA PREVIDÊNCIA NÃO ESTÁ NA DESPESA, MAS NA RECEITA	169
ARTIGOS 2005	173
SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS DO INSS: ABANDONADOS.....	175
A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO.....	177
RESPEITO É BOM E TODOS NÓS GOSTAMOS.....	178
REFORMAR MAIS UMA VEZ A PREVIDÊNCIA. É PRECISO?.....	180
REDISCUINDO A DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA.....	181
PREVIDÊNCIA: UMA DÉCADA PERDIDA.....	183
PREVIDÊNCIA SOCIAL: O DISCURSO PELO AVESSO.....	185

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SÉCULO XXI.....	187
PREVIDÊNCIA E DATAPREV.....	189
POR QUE NÃO SE CRIAR O MINISTÉRIO DA SEGURIDADE SOCIAL?.....	191
PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS X JUROS.....	193
O PT ACELERA O DESMANCHE DO INSS	195
<i>O LIVRO NEGRO DA PREVIDÊNCIA</i>	197
O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SÓ CRESCE	199
O BRASIL PRECISA DE MULHERES COMPETENTES.....	200
O ATENDIMENTO DO INSS	202
<i>NO CAMINHO COM MALAKOVSKI</i>	205
MAHATMA GANDHI DE CABROBÓ	207
O ESPETÁCULO DO CRESCIMENTO	209
É REAL O RISCO DE QUEBRA DA PREVIDÊNCIA	211
AS PERDAS DO SIMPLES E DO REFIS PARA A PREVIDÊNCIA	213
A QUIMERA DO AUMENTO DE 0,1% PARA O SERVIDOR	215
A PREVIDÊNCIA ESTÁ FERIDA DE MORTE	216
A NOVA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	218
A APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES	220
ARTIGOS 2004.....	223
RECEITA PREVIDENCIÁRIA: NOVO MILAGRE.....	225
OS SERVIDORES DO INSS TRABALHAM E MUITO.....	227
O INSS PRECISA DE 10.500 SERVIDORES.....	228
O DESMANCHE DO INSS VAI SER ACELERADO?.....	230
FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA RURAL.....	232
É PRECISO LEVAR A PREVIDÊNCIA PÚBLICA A SÉRIO.....	234
DEVEDOR DE PROMESSAS E PERDOADOR DE DÍVIDAS.....	235
A COBRANÇA DOS INATIVOS. AGRESSÃO GRATUITA.....	237
100 ANOS PARA COBRAR A DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA.....	239
AS PERDAS DO SIMPLES E DO REFIS PARA A PREVIDÊNCIA.....	240
A 3ª REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	242
A CRISE DA PREVIDÊNCIA SE AGRAVA.....	244
A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA.....	246
FOTOS	249

Apresentação

A Previdência Social é, por si só, um tema apaixonante que se presta a debates, polêmicas, dúvidas, divergências e, pelo gigantismo dos números e valores que mobiliza, também desperta a cobiça de muitos que, em função disso, empreendem grandes campanhas, a partir de verdadeiros e falsos especialistas, alguns notórios, pregando sua privatização, não a favor do povo trabalhador, mas objetivando interesses exclusivistas, voltados para ganhos fáceis e volumosos.

No auge desse debate, utilizando-se do instrumento da mídia disponível, surge nesse cenário a figura do autor desta obra, Paulo César Régis de Souza, funcionário da Previdência e um dos fundadores da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social, hoje seu presidente, criada em 1992, com um portentoso quadro de associados, que ultrapassa os 53 mil nos dias atuais.

Defender a Previdência Social, seus milhões de trabalhadores e segurados e seus servidores é uma disposição estatutária da ANASPS. Para Paulo César, uma missão. Em nome disso, começou a publicar artigos na imprensa nacional, jornais e revistas sobre a temática da Previdência. Esta obra publica diversos deles, editados a contar de 2004.

Os artigos não têm o viés do corporativismo cego; ao contrário, são baseados em conhecimento de causa e em dados oficiais irrefutáveis e buscam um mínimo de isenção sobre os fatos narrados. Há mesmo um certo pioneirismo em relação a temas que hoje estão virando consensuais, como é o caso da proposta de extinção do famigerado fator previdenciário, que corrói o valor das aposentadorias e que ora se encontra em decisão final na Câmara dos Deputados, e a recorrente afirmação quanto à inexistência de déficit previdenciário, tese afinal encampada pelo próprio presidente Lula recentemente.

Outros aspectos importantes são também levantados nestes artigos, como o desmanche da Previdência Social que, em curto prazo, perdeu sua procuradoria própria e um órgão de arrecadação e fiscalização da contribuição previdenciária. O autor, entre estes, defende que a Previdência Social seja revigorada, por motivos funcionais e administrativos, mediante a assunção plena de suas competências constitucionais e legais, hoje exercidas em outros órgãos federais, que pouco ou nada têm a ver com a Previdência.

Propõe, por outro lado, a transformação do INSS em agência pública de excelência, e fornece os caminhos para se alcançar esse objetivo, tão relevante para o conjunto da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, sugere o fim das renúncias fiscais na área previdenciária e evidencia a inoperância da cobrança da dívida ativa da Previdência Social, algo que estimula sobremaneira a sonegação dessas contribuições.

Para contrapor os adversários de sempre, dá a verdadeira dimensão da Previdência Social, o órgão da **Poupança e da Renda**, dois dos mais importantes pilares na formação e desenvolvimento do Produto Interno Bruto nacional, uma visão que precisa ser amplamente difundida junto à opinião pública brasileira.

Enfim, *A Previdência de Todos – 2008* é uma obra valiosa para ser lida, meditada, discutida por todos aqueles que se interessam pela Previdência Social brasileira, certamente uma das maiores do mundo. Há farto material nesses artigos para um conhecimento mais profundo da temática, a partir de quem vivencia e conhece bem o assunto.

É uma obra oportuna, e a ANASPS e seu presidente estão de parabéns pela edição desta brilhante coletânea de artigos.

Cyro Franca

Economista, ex-superintendente do INSS em Minas Gerais, especialista em Previdência, membro do Conselho Técnico da FUNPREV

Artigos 2008

O “TERRORISMO DE ESTADO” CONTRA OS SERVIDORES PÚBLICOS

Por Paulo César Régis de Souza

Em 1997, o Poder Executivo tinha 531.725 mil servidores federais ativos. Dez anos depois, em 2007, tinha 528.420. Portanto, menos. Em julho último tinha 529,082 mil. Os dados desmentem a balela do “inchaço da máquina”, pelo menos no Executivo Federal.

Reconheço que os números não são definitivos e que há um contingente de terceirizados e de estagiários, com custos três/quatro vezes maiores e em número superior a 30 mil. A terceirização é um dos pilares do financiamento dos partidos e da corrupção.

Incluindo ativos, aposentados e instituidores de pensão, em 1997 a União tinha 1.751.017 servidores (602.888 militares) e dez anos depois, em 2007, 1.944.677 (752.656 militares).

Do lado da despesa, o que deve ser enfaticamente assinalado é que desde a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101, de 04/05/2000), os gastos estiveram abaixo dos limites estabelecidos de 50% da Receita Corrente Líquida, situando-se em 26,6% nos últimos 12 meses; 23,8% em setembro de 2008; e 25,0% no exercício de 2008. ***Fica claro que os servidores não pressionam a despesa. Estão longe de constituir ameaça ao equilíbrio fiscal.***

O “terrorismo de Estado” contra os servidores clama ainda que, em 2008, o governo propôs a criação de 79,7 mil cargos (65,7 mil por lei e 14 mil por MP) contra uma proposta inicial de 13.375, com impacto de 29,7 bilhões/ano, número já revisto para 85,9 mil. Dos 72,4 mil acima do inicialmente previsto, 60,5 são para a área da Educação e 11,9 para as áreas de auditoria e defesa pública.

Os reajustes concedidos, premiando as carreiras de Estado e, de forma cruel, punindo os inativos e os pensionistas, terão impacto.

Tudo foi feito antes da “marolinha”.

Depois da “marolinha”, US\$ 40,0 bilhões (mais de R\$ 80 bilhões) foram para o ralo do câmbio, beneficiando alguém, não os servidores; R\$ 20,0 bilhões foram disponibilizados para empréstimos produtivos – que os bancos seguraram e compraram títulos do Tesouro; R\$ 21,0 bilhões para empresas em ampliação – com prazos para pagamento de impostos; R\$ 15,0 bilhões para pequenas e médias empresas; R\$ 3,0 bilhões foram colocados à disposição dos bancos das montadoras; R\$ 3,0 bilhões se destinaram aos produtores rurais – que nunca pagam suas dívidas; R\$ 3,0 bilhões para a construção civil – ameaça de estatização pela Caixa. Sem falar nos R\$ 14,2 bilhões do Fundo Soberano para financiar o “governo paralelo”. Em 12/12, as medidas anticrise já alcançavam R\$ 250,0 bilhões, e continuavam subindo.

A arrecadação de impostos acima do previsto é responsável pelo aumento do superávit primário neste ano em relação ao mesmo período de 2007. A meta para o ano é de 3,8% do PIB, mais R\$ 14,2 bilhões (0,5% do PIB) para o Fundo Soberano, totalizando 4,3% do PIB. Nos últimos 12 meses, o governo fez um superávit de R\$ 128,8 bilhões (4,6% do PIB). A carga tributária está lá em cima.

A “marolinha” ameaça, entretanto, complicar a vida do governo que esnobou a crise global.

O ministro Paulo Bernardo, ainda não refeito da fragorosa derrota eleitoral de sua esposa para a prefeitura de Curitiba, brada aos céus que o governo não garante mais reajuste para os

servidores, e que estão ameaçados novos concursos, nomeação de aprovados e substituição de terceirizados, caso o governo tenha, em 2009, perda de receita de R\$ 15 bilhões. É o mesmo Paulo Bernardo que dizia que se fosse aprovado o fim da CPMF teríamos um desastre na arrecadação de 2008. De janeiro a agosto de 2008, a União arrecadou R\$ 480,7 bilhões, contra R\$ 417,1 bilhões no mesmo período de 2007, com crescimento nominal de 15,21%, e real de 9,77%. A CPMF não fez falta...

De janeiro a agosto de 2007, a União gastou 75,1 bilhões com Pessoal e Encargos Social, e em 2008, R\$ 82,1 bilhões. O que não se diz é que o próprio governo ficou com 27,5% só com o IRF, algo em torno de R\$ 22,6 bilhões, sem falar no que desconta e não recolhe de Encargos Sociais.

Claro que a crise global terá repercussões. Não podemos ter dúvida. Agora, não é justo que os servidores, isoladamente, sejam responsabilizados e penalizados.

Não se fala na farra do PAC, com gastos descontrolados por MPs, que levou o Supremo a uma decisão histórica de suspender alguns deles. Não se fala da farra das emendas parlamentares, que eram de R\$ 2 milhões em 2003, e hoje chegam a R\$ 10 bilhões; das emendas de bancadas que saltaram de R\$ 6 bilhões, em 2003, para R\$ 12 bilhões. Não se fala nos desperdícios nas áreas de Transporte e Saúde.

Não pensem que os servidores tiveram suas perdas repostas. Muito pelo contrário. Nos últimos tempos, só as carreiras de Estado tiveram ganhos, as demais amargaram muitos desconfortos, com muitas greves e nenhum amparo do braço sindical do governo, preocupado com suas “boquinhas”. Algumas categorias tiveram superposição de gratificações fajutas para dar a impressão de “ganhos” adicionais. Uma farsa.

O mais grave: o Governo Lula manteve a nefasta política de RH de seu antecessor FHC, de redução de ganhos reais, de achatamento salarial, especialmente no Vencimento Básico, estancamento de promoções, congelamento do vale-transporte, do vale-alimentação e diárias para os servidores de carreira, pagamento de baixo *per capita* para financiamento da saúde dos servidores através da GEAP – Fundação de Seguridade Social. Melhoraram as funções gratificadas e os DAS (Cargo de Direção e Assessoramento Superior), por pressão dos “cumpanheros”, cerca de 5 a 7.000 deles não concursados e que se aboletaram nos cargos em comissão para ganhar passagens e diárias de suas bases para Brasília e vice-versa.

A maior mesquinha praticada desabou sobre os aposentados, cujos vencimentos foram duramente achatados. Os “aumentos” via gratificações geralmente destinam 100 pontos para os ativos e 10 para os inativos. Acabou-se definitivamente com a paridade entre ativos e inativos. Assim como acabaram com a isonomia entre civis e militares. Além disso, impôs o governo – afrontando as leis internacionais – a taxação dos inativos que passaram a contribuir para a Previdência, sem qualquer expectativa de retorno. O Brasil é o único país do mundo que cobra contribuição de inativo. O governo também impôs que fosse alterada a legislação, punindo os aposentados por invalidez do recebimento de sua Vantagem Pecuniária Individual por força de Lei anterior, cometendo grave violação do direito adquirido.

O Brasil guarda uma baixa relação de servidores e sua população. O sistema de carreira premia o mérito. Urge que isto seja respeitado. Temos credibilidade para exigir esta cláusula, que é a do corporativismo sério. O que atrapalha é a malta de serviçais designados para funções estratégicas, em cargos comissionados, geralmente despreparados.

CRISE! ONDE ESTÁ A CRISE?

Por Paulo César Régis de Souza

A crise atual nas bolsas de valores do mundo inteiro parece afetar a todos, ou melhor, quase todos.

Já começamos a ver o que sempre vimos em momentos de crise: nos supermercados, remarcações; nos remédios, aumento de preço; nos transportes, revisão de tarifas; na educação, repasse da “inflação”; nos bancos, recomposição de tarifas, juros e serviços; nos shoppings, desespero das liquidações e promoções fajutas. Na cata aos terceiros os prazos encolhem e os juros sobem. Até flanelinha, lavador de carro, camelô e engraxate elevam seus preços em nome da crise.

O petróleo derrete para menos de 50 dólares o barril, mas a gasolina continua no patamar do barril, a 140 dólares. O mais grave, a bomba é o símbolo da inflação no Brasil, o único ícone, onde o consumidor paga R\$ 2,593. Nem os centésimos escapam da voracidade desta gente.

Só que o bode expiatório da “marolinha” são os funcionários públicos, segmento arrochado durante os últimos governos, **sem receber** aumentos justos, contentando-se com a reposição de parte de suas perdas, graças à omissão das lideranças sindicais.

Economistas, analistas, especialistas, palpiteiros, sempre a serviço dos mais sabidos, dos aproveitadores especuladores nacionais e globais, com seu linguajar de economês, fingem que entendem e dão rumo ao que vai acontecer, catástrofe à vista.

Se já estávamos com a saúde pública, leia-se SUS, em frangalhos, hospitais caindo aos pedaços, sem a menor estrutura de atendimento, sem funcionários, médicos, enfermeiros, equipamentos, remédios, macas para um atendimento digno, os agravos vão nos infernizar. Segurança, estradas, escolas, energia, água, esgotos, tudo vai piorar.

Se a Previdência Social já está com um déficit contábil de bilhões, com os caloteiros sem pagar, sem ir para a cadeia por não repassarem o que se apropriam indevidamente, sem fiscalização, sem cobrança, sem recuperação dos créditos de mais de R\$ 350 bilhões... Imagine o caos, o desespero, a incerteza e o pânico de quem pagou em dia durante 35 anos para ter uma aposentadoria digna. É uma situação no mínimo desconfortável e de insegurança.

Comecei comentando a crise para poder apresentar uma sugestão sobre um assunto que me preocupou sobremaneira, pois entendo que a atual conjuntura não é propícia para o comentário feito por um parlamentar com assento no Congresso que me deixou perplexo!

Vinha para Brasília, de avião, outro dia, e ao meu lado sentou-se um parlamentar. Começamos a conversar sobre a crise, eu comentando naturalmente sobre o que estava lendo em jornais e revistas e ouvindo pelo rádio, televisão e vendo pela internet, especialmente sobre a extensão da crise mundial por dois anos. Perguntei ao deputado se ele não estava preocupado, pois em 2010 teriam os senhores, deputados, senadores, governadores e o Presidente da República, que enfrentar uma eleição difícil, haja vista o momento negativo para a economia e principalmente para o povo.

A resposta foi surpreendente e de bate-pronto. O deputado me disse que os “alarmistas” de plantão não conhecem as reservas do Brasil, que o Congresso Nacional está tranquilo e que tinha medidas para conter a inflação, os altos juros, a queda do Real, o desemprego, a queda no PIB e a recessão. Enfim, estávamos todos enganados e errados.

Mas, e a eleição de 2010?, perguntei. Ele me surpreendeu de novo: “Eleição? Não vai haver, estamos preparando um projeto de prorrogação dos atuais mandatos até 2010 para casar a eleição com a dos prefeitos e vereadores”.

Fiquei estatelado. Perguntei-me então: será que nós brasileiros elegemos estes senhores para ficarem mais dois anos, será que eles ainda nos representam? Não seria uma violação da Constituição? Pensei comigo mesmo: por que não se fazer, no mínimo, um plebiscito? Recolhi minha indignação, que certamente será a indignação de todos os brasileiros caso a prorrogação venha a ser proposta como uma das “soluções emergenciais” para a crise.

Certamente é mais fácil prorrogar mandatos do que ter explicar ao povo o que não se fez nos últimos quatro anos.

O governo precisa dos senhores para não dar aumento aos servidores, não votar o fim do fator previdenciário, não votar a paridade e a isonomia dos aposentados e pensionistas, não restabelecer o valor histórico dos benefícios (quem se aposentou com dez está recebendo quatro salários), não aumentar o salário-mínimo, não fazer concurso público, mas, no entanto, precisa de sua base aliada, alimentada por verbas e cargos, para votar o orçamento com verbas para salvar bancos, montadoras, empresas falidas, produtores rurais, especuladores financeiros, nacionais e globais, caloteiros de todos os calibres. Precisa também para manter a previdência social pública às portas da falência e do desmanche, concedendo benefícios que fraudam seus fundamentos históricos, estimulando a previdência privada de bancos e seguradoras que financiam a cadeira da felicidade e ciranda financeira.

Diante da ousadia do deputado, fico imaginando o que pode acontecer!

Sei que há parlamentares, senadores e deputados corretos e dignos.

O Congresso, com desempenho pífio, gasta seu tempo com disputas políticas, problemas internos, picuinhas; surfa no nepotismo, no empreguismo de cargos em comissão, em eleições das mesas. O Senado tem o dobro dos servidores de sua lotação ideal. São mais de 6 mil pessoas para 87 senadores! Projeto relevante para a nação? Zero. Há excesso de MPs travando a pauta, para alegria geral, enquanto pelas CPIs desfilam senhores com ares de autoridade e seriedade, fingindo que trabalham, e outros debochando das investigações de mentirinha! CPI é como peito de homem: não serve para nada.

Vários escândalos enchem os escaninhos da Polícia Federal e do Ministério Público, envolvendo atuais e ex-deputados e senadores. A sensação de impunidade que lhe bate às portas, pelo foro privilegiado, não é o mesmo que atormenta humildes servidores. Das centenas de operações e forças-tarefas da PF e do MPPF, apenas os servidores do INSS foram punidos!

Não tenho notícia de um único empresário fraudador e caloteiro preso por lesar a Previdência.

Mas temos notícias da ofensiva do Executivo, da omissão do Legislativo e da intervenção do Judiciário na redução da capacidade de financiamento da Previdência Social, que já foi orgulho de gerações, mas hoje transformada em desespero das atuais e novas gerações. Os grandes devedores não pagam. Ninguém cobra. Medidas são produzidas nos porões do setor público para perdoar os devedores. Renúncias de bilhões favorecem pilantrópicos, microempresários, exportadores, santas casas, clubes de futebol, federações, empresas de terceirização de mão de obra, autônomos, etc.

Nem parece que o mundo está em crise. Aliás, cabe a pergunta: Que crise! Onde está a crise?

OS BRASILEIROS PADECEM, SE DESESPERAM, E A SAÚDE AGONIZA

Por Paulo César Régis de Souza

Há algum tempo, nosso sistema de saúde pública encontra-se na UTI, em pleno processo de agonia. Não se enganem: a Previdência Social segue o mesmo processo. Os dois principais programas da Seguridade Social padecem de má gerência, baixa efetividade e desrespeito aos contribuintes e aos brasileiros. De esperança das gerações transformaram-se em estorvo e desespero.

A saúde foi ferida de morte pelos últimos governantes no país, que se omitiram e se submeteram às travessuras políticas de governadores, prefeitos, políticos da base aliada, empresários, atravessadores, lobistas, sanguessugas e outros bichos.

A saúde do Brasil está no caos. Não há um dia que não vejamos no mundo cão da tevê pacientes em fase terminal, em macas, nos corredores dos hospitais totalmente sucateados, seres humanos jogados como animais nas emergências, sem as mínimas condições de atendimento por falta de leitos, ambulatórios, ambulâncias, médicos, enfermeiros; enfim, parece mais uma praça de guerra. Nem no Iraque e no Afeganistão, em guerra, nem os canibais da África em guerras de extermínio, apresentam quadros tão desoladores que desafiam nossa indignação.

Pacientes com enfermidades graves, crônicas ou degenerativas, os fileiros do corredor da morte atrás de transplantes, gente com consultas marcadas para exames com um mínimo de seis meses, perambulam pelas unidades de saúde.

Desespero, incertezas e desesperanças tornam os governos, da União, Estados e Municípios, responsáveis pelo desastre anunciado, sem perspectivas de solução para nada. Só promessas e agravos.

Médicos e paramédicos, toda a massa de servidores do setor saúde, vivem às turras com a União, Estados e Municípios. Clamam por salários dignos, planos de carreira, instalações, equipamentos, ambulâncias, macas, medicamentos. Não é de hoje. Chegamos ao cúmulo de tomar conhecimento, pelo mundo cão, que nas emergências esses profissionais têm que decidir quem atender. Em muitos casos, os mais velhos são descartados para que os mais novos vivam. É tétrico, cruel, mas verdadeiro.

O menosprezo e a degradação pela vida humana, o desrespeito aos direitos humanos viraram rotina na saúde pública.

O ministro da Saúde não merece este nome.

Lá atrás, na década de 60, os trabalhadores brasileiros tinham saúde de qualidade, o país não tinha planos de saúde e o Ministério da Saúde fazia o essencial: pesquisar, vacinar, combater as endemias e epidemias.

Na Constituinte de 88 universalizou-se a saúde como direito de todos e dever do Estado. Logo em seguida, nasceram os planos de saúde, que hoje abrigam, dos 180 milhões, 40 milhões de brasileiros. Acabaram com a saúde dos trabalhadores, via Previdência, através da rede de hospitais e ambulatórios do INPS, depois INAMPS, com a promessa de que o SUS absorveria essa atribuição com recursos fiscais. Afrontaram de uma lapada a dignidade dos trabalhadores e de todos os brasileiros.

É certo que os recursos da Previdência não dariam para cobrir os gastos com saúde, mesmo porque, o financiamento era incompatível para cobrir os programas previdenciários, acidentários e de saúde.

Mais tarde, diante do saco sem fundo em que se transformou a saúde, com os setores organizados

sugando todos os recursos fiscais, em intervenções que acabaram nas páginas policiais e os beneficiários na impunidade, inventaram a famigerada CPMF, com a desculpa de que os recursos iriam para a saúde. O que se viu foi o seu esbanjamento através da máquina pública e privada. Ou seja, a roubalheira se institucionalizou e foi compartilhada.

Nenhum Presidente da República e nenhum Ministro da Saúde levaram a sério a implantação do SUS que, como ideia, não é mau. No ato de implantação do SUS está claro o que cabe à União, aos Estados e Municípios. A corrupção, desperdício, desvio de recursos para projetos eleitoreiros, impunidade liquidaram com o SUS e empurraram os brasileiros para o inferno.

Se política não rima com previdência, também não rima com a saúde.

Entregar, faltar o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde à escória política, só pode produzir o que está aí.

Epidemias são inventadas para desovar vacinas quase vencidas (febre amarela, rubéola, etc.), assim como comprar frotas de veículos para distribuí-los aos prefeitos amigos. O SAMU, cópia de um programa sério do dr. Getúlio, que chamava SAMDU – programa que distribuiu milhares de ambulâncias – compradas não se sabe de quem ou por intermédio de quem, qual preço – virou uma caixa-preta. A FIOCRUZ, politizada e partidarizada, perdeu o foco, a descoberta de vacinas para o mosquito da dengue, e encampou a “farmácia popular”, numa ação suspeita, pois não se sabe quem compra e quem paga e fiscaliza milhares de farmácias. Sabe-se que a FIOCRUZ não tem cultura nem tradição para isto. Oswaldo Cruz chora quando vê sua instituição a serviço da atividade política.

Os servidores públicos do ex-INPS, ex-INAMPS, hoje no SUS, tiveram suas vidas radicalmente transformadas, suas carreiras corrompidas e seus salários aviltados. Trabalham muito sem serem reconhecidos nem mesmo pelo governo. O mesmo acontece com os da FUNASA e das Agências.

Nos 20 anos da Constituição Cidadã, como proclamou o sonhador dr. Ulysses, precisamos fazer com que a Seguridade Social não seja um dispositivo frio e distante de nossas esperanças.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/11/2008

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 10/12/2008

Jornal Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG – 12/12/2008

MENTIRAS PARA MANTER O FATOR PREVIDENCIÁRIO

Por Paulo César Régis de Souza

Na medida em que se arrasta o projeto do senador Paulo Paim, derrubando o famigerado fator previdenciário, pelos escaninhos da Câmara dos Deputados, depois de ter sido surpreendentemente aprovado pelo Senado, o governo vai municiando seus porta-vozes alternos e amestrados em ações de “terrorismo de Estado” contra a aprovação pelo Congresso, o que levaria o Presidente Lula a sancionar, aprovando ou vetando.

O discurso é velho, mentiroso.

Primeiro, de que o fim do fator previdenciário prejudicaria o equilíbrio fiscal da Previdência Social.

Trata-se de uma mentira grosseira.

O equilíbrio fiscal da Previdência vem sendo prejudicado nos últimos anos pela

gestão temerária da receita previdenciária, pela retirada maciça de recursos previdenciários para beneficiar maus empresários, pela não fiscalização, não cobrança e não recuperação de créditos, superiores a R\$ 300 bilhões, pelos sucessivos parcelamentos e reparcelamentos de débitos favorecendo os caloteiros, pela instituição de benefícios sem a contribuição atualmente exigida, pelo descasamento entre a receita e a despesa da previdência rural. Isto sim é que prejudica o financiamento, o equilíbrio fiscal e a liquidez da Previdência.

Mais de uma vez escrevi aqui que o problema da Previdência não está na despesa, comprimida, contida, distorcida, achatada, mas no financiamento, desfigurado pela inação dos trabalhadores e de suas lideranças incompetentes, omissão do Executivo, ignorância do Legislativo e pressão (?) do Judiciário.

Segundo, de que o impacto do fim do fator previdenciário será de cinco pontos percentuais do PIB em 2050, o que representaria R\$ 120 bilhões a mais nas contas da Previdência.

Como confiar em dados tão inconsistentes como este, gerado pela mesma unidade que estimou que com o fator previdenciário a Previdência não teria déficit, pelo mesmo grupo que enganou o país proclamando que a 1ª (FHC) e a 2ª (Lula) reformas da previdência reduziram o déficit da Previdência. Os dados são tão falsos como uma nota de 3 dólares!

A projeção para 2050 contém um dado imponderável que causa estupor ao mais frio dos analistas, como podemos imaginar entrando neste balão mágico.

Entre 2008 e 2050, 42 anos, a Previdência concederá nada menos de 168 milhões de benefícios (42 x 4 milhões) em termos estáticos, para facilitar o raciocínio. Isto equivale a quase sete vezes a massa atual de aposentados e pensionistas. Seguramente, quase 100% dos atuais 28,0 estarão mortos ou nos seus últimos dias. Várias gerações serão sacrificadas em um genocídio premeditado, deliberado por força de um irracionalismo que assume sua dimensão desumana em nome de um hipotético “equilíbrio fiscal”.

O fator previdenciário foi uma proposta do FMI, que também incluía a incorporação da Receita Previdenciária pela Receita Federal, o fim do FGTS e a fusão da Caixa Econômica com o Banco do Brasil.

O objetivo central era reduzir o déficit; mas não reduziu. Só aumentou. Nos últimos dez anos do fator, o déficit da Previdência chegou a R\$ 236,8 bilhões (10,15% do PIB de 2007), dos quais R\$ 190,4 bilhões só na era Lula (8,16% do PIB). Portanto, foi uma baita farsa aplicada aos segurados e beneficiários da Previdência!

Os objetivos secundários eram complicar, retardar e achatam o valor do benefício. Este foi realmente atingido, causando miséria e fome, incertezas e desespero, indignação e repulsa. Como o Ministério da Previdência, de administrações desastrosas da política, os dois itens da proposta relativos à Previdência foram cumpridos, os outros dois, nem pensar...

O fator previdenciário prejudicou o país, os trabalhadores, os cidadãos de bem. E certamente duas gerações de brasileiros, que se aposentaram ou recebem pensão. Acabou com a Previdência dos sonhos e o ideário de Eloy Chaves, ou seja, uma velhice feliz e tranquila. Transformou-a em um horizonte de incertezas que corrompe, desfigura e diminui a proteção social.

Uma Previdência que concede aposentadorias e pensões no valor médio de R\$ 659,43 (ago./2008) e que mantém 25,8 milhões de benefícios no valor médio de R\$ 852,78, sendo que 70,52% (ago./2008) receberam o salário-mínimo de R\$ 415,00. Francamente, não é Seguro Social.

Uma coisa é Previdência Social, dos trabalhadores que pagam para ter um benefício compatível com suas expectativas futuras. Outra é a Previdência que o neopeleguismo, o assistencialismo e o clientelismo querem instituir, em nome de uma suposta inclusão previdenciária, na qual você paga pouco ou quase nada para receber nada ou quase pouco! Isto é o que chamo de Previdência chinesa de R\$ 1,99! Não há relação atuarial entre contribuição e benefício. O mais grave: a sociedade brasileira acabará pagando o déficit.

Isto repercute dolorosamente sobre os 40,0 milhões de segurados que ainda imaginam que podem se aposentar com dez salários mínimos se contribuírem pelo teto de salário de contribuição, quando o teto é de R\$ 3.038,99.

A lógica do fator previdenciário é perversa.

O correto é revogá-lo, adotar uma idade mínima, que é um princípio universal de previdência, portanto defensável, e rever todo o financiamento do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, acabando com as distorções dos rurais, as renúncias, o favorecimento aos caloteiros de todos os calibres. Nem é preciso aumentar alíquota nas duas pontas. Depois, é só devolver a Receita Previdenciária ao INSS e eliminar a ingerência política na Previdência.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/11/2008

Fatorama, Brasília/DF – 09/11/2008

O Imparcial, São Luís/MA – 29/11/2008

O Jornal, Maceió/AL – 1ª/12/2008

A Frente Informa, Brasília/DF – 1ª/12/2008

Gazeta de Limeira, Limeira/SP – 1ª/12/2008

Jornal do Commercio, Manaus/AM – 1ª/12/2008

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 3/12/2008

NÃO HAVERIA UM COMPLÔ CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA?

Por Paulo César Régis de Souza

Há poucos meses escrevi um artigo sob o título “Roubar a Previdência não é crime”, comentando apenas uma das inúmeras decisões judiciais que abalaram a Previdência Social Pública naquilo que ela tem de mais representativo, que é seu financiamento, seu custeio, sua matriz atuarial.

Imagino que haja um complô contra ela, pois não percebo nenhum movimento, a olho nu, de reação à avalanche de dificuldades deliberadamente criadas para inviabilizá-la por completo.

Desestruturada já está.

Com 70% dos 25,7 milhões de beneficiários recebendo o salário-mínimo, concedendo mais de 3 milhões de benefícios/ano na faixa de até dois mínimos, a Previdência Social pública deixou de ser um instrumento de segurança e tranquilidade social para se transformar em incerteza, estorvo e indignidade social.

Em nome de uma suposta inclusão previdenciária, nivelaram-na por baixo, incluindo os pobres e os miseráveis, geralmente não contribuintes, excluindo os contribuintes remediados, em última análise a classe média baixa, a média/média e a média/alta.

Para os não contribuintes, o Estado brasileiro tem políticas assistenciais

compensatórias, em má hora transformadas em clientelistas, paternalistas e assistencialistas.

O descompasso ficou tão acintoso, que 8 milhões de brasileiros, contribuintes compulsórios do INSS, voltaram-se para os braços dos planos privados de previdência, que nada têm a ver com previdência, mas que são investimentos financeiros, como quaisquer outras aplicações de renda fixa ou de ações.

A diferença básica está na gestão do INSS e dos planos privados. O INSS há anos está entregue à pior escória da política e padece de uma gestão temerária. Ainda bem que o INSS não cobra taxa de administração e de carregamento. Os planos têm lá sua escória, cobram taxas altíssimas de administração e carregamento, não têm qualquer risco (este é dos investidores), não são fiscalizados nem pelo governo nem pelos próprios investidores. Ninguém sabe onde estão os recursos captados, se bem que uma parte deles está no mercado de ações, sujeitos a tufões, furacões, bancarrota, etc.

Mas, voltando ao eixo de minhas preocupações, relaciono abaixo o que foi levantado pelo DatANASPS, comprometendo duramente o futuro da Previdência Social pública:

- exclusão pura e simples do Ministério da Previdência e do INSS de que qualquer iniciativa proposta sobre o financiamento do RGPS;
- implantação dos Refis 1, 2, 3, 4 e 5 beneficiando os caloteiros;
- ampliação do prazo de 5 para 20 anos para que os devedores públicos e santas casas “não paguem” os débitos previdenciários;
- incorporação da Receita Previdenciária pela Receita Federal, com 4 mil auditores fiscais e 5 mil servidores de nível médio;
- transferência da dívida ativa do INSS, inicialmente para a AGU e depois para a PGFN;
- redução pelo Supremo do prazo de decadência (prescrição) dos débitos de 10 para 5 anos, com perdas incalculáveis e ainda não divulgadas;
- impedimento pelo Supremo da execução, pelos juízes trabalhistas, de dívidas previdenciárias de empresas no caso de sentenças declaratórias, com perdas anuais de R\$ 1 bilhão;
- inclusão da desoneração previdenciária, sem que o Ministério da Previdência fosse consultado, na proposta de reforma tributária;
- ampliação da renúncia previdenciária para o Supersimples, sem que igualmente o Ministério da Previdência fosse consultado, e para as entidades “pilantrópicas” de todos os calibres, chegando a R\$ 15 bilhões/ anuais.
- instituição da renúncia previdenciária para os produtores e exportadores de produtos de informática, sem que o Ministério da Previdência fosse consultado;
- adoção pelo STJ de novo entendimento segundo o qual a apropriação indébita contra a Previdência social não é crime, mas somente um “desvio” do dinheiro que descontou do empregado e dele se apropriou por alguma necessidade premente e, por isso, não recolheu;
- omissão total e completa, nos últimos dois anos, dos órgãos responsáveis pela fiscalização, cobrança, recuperação de crédito dos débitos previdenciários, que passam dos R\$ 300 bilhões.

Constato, entristecido, que todas essas múltiplas intervenções oficiais ocorreram sem que se tenha esboçado uma única reação dos empregadores e dos trabalhadores, segurados contribuintes e segurados beneficiários. O sindicalismo nem tomou

conhecimento. Os partidos políticos ligados aos trabalhadores idem.

Constato ainda que no âmbito acadêmico, nos bolsões de estudos previdenciários, onde se poderia ter uma visão de futuro, todo mundo passou batido. Já não há no IPEA técnicos que pensem previdência.

Nenhum senador ou deputado abriu o bico para se manifestar. Permaneceram onde sempre estiveram: à volta de seus umbigos.

Também é notória a omissão do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, unidos nos agravos impostos à Previdência Social pública, aumentando o déficit de caixa, reduzindo a capacidade de financiamento, afetando o equilíbrio atuarial e a sustentabilidade do RGPS, que conta com 35,6 milhões de segurados contribuintes e 25,7 milhões de segurados beneficiários.

Apenas nós da ANASPS nos manifestamos, exprimindo até com veemência nossa indignação, na vã esperança de que sejam revertidas essas situações.

Todos sabemos que a Previdência, nesses seis anos do Presidente Lula, operou no vermelho, com um déficit de caixa (receita líquida de contribuições menos despesa com pagamento de benefícios) de R\$ 190,4 bilhões, regimento cobertos por transferências fiscais da Seguridade Social, o que assegura liquidez do sistema de benefícios assistenciais e previdenciários e desfigura a hígidez do RGPS.

Talvez seja por isso, e pelo fato de o Presidente Lula afirmar que o déficit da Previdência deve ser coberto pelo governo, o modelo previdenciário foi parar debaixo do tapete. Enquanto isso, o desespero, a insegurança, o futuro incerto e duvidoso, a intranquilidade desabaram sobre os 35,6 milhões de segurados contribuintes. Estes, como os atuais 25,7 milhões de beneficiários, perderam o bonde da história. O sonho virou pesadelo.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ — 16 a 31/10/2008

Tribuna do Brasil, Brasília/DF — 14/11/2008

O Tempo, Contagem/MG — 18/11/2008

Diário de Pernambuco, Recife/PE — 08/01/2009

A INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA DESFIGURA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Paulo César Régis de Souza

Um dos mimos do assistencialismo populista, irmão siamês do paternalismo e da demagogia, é a chamada inclusão social.

Ao invés de se reconhecer a diversidade das pessoas, fundada na genética e na cultura, parte-se para uma pretensiosa igualdade, como se isto fosse possível entre os homens e as sociedades.

Na inclusão social, entre suas vertentes preocupantes no âmbito da Previdência Social destaca-se a inclusão previdenciária.

Pele motivo que tenho ressaltado: Previdência Social não é Assistência Social.

Acho justo e necessário que o Estado socorra os excluídos, os marginalizados, os desfavorecidos, contingente que cresce em escala exponencial, não apenas pelas desigualdades econômicas e sociais, mas, e principalmente, pela falta de educação e cultura de nosso povo.

Neste momento, milhões de jovens já perderam o bonde do futuro. Seja porque não falam português direito, jamais leram um livro, ignoram as quatro operações, não foram apresentados à Física e à Química, desconhecem o que seja ética e valores, não falam inglês e desconhecem o que seja informática. Estes somam milhões.

Nem falo dos homens e mulheres acima dos 40 anos, aos quais se acenam com um cestão de bolsas para finalidades específicas, como políticas de compensações, mas, certamente, com um único trunfo: cooptação política.

Que façam o que quiserem em vários setores. Tudo bem. Mas na Previdência Social isto representa uma grave ameaça.

Na medida exata em que você reduz a contribuição e oferece em contrapartida um benefício previdenciário ou acidentário mínimo, você está, de fato, liquidando com a Previdência Social.

O mais correto seria não pedir contribuição, mas oferecer um benefício assistencial, financiado pelo Tesouro, para todos os excluídos, como 50% ou 100% do salário-mínimo. Nada mais justo, mesmo porque, cumpre ao Estado assegurar a vida aos seus cidadãos. A falência do Estado tem um sobrepreço a ser pago por toda a sociedade. A culpa é de todos que colocaram, pelo voto democrático, no poder os incapazes, os incompetentes e os corruptos.

A Previdência Social brasileira está em crise conceitual. Seus valores estão sendo subvertidos. No seu financiamento, há inúmeros desvios; na sua gestão, há práticas temerárias; na sua finalidade, há ostensiva ruptura com os princípios que a inspiraram.

A regra básica de que não pode haver benefício sem contribuição foi quebrada em 1971, e de lá pra cá se acentuaram as intervenções políticas, de cima para baixo, atreladas ao paternalismo, ao assistencialismo, ao populismo.

O resultado mais sensível hoje está na redução dos valores das aposentadorias e pensões, que representa um gigantesco calote nas várias gerações que acreditaram na Previdência Social.

Enquanto o oficialismo vende uma Previdência Social sem déficit, de atendimento ótimo e operando em azul-turquesa, a realidade mostra que, em julho último, o valor médio do benefício concedido foi de apenas R\$ 655,31, o que não chega a dois salários mínimos, R\$ 830,00. Não custa lembrar que o teto do benefício e do salário de contribuição é de R\$ 3.038,99, abaixo dos dez mínimos, R\$ 4.150,00. Querem algo mais vergonhoso do que isto? O valor médio do benefício mantido, também em julho, foi de R\$ 605, 53, abaixo dos dois mínimos.

Não há como os 33,6 milhões de contribuintes da Previdência Social sonharem com um benefício de 10 salários mínimos. Os 25,7 milhões de aposentados e pensionistas não podem aspirar mais nada. Os 80% que estão no salário-mínimo ainda terão a correção da inflação e mais um ganho real, com base na “generosidade e na benevolência” do governo. Os 20% que recebem acima do mínimo continuarão acumulando perdas e vendo declinar sua capacidade de sobreviver com dignidade.

Ocorre que esta massa de 59,3 milhões de brasileiros um dia sonhou com uma

Previdência Social que lhe assegurasse um futuro tranquilo, uma velhice de paz, e um benefício digno, principalmente os que contribuíram pelo teto.

É bom que se diga que o teto não é o céu, não é dádiva do Divino, não é favor dos deuses populistas. O teto corresponderia às expectativas de segurança para uma sobrevida com dignidade.

Nota-se no país uma indignação silenciosa e repulsiva entre os brasileiros que procuraram o INSS para se aposentar. Primeiro, não entendem a longa fila oculta (quando se afirma que não há fila) e as complicadas fórmulas que achatam seus benefícios. Segundo, ficam bravos quando lhe dizem o que vai receber, certamente não passaram 35 anos contribuindo para ter direito a uma merreca; e ainda o induzem a acreditar que devem ficar felizes, pois outros brasileiros nem isto têm, ou terão! Sobre eles baixam a depressão, a incerteza, a impotência e a imobilidade.

Mas, mesmo tendo a Previdência Social perdido sua capacidade de melhor atender aos que contribuíram (vejam lá 33,6 milhões), os arautos do novo regime empenham-se quase desesperadamente em atrair, com subsídios, mais segurados, acenando-lhes com o benefício mínimo, como se isto fosse uma proposta correta, digna, ética, responsável.

No desespero, mais e mais brasileiros correm para o que chamam de planos de previdência privada, eufemismo de uma nova fraude previdenciária. Já são 7,5 milhões de desesperados, desencantados com a Previdência Social oficial, com o RGPS, que parece ter feito sua opção definitiva pelos pobres e miseráveis. Estão investindo em bolsa, com as consequências da especulação financeira desenfreada, como se esta ciranda fosse previdência... Só no Brasil.

Previdência Social de salário-mínimo, francamente, é Assistência Social, é migalha, é esmola.

Precisamos pensar sobre isso, rever conceitos, remover entulhos, identificar nosso futuro, nossas esperanças e aspirações. O quadro é de incertezas e intranquilidade.

Nos últimos tempos, foram reais e intencionais as intervenções que reduziram a capacidade do INSS de assegurar uma aposentadoria digna. Os golpes foram desferidos na receita previdenciária, atirada aos leões, na fiscalização, na cobrança, na oficialização do calote, na não recuperação de crédito, no “apagão” dos devedores, nos parcelamentos e reparcelamentos, nas renúncias expandidas, nos subsídios diretos e indiretos.

Há um empenho em se acabar com o déficit previdenciário, eliminando-se a fórmula de cálculo, como se isto resolvesse o problema, ampliando-se as transferências para o Tesouro. Resolve o problema de caixa, mas não resolve a questão estrutural, sistêmica, substantiva.

Será difícil acreditar na mágica do Mr. M, segundo a qual a Previdência brevemente terá uma noite de déficit de R\$ 40,0 bilhões e, na manhã seguinte, um superávit de R\$ 40 bilhões... Em nome da Seguridade Social!

É mais uma das muitas derivações que vão desfigurando a Previdência Social brasileira.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/10/2008

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 25/10/2008

Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 28/10/2008

Diário Popular, Pelotas/RS – 28/10/2008

Correio da Paraíba, João Pessoa/PB – 31/10/2008

Hoje em Dia, Belo Horizonte/BH – 04/11/2008

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 05/11/2008

O Girassol, Palmas/TO – 05/11/2008

Estado de Minas, Belo Horizonte/MG – 06/11/2008

A Frente Informa, Brasília/DF – 06/11/2008

A Gazeta, Cuiabá/MT – 06/11/2008

PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: AS DIFERENÇAS

Por Paulo César Régis de Souza

Muita gente, por ignorância, desconhece a diferença entre Previdência Social e Assistência Social; 99% acham que é a mesma coisa. Entre estes, estão figurões da República, ministros, senadores, deputados federais e estaduais, governadores, deputados estaduais, prefeitos, vereadores.

A Previdência Social é um sistema de proteção social, com mais de 100 anos, que exige contribuição do empregado e do empregador para o financiamento de aposentadorias e pensões. O segurado contribuinte assegura, por sua contribuição, em tese, receber como aposentado o que recebia quando trabalhava. O propósito é o de assegurar um horizonte de certeza e uma velhice tranquila. O princípio básico é o de que o trabalhador de hoje financia o trabalhador de ontem.

A contribuição paga durante 35 anos sobre um percentual do seu salário, por um fundamento atuarial, lhe assegura seu benefício, que será compatível com sua remuneração em atividade.

Na Previdência não existe benefício sem contribuição, ou seja, o benefício é definido.

A Assistência Social é também um programa de proteção social para os mais pobres, que não exige contribuição do cidadão, seu financiamento é fiscal, com recursos da União. Caracteriza-se por constituir um programa de renda mínima, com contrapartidas ou não dos beneficiários; um mecanismo compensatório de renda para os que não têm renda nem capacidade de adquiri-la, seja porque esteja fora da inserção econômica do mercado, seja porque não tem mais capacidade laborativa.

Em um país como o nosso, há muito tempo que os fundamentos da Previdência Social vêm sendo desrespeitados. Por exemplo, quando se “inventou” a Previdência Social dos rurais (empregadores e trabalhadores), ou quando se “adotou” a Renda Mensal Vitalícia para os maiores de 70 anos e um pagamento mensal aos portadores de necessidades especiais. Nos dois casos não houve contribuição, nem do Tesouro, e tudo foi jogado no financiamento dos empregadores e trabalhadores urbanos.

O desequilíbrio, ou o descasamento, ou o déficit do RGPS, nasceu dos desvios das contribuições previdenciárias para financiamento de saúde, habitação, alimentação, mesmo dos trabalhadores urbanos, e dos vastos programas de desenvolvimento do país, como siderurgia, energia elétrica, estradas e pontes, Brasília etc. e, mais recentemente, com os rurais e a assistência social.

A rigor, nunca existiu uma Previdência Social Rural, de 1971, com o PRORURAL, aos nossos dias. São 37 anos de transferências compulsórias de recursos dos empregadores e trabalhadores urbanos para os empregadores e trabalhadores rurais. Algo estimado pelo DatANASPS, a preço de hoje, acima de R\$ 500 bilhões.

Além disso, é algo insolúvel, pois não há a menor intenção de ninguém em fazer o empregador e o trabalhador rurais contribuir com o justo para o seu benefício. Impor a verdade contributiva terá um preço altíssimo, mesmo considerando os polpudos ganhos dos empregadores. O agrobusiness nada de braçada, de costas, para o país!

Mais fácil será transformar a Previdência Social Rural em Assistência Social Rural,

com financiamento do Tesouro.

O caso dos maiores de 70 anos e dos portadores de necessidades especiais foi resolvido em 92 com a edição da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que determinou ao Tesouro pagar os benefícios, cessando o financiamento do RGPS.

Isto não impediu, entretanto, que se adotasse uma série de práticas para fraudar, de forma patrocinada e consentida pela União, a Previdência Social. Uma bandalheira avalizada pelo Congresso e pelo Judiciário como algo legal, ordenadamente jurídico, mas imoral e na contramão do que é Previdência Social.

Comecemos pelas renúncias contributivas, regamente concedidas às filantrópicas, às microempresas, aos clubes de futebol, federações, santas casas, ProUni, exportadores de produtos agrícolas e de informática.

Na prática, o que acontece é terrível para a Previdência. Os trabalhadores contribuem com 11%, e os empregadores são isentos da contribuição patronal. Quebra-se a Previdência Social ao meio. Mais do que no meio, do pescoço pra cima, já que a contribuição patronal, de 22.5%, é anulada. A Previdência fica sem o dinheiro dos patrões para um dia pagar as aposentadorias de seus empregados. É como se alguém subisse num palanque e dissesse: “Ponham no déficit”. É uma ignomínia, pois a conta será paga pela sociedade como um todo. Há os idiotas que clamam: “o governo paga a conta”. Quem é o governo? Uma entidade fantasma? Não, somos nós.

Insisto: se o governo obriga a Previdência a conceder renúncia contributiva, que ela seja ressarcida.

Mais recentemente, com o assistencialismo populista florescendo a mil quilômetros por hora, novas ameaças desabaram sobre o futuro da Previdência Social no nosso país.

O assistencialismo populista reduz a contribuição de autônomos, domésticos, microempresários, etc., sob o pretexto utópico de fazer a “inclusão previdenciária”. Reduzindo a contribuição abaixo de limites atuariais confiáveis, corretos e adequados, assegurando-lhes benefícios mínimos, estamos criando a “Previdência de pobres e miseráveis”, numa evidente manipulação.

Confunde-se Previdência Social com Assistência Social, e ainda degrada-a ao privilegiar o assistencialismo populista.

O assistencialismo populista se caracteriza por uma ação paternalista e demagógica, sem contrapartida dos beneficiários. Deveria ser financiado com recursos fiscais da União e incorporado aos programas assistenciais de governo. Que se crie o Regime Geral de Assistência Social – RGAS para abrigar todas as variações de paternalismo e de demagogia, defendidas pelos que querem fazer “inclusão social” na marra!

Como se conclui, nivela-se a Previdência Social por baixo e, ao invés de ser, como foi no passado, um programa que assegurava tranquilidade aos idosos, tornou-se um programa de incertezas, com elevados níveis de insegurança.

Teveiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/09/2008

Fatorama, Brasília/DF – 12/10/2008

A Frente Informa, Brasília/DF – 25/09/2008

Meio Norte, Teresina/PI – 26/09/2008

O Paraná, Cascavel/PR – 26/09/2008

O Tempo, Contagem/MG – 30/09/2008

O Imparcial, São Luís/MA – 1º/10/2008

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 1º/10/2008

O Dia, Rio de Janeiro/RJ – 02/10/2008

O Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS – 04/10/2008

Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul/RS – 04 e 05/10/2008

A Gazeta, Rio Branco/AC – 06/10/2008

Diário da Manhã, Goiânia/GO – 08/10/2008

Folha do Norte, Feira de Santana/BA – 10/10/2008

ROUBAR A PREVIDÊNCIA NÃO É CRIME

Por Paulo César Régis de Souza

São muitos os golpes desferidos contra a receita previdenciária nos últimos tempos. Custa crer que a Previdência ainda esteja de pé. Golpes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Uma verdadeira escalada de golpes que está minando, dia a dia, a capacidade de financiamento e sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Golpes eivados de ignorância, má-fé e profundo desconhecimento das regras universais de Previdência.

Tudo é feito para que o déficit cresça e a Previdência se atole no descrédito público. Descrédito que já levou 8 milhões de brasileiros, desesperados, para os planos de previdência privada, que, aliás, não são de previdência coisa nenhuma, mas papéis de investimentos com incentivos fiscais. Uma farsa grosseira, sem que Executivo, Legislativo e Judiciário acordem para a realidade.

Os últimos golpes: implantação dos Refis 1, 2, 3, 4 e 5 favorecendo os caloteiros; favorecimento às filantrópicas² de todos os calibres e todos os “políticos”; incorporação da Receita Previdenciária pela Receita Federal, com 4 mil auditores fiscais e 5 mil servidores de nível médio; transferência da dívida ativa do INSS inicialmente para a AGU e depois para a PGFN; redução pelo Supremo do prazo de decadência (prescrição) dos débitos de 10 para 5 anos; inclusão da desoneração previdenciária, sem que o Ministério da Previdência fosse consultado, na proposta de reforma tributária; ampliação da renúncia previdenciária para o Supersimples, sem que igualmente o Ministério da Previdência fosse consultado; instituição da renúncia previdenciária para os produtores e exportadores de produtos de informática, sem que o Ministério da Previdência fosse consultado.

Nunca dantes neste país o Ministério da Previdência foi tão esquecido, humilhado, ultrajado, apesar de contabilizar 35,5 milhões de segurados contribuintes e 25,5 milhões de segurados beneficiários, uma clientela maior do que as populações da Colômbia, Argentina, Paraguai e Uruguai.

E os ministros, o que fizeram? Nada. Rigorosamente se omitiram. Por incompetência, despreparo.

Agora, o último golpe.

O Judiciário acaba de adotar entendimento de que apropriação indébita contra a Previdência Social não é crime, mas somente um “desvio” do dinheiro que se descontou do empregado e dele se apropriou por alguma necessidade premente e, por isso, não recolheu.

A extensão do entendimento determina que o INSS terá que comprovar que o santo empresário agiu de má-fé. Em tese, o INSS terá que se transformar em delegacia de polícia e investigar onde o santo empresário aplicou o dinheiro descontado do trabalhador para financiar o RGPS que não foi recolhido no dia certo e preciso, como fazem 90% dos empresários do país. Só será crime se o santo empresário tiver tido lucro ou usado tais recursos em proveito próprio ou na aquisição de bens.

Emplacaram uma firula jurídica onde não cabia. Secularmente, apropriação indébita era o desconto do INSS do trabalhador e não repasse ao próprio INSS. Coisa simples de ser verificada pela fiscalização. O empresário salafitário que assim agisse poderia ser preso e executado.

Recordo vários ministros da Previdência batendo às portas da Justiça, em todas as sedes dos Tribunais Regionais Federais e nas Procuradorias da República, levando pilhas de processos

sobre apropriação indébita, solicitando a prisão dos apropriadores.

Lamentavelmente, neste tempo de impunidade generalizada, fizeram mudar o entendimento. Não só as algemas estão sendo abolidas, mas todas as regras de decência, de dignidade, de ética, de valores.

Uma safadeza de monta, pois qualquer turista do Gabão sabe que o INSS, privado de sua Receita, sem auditores fiscais e sem procuradores, está impedido de fiscalizar, cobrar, arrecadar, recuperar créditos. Não terá condição de provar nada, e a PGFN, com 10 milhões de processos para cobrar, 7,0 milhões só da Receita Federal, não terá condições de sair à cata dos apropriadores indébitos...

Melhor faria o Judiciário se baixasse uma de suas Súmulas proclamando: Todo aquele que praticar a apropriação indébita contra a Previdência Social terá honras de chefe de estado! Ou outra Súmula: Roubar a Previdência Social não é crime!

O outro lado da moeda: Uma senhora, noutro dia, foi presa por não pagar pensão alimentícia durante três meses. O juiz não quis nem saber se ela estava precisando do dinheiro, se estava ou não desempregada, mandou para o xilindró, para a cadeia, junto com outros presos de alta periculosidade, delinquentes, ladrões, estupradores, etc. Há pouco tempo, em São Paulo, uma senhora, pobre, negra e desempregada, acabou na prisão por ter roubado um pote de margarina em um supermercado. As prisões e delegacias estão abarrotadas de pobres, negros, nordestinos por delitos menores, pois não têm como pagar advogados, e a justiça gratuita no país é tão ruim quanto os serviços de saúde e as escolas públicas...

Novamente a Previdência foi “ferida de morte” com esta decisão de que o mau patrão que desviou o dinheiro do trabalhador, dele se apropriou, só pagará a apropriação indébita se ficar provado que obteve lucro com o dinheiro que deixou de ser dele no momento em que fez o desconto em folha.

No entanto, a Previdência vai ter de pagar benefício ao trabalhador dessas empresas, se um dia se acidentarem, se aposentarem, enfim, solicitarem qualquer benefício. Trata-se de um direito adquirido. O trabalhador não é responsável se o empregador desconta e não recolhe.

O Estado é responsável pela fiscalização, arrecadação e recolhimento. Não pode o Judiciário transformar a exceção em regra, não pode oficializar o calote, não pode prejudicar a sociedade como um todo em benefício de um punhado de caloteiros, safados e desclassificados.

A mãe Previdência terá que arcar com o ônus do caloteiro, pagando o benefício sem o devido custeio.

O Judiciário, que estimula e favorece a impunidade, deve repensar os mecanismos de defesa do Estado e da proteção social, razão principal da Previdência Social.

Fui levado a concluir que, se não tivermos a cobertura da lei para que os devedores da Previdência paguem o que devem para manter o equilíbrio atuarial do RGPS, só nos resta chorar. Apropriação é roubo, até prova em contrário. Roubo é crime. Este é, felizmente, o entendimento dos mortais e dos brasileiros de 2ª classe. Os de 1ª vivem no mundo das espartezas e das expertises.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/09/2008

Fatorama, Brasília/DF – 14/09/2008

Estadão do Norte, Porto Velho/RO – 29/08/2008

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 29/08/2008

Tribuna do Norte, Natal/RN – 04/09/2008

Correio da Paraíba, João Pessoa/PB – 05/08/2008

Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 07/09/2008

Notícias COBAP, Brasília/DF – 09/09/2008

Diário do Norte do Paraná, Maringá/PR – 09/09/2008

Valor Econômico, São Paulo/SP – 11/09/2008

A Frente Informa, Brasília/DF – 11/09/2008

A Notícia, Joinville/SC – 20/09/2008

AUMENTO DE SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

O Governo federal concedeu aumento para os servidores da Previdência Social, mais especificamente do INSS, a partir de julho de 2008 até julho de 2011, que varia de 29,4% a 141,8%. Muitas de nossas perdas foram repostas, mas nem todas.

Seguimos sendo uma das categorias de mais baixa remuneração do Estado brasileiro, considerando-se autarquias, agências e fundações. Se levarmos em conta nossas atividades voltadas para 36 milhões de segurados contribuintes e 25,5 milhões de segurados beneficiários, movimentando mais de 36 milhões de processos/ano, somos, de longe, a de menor remuneração.

Por mais que a ANASPS tenha lutado, junto a *todos* os ministros da Previdência Social, nos nossos 16 anos de vida, de 1992 a 2008, ainda não vimos melhorias efetivas para a massa dos servidores. Mas assistimos a velhos companheiros nossos, como auditores fiscais, procuradores e médicos peritos, alcançarem remuneração digna e compatível com suas atividades.

O desalento maior recai sobre os aposentados e pensionistas, que estão sendo massacrados desde FHC, quando se rompeu a isonomia entre ativos e inativos, levando o Estado brasileiro a patrocinar uma discriminação odiosa, vil e desclassificante contra os que deram sua vida pelo serviço público federal.

A ANASPS, no seu papel de legítima representante da maioria dos servidores da Previdência Social – pois temos 53 mil dos 80 mil servidores ativos e inativos nos nossos quadros –, na gestão do ex-Ministro Luiz Marinho, apresentou um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, elaborado por especialistas. Um plano ousado de valorização e dignificação da categoria, adotando a remuneração por subsídio, incorporando as gratificações e nos colocando, pela primeira vez, no plano de remuneração de agências, autarquias e fundações com as mesmas responsabilidades funcionais, e sem punir os aposentados.

O ex-ministro Marinho levou o plano até o Presidente Lula e o encaminhou a outros órgãos com competência para estudar a matéria. Lamentavelmente Marinho foi disputar mandato e nos deixou órfãos.

Na Previdência Social, tivemos a colaboração do Secretário Executivo do MPS, Carlos Gabas, colega previdenciário oriundo de São Paulo que, além de conhecer os problemas salariais dos servidores, mostrou-se sensível em equacionar, pelo menos em parte, o calvário do previdenciário que, anos após anos, pena sem um aumento salarial decente. Foi fundamental seu papel na condução das discussões com as diversas entidades.

Tivemos também apoio do Presidente do INSS, Marco Antonio Oliveira, e do Diretor de Recursos Humanos do INSS, Dedilson Nunes, que ao chegarem ao INSS, logo constataram o descompasso da missão do órgão com a gestão de pessoas. Surpreenderam-se com o desgaste e o sucateamento da Previdência, numa tentativa de desmonte igual ao da saúde pública, com fins de atender aos interesses do capital privado. Identificaram os problemas mais prementes e encaminharam soluções pontuais com a criação de equipes de trabalho.

Reconheceram a importância dos recursos humanos e sua valorização.

Propuseram soluções ousadas, especialmente na reposição de pessoal, através de concurso, capacitação e treinamento, na melhoria do atendimento, na recuperação das instalações, muitas delas caindo aos pedaços, fornecimento de material de trabalho, equipamentos, programas e sistemas. Administraram o caos que lhes foi legado por antecessores, que cederam quase seis mil servidores para a Receita e a AGU/PGFN, agravando distorções, e se espantaram com o quadro de desigualdades quando levantaram o salário de cada servidor. O achatamento salarial e desvalorização dos servidores desmotivaram os servidores e levaram algumas centenas a buscar melhores condições de vida em outras unidades públicas.

A chegada do Ministro José Pimentel, parlamentar conhecedor de previdência, pois foi relator de uma das reformas, homem de governo, sensível também aos problemas dos servidores, nos encheu de esperança. Chegou manso e tranquilo, senhor de si e dos anéis. Manteve a equipe do ex-ministro Marinho, o que foi um bom começo, e abraçou a causa de defesa da previdência pública, distanciando-se da pressão do mercado por uma 3ª reforma contra os direitos de trabalhadores e servidores.

Expressou firmeza quando manifestou a intenção de trazer os 40 milhões de informais para a Previdência e abriu o debate sobre a transferência da conta dos rurais para o Tesouro, solução para uma longa pendência que afeta o equilíbrio das contas da Previdência, duas questões da agenda da ANASPS.

Solicitamos ao Ministro audiência, prontamente concedida, para levar-lhe nossos pleitos em relação ao servidor, e fomos surpreendidos pelo relato de como seria o acordo salarial proposto pelo governo. Concordamos, em tese, com seus termos, visto que há significativos ganhos para os servidores ativos – se observarmos o longo período em que nenhum reajuste foi concedido aos servidores –, ainda que distantes de nossa proposta inicial. Ainda registramos a ressalva de que gostaríamos de um estudo mais apurado com relação ao aposentado e ao pensionista, por entendermos que a paridade é necessária para que não tenhamos amanhã servidores de segunda categoria, mesmo porque, as necessidades básicas dos inativos são as mesmas dos ativos, ou até mais.

O ministro nos ouviu, protocolou nosso documento e disse que gostaria de continuar dialogando com as entidades representativas. Esperamos que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários saia do papel e seja implantado para que os servidores tenham perspectiva de dias melhores, servindo à Previdência e ao Brasil. A tabela de vencimentos prevê 30 e 40 horas, no entanto, hoje não existem mais servidores com 30 horas, a maioria já trabalha mais de 40 horas semanais. Até porque, com defasagem de mais de 11 mil servidores, atendendo a mais de 25,5 milhões de beneficiários, 36 milhões de empresas, e pagando em dia durante 86 anos, sabe muito bem o Ministro que tem em mãos a maior seguradora e o maior programa de proteção social da América Latina, a maior distribuidora de renda do país e um dos maiores programas de financiamento dos Municípios brasileiros.

Tereiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/08/2008

Fatorama, Brasília/DF – 10/08/2008

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 03/08/2008

O Jornal, Maceió/AL – 05/09/2008

Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG – 17/09/2008

A PREVIDÊNCIA DOS POBRES SERÁ A PREVIDÊNCIA DOS MISERÁVEIS

Por Paulo César Régis de Souza

O Brasil tem o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome que, na realidade, é de Assistência Social, que fomenta programas assistencialistas, paternalistas, coronelistas, proselitistas, etc. e tal. Tem também o Ministério da Previdência Social, que gerencia os escombros previdenciários do país.

O modelo de Previdência Social, imaginado por Eloy Chaves, que completará 86 anos em 24 de janeiro de 2009, está no chão.

O primeiro pressuposto do modelo, atuarial – não pode haver benefício sem contribuição –, de há muito foi ignorado. Estimo que mais de 40% das despesas ditas previdenciárias se vinculam a benefícios que não tiveram contrapartida de contribuição. Na escalada imposta pelo neoassistencialismo petista, caminha-se rapidamente para os 50%, com forte impacto na previdência urbana.

Quando, no regime militar, em 1971, criou-se o FUNRURAL, um programa assistencial com o rótulo de previdenciário, jogou-se o financiamento na previdência urbana, com o argumento político de que seria preciso resgatar uma dívida social da cidade para com o campo. Ledo engano. Em 1974, quando foi instituído o 1º Ministério da Previdência, a ele se agregou, e a Assistência Social abrigoando, de saída, o FUNRURAL. No mesmo ano, foi implantado outro programa de assistência social, o Renda Mensal Vitalícia (o primeiro programa de renda mínima do país), destinado à concessão de meio salário-mínimo como benefício aos maiores de 70 anos, para resgatar outra dívida social do país para com os seus velhos desassistidos. O financiamento mais uma vez recaiu sobre a previdência urbana.

Em 1990, o MPAS acabou e foi criado o Ministério da Ação Social, que levou consigo apenas um dos dois programas assistenciais, o dos idosos, deixando no Ministério do Trabalho e Previdência Social a assistência social rural, como se fora um programa previdenciário. Lamentável. Perdeu-se a oportunidade histórica de se realizar a segregação, por completo, com base no primeiro princípio atuarial universal de previdência: não pode haver benefício sem contribuição.

Parênteses: de 1923 a 1990, a Previdência Social, com muitas receitas, financiou a saúde dos segurados e beneficiários, assistência médica, dentária, hospitalar, social, psiquiátrica, habitação, alimentação, etc. Em 1983, soou o alarme na Previdência, pois os custos de saúde estavam explodindo. Em 1990, transferiu-se tudo o que era da saúde para o Ministério da Saúde, com financiamento fiscal. Parabéns.

Os rurais foram ficando. De 1990 a 2008, 18 anos, a previdência urbana foi obrigada a financiá-los, já que suas contribuições, especialmente as dos patrões, são ridículas. Em nenhum momento, ninguém, a não ser nós da ANASPS, clamou contra o descasamento da contribuição rural. Mas, ao invés de se ampliar a receita, ocorreu o contrário: em 2002, o governo autorizou a renúncia previdenciária nas exportações rurais, isto apesar de o agrobusiness ter elevadíssimos lucros. Os empregadores e trabalhadores urbanos estão pagando a conta.

Com a Previdência Social entregue a políticos descompromissados com os princípios universais da Previdência e comprometidos com seus bolsos, com o Ministério e o INSS infestados de comissionados, terceirizados e aventureiros, foram estimulados os programas assistenciais

subsidiados, em nome de uma suposta inclusão social (isto na ponta da despesa), e intensificadas as renúncias previdenciárias, precursoras da desoneração total da folha de contribuição dos empregadores (na ponta da receita). A vulnerabilidade sistêmica se acentuou no rastro de uma crise estrutural, com déficits ascendentes.

O governo, para supostamente acabar com o déficit, por pressão externa, do FMI, implantou o fator previdenciário em 1994, terminando por efetuar duas reformas previdenciárias, que cortou direitos sociais e conquistas constitucionais de trabalhadores, ao mesmo tempo que estimulou, por pressão do mercado (leia-se bancos e seguradoras), que os trabalhadores procurassem bancos e seguradoras para comprar planos privados de previdência, já que a Previdência Social pública não garantia mais uma velhice tranquila.

Evidentemente o déficit não acabou. Explodiu. A solução adotada foi a transferência de recursos da Seguridade Social para cobertura e liquidez da Previdência Social.

Acrescente-se que a Previdência Social foi ainda despojada de sua Procuradoria-Geral e de sua Receita Previdenciária, depois de 85 anos de atribulada convivência. A Procuradoria não cobrava a dívida ativa e não recuperava crédito, e a Receita não fiscalizava, convivia com uma sonegação de 30% e uma dívida administrativa incobrável. Criou-se uma imagem desgastante de que Procuradoria e Receita fingiam que cobravam e os devedores fingiam que pagavam, com parcelamentos sobre parcelamentos, etc. Criou-se ainda a imagem de que a PGFN e a Receita Federal são o supramundo da competência. Ilusão.

Nada disso impediu que a Previdência continuasse sendo extorquida pelos programas assistenciais de benefícios subsidiados, na área urbana, voltados para os autônomos, no leque de A a Z, empregados domésticos etc. Chegou-se a admitir que era preciso empreender a universalização previdenciária, botando os 40 milhões de trabalhadores informais na Previdência. Enquanto era discurso, tudo bem, mas na hora de abrir a cancela, surgiram os subsídios, isto é, menor contribuição para um benefício definido.

O resultado tem sido péssimo: os 3 milhões de brasileiros que recebem o benefício assistencial de um salário-mínimo, o Benefício de Prestação Continuada, são pagos pelo Tesouro. Dos 22,0 milhões que recebem benefícios previdenciários, 7 milhões, que são rurais, recebem igualmente um salário-mínimo; e 10,0 milhões, que são urbanos, estão na mesma e desconfortável situação.

No caso dos urbanos, que há 86 anos contribuem para o RGPS, os efeitos têm sido perversos.

O fator previdenciário foi uma violação do contrato social entre o indivíduo e o Estado. Quem contribuiu para um benefício de 10 salários mínimos tem pela frente um benefício de 3, além das dificuldades de tempo de contribuição e outros pedágios. Os 32 milhões de segurados contribuintes vivem momentos de angústia e de incerteza, pois não sabem o que lhes pode acontecer. Por outro lado, quem se aposentou com 10 salários de contribuição, passou a ser empurrado para baixo e acumula perdas anuais com as reposições abaixo da inflação.

Os 17 milhões de pessoas do programa previdenciário que recebem um salário-mínimo, compõem os que neoassistencialistas chamam de “previdência dos mais pobres” – como se fosse correto, digno e admissível pensar-se numa Previdência de sobrevivência –, algo incompatível com a tese atuarial e de pacto de gerações.

Custa acreditar que o novo Ministro da Previdência Social tenha desembarcado no cargo e, antes de se sentar na cadeira, tenha anunciado que a inclusão previdenciária é uma das recomendações do Presidente Lula, e que o INSS vai conceder benefícios sem comprovação, invertendo um processo de 86 anos. A inclusão deve levar para a “previdência dos mais pobres”

feirantes, camelôs, sacoleiros, pipoqueiros, borracheiros, classificados como “microempreendedores individuais”, com direito a não pagar previdência como empregador e de pagar 11% como segurado. Na prática, subsídio de 50% na contribuição e um benefício definido, ainda que de um salário-mínimo! O projeto não é dele. Nos dois casos, a situação da Previdência Social pública vai ser agravada.

Desgraçadamente o mercado quer mais: a “previdência dos miseráveis”, desvinculando os benefícios assistenciais do salário-mínimo.

Estamos descendo a ladeira em alta velocidade.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/08/2008

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 15/08/2008

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 16/08/2008

O Tempo, Contagem/MG – 21/08/2008

DO REFIS 5 À REDUÇÃO DA DECADÊNCIA DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA

Por Paulo César Régis de Souza

O governo tem intenção de propor uma nova Lei de Execução Fiscal, com alternativas para acelerar a cobrança da dívida ativa da União, que beira os R\$ 700,0 bilhões, dos quais R\$ 200 bilhões são do INSS. Só a União tem 7,5 milhões de inscrições em cobrança, no valor de R\$ 503,0 bilhões. Seria bom para o país que isto fosse verdade e pudesse ser implementado.

Neste ano não será, pois o Congresso entrou no recesso eleitoral.

Em 2009, poderá ser, pois será o ano de glória dos caloteiros que estarão, como sempre, dispostos a abastecer o caixa dois das campanhas de senadores, deputados federais, governadores e Presidente da República, em troca de favores fiscais, e não de medidas fiscais que colidam com seus interesses. É notória a aliança entre políticos e caloteiros.

Em tese, quando se fala em cobrar os caloteiros, geralmente o que se vê é uma ampla oferta de benefícios para os inadimplentes que apenas digam querer quitar suas pendências fiscais. Foi assim que nasceram os REFIS 1 (na era FHC), 2, 3 e 4 (na era Lula) no cestão de mensalão, gafanhotos e sanguessugas. Os REFIS surgiram supostamente para recuperar créditos, com redução de encargos e alargamento dos prazos, mas tudo tem sido inútil. A dívida ativa cresce como bola de neve, e na velocidade da banda larga, e nisto há dois consensos explícitos: 1) o governo finge que cobra, e os caloteiros fingem que pagam; 2) para os devedores a dívida é impagável, e para os credores (União) a dívida é incobrável. O acordo foi fechado, e permanece *off line*.

Nesta passada de tartaruga, cobrando-se R\$ 15,0 milhões/ano, para cobrar os R\$ 700 bilhões seriam necessários 50 anos para zerar o estoque de dívidas. Meio século. É para não cobrar.

Há, porém, setores do governo que pensam em dar trancos nos caloteiros, mas não são maioria. Trancos do tipo: bloqueio de bens e contas pela PGFN, a paquidérmica gerência de cobrança da União, coisa hoje só permitida aos juízes federais, em processo longo e tortuoso. É importante insistir que a PGFN tem dificuldade de mapear os bens móveis e imóveis dos ditos

cujos, em sua maioria operando em *off shores* nos paraísos fiscais, em grandes lavanderias.

Outro tranco: a PGFN, e não a justiça federal, poderia indicar junto com o pedido de cobrança os bens penhoráveis e a inclusão dos caloteiros nos cadastros do SPC e do Serasa.

A burocracia, que não dá ponto sem nó, quer, antes ou simultaneamente, que seja criado o Grande Monstro – o Cadastro Nacional de Patrimônio –, com milhares de auditores fiscais, procuradores, analistas, especialistas e técnicos, além de equipamentos de grande porte, para identificar milhões de bens móveis e imóveis da população deste território à beira do Atlântico Sul.

Até ousar sugerir algo simples: um batimento entre CNPJ e CNPF para abertura de empresas. Caloteiro, até prova em contrário, tem pai, mãe, CPF, PIS, CI. Assim, uma vez qualificado como caloteiro, não poderia abrir nova empresa até que acertasse contas com a dívida ativa da União. Nem poderia ter 40 anos para pagar, com 20 de carência..

Temo, com base no direito de dúvida e de suposição, que por trás da proposta esteja o REFIS 5, por conta das eleições de 2010.

Na realidade, nada se faz para a cobrança da dívida ativa da União, que era de R\$ 101,6 bilhões em 1997 e fechou em R\$ 482,0 bilhões em 2007 (excluindo-se a do INSS), quintuplicando em 10 anos. A recuperação de crédito sempre foi desprezível, para a glória dos caloteiros. Em 2007, conseguiu-se apenas R\$ 12,8 bilhões, 2,65%. Diria que tem sido abominável, na linguagem do estadista. Fala-se que não se tem procuradores, que há um procurador para 100 mil caloteiros. O problema é que não há o menor interesse em cobrar.

A Previdência, que não cobra, ainda tem que enfrentar dificuldades adicionais, do imenso agrado dos caloteiros, como a recente decisão do Supremo que, ao considerar inconstitucional os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91, de Custeio da Previdência (17 anos depois), reduziu de 10 para 5 anos a prescrição e a decadência dos débitos previdenciários. Vejam bem: o que valeu por 17 anos na disputa dos butins e dos espólios das dívidas dos caloteiros agora não vale mais. Tudo porque normas gerais em matéria tributária, incluídas as contribuições sociais, só podem ser adotadas por Lei Complementar.

A questão envolveu só R\$ 96 bilhões, entre valores já arrecadados ou em vias de cobrança pela União. Os caloteiros – na época dos folguedos juninos – soltaram foguetes, cantaram vitória, e agora, os que ajuizaram ações até 11/06, vão tentar receber o que pagaram corrigido. Mobilizarão seu exército de prepostos para rapidamente receber o que lhes passou a ser devido, e que ninguém se surpreenda com um crédito suplementar e extraordinário que venha a ser aprovado na última hora do último dia do ano de 2008 pelo Congresso.

Um imenso transtorno nesta infundável novela das dívidas previdenciárias, sejam as administrativas ou as judiciais.

Imaginem a euforia dos caloteiros que esticavam ao máximo o prazo de dez anos para não pagar. Isto vai obrigar não a Previdência, privada de sua Receita, mas a PGFN a trabalhar dobrado para se livrar do entulho velho, com mais de cinco anos, e passar a encarar a realidade de dar velocidade à cobrança do que ficou abaixo dos cinco. Sem falar que a torcida, a galera que aplaude os caloteiros, de lobistas a políticos com mandatos, vão operar para incluir no Refis 5, de 2009, o que tiver que ser pago.

O desagradável nisto tudo é que o governo tem o prazo de cinco anos para cobrar o que lhe devem, mas os devedores cada vez mais obtêm prazos longos para os pagamentos. Estados e Municípios – devedores públicos – ganharam 20 anos para não pagar o que devem. Devedores privados estão na mesma batida, junto a senadores e deputados, insistindo que a isonomia deve chegar à sua horta. As santas casas puxam a fila, que tem clubes de futebol, federações desportivas,

filantrópicas, instituições sociais, etc. Isto, numa hora em que o ministro da Fazenda embutiu a desoneração da contribuição previdenciária na reforma tributária.

Ficando no plano previdenciário, que é o que interessa, cada vez aperta-se mais o cerco à Previdência Social pública. Diante do amplo desinteresse em se discutir o financiamento do RGPS, fica implícito que o governo está satisfeito com o novo modelo em curso, em que o déficit é amplamente coberto por recursos da Seguridade Social, a concessão de benefícios é retardada e os valores, tanto na concessão como na manutenção, estão sendo achatados, com a omissão, por ignorância, da classe política e das lideranças sindicais.

Temo pelo pior, como já escrevi: Com a desoneração acelerada, a Previdência Social pública está mingando, crescendo a previdência dos planos privados, ainda que impactada pela crise financeira mundial, sendo substituída pela Assistência Social, paternalista e proselitista, com benefícios subsidiados (sem relação atuarial) em nome de uma inclusão social que é sinônimo da previdência dos mais pobres e dos miseráveis.

O Brasil está jogando no ralo a Previdência Social pública, que foi orgulho e símbolo de segurança de gerações, e implantando um modelo que dissemina a incerteza, a intranquilidade e a miséria para uma crescente população de idosos.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/07/2008
O Liberal, Belém/PA – 02/08/2008
Diário da Manhã, Goiânia/GO – 05/08/2008
Jornal O Dia, Teresina/PI – 06/08/2008

O Girassol, Palmas/TO – 06 a 12/08/2008
O Liberal Regional, Americana/SP – 08/08/2008
Jornal do Commercio, Manaus/AM – 08 e 09/08/2008
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ – 11/08/2008

O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO

Por Paulo César Régis de Souza

Anuncia-se que o Congresso aprovará ainda este ano o projeto de lei do Executivo, de setembro de 2007, instituindo um regime de previdência complementar para os servidores federais através do Funpresp – Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público.

Um dos dados em destaque é que a contribuição do Executivo seria de 11%, e não de 7,5% como propusera.

Ainda se discute se teremos um fundo único para os servidores dos três Poderes ou fundos setoriais, como querem os servidores do Legislativo e do Judiciário.

A partir da criação do fundo de previdência complementar do servidor, as pessoas que ingressarem no serviço público vão contribuir para o regime de previdência do servidor com uma alíquota de 11%, até o valor correspondente ao teto do INSS. Se o funcionário quiser ter uma aposentadoria acima do teto, deverá contribuir com o fundo de previdência complementar, com uma alíquota de 7,5% sobre o valor do salário que exceder o teto do INSS.

A ANASPS não é, e não será contra a previdência complementar dos servidores.

O modelo de previdência complementar mostrou-se eficiente para inúmeras categorias do setor público e privado, malgrado o uso político dos fundos públicos pelos governos e a notória incapacidade do Ministério da Previdência Social de ter quadros para a

fiscalização, controle e auditoria. Nunca houve, desde 1974, quando se criou a Secretaria de Previdência Complementar, preocupação em dotá-la de quadros capacitados. Nenhum concurso foi realizado com finalidade específica. A ANASPS insiste na mudança deste modelo, da mesma forma que insiste na transferência das atividades da Previdência Complementar Privada, os tais planos de previdência, para o âmbito do MPS, tirando-as da Fazenda. Imaginar que a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados tem condições de fiscalização, controle e auditoria é uma farsa.

Por outro lado, em diversas oportunidades expressamos preocupação com o financiamento do fundo.

A última crise estrutural deles, com um baita descasamento entre receita e despesa, foi sanada, em parte, com a implantação da contribuição e do benefício definido.

Não há nenhum compromisso do atual Governo, como não houve de outros governos, em pagar a sua parte na Previdência.

Historicamente, o governo foi e ainda é o maior sonegador de sua Previdência, o IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dos celetistas, no INSS. Continua sendo sonegador do Plano de Previdência Social – órgão – e do Plano de Previdência Social – servidor –, até no processo químico contábil, pois não há o menor indício de responsabilidade fiscal no processo. Custa crer, mas os governos federal, estadual e municipal são os maiores devedores do INSS, apesar da criminoso adoção de um prazo de pagamento por 20 anos. Falta seriedade no trato das questões previdenciárias.

Como acreditar que haverá mudanças de atitudes no futuro?

O que vemos na prática é uma dolorosa mistificação da verdade previdenciária.

O pessoal do Legislativo e do Judiciário deve ter muito cuidado ao querer entrar no fundão! Correm sérios riscos. O discurso da harmonia dos poderes é rastaquera, quando o que deveria prevalecer é a interdependência dos poderes.

O mesmo aconteceu com o discurso da isonomia. Há muitos anos que ela não existe mais entre os vencimentos dos três poderes. Se houvesse, o Executivo não teria uma remuneração tão baixa. O próprio Executivo empenhou-se em acabar com a isonomia entre civis e militares e entre servidores ativos, aposentados e pensionistas. O fim da isonomia foi a poderosa arma do Executivo para nivelar por baixo os seus servidores, levando-os ao empobrecimento.

Com o fundão acena-se para impingir aos servidores públicos o teto do INSS, como é em relação aos demais fundos.

Só que, na calada da noite, o piso do INSS foi equiparado ao salário-mínimo, mesmo porque a Constituição de 1988 não permite piso inferior, mas o teto do INSS foi desvinculado do salário-mínimo e transformado em “teto do salário de benefício e do salário de contribuição do INSS”, num vergonhoso processo de degradação, contra o qual as lideranças dos trabalhadores se omitiram, enquanto se aparelhavam nas tetas do Estado e do Governo. O tal teto, em abril de 2008, chegou a R\$ 3.038,99, 73,22% do teto que fosse de dez salários mínimos, como ainda está no imaginário popular, que seria R\$ 4.150,00.

Isto significa dizer que o servidor terá o teto do INSS, mas já começará perdendo, pois, ao contrário da afirmação de que seria de dez mínimos, na realidade não será. Mais: a tendência é de que no INSS o teto continue desabando, como quer a Fazenda, que aponta em duas direções: reduzir o valor dos benefícios assistenciais a 75% do mínimo e introduzir o teto de um mínimo para os benefícios previdenciários.

Isto como solução definitiva para acabar com o déficit da Previdência Social pública e com ela própria. É previdência chinesa de R\$ 1,99 a que invariavelmente me refiro ou, como os especialistas chamam, de “inclusão previdenciária” ou a “previdência dos mais pobres”.

Então, colocar no fundão uma relação de dependência do benefício mínimo do INSS é o mesmo que deixar para o servidor a missão de se autoprocurear para buscar um benefício digno no futuro.

O “terrorismo de Estado” informa que “o déficit da previdência da União, Estados e Municípios aproxima-se de R\$ 100 bilhões, mais do que o dobro do rombo do INSS”. Já escrevi uma vez que este déficit só acabará se for instituída a desaposentadoria dos civis e a desreforma dos militares. Mais grave do que o déficit da previdência dos servidores, que financia vidas quando estas pessoas estão no fim, é o superávit primário, que financia a cadeia da felicidade dos bancos e do capital especulativo.

É vilania em cima de vilania.

Nos séculos XVIII, XIX e XX, no Império, na República Velha e na Nova República, os servidores sempre tiveram seus vencimentos, aposentadorias e pensões embutidos no custo da máquina pública, tal como acontece no setor privado. No século XX, com os servidores sendo terceirizados, comissionados, pré-pagos e com código de barras, que fizeram o magnífico inchaço da máquina pública (com os vivos do nepotismo), subitamente descobriram a pólvora. O custo dos servidores tem que se descolado do custo da máquina... Se houve, e há excessos, supervantagens, direitos, brechas legais, mordomias, que fosse tudo corrigido, e não penalizada a massa dos servidores com um discurso dos mais cretinos.

De 1.141.087 servidores federais, ativos e inativos, 2,9% recebem até mil reais; 29,8% entre 1.000 e 2.000 reais; 29,5% entre 2.000 e 3.000 reais; 29,1% de 3.000 a 8.500 reais; 8,7% acima de 8.500 reais.

Os controles implantados nos últimos tempos entre os ativos e os inativos, especialmente na 2ª reforma da Previdência, que instituiu a contribuição previdenciária dos inativos, sem contrapartida, uma aberração previdenciária confirmada pelo Supremo, corrigiram muitas das distorções. O chamado abate/teto podou a frondosa árvore dos supersalários

Da mesma forma, FHC e Lula consagraram uma “política de recursos humanos” que já banuiu o acesso dos mais pobres ao Serviço Público Federal. Antes, estes entravam como porteiros, motoristas, faxineiros, ascensoristas, seguranças, copeiras, pessoal de limpeza e asseio, carpinteiros, eletricitistas, etc. e foram agrupados em auxiliares operacionais de serviços diversos. Na busca de financiamento eleitoral, as empresas de terceirização de mão de obra foram agraciadas com tais serviços e os trabalhadores deixaram de ser servidores públicos. Uma ignomínia e uma discriminação odiosa que teve efeito cascata na União, Estados e Municípios.

Estes vão direto para a “previdência dos mais pobres”.

Quanto aos demais servidores, devemos todos ficar atentos a cada passo dado, pois o “saco de maldades” continua aberto, e nele cabem todas as ações de quem não tem compromisso com a nação, mas com seus interesses privados.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/07/2008

O Jornal, Maceió/AL – 09/07/2008

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 09/07/2008

O Estado MS, Campo Grande/MS – 09/07/2008

Jornal de Tocantins, Palmas/TO – 10/07/2008

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 12/07/2008

A Notícia, Joinville/SC – 15/07/2008

Gazeta Mercantil, Jundiaí/SP – 22/07/2008

Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 22/07/2008

Jornal Legis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo

Federal e do Tribunal de Contas da União) – Julho de 2008

DISPARA O DESMANCHE DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

A vingança do Ministro da Fazenda e de seu fiel escudeiro, seu Secretário Executivo, contra os que se opuseram no Governo à 3ª reforma da Previdência tem sido maligna.

Cansaram de insistir na 3ª reforma, inventaram o Fórum, mandaram os especialistas, terceirizados, pré-pagos e com código de barra, vender a qualquer preço e na marra o ideário da reforma e seu corolário.

Nos debates da reforma, o *ideário* ficou muito claro:

- adoção de idade mínima;
- manutenção do fator previdenciário;
- volta do abono para quem permanecer trabalhando, mesmo com tempo de contribuição (35 anos) e idade mínima;
- fim da pensão integral;
- redução da pensão para 75% da aposentadoria;
- eliminação da extensão da pensão;
- redução do auxílio-doença;
- desvinculação dos benefícios assistenciais do salário-mínimo;
- fixação dos benefícios assistenciais em 75% do mínimo;
- segurado desempregado teria contribuição subsidiada para não perder a qualidade de segurado;
- fim das aposentadorias e pensões cumulativas;
- aposentado por invalidez que voltar a trabalhar contribuindo para o RGPS teria que abrir mão da aposentadoria;
- manutenção da contribuição subsidiada para os “mais pobres”, os informais, autônomos, domésticos e trabalhadores rurais;
- manutenção da contribuição subsidiada para os “mais ricos”, os produtores rurais.

O *corolário* – o mais importante – é a chilenezização da Previdência Social brasileira, como querem os 6 milhões de patrões, a extinção pura e simples da contribuição patronal sobre a folha. A desoneração total.

O argumento fazendário/fiscal é simples: a contribuição patronal não é mais significativa para o financiamento do RGPS, além de criar problemas insondáveis para a administração da Receita e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, já que os R\$ 300 bilhões de dívidas dos caloteiros jamais serão cobrados e pagos. O custo/benefício para o Tesouro é elevado. São 8 milhões de registros contábeis. Tem REFIS, senadores, deputados, governadores, goelões, corruptos, financiamento de campanha, caixa dois, *habeas corpus*, agravo de instrumento, foro privilegiado, etc...

Tem um porém: zerar a contribuição patronal, na forma da renúncia contributiva, é fácil. Mas arrecadar a contribuição patronal descontada dos trabalhadores é um problema para o qual, em 84 anos de Receita previdenciária autônoma e autárquica, o INSS não encontrou

solução racional. Os praticantes da apropriação indébita são como os narcotraficantes: surgem aos montes, de debaixo da terra, como ervas daninhas e formigas.

A solução da Receita é radical: os trabalhadores também não contribuiriam mais para o INSS. Só para bancos e seguradoras, se quiserem se aposentar. Por enquanto, a Fazenda ainda não disse o que vai fazer com os 32,5 milhões de segurados contribuintes.

O problema da desoneração total tem outro porém, que é o afundamento do INSS. Se hoje ninguém se aposenta com 10 salários, no máximo com dois/três, com a desoneração, o bravo povo brasileiro será todo mandado para o inferno, para a pobreza e a miséria, compondo uma população de miseráveis. Teremos finalmente a demagogia da “inclusão previdenciária”, ou a previdência dos “mais pobres”.

Mas a engenhoca dos comissionados, terceirizados, pré-pagos e com código de barra funciona de outra maneira. Tudo bem, querem aposentadorias acima de um salário-mínimo? Então procurem um banco ou uma seguradora e comprem um plano de previdência (na realidade um título de capitalização ou de investimento, com incentivo do Imposto de Renda). Se oito milhões já compraram, bancos e seguradoras acreditam que outros 15 milhões poderão comprar. Será ótimo para o mercado e para a Bovespa chegar aos 100 mil pontos, o petróleo a 200 dólares o barril e o dólar a um real! O Brasil ultrapassará a China, e Lula terá o 5º mandato.

O que fazer com os 25 milhões de aposentados e pensionistas. Virem-se. Entupam os tribunais de ações. O que fazer com os atuais 32,5 milhões de segurados contribuintes? Virem-se. Batam às portas dos tribunais. O que pactuaram não vale mais.

O Presidente Lula decidiu que a Previdência não tinha déficit. Ninguém da Fazenda ousou desmentir. Na Previdência, ninguém mais falou em déficit, mas em “necessidade de financiamento”. O déficit seria resolvido por MP. Não foi. Por projeto de lei do Executivo. Não foi. Por portaria conjunta dos Ministros da Fazenda e da Previdência. Não foi. Por portaria do Ministro da Fazenda. Não foi. Então, ficou como estava. O que era déficit virou “necessidade de financiamento”.

Mas se as contas da Previdência têm déficit, o fluxo de caixa do INSS não tem. Por quê? Porque na coluna de receitas entram as transferências da União, maciços recursos da Seguridade Social, Cofins e CSLL, que ajudam a fechar as contas, transformando o déficit contábil em figura de ficção. Por acidente de percurso, aconteceu o previsto na Constituição de 88: a Seguridade Social passou a financiar a Previdência.

Para a Fazenda nada é impossível. Basta ver o que fizeram com a Receita Previdenciária. Acabaram. Devoraram.

Temia-se que a desoneração da contribuição patronal do INSS viesse lentamente, mediante um certo respeito da Fazenda para com a Previdência, desmoralizada e decapitada desde que perdeu o comando sobre sua receita. Na calada da noite, foi incluída no pacote da reforma tributária. O Ministério da Previdência, quando soube, ensaiou um leve protesto, mas engoliu em seco.

Ainda não é a renúncia total, mas parcial, de 6%, reduzindo de 20% para 14%, que representarão R\$ 18 bilhões na receita líquida do INSS, que serão, naturalmente, cobertos pela Seguridade Social. O processo foi deflagrado.

Mal o pessoal absorvia o golpe pelas costas, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio lançou o pacote industrial e incluiu a desoneração de 50% da contribuição previdenciária dos exportadores de informática. Outro rude golpe.

Sem que nem o Presidente Lula soubesse, este se tornou copiador da desoneração da contribuição previdenciária dos exportadores agrícolas, instituída por seu antecessor FHC, que iniciou o desmanche da Previdência Social pública com uma chuva de ministros liberais de parcas ideias e poucas luzes.

Infelizmente, nem o Ministro Marinho, o único dos cinco ministros do Presidente Lula que se interessou pela Previdência, conseguiu impedir o desmanche da Previdência Social pública.

Lamentável em tudo isso é a omissão das lideranças dos trabalhadores, que aplaudiram a 2ª reforma, de cabo a rabo, contra os trabalhadores e os servidores, em troca de “boquinhas” e “boconas” na República do ABC.

Pinochet, que deletou a Previdência Social do Chile, refundou o assistencialismo dos “mais pobres” para glória do neoliberalismo e do neocapitalismo. Se o PT não acabar no Irajá, está a caminho, abraçando uma causa de Pinochet, depois de 27 anos, que os chilenos querem esquecer. Lá estão recriando, com dificuldades, a Previdência Social do Chile.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/06/2008
Fatorama, Brasília/DF – 13/07/2008
Estado de Minas, Belo Horizonte/MG – 11/06/2008
O Liberal Regional, Americana/SP – 17/06/2008
O Paraná, Cascavel/PR – 27/06/2008
Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG – 30/06/2008

O QUE SE ESCONDE POR TRÁS DO FATOR PREVIDENCIÁRIO

Por Paulo César Régis de Souza

Meus amigos, vi muita coisa nos últimos dias contra a extinção do fator previdenciário.

Joias do absurdo, diria. Pérolas de má-fé, de sandices, de inverdades.

Coisas dignas da fina flor de supostos “especialistas” em Previdência, terceirizados, pré-pagos e com código de barra.

Coisas de terrorismo de Estado. Do mesmo gênero que antecedeu à derrubada da CPMF. Se acabar o fator, as despesas da Previdência chegarão aos 23% do PIB. Se acabar, é o caos. Se acabar, o tempo de contribuição passará de 35 para 42 anos. Em 10 anos, o fator previdenciário gerou uma economia de 10,1 bilhões, sendo R\$ 23,1 milhões em 2000 e R\$ 3,4 bilhões em 2007!

Mas não dizem quantas vidas foram sacrificadas, quanto de infortúnio, infelicidade, desesperança se disseminou. Não admitem que foram desrespeitados os direitos adquiridos, as garantias constitucionais. Ignoram o pacto de gerações que modela a Previdência e mandou milhões de aposentados e pensionistas para o desespero e a frustração! Muito disso nem pode ser mensurado!

Vejam vocês o absurdo dos que defendem o tal fator: o valor médio dos benefícios concedidos pela Previdência foi de R\$ 304,00 em 2000 (mínimo de R\$ 153); R\$ 339,81 em 2001 (mínimo de R\$ 175,00); R\$ 379,66 em 2002 (mínimo de R\$ 198,00); R\$ 451,00 em 2003 (mínimo de R\$ 234,00); R\$ 471,65 em 2004 (mínimo de R\$ 257,00); R\$ 524,70 em 2005 (mínimo de R\$ 290,00); R\$ 579,10 em 2006 (mínimo de R\$ 340,00); R\$ 614,76 em 2007 (mínimo de R\$ 373,00); e R\$ 654,87 em março de 2008 (mínimo de R\$ 415,00).

Isto é muito grave. Na concessão, foram 25,3 milhões de benefícios concedidos entre janeiro de 2000 e março de 2008 – como se tivesse esvaziado todo o estoque de benefícios do INSS, já que hoje temos 25,3 milhões de benefícios em manutenção. Vejam que houve um espetacular achatamento no valor dos benefícios, na média não chegando a dois salários-mínimos.

O sonho de se aposentar com 10 salários virou pó. Foi pro espaço. Sonharam que teriam segurança e tranquilidade na velhice. Encontraram, com a guilhotina do fator previdenciário, a insegurança, a incerteza, a incredulidade. Tudo virou pesadelo, desventura, desalento, estresse, depressão, empobrecimento e miséria para esta massa que é maior do que a população do Chile.

Só nós da ANASPS colocamos na mesa esta cruel realidade. Desminta-nos, se estivermos errados. O governo sabe disso. Os números não são nossos, são do MPS.

Se na concessão o desastre humano e o crime de lesa-humanidade foram quase perfeitos (como o crime praticado contra a pequena Isabela Nardoni, em São Paulo), na manutenção a vilania e a covardia foram do mesmo calibre: em 2000, 19,5 milhões de benefícios, valor médio R\$ 274; em 2001, 20,0 milhões, valor médio R\$ 309; em 2002, 21,1 milhões, valor médio R\$ 345; em 2003, 21,8 milhões, valor médio R\$ 415; em 2004, 23,1 milhões, valor médio R\$ 449; em 2005, 23,9 milhões, valor médio R\$ 473; em 2006, 24,5 milhões, valor médio R\$ 513; em 2007, 25,1 milhões, valor médio R\$ 540; em março de 2008, 25,3 milhões, valor médio R\$ 579.

Mais um detalhe importante: na manutenção, a clientela urbana saltou de 13,0 milhões em 2000 para 17,6 milhões em março de 2008. Já a rural evoluiu de 6,4 milhões em 2000 para 7,7 milhões em março de 2008.

Isto não aconteceu em governo militar, em governo liberal, em governo social-democrata, mas no governo dos trabalhadores, que reduziu direitos sociais e conquistas constitucionais de servidores públicos e trabalhadores privados e taxou os inativos supostamente para reduzir o déficit. Inacreditável...

Uma pergunta às “zelites”: algum de vocês gostaria de se aposentar com tais valores contabilizados na concessão e na manutenção?

O que diriam às vossas esposas ou companheiras e aos vossos filhos e filhas? Não se envergonhariam de ter passado 35 anos contribuindo para o INSS? Não condenariam os dirigentes de seu país, que mudaram as regras da previdência para prejudicá-lo e destruir o que lhe restar de futuro? Já que o fator é ótimo, por que não aplicá-lo aos banqueiros, Ministros dos Tribunais Superiores, Presidente da República, senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos?

O “homem cordial” brasileiro, o “pacato cidadão”, as pessoas de “bom coração” suportam com estoicismo, indiferença e resignação tanta opressão e destruição de valores humanos tão importantes, derivados do pacto de gerações da Previdência.

Só nós da ANASPS, com dados do MPS, afirmamos: o fator previdenciário foi criado para reduzir o déficit da Previdência. Mas este só avançou entre 2000 e 2008, sendo de R\$ 12,9 bilhões em 2000; R\$ 15,2 bilhões em 2001; R\$ 18,3 bilhões em 2002; R\$ 28,6 bilhões em 2003, R\$ 32,7 bilhões em 2004; R\$ 38,2 bilhões em 2005; R\$ 44,9 bilhões em 2006; e R\$ 46,0 bilhões em 2007.

De 2000 a 2007 o déficit explodiu, alcançando R\$ 236,8 bilhões, 10,15% do PIB de 2007. Só período Lula, 2003/2007, em que se aprovou a 2ª reforma da Previdência, igualmente para reduzir o déficit, este alcançou a estratosférica quantia de R\$ 190,4 bilhões, equivalente a 8,16% do PIB.

Pergunto-me com que autoridade moral, fiscal, contributiva, esses senhores, que mentiram todo o tempo e o tempo todo proclamando que o fator previdenciário e a 2ª reforma da Previdência reduziriam o déficit, defendem um sistema cruel para os seus cidadãos. E o pior, com requinte de cinismo, arrogância,

certamente porque os brasileiros, de um modo geral, desconhecem os meandros da Previdência.

Gostaríamos que nos contraditassem, pois esses senhores usam da mentira e da desfaçatez para, além de manter o fator previdenciário, insistir na 3ª reforma da previdência com um único propósito: desvinculação total dos benefícios do mínimo, suprimindo o dispositivo da Constituição segundo o qual nenhum benefício será inferior ao mínimo, e acabar com a contribuição patronal, com desoneração total.

Traduzindo o sonho de consumo desses senhores: os brasileiros passarão a ter aposentadoria chinesa de R\$ 1,99. Quem quiser mais que procure os bancos e seguradoras e comprem planos privados de investimentos (apresentados como a cereja de planos de previdência), que não têm garantias, cobram altas taxas de carregamento e administração, e não são fiscalizados!

Nós da ANASPS insistimos que a Previdência tem conserto. A fixação de uma idade mínima compatível com a expectativa de vida dos brasileiros e dentro de uma proposta atuarial e demográfica aceitável, é uma alternativa ao fim do fator previdenciário. Do mesmo modo, insistimos ser urgente (ninguém fala disso, só nós) uma revisão do financiamento previdenciário, implodido e esfarelado, inclusive com a incorporação da receita previdenciária pela Receita Federal.

Uma 3ª reforma da Previdência, centrada no financiamento, mostrará que temos razão.

Achatar benefícios é a pior alternativa para a Previdência. Vai na contramão da história, vai contra seu princípio elementar: prover a subsistência de quem contribuiu para um final de vida feliz e tranquilo. Reflitamos sobre isso, enquanto há tempo.

Terceiro Tempo, Brasília/DF – 1ª a 15/06/2008

Fatorama, Brasília/DF – 15/06/2008

Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG – 10/06/2008

Folha de Londrina, Londrina/PR – 10/06/2008

Página 20, Rio Branco/AC – 12/06/2008

Gazeta do Povo, Curitiba/PR – 14/06/2008

Notícias do Dia, Florianópolis/SC – 24/06/2008

A Gazeta MT, Cuiabá/MT – 26/06/2008

Diário de Pernambuco, Recife/PE – 25/06/2008

POR QUE O FATOR PREVIDENCIÁRIO DEVE ACABAR

Por Paulo César Régis de Souza

Os arautos do caos previdenciário voltaram à carga. Tudo porque o Senado, depois de anos, derrubou o fator previdenciário. Pressionam para que a Câmara o rejeite. Para isso, usam premissas falsas, números inconsistentes e dados mentirosos. Fazem do apocalipse uma trama de terror fiscal. Ainda falam em déficit da Previdência, que é apenas contábil, quando até o TCU já demonstrou que no âmbito da Seguridade Social as contas estão equilibradas.

O fator previdenciário é, por natureza, um aborto. Reduziu a Previdência Social pública brasileira, que um dia foi fonte, esperança e sonho de gerações, a um escombro com 17,0 milhões de seres humanos recebendo o salário-mínimo.

Liberais e sociais-democratas, com o aval de petistas, lideranças de trabalhadores e patrões, terceirizados, leigos e PhDs pré-pagos e com código de barras, deveriam ter vergonha na cara e no coração. Deveriam ser levados a um Tribunal Internacional de Direitos Humanos por afrontar a nação, por virar as costas a milhões de aposentados e pensionistas e por levá-los à vala comum da miséria, do empobrecimento e da sobrevivência.

O fator previdenciário foi instituído por pressão do FMI no momento em que o país

foi obrigado a fazer o ajuste fiscal e a gerar bilhões de reais para o superávit primário que apenas rola (não reduz) a dívida interna, com juros que fazem a festa do capital especulativo e aumentam os lucros dos bancos e seguradoras que abarrotam os paraísos fiscais.

O objetivo era dificultar e retardar a concessão de aposentadorias e reduzir o valor dos benefícios. Substituiu-se a regra simples, amplamente conhecida, de que o brasileiro se aposentaria com a média de suas últimas 36 contribuições para o INSS, por uma outra que é um enigma complexo, difícil de ser entendida por um vivente comum!

Neste sentido, cumpriu sua finalidade. Os resultados podem ser medidos.

- desde então ninguém se aposenta com dez mínimos. Até fevereiro de 2007, R\$ 3.500,00;

- o teto desabou para R\$ 2.894,28 (fevereiro de 2007);

- o valor médio dos benefícios concedidos situou-se abaixo dos dois mínimos (R\$ 637,06 em fevereiro 2007);

- o valor médio dos benefícios mantidos também tem ficado abaixo dos dois mínimos (R\$ 539,49 em fevereiro 2007);

- o empobrecimento dos 25,2 milhões de beneficiários se expressa pelos 67,93% dos que recebem um salário;

- a desesperança para os 33,2 milhões de segurados/contribuintes que estão no RGPS.

Afirmar, cantando vitória, que o fator já economizou R\$ 10,1 bilhões é um escárnio. É o efeito “Wood Robin”, tirando dos pobres para favorecer os ricos.

Pior do que isso, os R\$ 600/800 bilhões de superávit primário, nos últimos dez anos, transferidos para o capital especulativo externo e interno, com o colosso de uma dívida interna superior a R\$ 1,2 trilhão.

A ANASPS, mantendo sua coerência, sempre se posicionou contra o fator, defendendo o retorno do velho modelo de cálculo de aposentadoria, transparente, mas sem descuidar dos aspectos atuariais da Previdência Social pública. Para isso, mantém-se na defesa de regras universais, como a contribuição mínima de 35 anos, a fixação de idade mínima para o RGPS e uma administração competente da receita previdenciária.

Da mesma forma, a ANASPS insiste na tese de que o problema estrutural (atuarial) da Previdência não está na curva demográfica ascendente, mas na curva decadente do financiamento. A ascendência da curva demográfica resulta da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Isto é positivo. A decadência da curva do financiamento resulta da deliberada desestruturação da receita administrativa, ativa e patrimonial, da transferência de seu comando para entidades não previdenciárias, da sonegação induzida, da evasão consentida, da elisão favorecida, das brechas legais engendradas, da fiscalização omitida, da cobrança retardada, da recuperação de crédito adiada e dos prêmios concedidos aos caloteiros, públicos e privados, com parcelamentos e reparcelamentos e prazos de 20 anos para não pagar. Isto é muito negativo.

Ninguém fala sobre o descasamento do financiamento, mas pede-se mais desoneração. Uma farsa, uma maldade. No caso da previdência rural é um achincalhe.

Portanto, senhores, é preciso compreender que o foco da discussão do fator previdenciário precisa ser examinado sob outro paradigma. O atual, de que a Previdência tem que pagar benefício chinês de R\$ 1,99, é imoral, aéctico, cretino.

Se querem uma Previdência que gere insegurança, desespero, intranquilidade, infelicidade e depressão coletiva às gerações atuais e futuras, mantenham o fator previdenciário numa

ponta e a receita previdenciária no ponto terminal em que se encontra.

Sem dúvida alguma, as consequências, que já são funestas para 17,0 milhões, se agravarão para os outros 33,2 milhões.

Se querem corrigir as distorções reais que levaram a Previdência Social pública a se transformar no maior pesadelo e na maior incerteza das gerações atuais e futuras, acabem com o fator previdenciário, instituem a idade mínima no RGPS e restaurem a receita previdenciária no MPS/INSS, sem concessões e favorecimentos, com determinação de cobrar e punir os caloteiros.

É muito simples falar que o fim do fator previdenciário é demagogia, populismo, e que ameaça a sustentabilidade do RGPS e outras bruxarias. O que está acabando com a Previdência Social pública é a desestruturação do financiamento, a entrega da Receita da Previdência às raposas, aos caloteiros e aos incompetentes. Difícil é mexer no superávit primário e nas suas tetas, que alimentam um capitalismo sem cérebro e um liberalismo sem alma.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/05/2008

Fatorama, Brasília/DF – 11/05/2008

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 14/05/2008

Correio do Estado, Campo Grande/MS – 16/05/2008

Diário da Manhã, Goiânia/GO – 16/05/2008

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ – 18/05/2008

Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC – 19/05/2008

Jornal Primeira Hora, Búzios/RJ – 20/05/2008

O Jornal, Maceió/AL – 21/05/2008

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 22/05/2008

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 22 e 23/05/2008

O Imparcial, São Luís/MA – 30/05/2008

O Estadão, Porto Velho/RO – 03/06/2008

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 03/06/2008

PREVIDÊNCIA SOCIAL: MÃE DE TODOS

Por Paulo César Régis de Souza

Nós, servidores da Previdência Social, principalmente aqueles já prestes a se aposentar, representantes dos servidores da Previdência e da Seguridade Social, diretoria da ANASPS, entidade que congrega mais de 50 mil servidores ativos e aposentados, não entendemos certos “especialistas” em Previdência, quando aplaudem certas medidas e criticam outras, sem mais nem menos, sem qualquer princípio lógico, muito menos coerência.

Nas reformas da Previdência, a 1ª de FHC e a 2ª de Lula, certos “especialistas”, terceirizados ou comissionados, trabalhando no MPS ou no INSS, delas participaram com apresentação de propostas de mudanças, sem compromissos com a Previdência, com a Casa.

Antes das reformas, já concordavam com a situação de crise estrutural, mas nada fizeram para contorná-la, como, por exemplo, combatendo a sonegação, evasão, a baixa qualidade da receita e ínfima recuperação de crédito, as crescentes renúncias contributivas das filantrópicas, do Simples, dos produtores e trabalhadores rurais, e freando os ascendentes favores concedidos aos caloteiros e aos apropriadores indébitos, ou, ainda, dotando as organizações de servidores, máquinas, equipamentos, instalações e programas. Não há notícias de que esta gentilha tenha deixado no MPS e no INSS um só Plano de Trabalho. Se houver isso, gostaria de conhecer.

Antes da 1ª reforma, que feriu as conquistas dos trabalhadores privados, quando o quadro já era crítico, adotaram o famigerado fator previdenciário, de fora para dentro, que só prejudica o

trabalhador que pagou e não vai levar o que pagou. O fator foi impiedosamente criado para retardar e achatar o valor do benefício.

Depois dela, iniciaram o desmonte da Previdência levando os procuradores para a AGU. Na época cobrava-se mal, mas se cobrava. Agora não cobra e protege os caloteiros através dos vários REFIS.

Na 2ª reforma, que suprimiu direitos dos servidores, criaram a excrescência do pagamento de previdência dos inativos. O Brasil é o único país no mundo que cobra.

Depois dela, intensificaram o desmonte, levando os auditores fiscais para a Receita Federal, e junto com eles o nosso orçamento, contabilidade, etc. Fiscalizávamos mal, mas fiscalizávamos, agora não se fiscaliza e não se tem mecanismos de controle sobre o que se arrecada e sobre o déficit.

A partir da 1ª reforma, a Previdência, de sonho e esperança, passou a incerteza e desespero. Neste vácuo, entrou a falsa previdência privada, um investimento de capital com o charmoso nome de previdência, que engana hoje 7 milhões de brasileiros, que não veem mais o seu futuro espelhado na Previdência. Em parte, têm razão, pois há anos que nenhum benefício atinge os 10 salários na concessão, e os reajustes para os benefícios acima do mínimo foram sempre inferiores, e estão empurrando tudo para a vala comum: 70% dos benefícios já estão na faixa de um salário-mínimo!

Todos os Ministros, PhDs, terceirizados, comissionados, arrivistas e oportunistas, alguns com folha corrida inadequada para o exercício do cargo de porteiro, apoiaram e aplaudiram tais medidas, que só destruíram a Previdência e, evidentemente, estão levando à privatização tão desejada e tão aguardada pelos seguradores e banqueiros.

Quase conseguiram fosse mantida a linha mestra da 3ª reforma que visa deixar o INSS concedendo o benefício de um salário-mínimo. Os demais brasileiros que se lasquem ou se danem. Procurem bancos, seguradoras, camelôs.

Devo dizer que me surpreendi com o estilo do Ministro Luiz Marinho que, ao contrário de muitos de seus antecessores, manifestou preocupação com os trabalhadores, com os segurados, com a Previdência.

Reconheceu que recebeu uma herança maldita: instalações precaríssimas, postos em péssimas condições, equipamentos obsoletos e mão de obra escassa e desmotivada, necessitando de treinamento, melhores salários e um plano de saúde decente. Necessitamos hoje de pelo menos 18 mil servidores, e previdência não se aprende em escola ou faculdade, é no dia a dia, na prática, e o número de MPs, leis, decretos, portarias, instruções normativas, ordens de serviços não é pouco.

Vejo uma reação desmedida e feroz a uma proposta do Ministro Marinho para beneficiar os trabalhadores sem-terra, dando-lhes a possibilidade de aposentadoria. Recentemente, numa solenidade do Ministério, o Ministro revelou que na sua infância não soltou pipa. “Minha pipa era o cabo da enxada”...

Os críticos de sua proposta tão atentos e tão contrários a qualquer vantagem (não se trata de benefício porque já existe) para os menos favorecidos de uma sociedade desumana e injusta, são os mesmos que vergonhosamente se omitem em relação ao desmanche da Previdência Social pública. São os mesmos que devem mais de R\$ 350 bilhões; que descaradamente praticam 30/40% da receita em sonegação; que aplaudiram a transferência dos procuradores para a AGU e dos auditores para a Receita Federal; que se beneficiam com renúncias contributivas de R\$ 13,0 bilhões/ano; que se servem com os eternos REFIS, PAES, PAEX, com parcelamentos e reparcelamentos que não pagam; que descontam dos trabalhadores e se apropriam indebitamente, já que não recolhem ao INSS; que foram contemplados com 20 anos para não pagar o que devem à Previdência, que são agraciados com o “apagão” de suas dívidas dos computadores do INSS; que formam a legião de

caloteiros que não pagam e não vão mais para a cadeia.

Por que não procuram o Ministro Marinho e lhes apresentam propostas concretas para virar esta página negra que está destruindo a Previdência?

Por que não apresentam soluções de cobrança e fiscalização, visando recuperar e melhorar a maior distribuidora de renda do país, o maior programa social da América Latina?

Não tenho procuração do Ministro Marinho para defendê-lo, mas não gosto de injustiça.

Com discrição e boa vontade, ele está fazendo um bom trabalho, para melhorar postos do INSS, Dataprev, valorizar o servidor, na busca de soluções para uma Previdência Social ainda melhor. Pena que já vai sair para se candidatar. Mas na Previdência é assim, vem para melhorar, não vem para destruir e privatizar, então sai logo. O que é bom dura pouco.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 29/02/2008

Repórter Diário, Santo André, ABC/SP – 14/02/2008

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 15/02/2008

Correio do Estado, Campo Grande/MS – 15/02/2008

Fatorama, Brasília/DF – 17/02/2008

Tribuna do Norte, Apucarana/PR – 17/02/2008

Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul/RS – 19/02/2008

Folha da Região, Araçatuba/SP – 20/02/2008

Jornal da Manhã, Criciúma/SC – 26/02/2008

O Liberal, Americana/SP – 26/02/2008

Notícias do Dia, Florianópolis/SC – 26/02/2008

O Estado do Maranhão, São Luís/MA – 27/02/2008

Agência Sebrae de Notícias, São Paulo/SP – 27/02/2008

O Povo, Fortaleza/CE – 1º/03/2008

Diário de Natal, Natal/RN – 26/03/2008

PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA VISÃO DE FUTURO

Por Paulo César Régis de Souza

No final de 2007 e no começo de 2008, uma enxurrada de dados bons e maus sobre a Previdência Social.

A questão da 3ª reforma voltou à cena, mas de uma maneira diferente, e tudo indica sem o afogadilho do imediato. Há mais maturidade e reflexão, embora as pressões de um mercado, em pânico e em transe, persistam de forma desafiadora.

Mas ninguém fala que a 3ª reforma deveria se concentrar na receita previdenciária, totalmente desajustada ao espectro previdenciário, dilacerado e estiolado pela perversidade dos benefícios sem custeio e pelo descasamento no financiamento, por força da sonegação, renúncias, baixa recuperação de créditos, benesses para os caloteiros públicos e privados, ineficiência operacional, no plano estratégico e tático.

Insistem os arautos do mercado que a 3ª reforma deve se concentrar na redução do valor dos benefícios, desconhecendo a dura realidade de que, ao final de 2005, 65,69% dos 23,9 milhões recebiam até um salário-mínimo, passando, em 2006, a 67,05% dos 24,5 milhões, e em 2007, a 67,92% dos 25,1 milhões. Nossos aposentados e pensionistas não estão ficando apenas mais pobres, estão empobrecendo mesmo, seja porque na concessão os valores, hoje, são mais achatados, seja porque, além do mais, os que recebem mais de um salário vêm acumulando perdas na reposição. Não demora, chegarão aos 70%, mantida a perfídia do fator previdenciário e a vilania dos reajustes diferenciados para os que estão

na faixa do mínimo e acima dele.

O nosso DatANASPS informou que o valor médio do benefício em manutenção, em 2005, foi de R\$ 542,00 (R\$ 601,09 para o urbano e R\$ 288,20 para o rural); em 2006, evoluiu timidamente para R\$ 587,33 (R\$ 646,02 para o urbano e R\$ 328,46 para o rural), e em 2007 manteve a evolução tímida para R\$ 618,54 (R\$ 678,58 para o urbano e R\$ 352,42 para o rural). Mesmo com valores tão baixos, a Previdência Social brasileira segue sendo um vigoroso gerador e distribuidor de renda, de combate à pobreza, de inclusão social e vitalização das economias de 70% dos Municípios.

Um simplório economista bolivariano, com seus parcos conhecimentos de Brasil, concluiria que a Previdência não lucrou nada com o “espetáculo de crescimento” e os “10 milhões de novos empregos”. Literatura, ficção e propaganda não rimam com Previdência. O que se constata é que o “voou da galinha” atropelou a Previdência. Na prática, aposentados e pensionistas estão ganhando menos e se endividando mais e mais, e perigosamente, graças à agiotagem agressiva que, como os camelôs, invadiram as ruas e praças das cidades.

Volto ao meu DatANASPS, que não me deixa mentir: em 2007, os gastos do INSS com o pagamento de 25,1 milhões de benefícios em manutenção chegaram a R\$ 165,5 bilhões, 7,13% do PIB de R\$ 2,3 trilhões. Em 2006, os 24,5 milhões de benefícios custaram R\$ 146,0 bilhões, 7,54% do PIB de R\$ 1,9 trilhão; e em 2005, os 23,9 milhões de benefícios exigiram R\$ 125,7 bilhões, 7,12% do PIB de R\$ 1,7 trilhão.

Em compensação, as receitas típicas de Previdência foram clamorosamente deficitárias: em 2007, R\$ 123,5 bilhões, correspondendo a 5,32% do PIB, com déficit de R\$ 44,8 bilhões; em 2006, R\$ 108,1 bilhões, 5,58% do PIB, com déficit de R\$ 42,0 bilhões; em 2005, R\$ 93,7 bilhões, 5,31% do PIB, com déficit de R\$ 37,5 bilhões.

E por que foram deficitárias? Porque nada, rigorosamente nada foi feito para se combater a sonegação, sabidamente de 30% a 40% da receita, as fraudes, os parcelamentos e reparcelamentos. Cresceram as renúncias contributivas e os benefícios aos caloteiros públicos e privados.

Vejamos os dados da Receita Federal. O saldo de parcelamento em 31/12/2007 era de R\$ 114,4 milhões. Na Previdência, estavam 39,7 milhões do REFIS, R\$ 11,7 milhões do PAES Previdenciário, R\$ 3,5 milhões do PAEX previdenciário e R\$ 7,0 milhões do parcelamento previdenciário convencional. A arrecadação do REFIS, em 2007, chegou a R\$ 742 mil. Ridículo. A arrecadação do PAES alcançou R\$ 5,5 milhões, permanecendo em parcelamento 114,1 mil débitos. A arrecadação do PAEX atingiu R\$ 1,1 milhão. A Receita registra ainda, e eu sublinho: 38,4 milhões de débitos em cobrança no valor de R\$ 199,0 bilhões e 440 mil débitos com exigibilidade suspensa no valor de R\$ 423,2 bilhões. Dos débitos em cobrança, em valor, 11,86 % previdenciários. Dos que estão com exigibilidade suspensa, ignora-se o que seja previdenciário e fiscal.

O certo é que nesta trilha crescerão as necessidades de financiamento da Previdência Social. Estas não serão supridas pela redução do valor dos benefícios. Jamais.

O Presidente Lula vem garantindo o seu benefício e dos outros 25 milhões com maciças transferências da União para o fechamento das contas previdenciárias, para desespero dos fiscalistas. Com visão de Estado, comprou uma baita briga com os tais fiscalistas ao implantar, na marra, o princípio da Seguridade Social, preconizado na Constituição de 1988, e ao transferir recursos da Seguridade para cobrir os furos da Previdência.

Novamente recorro ao meu DatANASPS, que contabilizou, em 2005, transferências de R\$ 45,5 bilhões; em 2006, de R\$ 67,7 bilhões; e em 2007, R\$ 61,7 bilhões. Basicamente, as transferências vieram de recursos da Seguridade Social, tais como: COFINS e Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor, CPMF, Recursos Ordinários COFINS-TRF, COFINS LOAS; sendo que estes últimos se destinaram exclusivamente ao pagamento de benefícios assistenciais, urbanos e rurais.

Louvável o esforço empreendido pelo ex-ministro Nelson Machado junto ao Ministério da Fazenda para fazer o acerto contábil, pela metade, reembolsando a Previdência pelas renúncias previdenciárias do Simples, das filantrópicas, das exportações do agrobusiness, deixando de lado outras miúdas de autônomos, ProUni, santas casas, clubes de futebol e entidades esportivas, e as graúdas e extorsivas da Previdência Rural, onde os 7,6 milhões de aposentadorias e pensões rurais estão marcadas por pouca ou nenhuma contribuição. Ora, esta condição fere de morte qualquer sistema ou regime previdenciário, para o qual se exige contribuição (35 anos, no mínimo) para que se tenha direito a um benefício.

Reprovável a atitude do mesmo Nelson Machado que, como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, engavetou o ajuste que, na forma como seria implantado, como “química contábil”, atenuaria o déficit previdenciário, mas não o resolveria.

Lendo a enxurrada de análises oferecidas à opinião pública pela mídia brasileira sobre as contas previdenciárias de 2007, continuo acreditando que a maioria dos analistas insiste em considerar questões de varejo para solução de uma crise estrutural. Fixação da idade mínima com o aumento da duração do benefício, em função da longevidade dos beneficiários, são questões universais, que mexem na estrutura atuarial do Regime, mas desvinculação do piso previdenciário do salário-mínimo, igualdade entre homens e mulheres, aposentadorias precoces (?) e de professores, francamente são uma visão restrita.

Insisto na minha bandeira de que o ajuste das contas públicas, na Previdência Social, não passa pelos benefícios, mas pela revisão de todo o financiamento. A receita da Previdência não é um queijo suíço. É a maior fábrica de queijo suíço do planeta, com furos por todos os lados. São inúmeros os desacertos que estão debaixo do tapete identificado nas dívidas administrativa e judicial, são imundos os favorecimentos concedidos aos devedores públicos e privados, e são indecorosas as renúncias concedidas, pois um dia a conta acabará sendo paga por toda a sociedade brasileira.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/03/2008

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 04/03/2008

O Girassol, Palmas/TO – 06/03/2008

Correio de Sergipe, Sergipe/SE – 20/03/2008

O SONHO DA PREVIDÊNCIA CHILENA VIROU PESADELO

Por Paulo César Régis de Souza

Houve uma época, no Brasil, que só se falava na adoção do modelo previdenciário chileno, cantado em prosa e verso pela horda de “especialistas” e “analistas” a serviço do capitalismo multilateral, hoje terceirizados, pré-pagos e com códigos de barra...

Caravanas eram organizadas por entidades patronais e de liberais para conhecer a maravilha do novo regime.

Sabem por quê? Porque o Chile acabou com a contribuição patronal. Zerou. É o sonho de todos os patrões. Acabou também com a sonegação, a evasão, a elisão, as brechas legais, os parcelamentos, os reparcelamentos, os Refis... Zerou a dívida deles. É tudo quanto os patrões do Brasil querem; eles, que devem mais de R\$ 300 bilhões ao INSS, não considerada a sonegação, e que proclamam, com o beneplácito de seus sicários no Governo, que a dívida é impagável.

O regime chileno é bem diferente do nosso. É de capitalização, sendo que o Governo e os patrões não contribuem. Só os trabalhadores. O Estado criou algumas administradoras de fundos de pensão (AFP), privadas, para aplicar as contribuições, e lhes deu a faculdade de cobrar elevadas e lucrativas comissões de carregamento e aplicação.

Os trabalhadores, desconfiados, não aderiram como esperava o governo, apesar da falta de opção. O mais grave: uma imensa legião foi para a fronteira da miséria e da desventura.

Por pouco o Brasil não copiou o regime chileno. Não o fez porque, à época, o Tesouro não poderia arcar o estoque de pagamentos de benefícios.

Liberais, democratas, sociais-democratas, republicanos, trabalhistas e petistas uniram-se, então, em favor de uma nova Previdência que navegaria por alguns anos em direção ao eldorado chileno.

Seus passos seriam: 1) premiar os caloteiros para que não pagassem as dívidas administrativa e judicial, de mais de R\$ 300 bilhões; 2) ameaçar com a desoneração da contribuição dos empregadores; 3) desativar as unidades de fiscalização, arrecadação e cobrança na Procuradoria e na Receita previdenciárias; 4) induzir a previdência a uma situação de déficit; 5) cobrir o déficit previdenciário com recursos fiscais; 6) implantar o fator previdenciário para retardar a concessão e achatar o valor do benefício; 7) reduzir as correções dos benefícios acima do mínimo; 8) desmoralizar a Previdência Social pública, encurralando-a no horizonte da incerteza e da insegurança; 9) empurrar a massa dos beneficiários da Previdência para o salário-mínimo – já são 81,1%; 10) impedir que os segurados se aposentem com 10 mínimos ou pelo teto, que não chega a sete; 11) estimular a previdência privada aberta como sonho de consumo e de segurança.

Uma vilania com a qual concordaram toda a elite e a classe dominante, bem como a classe emergente, trabalhadores, sindicatos, neopelegos, com suas “ONGs” e “boquinhas”, cartões corporativos, bem como, e principalmente, a classe política, esta por siderúrgica ignorância e desavergonhado oportunismo, favorecendo bancos, seguradoras e empresários.

Ninguém quis saber sobre as origens e a trajetória da Previdência criada por Eloy Chaves há 85 anos.

A “chilenização às avessas” embasou as duas reformas previdenciárias, mas nossa realidade é bem diferente da do Chile.

A assistência social, que no Brasil nasceu dentro da Previdência Social e por ela financiada, foi desagregada e caminha, hoje, sozinha com 3,0 milhões de beneficiários de salário-mínimo e coberta por recursos fiscais.

A Presidenta do Chile, sra. Michele Bachelet, está reformando o regime chileno, reduzido a escombros pelo liberalismo radical de militares e civis chilenos, depois de 27 anos em que os patrões foram premiados com os bônus e os trabalhadores levaram ferro. Não vale afirmar que os patrões chilenos, alegres e fagueiros, foram cúmplices de Pinochet. O desastre pode ser retratado no seguinte: o valor do benefício é mínimo, não assegura uma aposentadoria digna, muito menos pensão. Pior: mantido o regime, só 5% receberiam o benefício mínimo (146 dólares), e 45% teriam benefício abaixo do mínimo. Além do que, por ser compulsório, é grande a massa de chilenos excluída do regime.

A reforma cria a Pensão Básico Solidário (PBS), uma espécie de assistência social para os maiores de 65 anos que nunca contribuíram, como donas de casas e trabalhadores informais, que receberão 125 dólares/mensais de benefício assistencial, podendo chegar a 156 dólares. Uma merreca. Além disso, cria o Aporte Previdenciário Solidário (APS), com recursos do Fundo de Reservas de Pensões criado em 2006, para os trabalhadores que tenham contribuído mas de maneira insuficiente para garantir o benefício mínimo, que é de 146 dólares.

O regime e o modelo chileno se derreteram, para usar a expressão da moda.

Mas não tenhamos ilusões. O ideário de Eloy Chaves, ainda vivo, segue sofrendo violentamente influências do ideário de Pinochet, cujo corolário é o dia em que todos os 30,40 milhões de previdenciários receberão o salário-mínimo financiado por recursos fiscais e a eliminação da contribuição patronal. O PT já contribuiu muito para isso.

O empobrecimento da massa previdenciária é um fato. Dos 25,0 milhões de benefícios pagos no país, 3,0 milhões são assistenciais, de um salário-mínimo; 7,0 milhões são de trabalhadores rurais, também de um salário-mínimo; e 8,0 milhões são de trabalhadores urbanos.

O valor médio dos 326.902 benefícios concedidos, em janeiro de 2008, foi de R\$ 635,15, sendo R\$ 704,22 para os urbanos e R\$ 380,78 para os rurais.

Nos pagamentos dos 25.184.196 benefícios, em janeiro de 2008, o valor médio foi de R\$ 537,99, sendo R\$ 621,77 para os urbanos e R\$ 347,29 para os rurais.

O valor médio na concessão e na manutenção está abaixo dos dois salários.

Francamente, há uma distância muito grande da Previdência com que os brasileiros sonharam. A que está aí é sombra do passado, quando o sonho sonhado era, no mínimo, dez salários. Isto virou pesadelo, foi chilenezado.

Minha proposta é simples: ficamos com o ideário de Eloy Chaves ou com o ideário de Pinochet?

A Previdência Social pública, no Brasil, sofre com a politização e a partidarização de uma esquerda cada vez mais reacionária e das pressões neoliberais e globalizadas de uma direita que não enxerga pessoas, seres humanos, mas só índices de lucratividade e remuneração do capital especulativo.

MANIFESTO PELO FIM DA RENÚNCIA PREVIDENCIÁRIA

Por Paulo César Régis de Souza

Os brasileiros, de um modo geral, não têm muita noção do que seja renúncia fiscal, o que o governo deixa de arrecadar, abre mão, para incentivar (daí a renúncia se transformar em incentivos fiscais) a economia, o desenvolvimento e o crescimento. É mais uma política pública de Governo do que de Estado.

É bem verdade que muitas vezes as renúncias se transformaram em graves problemas, como nos casos da SUDENE e da SUDAM.

Geralmente, as renúncias acabam sendo apropriadas por grupos especializados em dilapidar o dinheiro público, que segue, por descaminhos induzidos por intermediários, políticos e escroques, para fins jamais pensados.

Da mesma forma, os brasileiros não sabem o que é renúncia contributiva. A rigor, nem deveria existir. Se a renúncia fiscal é fator de geração de emprego e renda, conceitualmente, a renúncia contributiva é uma expropriação de uma contribuição compulsória e definida. Isto significa que o governo saca sobre o Estado e a sociedade, que são diretamente prejudicados e acabarão pagando a conta.

A renúncia contributiva está presente, principalmente, na Previdência Social. Os trabalhadores e empregadores realizam a contribuição, na forma lei, para que no futuro possam se beneficiar dela. Não é dinheiro público. É dinheiro privado, confiado pelos contribuintes (segurados e beneficiários) ao Estado. Num certo sentido, o governo não poderia dispor deste dinheiro, nem mesmo como seu gestor direto, para outros fins que não fossem os previdenciários.

Mas admitamos que isto esteja apenas no plano das ideias, dos conceitos, dos fundamentos da Previdência Social. Na prática, a teoria é outra. Tudo bem.

Vejamos como esta prática (a renúncia contributiva rural) é nefasta aos princípios previdenciários.

No caso da Previdência rural: em 2005, o setor rural (empregador e trabalhador) contribuiu com R\$ 3,6 bilhões para uma despesa de R\$ 30,1 bilhões, produzindo um déficit de R\$ 26,5 bilhões; em 2006, a contribuição foi de R\$ 4,0 bilhões e a despesa de R\$ 34,5 bilhões, com déficit de R\$ 30,5 bilhões; em 2007, a contribuição foi de R\$ 4,3 bilhões e a despesa de R\$ 37,5 bilhões, com déficit de R\$ 33,2 bilhões.

Desde o Prorural e o Funrural, há 40 anos, que há descasamento entre a receita e a despesa previdenciária do setor rural. Até 1994, o setor urbano cobriu o déficit.

Olha a perversidade: empregadores e trabalhadores urbanos financiaram a previdência rural, em prejuízo de seus próprios interesses, pois a pressão da despesa apontou para o achatamento dos benefícios urbanos, na concessão e na reposição da inflação, especialmente para os que estavam acima do salário-mínimo.

Foram R\$ 90,1 bilhões de renúncias contributivas apenas no período 2005/2007.

Com a crise estrutural da Previdência explodindo a partir de 1994, sem que o fator previdenciário e a 1ª reforma dessem solução para o seu agravo maior – o descasamento da contribuição rural em que as receitas não correspondem a 15% da despesa –, a situação se deteriorou

entre 1995 e 2003.

O certo, o correto, teria sido resolver a questão rural. Como, se o setor não pode (trabalhadores) e não quer (empregadores) financiar, apesar da performance excepcional do agrobusiness? Infelizmente, ao invés de uma solução buscou-se mais um agravo com a renúncia previdenciária concedida à exportação rural, que só em 2007 representou R\$ 2,1 bilhões. Além de queda, coice. Tal renúncia sinalizou que a questão não deveria ser considerada com seriedade e responsabilidade.

Nós da ANASPS, com serenidade e equilíbrio, sustentamos que o governo Lula, também na prática, encaminhou uma solução definitiva para o setor rural.

Desde 2003 que o Tesouro vem suprimindo a Previdência com recursos fiscais (da Seguridade Social) de forma maciça. Se há um “déficit de caixa” na visão da despesa com pagamento de benefícios (urbanos e rurais) pela arrecadação líquida, as contas da Previdência acabaram zeradas, sem déficit, com as “transferências do Tesouro”.

A solução aponta para que o governo proponha ao Congresso a Lei Orgânica da Assistência Rural ou dívida o Regime Geral de Previdência Social –RGPS em Regime Urbano, financiado pelos empregadores e trabalhadores, e Regime Rural, financiado pelo Tesouro.

Quando olhamos para o déficit de caixa do INSS de R\$ 46,0 bilhões em 2007, temos que visualizar: 1) as renúncias contributivas indiretas de R\$ 33,2 bilhões da Previdência Rural; e 2) mais R\$ 14,3 bilhões de renúncias contributivas diretas que – como dissemos lá em cima não deveriam existir e não resultaram de decisão da Previdência, mas do governo que distribui benesses com o dinheiro alheio – totalizam R\$ 47,5 bilhões.

Transferindo-se o setor rural ao Tesouro, e este reembolsando a Previdência pelas renúncias contributivas impostas, não existiria déficit. Encerrar-se-ia mais um capítulo da crise estrutural.

A sociedade brasileira assumiria, com agrado, o pagamento da Previdência rural, como já assumiu o pagamento dos benefícios assistenciais (que até 1994 eram pagos pela contribuição de trabalhadores e empregadores urbanos). Os 100% dos 3,0 milhões de beneficiários assistenciais recebem um salário-mínimo, o mesmo acontecendo com os 7,3 milhões de rurais.

O passo seguinte seria rever todas as intervenções da Receita Federal na Receita Previdenciária, feitas de modo abusivo.

De nada adiantaria cobrir um santo e deixar outro descoberto.

A receita previdenciária clama por qualidade. Clama por um choque de gestão, que não vai acontecer enquanto estiver no arraial da Receita Federal, competente na administração fiscal. O fundamento autárquico tem que ser restabelecido no INSS.

Não pode ficar à mercê de truques e artimanhas, de parcelamentos de setores públicos e privados por 20 anos (é para não pagar). Se é para não pagar, que o Tesouro assumas as dívidas e reembolse a Previdência Social.

A sonegação é monstruosa, de 30% a 40% da receita. São cerca de R\$ 30,0 a 40,0 bilhões/ano. O mesmo ocorre com evasão, elisão e brechas legais. Um ex-ministro da Previdência comparou a receita previdenciária a um queijo suíço, com furos por todos os lados, insinuando que até débitos se apagavam nos computadores...

A recuperação de crédito é mínima, não passa de 2%. Os R\$ 8,3 bilhões indicados no fluxo de caixa da Previdência, na realidade, não são recuperação de crédito.

Aliás, chama-se “Dívida Incobrável” a dívida administrativa e fiscal sobre a qual não há a menor transparência. Já foi de R\$ 300 bilhões, mas hoje não se sabe mais. Haveria 1 milhão de processos e 5 mil auditores fiscais.

Ao fazer essas considerações espero contribuir para que se encontre uma saída definitiva para a Previdência Social pública brasileira. Se o Brasil crescer, se o mercado absorver os 40 milhões de excluídos da Previdência, teremos vida longa e o regime de repartição simples, instituído há 85 anos, poderá ter vida ativa com o ajuste da idade mínima.

Não podemos é continuar brincando de Previdência, com 68% recebendo o salário-mínimo, e sem que as gerações atuais e futuras possam se aposentar com segurança e tranquilidade. Vamos substituir a incerteza pela esperança.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/04/2008

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 12/04/2008

IMPOSTO SINDICAL, SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS

Por Paulo César Régis de Souza

Entre os muitos desacertos do Senado em 2007, um deles foi a manutenção do chamado imposto sindical compulsório – equivale a um dia de trabalho do assalariado –, criado para manter e financiar as superestruturas do sindicalismo, nascido no berço do nazifascismo europeu e no Estado Novo, no Brasil, entre as décadas de 30 e 40. Sindicalismo, diga-se de passagem, de trabalhadores e empregadores. Para as gerações atuais, o Estado Novo foi uma espécie de PAC do trabalhador.

O fim do imposto foi interpretado pela burocracia sindical, centrais, confederações, federações e sindicatos, especialmente dos trabalhadores, como o fim deles mesmos. Tenderiam a desaparecer. Tremeram na base. O imposto é compulsório, cobrado pelo governo, que fica com uma parte, não se sabe para que, e remete a outra, mais robusta, para o sindicalismo, também não se sabe para que, mas admite-se que serve para fazer festas & farras, esbórnias & gomorras, pagar “boquinhas” & “bocões”.

Nunca houve, não há, e dificilmente haverá, qualquer transparência sobre as aplicações. Não há auditoria interna e externa, independente, para fiscalizar. São fortes os indícios de fraudes, malversação e corrupção. Meter a CGU no meio seria operação de alto risco, e o TCU está fora. Ou seja, ninguém acompanha as aplicações. Nem os comissários fiscais, escolhidos a dedo entre os mais ignorantes ou mais servis, desconfiam.

Cada nação onde os sindicatos exercem suas atividades corporativas tem legislação específica. Os mercados, muito mais que os sindicatos, pressionaram pela modernização e civilização das relações trabalhistas e sociais entre o trabalho e o capital. Há muito que, no mundo ocidental, Japão, Austrália e América do Norte promoveram ajustes nessas relações. Outros países ficaram para trás. No nosso caso, prevaleceram os interesses de governos e de grupos organizados, pelegos e neopelegos (que mamam nas tetas dos sindicatos e se voltam para a ampla satisfação de seus interesses pessoais), que se apossaram dos sindicatos, por omissão das maiorias silenciosas de trabalhadores.

É nojento e promíscuo que, no caso brasileiro, os sindicatos constituam braço do governo

de plantão com apoio exclusivo e ostensivo nas negociações. Invariavelmente, os sindicatos, em troca de favores, verbas e cargos, como os políticos da base aliada, deixam de defender os interesses dos trabalhadores para defender o governo. A consequência mais efetiva disso foram a omissão e a desmobilização sindical. Por exemplo, na 2ª reforma da Previdência, todo o sindicalismo da CUT, central, confederações, federações e sindicatos, ficaram contra os interesses dos trabalhadores e dos servidores públicos. Seguraram a bandeira do governo. Hoje, amargam o distanciamento, a falta de representatividade e o selo de sindicalismo com código de barra.

É fato que as empresas multinacionais contribuíram para que uma parte do sindicalismo tivesse uma visão modernizada de seu papel na sociedade contemporânea. Mas, só uma parte.

A banda podre do sindicalismo é muito forte. São muitas as ações espúrias. O mais grave é que não há como se investigar e punir os desmandos. O sindicalismo goza de imunidade, mesmo quando aplica recursos públicos.

Não tenho nenhuma dúvida de que a contribuição sindical compulsória deveria ser extinta. Nesta questão, o deputado Augusto Carvalho teve visão de futuro. Não importa que a Câmara tenha aprovado sem saber o que estava aprovando, o que é uma regra, e não uma exceção na Casa. O fim da contribuição sindical poderia ensejar o surgimento, ainda que tardio, de um novo sindicalismo, talvez menos pelego ou neopelego, comprometido com os interesses dos seus representados.

O correto é que houvesse contribuição voluntária, transparência, controle e auditoria.

É estarrecedor que o atual governo tenha inclusive ampliado a burocracia sindical, ao incorporar as centrais ao organograma sindical, justamente para que tenha acesso ao espólio da contribuição. Ninguém ousa discutir o custo desta máquina, que se mantém com recursos compulsórios e públicos, extratados na marra de programas oficiais, aparentemente sérios, através de ONGs e fundações fajutas, com imunidade fiscal e contributiva.

Na cadeia sindical, das centrais aos sindicatos, nem os militantes têm acesso a dados relativos a determinadas operações, e muito menos aos dados financeiros, contábeis e patrimoniais. Além do que, a contabilidade é tão falsa quanto uma nota de 3 dólares. São mantidos a uma distância regulamentar. Só um grupelho sabe do jogo sujo praticado. A massa, devidamente empulhada, desinformada, mal informada, ignora os destrambelhos praticados em nome da classe operária. As regra de ouro: 1) não sei, não vi, não conheço; 2) transparência zero; 3) se abrir o bico, se lasca.

No outro extremo da representação e da representatividade dos servidores estão as entidades representativas.

Mais antigas que os sindicatos, as entidades representativas são cada vez mais poderosas. Descendentes das corporações, estruturaram-se com base em seus fins específicos e têm financiamento na contribuição voluntária de cada associado para sua manutenção. Fazem *lobby* junto ao Executivo, Legislativo e Judiciário. Formulam propostas, constroem soluções, vão aos tribunais, com independência e altivez, tempestividade e qualidade de atuação. Atuam com unicidade e organicidade em Municípios, Estados, União, com ações pontuais e operacionais, com o único propósito de atender e satisfazer aos interesses de seus associados.

Não há notícias de que tais entidades sobrevivam sem que ofereçam algo em contrapartida. A mensalidade é facultativa. Entra quem quer, fica quem quer, paga quem quer, e vai embora quem quer. Totalmente diferente dos sindicatos.

As entidades representativas primam pela independência e o não alinhamento. Muitas perderam o bonde da história quando tomaram posições erradas, ficaram do lado errado,

politizaram-se e partidaram-se. A simples identificação com um rótulo ou um engajamento pode significar a perda de representação e de representatividade. Isto exige de seus dirigentes muito preparo e responsabilidade de gestão.

A sobrevivência e a longevidade de tais entidades se assentam fundamentalmente na sua capacidade de saber intermediar as relações entre seus representados e os grupos de decisão. Funcionam como grupos legítimos de pressão, algo mais construtivo no jogo democrático.

O controle social é mais efetivo, pois o associado tem liberdade de permanecer ou não. A decisão é dele. Se entender que está sendo usado, manipulado, pode pedir o boné.

O braço sindical até hoje repele as entidades representativas. Julgam-se representantes únicos. Não disfarçam o autoritarismo, a arrogância, e o arbítrio de suas ações.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/01/2008

Gazeta do Paraná, Cascavel/PR – 10/01/2008

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 10/01/2008

Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 10/01/2008

Folha de Londrina, Londrina/PR – 14/01/2008

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 16/01/2008

Diário de Assis, Assis/SP – 17/01/2008

Comércio da Franca, Franca/SP – 17/01/2008

A Gazeta, Cuiabá/MT – 21/01/2008

A Notícia, Joinville/SC – 22/01/2008

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 22/01/2008

O Girassol, Palmas/TO – 07/02/2008

Diário Popular, Pelotas/RS – 11/03/2008

GEAP: FERIDA DE MORTE

Por Paulo César Régis de Souza

Em 1960 foi editada a 1ª Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS e instituída a assistência patronal, que resultaria na criação da GEAP – Fundação de Seguridade Social.

Por anos afora, a Patronal tornou-se “o plano de saúde” dos servidores da Previdência, que dispunha inclusive de uma rede de hospitais e postos próprios. Mas os servidores tinham liberdade de ser atendidos dentro ou fora da organização, com eficiência, rapidez, efetividade e resolutividade. O próprio setor privado, o que havia de melhor no país, tinha interesse em atender à Patronal.

A Patronal era modelar e não se restringia a hospitais e clínicas, tinha outras coberturas no interesse do servidor previdenciário. Chegou a ter uma carteira de 300 mil pessoas de todas as áreas dos antigos institutos e dos novos, reunidos no SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, bem como de outras entidades como LBA, Ceme, Inan e Funabem. Era um gigante bem administrado pelos servidores da Casa, escolhidos a dedo.

A Patronal se deu ao luxo de criar, junto com o plano de saúde, um pecúlio facultativo, em que, ao se aposentar, o servidor retiraria 20% do valor acumulado, e quando do seu falecimento a família ficaria amparada em 80%; o pecúlio também servia para dar empréstimos com juros baixíssimos.

Tanto o plano de saúde quanto o pecúlio eram administrados pelos servidores da casa, e funcionavam em prédios próprios da Previdência, pequenas salas com poucos funcionários, com custo baixo, até porque o interesse era ter um plano de saúde decente e que atendessem os

servidores e seus dependentes.

Alguém teve então a infeliz ideia de transformar a Patronal em GEAP, em nome da modernização, e logo despejou exigências de dividi-la em duas organizações: uma de saúde, sob a tutela da ANS, como medicina de grupo, e outra de previdência complementar, absorvendo o pecúlio, que teria o viés de um fundo de pensão...

Desde então, inventaram diversas formas de administrar a GEAP, cujos custos de gestão não pararam de crescer. Em diversos momentos, foi parar nas páginas policiais.

Os resultados têm sido desastrosos.

Os custos de saúde crescem em todo o mundo. No caso da GEAP, acintosamente, o governo reduziu sua contribuição *per capita*, produzindo uma situação crítica: os servidores progressivamente foram obrigados a carregar a organização nas costas, sob duas formas: elevando sua contribuição e de seus familiares e entrando com uma participação adicional de financiamento.

O governo tem sido competente para fatar a GEAP com sua base política, em Brasília e nos Estados, e praticar um modelo de gestão que beneficia os que são cooptados, mas tem sido incompetente em assegurar aos participantes e beneficiários padrões mínimos de saúde. A promiscuidade política das relações acabou degradando e comprometendo a GEAP, que não dispõe de uma rede que possa ser considerada de qualidade. As melhores instituições do país se negam a trabalhar para a GEAP.

Os constrangimentos se espalham pelo Brasil quando o servidor, desesperado, bate às portas de um hospital ou clínica, laboratórios, etc., e lhe dizem na cara: “Não atendemos GEAP”. Isto se generalizou, disseminando frustrações e desgostos.

A GEAP cresceu, atraiu inúmeras outras instituições, mas não lhes foram dadas condições para um trabalho profissional e técnico.

A baixa politicagem, como erva daninha, foi destruindo tudo. A partidarização está destruindo a GEAP.

Com administração terceirizada, prédios próprios, funcionários próprios, tudo próprio, começou aí nosso calvário. Aumento da contribuição, descredenciamento de vários especialistas, hospitais, clínicas, por várias razões, inclusive preço muito abaixo do mínimo referenciado pelo mercado e absoluta falta ou atraso de pagamento. Houve momento em que as dívidas atingiram patamares comprometedores de seu futuro, e o credor aceitava receber com um baita desconto, ou não recebia...

Os servidores são mensalmente descontados nos seus contracheques pelos seus órgãos. Portanto, nossa inadimplência é zero. Se não repassam é apropriação indébita, pois o servidor é descontado religiosamente todo mês. Os ministérios e autarquias que têm contrato com a GEAP pagam em dia o seu *per capita*, deliberadamente achatado, mas pagam. Os eventuais inadimplentes deveriam ser punidos, mas não são.

Por que temos no atendimento hospitalar os piores hospitais, as piores clínicas, e em alguns lugares nem clínicas nem hospitais, só profissionais com os quais você tem de marcar consulta e exames para aguardar vários meses na fila invisível? Tem mais: em muitas cidades do país, os servidores não têm qualquer atendimento, e se o quiserem terão procurar cidades próximas onde houver atendimento credenciado.

No caso da Previdência, temos 88 mil contribuintes e 270 mil participantes. Somados os demais patrocinadores, a GEAP tem cerca de 800 mil participantes, todos pagando em dia, com inadimplência zero. O plano aparentemente é barato, mas não chega a ser. Uma baita carteira para

quem não tem um consultório, um hospital, um laboratório. Qualquer plano de saúde, que assim se intitule, tem uma mínima rede de atendimento.

O problema é que GEAP, desde que deixou de ser Patronal, vem sendo mal administrada. Além do que, o custo de gestão é elevado. Há gente demais, bem remunerada, muitos assessores, muitos conselhos e conselheiros, passagens demais, diárias demais. Não diria que tem cartão corporativo.

Estamos numa encruzilhada, a GEAP deve ser rediscutida. O governo dos trabalhadores que entregou a GEAP à fina flor da classe trabalhadora deve assumir o papel de recuperá-la, e não de destruí-la, como está fazendo. O governo sabe que os custos de saúde subiram em todo o mundo, e insiste em não financiá-la com um *per capita* à altura de uma parcela dos custos. Se não tiver condições de fazê-lo, que feche as portas e diga aos servidores: “estamos fechando a GEAP”.

Depois, é preciso colocar na GEAP uma gestão profissional para pôr a casa em ordem.

Do jeito que está compromete não apenas a legenda do PT, mas o ideário de seus líderes mais proeminentes, como o Presidente Lula, deputado Arlindo Chinaglia e Ministro Luiz Marinho. É preciso reverter com urgência o horizonte sombrio que desabou sobre a GEAP.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/03/2008

Fatorama, Brasília/DF – 09/03/2008

O Estado de S. Paulo, São Paulo/SP – 12/03/2008

UNIDAS – União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – 12/03/2008

Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social – 12/03/2008

Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – 13/03/2008

A Notícia, Joinville/SC – 14/03/2008

Correio da Paraíba, João Pessoa/PB – 14/03/2008

Repórter Diário, Santo André/SP – 15/03/2008

Tribuna do Norte, Natal/RN – 18/03/2008

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 19/03/2008

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 20 e 21/03/2008

O Estado do Mato Grosso do Sul, Cuiabá/MS – 22/03/2008

O Estado do Maranhão, São Luís/MA – 25/03/2008

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 02/04/2008

FILANTROPIA OU PILANTROPIA, EIS A QUESTÃO!

Por Paulo César Régis de Souza

Temos vários tipos de organizações filantrópicas e, **acreditem**, pilantrópicas no país. Não é só o povão que não sabe identificar. Muitas vezes, o Estado e o governo também não sabem. Quando sabem, se omitem vergonhosamente.

A filantropia deveria ser algo sério, responsável, preservado. São cerca de 10 mil instituições que se beneficiam das isenções das contribuições sociais previstas nos arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, desde que tenham o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

No caso da Previdência, a isenção equipara-se à desoneração total da contribuição do empregador sobre a folha, de 22,0%. Isto custou ao INSS, de 2000 a 2008, cerca de R\$ 31,5 bilhões, sendo R\$ 25,1 bilhões na era Lula.

O grave é que, tanto no passado como no presente, as filantrópicas não apresentaram a

contrapartida, e o Estado e o governo não as fiscalizaram, gerando um caos. Há filantrópicas na Saúde, na Educação e na Assistência Social nadando de braçadas, beneficiando-se dos favores contributivos da Previdência e dos fiscais. Hoje, 1.800 instituições na Previdência e 8 mil no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS aguardam julgamento de recursos de concessão/renovação.

A pilantropia é justamente a degenerescência da filantropia, criando uma imagem negativa para as organizações sérias, honestas, corretas, sem fins lucrativos (como as santas casas de misericórdia).

Pelo que acompanhamos, não há controles externos e internos sobre as duas vertentes, filantrópicas e pilantrópicas.

O CEBAS é concedido com validade de três anos, podendo ser renovado mediante o atendimento das exigências.

A Constituição Federal prevê que o Poder Público fará o controle externo. A conclusão que está posta é que ninguém, nem a CGU nem o TCU, nem os Ministérios da Fazenda, da Previdência, da Assistência Social, Educação e Saúde fiscalizam. Isto é muito ruim para a sociedade.

A filantropia no Brasil desenvolveu-se extraordinariamente a partir de 1974, mas se esqueceram de criar mecanismos de acompanhamento, execução, controle e auditoria.

Somos uma população de 200 milhões de habitantes, com a pior distribuição de renda, na qual 10% da população detêm mais de 50% da renda, e o restante são pobres e miseráveis. Nem mesmo os mecanismos compensatórios, de 2003 para cá, atenuaram os níveis de pobreza e miséria.

Sem mecanismos de controle, não sabemos se o mais carente, que é o público-alvo da filantropia, está sendo atendido.

Para driblar a Lei, com manobras de todos os tipos, dada a lentidão do julgamento dos recursos nas esferas do MPS, que dura quatro anos, e no CNAS, que leva três anos, as filantrópicas e as pilantrópicas foram parar no noticiário policial.

O Ministro Luiz Marinho, preocupado com a Previdência e empenhado em corrigir distorções que encontrou em diferentes segmentos, pôs o dedo na ferida, e apontou para mudanças pontuais que estanquem a fraude no presente e a inibam para o futuro, e propôs dividir a responsabilidade do processo entre os agentes diretamente envolvidos, especialmente os dos Ministérios da Saúde, que teoricamente sabe se as entidades hospitalares fazem 60% do atendimento pelo SUS, da Educação, que supostamente sabe o que se passa no território do ProUni, bolsas e bolsistas, e do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, que presumidamente sabe o que ocorre nas entidades assistenciais do país, cuja prioridade foi substituída politicamente pelo combate à fome. O faminto dá mais dividendos do que um portador de necessidades especiais.

O Ministro concluiu que esse é um ralo imenso. De R\$ 1,8 bilhão em 2000, chegaremos a R\$ 5,1 bilhões em 2008, que deixam de se recolher para a Previdência, que sofre com o desequilíbrio nas suas contas.

Os Ministros da Saúde, Educação e Assistência Social resistiram como puderam para aceitar as mudanças operacionais. Ideal é que as filantrópicas e suas irmãs siamesas, as pilantrópicas, fossem obrigadas a uma prestação de contas anual ou uma Declaração Anual de Contrapartida da Isenção da Contribuição do INSS. Esquecem esses senhores que todos nós brasileiros temos que prestar contas anualmente ao “leão”, através da Declaração de Imposto de Renda.

No nosso entendimento, é hora de o MPS criar um novo órgão fiscalizador não só da filantropia, mas de todas as demais instituições beneficiadas pelas renúncias contributivas, como

Simple, agrobusiness, clubes e entidades esportivas, existentes e por existir. Não somos contra tais incentivos, como não somos contrários aos benefícios fiscais concedidos aos bancos e seguradoras (tão desestimulados!) na previdência aberta.

Numa recente operação da Polícia Federal, foram presos seis acusados de formar uma quadrilha para negociar os CEBAS, atuando dentro do CNAS, dentre eles o ex-presidente do CNAS. O filme é velho, recorrente. Em outras épocas, houve a mesma ação policial. Só que tudo caiu no esquecimento. A impunidade se reinstala e tudo continua como dantes.

A Previdência já abre mão anualmente de R\$ 5,2 bilhões, dinheiro que faz falta hoje e fará amanhã. Todos devem saber que os trabalhadores dessas instituições se aposentam e se aposentarão. Quem lhes paga ou pagará a contribuição isentada? A sociedade brasileira. Então a impunidade é iniquidade, injustiça.

A ANASPS apoia firmemente os esforços do Ministro Marinho para uma ação moralizadora, especialmente quando há omissão de outros setores do governo.

Talvez o Presidente Lula não saiba, mas tem algumas entidades filantrópicas ou “pilantrópicas” que já estão vendendo o que ele nos ofereceu, “um lugar no céu quando não estivermos mais aqui”. Portanto Presidente, se puder remunerar melhor, quem sabe...

Fatorama, Brasília/DF – 16/04/2008

A ANASPS DIVULGA AMPLA PESQUISA SOBRE PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

A FUNPREV Fundação ANASPS – Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social estão lançando o livro *Evolução da Previdência Social*, de 286 páginas, do prof. JB Serra e Gurgel, da Universidade de Brasília, com prefácio do ex-Ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho, apresentação do Presidente da FUNPREV Fundação ANASPS, Paulo César Régis de Souza, e nota de contracapa do Ministro da Previdência, Luiz Marinho, no quadro das comemorações dos 200 anos da chegada da família real ao Brasil, em 1808, e dos 85 anos da Lei Eloy Chaves, de 1923.

É mais uma contribuição da FUNPREV Fundação ANASPS para os estudos da Previdência Social no nosso país, cumprindo sua missão institucional. A pesquisa, em fontes primárias, cobre de 1821 a 2006.

O livro tem o caráter do ineditismo, ressalta os grandes marcos e mostra os passos dados e os registros funcionais, do ponto de vista legal, na linha da evolução da Previdência, pública e privada. Apresenta como foi construída a Previdência no nosso país, em 85 anos de idas e vindas, apenas com base em dados oficiais, propostos pelo Executivo ou pelo Legislativo, acompanhando feito por feito no Império, incluindo dom Pedro I e dom Pedro II, a República Velha, de 1889 a 1930, o Estado Novo de Vargas, de 1930 a 1946, a Redemocratização, de 1946 a 1963, os Governos Militares, de 1963 a 1985, a Nova República, de 1985, até o presente.

Como sempre faz com as publicações de estudos, pesquisas e de referência, a FUNPREV Fundação ANASPS está enviando o livro aos estudiosos, especialistas, professores, centros de

estudos, pesquisadores de Previdência Social, especialmente os cadastrados na ANASPS, pelas colaborações nos Cadernos FUNPREV de Previdência.

O autor não fugiu ao seu objetivo proposto de inventariar ou sumariar os eventos, que foram muitos na Previdência, sem entrar nas razões de Estado que foram ditando tais e quais procedimentos. Preferiu acompanhar, através do seu caderno de notas, o desenvolvimento – ou, se quiserem, a evolução – da doutrina e dos fundamentos da Previdência para cá transplantados pelos estudiosos e pelas elites brasileiras. Quase todos acabaram por ser implantados, a seu tempo e de acordo com as possibilidades de financiamento público ou privado do país. Disto resultou um valioso patrimônio previdenciário, uma trajetória fascinante de proteção e de segurança social, com laivos espaçados de coronelismo, assistencialismo, proselitismo e clientelismo.

O livro tem também a preocupação de mostrar como ocorreu a evolução da Previdência no Brasil, facilitando sua compreensão e contribuindo para que seja mais bem entendida pelas gerações atuais.

O primeiro sinal da Previdência brasileira foi um Decreto real, de 1821, antes da Independência portanto, concedendo a jubilação ou aposentadoria para os professores que completassem 30 anos de serviços no Reino do Brasil, Portugal e Algarves. Nessa época, a família real estava no Brasil. Não é exagero dizer que coube a dom João VI criar a Previdência no Brasil, ainda que tenha sido a previdência para os servidores públicos.

Ainda no Império, em 1835, instituiu-se a Previdência privada dos montepios, que eram instituições privadas, de concessão pública, que recebiam afiliações de servidores públicos e de trabalhadores. No Império, inaugurou-se a prática das pensões de Estado, propostas pelo governo ao Parlamento, criando-se os Encargos Previdenciários da União (do Império).

A Previdência, tal como a conhecemos hoje, surgiu em 1923, com a Lei Eloy Chaves, que criou as caixas de Previdência. O regime proposto era, e segue sendo, de repartição simples, um pacto entre gerações, em que os trabalhadores de hoje financiam as aposentadorias e pensões dos trabalhadores de ontem.

As caixas foram substituídas, progressivamente, pelos institutos de previdência, em 1933, dez anos depois, com Getúlio Vargas, que implantou um sistema de contribuição tripartite, Estado, empresas e trabalhadores.

Sonhos, esperanças, aspirações, desejos, alegrias, expectativas, direitos, conquistas, satisfação modelaram uma Previdência que, além da Assistência Social, até então restrita aos segurados menos favorecidos, transbordou para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do país.

No auge deste processo, quando era nova – as receitas superavam de longe as despesas –, a Previdência saiu de seu leito, já copiosamente inundada por uma gama de benefícios e benesses, gerados sem a contrapartida da contribuição, para financiar assistência médica, hospitalar, dentária, psiquiátrica, farmacêutica, alimentação do trabalhador, atendimento de urgência, casa própria, projetos de desenvolvimento, como a Siderúrgica Nacional, hidrelétricas como Itaipu, ponte Rio–Niterói, rodovias como a Transamazônica. Tudo isso não custou tanto como o tal do Sistema Único e Descentralizado de Saúde – SUDS, que teria consumido, a preços da época, US\$ 20 bilhões, segundo apurou uma das maiores investigações já realizadas pelo TCU sobre o desperdício de dinheiro público.

Como o regime não era de capitalização, a poupança começou a virar pó. O Estado saiu levando R\$ 500 bilhões, deixando a conta para trabalhadores e empregados.

A fusão dos institutos, em 1967, serviu para que as contas fossem consolidadas. Já havia uma forte pressão por benefícios previdenciários e acidentários, que há 40 anos não param de

crescer, hoje com 25 milhões de aposentados e pensionistas, superior à população de alguns países da América Latina e até mesmo a um bloco de países. A folga ainda existente, em 1974, foi direcionada para financiar o Prorural dos trabalhadores rurais, a Renda Mensal Vitalícia dos idosos e o atendimento às pessoas com necessidades especiais, numa pretensa universalização da Previdência, embora com violação do princípio contributivo.

O crescimento exponencial das despesas de saúde, financiadas pela Previdência, desequilibraram-na, levando o governo a desagregar as contas e o Estado em 1988, e a assumir, com recursos fiscais (dos impostos), os gastos com Saúde, que foi universalizada como um direito do cidadão e um dever do Estado.

O agravamento das dificuldades de caixa da Previdência, cobertos por aumento da alíquota de contribuição de trabalhadores e empregadores, levou o Estado, em 1993, com recursos fiscais, a absorver os gastos com a Assistência Social.

Desde então, uma onda de pessimismo, desespero e incerteza se abateu sobre a Previdência. Aplique-se o bordão: o sonho virou pesadelo. Mais do que isso, desde 1994, há 14 anos, só se viu a desconstrução da Previdência Social pública.

Nada, rigorosamente nada, foi feito para melhorar a qualidade da receita previdenciária, transformada em queijo suíço com sonegação, evasão, elisão, brechas legais, renúncias, baixa recuperação de crédito, parcelamentos, reparcelamentos, fraudes, favorecimentos aos caloteiros, aventureiros, malandros, espertos, vagabundos, ladrões, bandidos, políticos sem alma, caráter e dignidade; enfim, gente sem eira nem beira, como se falava ao tempo de dom João VI.

Para conter o déficit de caixa do INSS, apurado pela receita líquida menos a despesa com os benefícios do RGPS, uma horda de oportunistas optou, ao invés de melhorar a receita, em cortar a despesa, isto é, em cortar benefícios, direitos, expectativas de direito, direitos sociais e conquistas constitucionais. Acabou com o futuro das pessoas, achatou os benefícios acima do mínimo e retardou sua concessão. Noutra ponta, favoreceu-se a previdência complementar privada, dos fundos de pensão, com capitalização da contribuição, e por pressão de bancos e seguradoras estimulou-se, inclusive com incentivos fiscais, a venda dos planos privados de previdência, sem qualquer fiscalização e controle. Estes últimos são títulos de investimentos como outro qualquer, mas com o carimbo do incentivo, o que é lastimável, assumindo o Estado o triste papel de enganar os cidadãos.

Apesar de tudo, o ideário de Eloy Chaves e de várias gerações de seres humanos que pensam numa velhice tranquila e segura persiste e resiste à sanha dos predadores. O INSS segue sendo a maior seguradora da América Latina, com 32 milhões de segurados contribuintes e quase 25 milhões de beneficiários, aposentados e pensionistas, o maior instrumento de redistribuição de renda do país e fonte de financiamento para 50% dos Municípios brasileiros.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/02/2008

Fatorama, Brasília/DF – 27/01/2008

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 30/01/2008

Correio da Paraíba, João Pessoa/PB – 1ª/02/2008

O Jornal, Maceió/AL – 03/02/2008

O Progresso, Dourados/MS – 09/02/2008

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 10/02/2008

Artigos 2007

O ÚLTIMO BAILE DA ERA FISCAL

Por Paulo César Régis de Souza

Os dias e as noites de fevereiro e março de 2007, em Brasília, serviram para que os novos deputados se empenhassem em prestar um notável desserviço ao país.

Vejam como a lógica da política é perversa e como funciona: esses senhores aqui desembarcaram, em meio a uma disputa sobre seus salários de R\$ 80 ou R\$120 mil, e uma pauta que veio de 2006 para que votassem. Tomaram posse, meteram gorda ajuda de custo no bolso, cinco dezenas deixaram os partidos pelos quais se elegeram, entraram em outros partidos afinados com “verbas e cargos” e procuram saber como levar vantagem em tudo...

No meio tempo, foram descobrindo almoços e jantares grandiosos das corporações que dominam a vida social, política e econômica da corte, onde alguns personagens importantes do cenário nacional são reverenciados e homenageados.

Aparentemente inofensivas, tais ocasiões contribuíram para estimular e propiciar o conhecimento desses atores e de suas ideias, enquanto se aguardava a reforma ministerial. Como têm pouca divulgação, por motivos óbvios, tais eventos acabam servindo para a manutenção do monopólio estabelecido pela mídia, pautada quase na sua totalidade pelas especulações das medidas do pacote econômico, o tal do PAC, que enfim trará o crescimento (!) tão desejado por todos.

Matérias importantes passaram ao largo de discussão e conhecimento da sociedade, como a do Receitão ou Super-Receita ou Receita Federal do Brasil. O fenômeno já ocorrera, em 2006, no Senado, quando a oposição venezuelana exigiu que o Receitão fosse aprovado nas condições arbitradas pelo Planalto. De nada adiantaram as ponderações de inconstitucionalidade e inconsistência funcional do projeto, que foi uma exigência, no passado, do FMI. No mesmo rol de exigências, estavam lá o fim do FGTS e a unificação da Caixa e do Banco do Brasil.

A Previdência já perdera seu orçamento desagregado e sua contabilidade independente. Ou seja, perdera sua autonomia, sua identidade. Foi perdendo os dedos.

Faltava, entretanto, o último baile da era fiscal...

Nas estrelas estava escrito que os senhores deputados aprovariam, sem muito esforço, o Receitão ratificado pelo Senado, inclusive com um REFIS de 20 anos para que os Estados não paguem o que devem ao INSS. Colocado em votação, aconteceu o que jamais foi concebido em 84 anos de Previdência Social pública. A Previdência perdeu as mãos, o controle sobre sua receita. Imaginem o que acontece a uma empresa que perde o controle sobre sua receita? Não dá nem para imaginar? No mínimo, acaba.

O Receitão trará profundas e imprevisíveis consequências ao já combalido INSS. Isto não ocorreu com as Caixas de Previdência nos anos 20, nem nos Institutos dos anos 40 aos anos 60.

As contribuições previdenciárias, ao contrário do que proclamam os anárquicos, não são impostos, que servem para comprar de cliques a aviões. As contribuições, não, são definidas. Têm destinação constitucional. Prevaleceu o ideário do caixa único.

Poucos haverão de lembrar, mas desde que foram criadas as antigas CAPs – Caixas de Aposentadorias e Pensões no governo de Artur Bernardes, nos anos 20, e os antigos IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões no governo Getúlio Vargas, não se concebia medida

similar. Mesmo durante os anos de chumbo da ditadura, que promoveu a fusão desses institutos no antigo INPS, manteve-se a independência financeira e administrativa do sistema. Agora, em plena vigência do regime democrático, sob a égide de um governo popular, dito de esquerda, consumou-se o crime de definitivamente sepultar a possibilidade de autogestão dos recursos do INSS por quem de direito e seu legítimo proprietário, os seus segurados contribuintes e beneficiários, e a sociedade, que participa direta e indiretamente do sistema.

Ao longo das últimas décadas os ataques desferidos contra o INSS vêm retirando direitos dos trabalhadores privados, segurados contribuintes e beneficiários, aposentados e pensionistas, engessando e politizando sua gestão, aumentando a renúncia de receitas e diminuindo a participação e fiscalização da sociedade via controle social. A gestão do INSS, pelo menos nos últimos 12 anos, é a imagem da falência do Regime Geral, transformando o princípio de uma velhice segura em um horizonte de incertezas e intranquilidades.

O Receitão é ato final do enredo deste filme de terror, com o pleno acolhimento, por parte do atual governo, de uma recomendação do FMI, ainda sob a égide do acordo de 98, e trará como consequência a perda definitiva da transparência que existia sobre as receitas arrecadadas pela Previdência Social (apesar da baixa qualidade desta receita, sempre por nós condenada), que agora ficarão abrigadas ao sabor do manto sagrado do ajuste fiscal e do superávit primário, uma vez que todo o orçamento passa a ser administrado, arrecadado e gerido pela Receita.

Pobre a sina da Previdência em 2007. Pobre sina de um país que troca o bom senso e a razão por ideias aparentemente corretas. Vamos racionalizar custos, aumentar eficiência, fazer economia para o contribuinte, reduzir a burocracia. Se fosse verdade, para que 36 Ministérios? Bastaria um.

Nós da ANASPS continuaremos a lutar firmemente pela defesa da Previdência Social, buscando na sociedade e no Congresso os apoios necessários para a transposição de mais este desafio, qual seja, sobreviver e avançar em seus objetivos institucionais.

Nada é definitivo neste mundo. A era dos dinossauros e dos trogloditas passou. O que é arbitrário, autoritário e que resulta do impulso, mesmo quando coletivo, é passível de revisão, pela razão e pela lógica natural das coisas. Portanto, vamos aguardar, dar tempo ao tempo, para que a Receita Previdenciária retorne ao INSS.

É uma pena que o último baile da era fiscal tenha se realizado com o apoio dos auditores fiscais da Previdência Social, que tocaram a música, dançaram e agora parecem condenados a terminar seus dias em um cargo em extinção... Não se deram conta de que igualmente perderam os dedos e as mãos. Já não têm identidade, nem rosto, nem cara. São gnomos de uma megarreceita que cresce, não em função de sua qualidade, mas do aumento progressivo da carga tributária sobre o PIB.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/04/2007

Fatorama, Brasília/DF – 15/04/2007

UM GRUPO DE TRABALHO PARA A PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Nos altos escalões do poder em Brasília, diz a lenda que quando não se quer tomar uma decisão cria-se um grupo de trabalho, ou conselho, ou fórum. Em 2003 o Presidente Lula criou 33 grupos de trabalho; em 2004, 28; em 2005, 22; e em 2006, 13.

Os resultados obtidos foram pífios.

Como Brasília acredita mais na versão do que no fato em si, tudo é possível e crível.

O Presidente Lula acaba de criar o Fórum Nacional de Previdência Social, com 20 membros, sendo 7 do governo, 9 dos trabalhadores e 5 dos empregadores. Na realidade, serão 40, pois são 20 titulares e 20 suplentes. O Fórum terá seis meses, a partir de sua instalação, para apresentar suas conclusões!

Ainda nos altos escalões do poder, tais sinecuras estão associadas ao financiamento público de diárias, passagens, jetons e a tal da “boquinha”. Mas nem sempre funcionam. O Fórum tende a morrer antes de nascer se as despesas forem custeadas, como está no decreto, pelas entidades que indicarão seus representados. Se fosse custeado pela viúva poderia nascer e depois morrer.

O MPS tem alta produção de soluções para a crise estrutural da Previdência, através do Conselho Nacional de Previdência Social, 27 conselhos estaduais e talvez uma centena de conselhos municipais, que deveriam ser instrumentos de controle social. São todos decorativos.

Não está dito com todas as letras que o Fórum vai propor a 3ª reforma da Previdência, mas isto é o que alardeia o Secretário do Fórum, também Secretário terceirizado de Políticas (*sic?*) de Previdência Social do Ministério que, em quatro anos, produziu um déficit acumulado de R\$ 150 bilhões. Um campeão de audiência e de incompetência, além de ser autor, com plágio, da 2ª reforma da Previdência, feita para acabar com o déficit da Previdência... E deu no que deu!

O documento anuncia que o Fórum visa promover um debate “com vistas ao aperfeiçoamento e sustentabilidade dos regimes de previdência social e sua coordenação com as políticas de assistência social” e “subsidiar a elaboração de proposições legislativas e normas infralegais pertinentes”.

Constata-se de saída ignorância do Ministro da Previdência na matéria, que se orgulha de ser petista de carteirinha e soldado do Partido, pois mistura jaca com melancia. Uma coisa é Previdência Social, com contribuição ou benefício definido, e outra é Assistência Social, que é financiada pelo orçamento fiscal.

O enunciado me induz a acreditar que o Presidente Lula sonha em institucionalizar a “bolsa aposentadoria” como programa assistencial, eliminando os fundamentos previdenciários. Devo estar errado, e quero estar, mas há o dado objetivo de que 70% dos aposentados e pensionistas do INSS, no seu governo, foram enviados à zona de um salário mínimo, faixa próxima da pobreza, indigência e miséria.

Não tenho bola de cristal, mas se pudesse vaticinar qual a conclusão do Fórum, ousaria assinalar que prevalecerão as teses do tal Secretário, que igualmente cometeu a loucura de reduzir a contribuição do autônomo para lhe dar um benefício “chinês” (aposentadoria de um salário mínimo). Também culpou o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez pelo déficit da

Previdência em 2006. Ele está reduzindo o valor dos benefícios acidentários, com a conivência das lideranças sindicais, e antecipa que reduzirá as pensões das viúvas, que serão contempladas de preferência com a pensão “chinesa”. Isto porque não é possível alcançar seu objetivo oculto: benefício de R\$ 1,99.

Já escrevi que nós da ANASPS admitimos uma 3ª reforma da Previdência, inserindo-se nela o que for universal e atuarial no regime de repartição simples, que completou 84 anos. Exemplo: idade mínima.

Mas, antes disso, insisto na tese de que a Previdência Social pública brasileira tem muito espaço para crescer, desde que se faça uma reforma estrutural no seu financiamento e que se aplique um “choque de gestão” em suas áreas críticas: Procuradoria (dívida ativa e recuperação de crédito), Arrecadação e Fiscalização (dívida administrativa e cobrança), Sistemas Corporativos (Dataprev) e Governança Corporativa (eliminando a presença de políticos e terceirizados em seus quadros, prevalecendo a gestão profissional). Há 48 milhões de brasileiros fora dela!

Um efetivo combate à sonegação, historicamente estimada em 30/40% da receita líquida, fiscalização e arrecadação, não presencial nas empresas, mas por batimento de dados da Receita, FGTS, CAGED, RAIS; cobrança da monstruosa dívida ativa e administrativa; eliminação de todas renúncias contributivas (as que se fizerem necessárias por razão de Estado, seriam cobertas pelo Tesouro); substituição das benesses aos caloteiros pela securitização das dívidas com as regras do mercado (vide o exemplo da EGEA (Empresa Gestora de Ativos) com as dívidas da Caixa Econômica Federal); recuperação de créditos e ativos, em níveis civilizados, com a volta da ação em pagamento e com ampla mobilização do Ministério Público e da Justiça Federal; e transferência ao Tesouro dos estoques dos benefícios previdenciários rurais, descasados ou subsidiados, já que suas contribuições (tanto do empregado como do empregador) são mínimas.

Estas ações senhores, acreditem, reduzirá drasticamente o déficit e estabelecerá padrões de qualidade à receita – esta, inclusive, não precisa atropelar a Constituição e ser incorporada à Receita Federal.

Não será preciso mexer em alíquotas, e muito menos substituir a contribuição sobre a folha.

Os efeitos virão em seguida: revogação do fator previdenciário, restabelecimento da regra simples da média das 60 últimas contribuições para as novas aposentadorias, e restauração dos valores históricos dos benefícios.

Não se trata apenas de assegurar aos 30,9 milhões de segurados contribuintes um benefício digno, à altura das expectativas e no ocaso de suas vidas, mas de devolver aos 8 milhões que se aposentaram acima do mínimo (milhões morreram desde a criação do fator previdenciário, em 1994) o valor de seus benefícios de acordo com as regras que deveriam valer e que foram rasgadas por reformas nada constitucionais, que acabaram com a expectativa de direito e o direito adquirido.

Temos na ANASPS um elenco de sugestões e propostas.

Sabemos o que deve ser feito para restabelecer a confiança e a credibilidade da Previdência, sem que tenhamos o monopólio da verdade.

Não somos chamados a participar de fóruns, grupos de trabalhos e conselhos, pois não somos braços sindicais de quem quer que seja. Mas não dá para calarmos, quando leigos, arrivistas e paraquedistas – diretamente responsáveis pelo descalabro da Previdência, no passado e no presente – dão palpites sobre o que desconhecem. Se prevalecerem o que pensam e fazem, a crise deverá persistir. Não queremos e não podemos ser omissos e indiferentes, pois temos compromissos com as nossas vidas. Acreditamos que podemos reverter o horizonte de incertezas que há 12 anos assola a Previdência.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/02/2007

Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG – 04/02/2007

O Dia, Rio de Janeiro/RJ – 05/02/2007

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 07/02/2007

Diário da Manhã, Goiânia/GO – 14/02/2007

UM BALANÇO POSITIVO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Paulo César Régis de Souza

Em janeiro próximo, a Previdência Social brasileira estará completando 85 anos, na trilha de Elóy Chaves, do regime de repartição simples, aquele em que os trabalhadores de hoje provêm os de ontem.

Nos oito anos de FHC e nos quatro primeiros de Lula, a Previdência viveu seu inferno astral. Por muito pouco não acabou. Técnicos terceirizados e políticos mal-intencionados uniram-se a bancos e seguradoras para alterar o regime de repartição simples pelo de capitalização. O objetivo chileno (!) ou chinês (!) do projeto era cruel: o INSS pagaria uma aposentadoria mínima de um salário-mínimo (ou como afirmo, R\$ 1,99), e quem quisesse mais que comprasse um plano de previdência privada de bancos e seguradoras. Progrediram rapidamente, em 12 anos venderam planos de investimentos como se fossem de previdência para 8 milhões de desesperados!

O desenho para a implantação desta vilania ou perfídia era simples e desonesto: de um lado, extinguir benefícios, achatar os valores, retardar a concessão, desmoralizar a Previdência pública, apresentada invariavelmente como um foco de roubos & rombos, filas & incompetência, fraudes & déficits; de outro, manter na gestão previdenciária a fina flor da alheira, pinçada nos mais escrachados nichos da base da política e da burocracia, não fiscalizando, não cobrando, não recuperando créditos, favorecendo os caloteiros com parcelamentos dos parcelamentos, até 20 anos, minando o financiamento, espinha dorsal do regime.

A 1ª reforma previdenciária de FHC prometia, como bandeira, acabar com o déficit. O resultado foi desprimoroso. Pegou o INSS com superávit e deixou com déficit. Tirou o encanto, a esperança e o sonho de uma velhice tranquila para os trabalhadores e servidores. Fulminou com a expectativa de direito e o direito adquirido. Implantou o fator previdenciário com um único propósito: retardar a concessão e achatar o valor do benefício. Ampliou desmedidamente as renúncias contributivas, favorecendo o Simples, as filantrópicas e o agrobusiness.

Lula representava a reversão das expectativas, mas além de manter as intervenções de FHC, frustrou todo mundo com uma 2ª reforma que consolidou o quadro de desacertos na Previdência pública. Também prometeu acabar com o déficit. Não acabou, explodiu. Desrespeitou a expectativa de direito e o direito adquirido. Teve quatro ministros e quatro presidentes do INSS descompromissados com a instituição. Cometeu três erros graves: taxou os inativos, acabou com a receita previdenciária e beneficiou os caloteiros. No caso dos inativos, a receita representa 0,01% da despesa, o que confirma sua inutilidade. No caso da receita, ignorou o fundamento nº 1 da autarquia, ou seja, sua autonomia econômica e financeira. No caso dos caloteiros, foram amplamente satisfeitos pelo rolo compressor, pela tropa de choque com mensaleiros e sanguessugas, todos

com código de barra.

Já nos preparávamos para assistir ao fechamento do INSS, no 2º mandato de Lula, quando as coisas começaram a mudar, a partir da posse do Ministro Luiz Marinho.

Coube-lhe inicialmente desmontar a farsa da 3ª reforma, urdida pelo mercado, políticos corruptos, analistas pré-pagos, técnicos terceirizados e servidores carreiristas. O pretexto era o mesmo das duas reformas anteriores: reduzir o déficit e implodir mais direitos sociais e garantias constitucionais. O cenário armado foi o Fórum Nacional de Previdência, com “especialistas” e escolhidos a dedo, para ratificar o sonho de bancos e seguradoras: abocanhar outros 6 milhões de brasileiros para o seu mercado. Na euforia e voracidade, imaginaram um cenário de 14 milhões de participantes e captações de R\$ 500 bilhões! Sem blindagem, sem fiscalização.

A Previdência descia o despenhadeiro quando o Presidente Lula surpreendeu meio mundo com a afirmação de que esta instituição não tinha déficit indo na contramão e dando um contravapor no mercado. Muitos acharam que se tratava de mais uma trapalhada. Não era. Lula verbalizou o que já proclamávamos: se fossem corretamente arrumadas as contas da Previdência, o déficit se reduziria a níveis civilizados ou acabaria. Não se trata de química contábil, mas de o Tesouro assumir o ônus das renúncias contributivas feitas à revelia da Previdência ao Simples, filantrópicas, ProUni, agrobusiness, santas casas, clubes e federações de futebol e os rurais.

Quando Eloy Chaves criou a Previdência, estabeleceu que a solidez e a liquidez do regime se obteriam com uma regra de ouro: não se pode conceder benefício sem contribuição. É verdade que muito antes de FHC e Lula a prática produziu uma baita crise estrutural na Previdência, que perdura até os nossos dias. Nossos políticos “bolivarianos” são pródigos no assistencialismo e no paternalismo à custa dos outros.

O Presidente Lula surpreenderia novamente, restabelecendo a contribuição tripartite na Previdência, na desmontagem do déficit, ou seja, o Tesouro, através da COFINS, basicamente passou a contribuir para a liquidez do regime, junto com os patrões e os empregados. Para uma arrecadação bancária de R\$ 122,9 bi em 2006, a COFINS mandou para a Previdência R\$ 47,6 bi, além dos R\$ 12,0 bi para a LOAS. Para isso, implantou *off line* o dispositivo constitucional que criou o conceito de Seguridade Social entre nós e que parecia letra morta para Presidentes e Ministros da Fazenda e da Previdência.

Eloy Chaves propusera o financiamento tripartite – Tesouro, patrões e empregados – que durou até JK, e desde então passara a bipartite. JK acabou com a contribuição do Tesouro e ainda se apropriou dos saldos de caixa da Previdência para financiar Brasília e a Belém–Brasília, como Getúlio já os usara em Volta Redonda. Os militares usaram na construção de Itaipu, Transamazônica e Ponte Rio–Niterói.

O novo enfoque da insignificância do déficit da Previdência e sua relação com o PIB desarmou o mercado e seus porta-vozes alternos, inclusive dentro do governo. Ficaram sem bandeiras.

A ANASPS sempre defendeu a 3ª reforma considerando dois aspectos: fixação de uma idade mínima para os trabalhadores, seguindo tendências universais, com base em parâmetros demográficos, e eliminação do fator previdenciário. Mais: a ANASPS firmou posição de que prioritário seria centrar a 3ª reforma na qualidade da receita e na evolução nominal da despesa. Levamos em conta a vergonhosa constatação de que 70% dos beneficiários (aposentados e pensionistas) do INSS recebem um salário-mínimo, o mesmo que recebem os 3,0 milhões de beneficiários da LOAS.

Estou convencido de que se o líder sindical Luiz Marinho tivesse sido escolhido ministro da Previdência no 1º reinado de Lula não teríamos tido a 2ª reforma da Previdência e a Receita Federal não teria sido incorporada à Receita Previdenciária. A Previdência teria, inclusive, saído do

noticiário policial – em que estiveram envolvidos ex-ministros e ex-presidentes do INSS e seus assessores. Muitos dos descertos nas áreas da receita previdenciária – REFIS 2, 3 e 4, Supersimples, renúncias, parcelamentos, prazo de 20 anos, baixa recuperação de crédito, etc. – e de benefícios – especialmente culpando-se auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-acidente e acidentes do trabalho pelo crescimento descontrolado da despesa da Previdência – teriam sido evitados. As prioridades teriam sido outras.

Os bancos – que há anos são beneficiários da Previdência – tiveram mais benefícios com a suspeita abertura de dados dos 25 milhões de beneficiários para a prática do crédito consignado. Nossos velhinhos antes de Lula nada deviam a bancos e financeiras. Hoje devem R\$ 10/12 bilhões. Os bancos receberam novo afago financeiro de R\$ 220 milhões de um ex-ministro da Previdência para realização de um Censo Previdenciário que vem sendo complementado por servidores. O ex-ministro passou pelo MPS sem saber que, em 2006, os servidores que considerou incapazes de fazer um Censo tiraram da folha do INSS 5.681.619 benefícios, no valor de R\$ 3,4 bilhões, e concederam 4.248.816 benefícios no valor de R\$ 2,4 bilhões. Os resultados do Censo foram pífios.

A Previdência não está no melhor dos mundos, sabemos. Mudaram-se os grandes eixos. Falta implementar na teoria o que se faz na prática, inclusive nos pequenos eixos.

O antecessor do Ministro Luiz Marinho deixou-lhe um legado terrível. Chamado às falas pelo Presidente Lula para acabar com as filas do INSS, que perdura há anos, por falta de pessoal, instalações e equipamentos, teria contratado empresa para transferir as filas dos postos para o teletendimento. Resultado: Foi criada uma fila virtual com agendamento para o 1º semestre de 2008. Uma solução, no mínimo, desrespeitosa para o contribuinte.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/12/2007

Fatorama, Brasília/DF – 09/12/2007

Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 16/12/2007

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 18/12/2007

O Progresso, Dourados/MS – 19/12/2007

Gazeta Mercantil, São Paulo/SP – 19/12/2007

SERVIDORES PÚBLICOS: DIREITO À GREVE

Por Paulo César Régis de Souza

Entre as muitas infelicidades atribuídas ao nosso Presidente da República, ex-sindicalista como Lech Walessa, da Polónia – hoje relegado ao anonimato, à gordura e ao esquecimento, por ter traído seus princípios – está a de ele classificar como férias a greve de 90 dias, com salários, de servidores. Silogismo: se não recebessem salários, não seriam férias..

Isto no afã, dele e de muitos de seus fervorosos defensores, de que não basta regulamentar o direito de greve dos servidores, adotado na Constituição de 88, tem que limitar, restringir, inibir, punir.

Os inimigos do Estado brasileiro, que não enxergam a brutal transferência da renda nacional para financiar a dívida interna, drenando toda a poupança para o mercado, bolsa, bancos e especuladores, gostariam de ver os servidores públicos recebendo o salário chinês de R\$ 1,99 ou a aposentadoria chinesa, igualmente de R\$ 1,99. Iriam ao delírio.

Gostariam de vê-los como hoje os veem: acuados, humilhados, ultrajados, espancados, responsabilizados por tudo que é ruim nos serviços públicos. Mensaleiros, gafanhotos, sanguessugas, ongueiros, empreiteiros, políticos, corruptos, toda a corja – inclusive da base política

do Presidente – que se aproveita do Estado e das riquezas do país, fazem, acontecem, pintam, bordam, mas os servidores é que são culpados. Os que não sabem de nada, batem nos servidores. Os inimputáveis, impunes, imunes, imundos, os que têm foro especial, os parceiros do crime organizado, palitam os dentes, mas os servidores é que são culpados.

Esquecem que, desde 2003, as perdas dos servidores passam dos 28%. O Presidente da República não honrou seus compromissos com os servidores, que na era FHC acumularam perdas de 70%, dando-lhes 1% de aumento em 2003; zero em 2004; 0,1% em 2005; e novamente zero em 2006. Em 2007, tudo indica que vai repetir o zero, e inibir a greve dos servidores.

Os “aumentos” concedidos à massa dos servidores foram incorporações de passivos judiciais, em suaves prestações anuais, e gratificações fajutas, sendo que algumas categorias já contabilizam três gratificações... Uma empulhação de bom tamanho. Uma vilania, pois as gratificações não são incorporadas nas aposentadorias e pensões. Além do que, o Presidente da República brindou os servidores com a 2ª reforma da Previdência, feita de encomenda contra eles, para retirar direitos sociais e conquistas constitucionais. Agradou o mercado, e lascou os servidores.

O “governo do trabalhador” vem sendo o lobo do servidor: um discurso simpático, mas uma prática rude e perversa. Na política salarial, a presença marcante da discriminação mais odiosa, especialmente quanto aos servidores da área social. Os benefícios adicionais (vale-alimentação, participação no custeio do plano de saúde etc.) estão congelados e infinitamente inferiores aos concedidos no Judiciário e no Legislativo.

O INSS, por exemplo, movimentou, nos últimos 12 meses (04/06 a 03/07), R\$ 415 bilhões, um orçamento monumental. As Despesas de Pessoal representaram 1,45% desse montante; já as Despesas de Custeio alcançaram 1,87%, num crescimento exponencial e pouco explicável, eis que a autarquia pouco ou nada investe em estrutura ou pessoal. Pelo menos, nada que explique convincentemente os R\$ 7,7 bilhões gastos nessa conta no último ano.

Não tendo explicações a dar, o governo investe no garroteamento de um justo, legítimo e constitucional direito dos servidores, conquistado em 1988, após uma árdua luta: o direito de greve. A título de “regulamentar”, pretende-se, mesmo, é impedir o exercício deste direito, especialmente daquelas categorias funcionais que, não tendo voz nem acesso ao Poder, recorrem à greve como último recurso.

A discussão dessa matéria (o direito de greve) deve incorporar dois debates simultâneos: a regulamentação propriamente dita e o estabelecimento de uma política salarial justa.

No primeiro caso, a “regulamentação”, alguns pontos devem ser considerados:

- a) assegurar a liberdade de exercício do direito pela classe/carreira/categoria de servidores;
- b) não estabelecer prazo limite (ínterstício) entre uma greve e outra da mesma classe/carreira/categoria;
- c) definir claramente o que sejam “serviços essenciais”;
- d) estabelecer, no caso de greve, um percentual de no máximo 30% (trinta por cento) da categoria no exercício de suas “atividades essenciais”;
- e) repor eventuais descontos dos dias parados;

Simultaneamente, exigir do governo a observância plena de alguns pleitos essenciais:

- a) estabelecimento de uma política salarial única;
- b) eliminação dos verdadeiros “feudos” ora existentes no funcionalismo federal;
- c) eliminação definitiva da prática perversa de discriminar servidores ativos e inativos no que respeita à remuneração;

- d) revisão dos valores de vale-alimentação e custeio patronal de plano de saúde;
 e) melhoria sensível da qualidade, segurança e conforto das condições do trabalho, muito precárias em determinados órgãos, tanto para usuários quanto para servidores.

Em tempo: não precisamos dos neopelegos para nos defender. Ainda temos dignidade.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/08/2007

A Gazeta, Cuiabá/MT – 27/06/2007

O Liberal, Belém/PA – 04/07/2007

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ – 1ª/07/2007

Diário de Pernambuco, Recife/PE – 14/07/2007

Fatorama, Brasília/DF – 15/07/2007

SERVIÇO PÚBLICO DE EXCELÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

A sociedade brasileira, especialmente a contributiva, exige a prestação de um serviço público de excelência, e não tiro aqui suas razões, pois pagamos o maior número de tributos e contribuições do mundo. A carga tributária, que era de 31,86% do PIB ao final de 2002, chegou aos 34,23% ao final de 2006, com elevação de impostos e contribuições.

Mais de 40% do salário vão para os cofres do governo, que administra e paga mal seus funcionários.

Temos “segurança pública da pior qualidade”, presídios superlotados, 400 mil mandados de prisão por cumprir, policiais civis e militares, na média, mal remunerados, delegacias que mais parecem depósito de lixo, armas obsoletas, munição contada, veículos depenados; educação fundamental medíocre, por absoluta falta de professores e salários, às vezes, abaixo do mínimo de R\$ 380 reais, educação superior, pública e privada crítica, com professores mal pagos, laboratórios destrozados, instalações deterioradas; saúde sucateada, hospitais caindo aos pedaços, médicos, paramédicos e servidores com salários vergonhosos; pagamento do SUS com diárias, exames e consultas ridículos, epidemias voltando, pobreza aumentando; estradas esburacadas, portos assoreados. Um quadro de miséria e abandono quase equivalente àquele vivido na idade média ou em nações do quarto mundo.

O consumidor não tem a quem reclamar na União, Estados e Municípios. As ouvidorias só querem elogios. Diariamente, roubam-nos no peso, na qualidade, no crediário, nos serviços, nos cartões de crédito, nos shoppings, nas telefônicas, nos portos, nos aeroportos, nas companhias aéreas, nos hotéis, bares, restaurantes, nas farmácias, nos supermercados, nos bancos, nas financeiras, nas televisões a cabo, etc. etc. etc.

Não nos preparamos convenientemente para uma sociedade de massas. Nem nós cidadãos comuns, e muito menos os prestadores de serviços.

Estamos sendo governados por *call centers*, distantes de nós, tão invisíveis e insanos quanto os governos que nos parecem próximos.

O ideário da omissão e da impunidade disseminou-se entre nós, que ficamos reduzidos a pigmeus ante um Estado dinossáurico e incompetente e a entidades abstratas ante os atendentes e supervisores dos *call centers*, essa nova ficção científica, estrategicamente colocada entre nós e o mundo real.

Vemos, pela tevê, que Portugal e Holanda avançaram muito na defesa dos interesses de seus cidadãos.

Aqui voltamos as costas à União Europeia, Estados Unidos, Austrália e Japão, e nos miramos em nações cultuadoras da verborragia demagógica e do atraso.

O órgão responsável pela aviação civil preocupa-se em agradar as companhias aéreas, para viajar de graça ou de 1ª classe, enquanto faltam equipamentos, pessoal e remuneração adequada. Os aeroportos-butiques, construídos sob a medida do superfaturamento, não guardam relação com a franciscanidade da Aeronáutica, da defesa aérea e do controle de tráfego aéreo.

Pagamos impostos nos âmbitos municipal, estadual e federal, e exigimos serviços públicos de qualidade e excelência. Pelo menos que sejamos atendidos com educação, respeito e dignidade.

Será que os governantes da União, dos Estados e Municípios, quando contratam através de concursos públicos ou não (há milhares de terceirizados) dão a contrapartida aos servidores, como local de trabalho adequado, equipamento, treinamento, remuneração direta e indireta compatível para que ele possa atender bem e desempenhar sua missão com um mínimo de competência? Claro que não. A grande maioria dos servidores ganha salários absolutamente incompatíveis com a responsabilidade e a complexidade das tarefas que realizam.

Posso falar pelo que vejo na Previdência Social, que tem sua força de trabalho distribuída em todo território nacional, para atender a mais de 4 milhões de empresas, 25 milhões de benefícios, 32 milhões de contribuintes, em 1.300 unidades, agências e postos, sem condições de trabalho, equipamentos obsoletos, tecnologia de informática defasada. A escassez de pessoal, divulgada pelo Ministro Luiz Marinho, é de 15 mil servidores nas diversas áreas. O INSS atende a 226 mil segurados/dia, 4,5 milhões/ mês, 500 mil processos despachados/mês, paga R\$ 13 bilhões/mês. É o maior programa previdenciário da América Latina, e o único da área social exclusivamente criado, controlado, fiscalizado e executado pelo governo federal.

Qual a chave para a prestação de serviços públicos em nível de excelência pelo Estado? Pessoal qualificado, quantitativamente adequado, sistemas informatizados modernos e gestão profissional, sem as danosas intervenções de pseudopolíticos que sobrepõem interesses pessoais aos coletivos.

No caso do INSS, por exemplo, os servidores em atividade (menos de 40 mil em todo o país) recebem baixos salários, em uma das menores folhas de pagamento do serviço público federal. Os sistemas informatizados de suporte ao trabalho dos servidores estão defasados e até mesmo anacrônicos, as instalações físicas de atendimento ao público deterioradas, a logística igualmente em estado precário, e o sistema de treinamento de pessoal inexistente.

É possível reverter esse quadro? Sem sombra de dúvida, e com um investimento relativamente pequeno. Há um conjunto de boas qualidades no INSS (por exemplo, seus recursos humanos) que, devidamente mobilizado e motivado, pode transformar essa estrutura numa agência pública de excelência, bastando, como já foi dito, apenas decisão do governo federal, responsável exclusivo pelo Regime Geral de Previdência.

Isso pode ser feito em prazo relativamente curto e, restabelecida a credibilidade do INSS, certamente seria mais fácil atrair os 46 milhões de trabalhadores que labutam no mercado informal de trabalho sem qualquer cobertura previdenciária e trabalhista, uma ação que não mais pode ser protelada, pelo caráter humano e social de que se reveste.

É preciso desmistificar o conceito (ou preconceito) de que, no Brasil, privado é bom e público é ruim. Ambos têm um papel institucional a desempenhar, e a sociedade deve exigir sempre bons serviços, não importa de onde venham.

Os serviços públicos podem ser quantitativamente mais bem prestados. Os servidores são aliados e defensores dessa tese, mas, infelizmente, a decisão não cabe a eles.

Somos contratados para servir, no entanto, é difícil obter o reconhecimento de que trabalhamos

muito, e ganhamos pouco. Como seres humanos temos necessidades, aspirações e desejos, família, obrigações e deveres. É necessário reconhecer que serviço de excelência exige dos governos mais servidores, com salários dignos. Antes que nos privatizem, e nos tornem mais um *call center* frio, desumano, inservível.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/11/2007

PREVIDÊNCIA X MISERÁVEIS

Por Paulo César Régis de Souza

Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o número de miseráveis no país foi reduzido em 44% pela Previdência Social, com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais de um salário mínimo a 17,2 milhões de brasileiros.

Na fronteira do mínimo, o INSS contabiliza 8,8 milhões urbanos e 7,4 milhões de rurais; 13,3 milhões de benefícios previdenciários e 3,0 milhões de assistenciais.

Pode ser motivo de alegria para o assistencialismo, mas para mim é de pesar, ao verificar que a Previdência Social pública foi reduzida a ser protetora de milhões de miseráveis. Ela não foi criada para isto. Seus venerados ícones, Eloy Chaves e Getúlio Vargas, se retorcem, indignados, nos seus túmulos. Desgraçadamente, com o passar do tempo, nas últimas duas décadas, os benefícios previdenciários foram reduzidos e achatados, beirando à fronteira da miséria e do abandono.

Para o IBGE, existiriam 21,7 milhões de miseráveis, mas o IPEA sustenta que chegaria a 38,9 milhões se não houvesse os benefícios previdenciários e assistenciais.

O estudo do IPEA não contempla o contingente beneficiado pelo Bolsa Família, outro grupo assistencial relevante.

O assistencialismo tem no IBGE e no IPEA dois suportes. O do IBGE é de referência e contagem. O do IPEA põe os dados na direção do vento. São do IPEA propostas para redução dos valores dos benefícios previdenciários e assistenciais. Estes, os da zona da miséria, para que os miseráveis assistenciais, da LOAS, do Benefício de Prestação Continuada, sejam mais miseráveis e recebam 70% a 80% do salário-mínimo. É verdade que não contribuíram para a Previdência por alguma razão, mas trabalharam enquanto integraram a População Economicamente Ativa. Certamente o IPEA tem estudos para reduzir os valores dos benefícios previdenciários, além do famigerado Fator Previdenciário e da política diferenciada de reajuste anual, que faz com que os que ganham acima do mínimo tenham reajustes menores e desçam para a faixa do mínimo.

O dado positivo disso tudo é a confirmação histórica de que indiscutivelmente a Previdência é a maior redistribuidora de rendas no Brasil, com pagamentos em 2006 de R\$ 64,5 bilhões e fortes impactos em todos os Municípios brasileiros.

Há anos que venho escrevendo sobre a Previdência Social, bem diferente dos programas assistenciais, em que se incluem o BCP e o Bolsa Família. O benefício previdenciário é um seguro com contribuição e benefício definidos. O benefício deveria corresponder à expectativa do segurado. Infelizmente, as artimanhas dos fiscalistas e dos inimigos do Estado Social mascaram a Previdência

e fraudam-na. O segurado contribui com x , se aposenta com y e, rapidamente, seu benefício vai a w e a z , sem qualquer correlação com x .

Tenho alertado com insistência para os desvios cometidos ao longo de 84 anos. Temo afirmar que o *Welfare State*, sistema de previdência de repartição simples em que os trabalhadores de hoje pagam as aposentadorias e pensões dos trabalhadores de ontem, está chegando a uma situação insustentável no nosso país. Sei que o mundo gira, tudo se transforma na face da terra, mas nada deveria se orientar para o mal e a miséria das pessoas.

Se as vacinas, a água encanada, o tratamento de esgotos, a educação e o emprego resultam na melhoria da qualidade de vida, por que a Previdência não segue o mesmo ritmo?

Todas as nações fizeram ajustes no seus sistemas previdenciários para que se assegurem ao segurado sua dignidade. Nenhum sistema tem como meta a miserabilidade do ser humano.

Os desacertos aqui cometidos foram muitos, especialmente na concessão de benefícios sem a necessária contrapartida da contribuição. Os 7,5 milhões de “aposentados e pensionistas” rurais não poderiam ser segurados da Previdência, pois contribuíram muito pouco, pouquíssimo, para isso. Deveriam ser incorporados a outro Programa Assistencial financiado com recursos fiscais. E ainda querem instituir mais benefícios sem custeio, como os para as donas de casa.

O volume maior dos desacertos, entretanto, está no lado da Receita Previdenciária, do financiamento, que ficou menor do que a despesa. A Previdência perdeu os auditores e os procuradores e tornou-se um saco sem fundo de saques através de renúncias contributivas para o Supersimples, as “pilantrópicas”, clubes de futebol, ProUni, exportadores do agrobusiness; se especializou na arte de não fiscalizar, não cobrar, não recuperar créditos; omitiu-se no combate à sonegação e à evasão; e favoreceu os caloteiros com os Refis anuais e os generosos 20 anos de prazo para pagar o que devem. O cúmulo dos desacertos foi tirar a Receita da Previdência, como solução mágica para a incapacidade governativa do Ministério e do INSS.

A previdência paga em dia 25 milhões de beneficiários, há 84 anos, e dispõe de 1.300 unidades de atendimento em todo território nacional.

Com os números acima, será que a Previdência precisa de uma nova reforma, a 3ª, em que políticos despreparados e os terceirizados desqualificados jogam mais para a plateia do que apresentam propostas realmente decentes como solução para o tão falado déficit de caixa?

Será que o problema não é de gestão de governos anteriores e de ex-ministros sem qualquer comprometimento com os fundamentos da Previdência?

Falam em idade mínima, no entanto, como panaceia para uma nova crise acelerada pela demografia e pelo aumento da expectativa de vida dos brasileiros esquecem-se que os miseráveis, que não contribuíram para o RGPS, estão numa cesta de programas de inclusão e de proteção, enquanto os miseráveis que contribuíram recebem cada vez menos do que lhe assegura o seguro que contrataram no começo de suas vidas, e ainda têm os seus direitos e garantia de direito esbulhados pelos falsos reformistas.

Criou-se um Fórum Nacional de Previdência para estudar, debater e apresentar soluções para a nova reforma da Previdência. Infelizmente, os PhDs do Ministério colocaram, ou convidaram para fazer parte do Fórum, gente sem a mínima condição de discutir Previdência e sem compromisso nenhum com ela. Quem conhece de Previdência são os previdenciários e os estudiosos das diversas instituições e universidades. Os componentes do dito Fórum são tão ruins, que o nosso péssimo ex-Ministro Nelson Machado, analfabeto em Previdência, está ameaçando virar a mesa e criar um novo Fórum no Ministério da Fazenda. Esdrúxula sua posição, que conflita com a de bom senso do Presidente Lula e do Ministro Luiz Marinho, que viram no Fórum uma patacoada desproposita,

sem foco na Previdência, mas nos interesses do mercado e dos especuladores.

O mercado e os especuladores, ao que se saiba, só se voltam para seus interesses.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/11/2007

Fatorama, Brasília/DF – 21/10/2007

A Tarde, Salvador/BA – 02/11/2007

O Dia, Rio de Janeiro/RJ – 06/11/2007

Jornal do Comércio, Porto Alegre/RS – 06/11/2007

Folha de Londrina, Londrina/PR – 08/11/2007

A Gazeta, Cuiabá/MT – 12/11/2007

Diário do Grande ABC, Santo André/SP – 07/12/2007

PREVIDÊNCIA: POUPANÇA, RENDA E GESTÃO

Por Paulo César Régis de Souza

Previdência Social, no Brasil e no mundo, significa poupança, renda e, principalmente, tranquilidade social.

Aquí, mais de 87 milhões de pessoas, direta e indiretamente, sobrevivem da renda derivada da previdência social que, além de seu caráter nitidamente repartidor entre pessoas e regiões, impede que, pela migração, os beneficiários engrossem a população das grandes metrópoles. O benefício previdenciário, em grande parte, fixa as pessoas em suas cidades e, em 70% dos casos, a renda previdenciária é a mais expressiva transferência recebida pelos Municípios.

Por outro lado, a previdência complementar facultativa, que também é previdência social, abriga alguns milhões de participantes e beneficiários e hoje ostenta um pujante patrimônio, superior a R\$ 500 bilhões, uma poupança de longo prazo que financia e sustenta o desenvolvimento nacional, assegurando trabalho e renda para um enorme contingente de brasileiros.

Acrescente-se a isso que as contribuições sociais (sobre a folha de salários, o faturamento, o lucro líquido e a movimentação financeira) constituem a parcela mais relevante das receitas fiscais da União, bem acima dos tradicionais impostos sobre a renda, os produtos industriais e outros. Ou seja, a Constituição Federal, via Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), assegurou um patamar de receita federal jamais alcançado, tendo como objetivo a prestação de serviços sociais à população brasileira..

Entretanto, o sonho dos contribuintes vem sendo frustrado pelos sucessivos governos que não conferiram à seguridade social a importância e a relevância pretendidas e, embora possuidora de receita específica volumosa, capaz de permitir melhoria na prestação de seus serviços, o que se vê é o empobrecimento da área, através de instrumentos astutos como a DRU (Desvinculação de Recursos da União), que retira parcela considerável de receita da Saúde, da Previdência e da Assistência Social, destinando-a a outras ações governamentais, algumas delas de duvidoso interesse público.

A Previdência Social (regime geral, regimes próprios e regime complementar, fechado e aberto), que deveria ser entendida como solução, por gerar poupança, renda e tranquilidade social, acabou por ser tratada como problema, um “peso” para o Estado, geradora de déficit vultoso (hoje, felizmente, desmentido pelo próprio Presidente da República).

O Ministério da Previdência Social vem sendo esvaziado de suas atribuições em proveito da

área econômica do governo, e sua fragilização político-administrativa pode ser representada pela transitoriedade de seus últimos ministros, que mal conseguem tomar conhecimento da Casa. Têm durado, em média, 10 meses, prazo curto para uma administração exitosa.

O INSS, por exemplo, nos últimos doze meses (até junho de 2007), teve uma movimentação financeira superior a R\$ 430 bilhões, um orçamento gigantesco que exigiria uma estrutura orgânica e funcional compatível com sua missão institucional. O número de servidores reduziu-se de 58.954, em 1990, para os atuais 46.647, uma perda de 12.307 servidores em 15 anos, embora a carga de trabalho tenha aumentado exponencialmente. Os métodos, a tecnologia e os processos de trabalho, nesse mesmo espaço de tempo, não sofreram qualquer mudança de alguma expressão.

A opção pela reforma impediu que se investisse concretamente na melhoria da gestão, algo bem mais simples, mais barato, eficiente e eficaz. Coincidentemente, a indução pela reforma, patrocinada por interesses privados bem conhecidos, se baseia no argumento de que a Previdência é mal gerida e deficitária.

Um país que tem mais de 42 milhões de trabalhadores na informalidade, número superior ao daqueles que possuem carteira assinada, deve dirigir sua atenção, primariamente, para este *mercado*, escudado em razões de ordem humana, social e econômica.

Não se trata de reformar, e sim de bem gerir, criando instrumentos adequados para integrar esses milhões de trabalhadores no âmbito da cobertura trabalhista e previdenciária.

Reformar é a ordem, ainda que não se saiba precisamente com qual objetivo.

A Previdência, pelo menos no médio prazo, prescinde de qualquer reforma, e clama que se invista decisiva e competentemente na melhoria e aperfeiçoamento da gestão, focada na melhoria do atendimento à massa previdenciária.

Previdência é serviço, que exige o concurso de pessoas, ou seja, de servidores, em quantidade e qualidade necessárias.

O primeiro passo para se alcançar um modelo de gestão capaz de transformar a Previdência Social em agência pública de excelência, desejada por todos, exige um quadro de pessoal altamente qualificado, motivado, dignificado funcionalmente e com bons salários. Parte disso já existe: por exemplo, cerca de 60% dos servidores de nível intermediário possui diploma de nível superior, conquistado à mercê de esforço próprio.

Entretanto, a política salarial adotada nos últimos anos para a expressiva maioria dos servidores previdenciários levou-os a um dos últimos lugares na escala de remuneração do serviço público federal, e a consequência mais visível disto é que os concursos públicos para Técnico Previdenciário (nível intermediário) e Analista Previdenciário (nível superior) redundaram em completo fracasso, fruto das desistências havidas por parte dos aprovados e, ainda, da grande maioria dos empossados, pouco tempo depois, que, em razão dos baixos salários e da responsabilidade dos encargos, optaram pelo puro e simples pedido de demissão.

Excetuados os Procuradores, Auditores Fiscais e Médicos Peritos, representando 25% da mão de obra do INSS, que tiveram nos últimos cinco anos aumentos reais de salários, muito justos por sinal, os restantes 75% tiveram *perda real de remuneração* da ordem de 7%, significando dizer que o salário de 100 desses servidores, em 2002, passou a ser de 93 em 2006. Impensável, mas verdadeiro, basta verificar nos dados da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

Essa é uma situação potencialmente explosiva: à medida que crescem de forma expressiva os encargos dos previdenciários, eles perdem renda e diminuem em quantitativo. O custo desses servidores é de apenas 1,4% das despesas do órgão e despense 50% menos do que o INSS gasta em custeio. Há algo de muito errado em tudo isso, e corrigir essa situação é fundamental para a

reconstrução da Previdência Social que se pretende.

Não se reivindica nada grandioso nem sufocante para as contas do governo: basta conceder aos servidores previdenciários um tratamento compatível com o dos servidores de outros órgãos, notadamente da área econômica, cujas atribuições, em termos de responsabilidade e complexidade, se equivalem.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/10/2007

Repórter Diário, Santo André/SP – 30/10/2007

Diário Catarinense, Florianópolis/SC – 04/11/2007

Correio do Sul, Varginha/MG – 07/11/2007

O Estado do Maranhão, São Luís/MA – 07/11/2007

A Gazeta, Rio Branco/AC – 07/11/2007

O Progresso, Dourados/MS – 08/11/2007

PREVIDÊNCIA: NOVO CONGRESSO, NOVA REFORMA

Por Paulo César Régis de Souza

O Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, médico e ex-funcionário do Ministério da Saúde, é um estudioso e conhecedor dos problemas da Previdência Social. Posso afirmar isto por ter tido a oportunidade de debater com ele alguns assuntos pertinentes em relação à 3ª reforma, ainda antes das eleições, e me pareceu bem pé no chão, apesar de favorável à criação do Receitão, que vai dilapidar o patrimônio do trabalhador, pois além de levar a mão de obra especializada, tira nossa contabilidade, nossa gestão, nosso planejamento, execução e controle sobre orçamento previdenciário. Além do que, todas as premissas que fundamentaram o Receitão são rigorosamente falsas. O tempo comprovará o que afirmo.

Acredito também que o deputado Arlindo Chinaglia, até aqui uma auspiciosa exceção no PT, comunga do mesmo ponto de vista do nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, de que não há déficit na Previdência. Em realidade, trata-se de ficção criada por ex-presidentes da República, ex-ministros da Fazenda e da Previdência, ex-presidentes do INSS, seguradoras, bancos e gente terceirizada que ocupa cargos no Ministério e operadores do mercado que sonham com a aposentadoria chinesa de R\$ 1,99 para todos os brasileiros, e acima disso só investindo em planos de previdência privada..

Como o Ministério da Previdência não teve nenhum projeto nos últimos quatro anos, e continua não tendo, a fina flor da terceirização inventa projetos, censos, fraudes, forças-tarefas, fóruns, reformas, déficits, mágicas, viagens com diárias, aqui dentro e lá pra fora, para se manter nos cargos. Fingem que trabalham.

Nosso presidente Lula já identificou o problema, e por diversas vezes, em discursos, afirmou que não haverá a 3ª reforma em cima dos direitos dos trabalhadores privados e dos servidores públicos, como foi a 2ª, que lhe venderam como a salvação da lavoura e que foi um desastre.

Apesar das declarações do presidente Lula, seus ministros não se entendem, e dão declarações desencontradas (na maioria das vezes massageando o ego do mercado), deixando em pânico os 32,1 milhões de segurados contribuintes e 24,5 milhões de beneficiários da Previdência.

A Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, toda-poderosa após a queda de Dirceu, Palocci e Gushiken, anuncia com ênfase sua determinação em “avançar” na 3ª reforma.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, assinala que as palavras de Dilma Rousseff refletem sua opinião pessoal e que o governo não tem posição definida.

O Ministro da Previdência, Nelson Machado, que nada sabe de Previdência ou de reforma, com uma gestão de elevado padrão de incompetência, continua sem um projeto de trabalho para refundar o INSS e acabar com o seu horizonte de incertezas. O Ministro e seus PhDs terceirizados nada fizeram até agora à frente da maior seguradora e maior distribuidora de renda do país.

O Ministro vendeu ao Presidente Lula um fórum nacional de Previdência nitidamente para se manter no cargo com seus terceirizados, e diz que o fórum tem representantes dos “trabalhadores”, dos empregadores (FMI) e do governo. Uma olhadela na sua estrutura e “arquitetura” denuncia sua manipulação, já que o governo tem maioria. É um conjunto vazio de leigos que vão opinar sobre o que desconhecem e aprovar o que os terceirizados do Ministério propuserem. Se quiserem, posso antecipar as conclusões, que não serão diferentes do que acontece dia a dia na Previdência nos últimos quatro anos, ou seja, nada.

Os especialistas em Previdência ficaram à margem do fórum. Não há um só em demografia ou em atuária. Só palpiteiros identificados por células de interesses. Os que vivenciaram a grandeza e a miséria da Previdência Social, que existe há 84 anos, foram excluídos, como Jarbas Passarinho, Arnaldo Prieto, Celso Barroso Leite, Reinhold Stephanes, Antonio Brito, Sérgio Cutolo, José Cechin, Raul Veloso, Osires Lopes Filho, Décio Garcia Munhoz, Almir Pazzianotto, Kaizô Iwakami Beltrão, Marcelo Viana Estevão de Moraes, Celecino Carvalho Filho, Vinicius Carvalho Pinheiro, José Pastore, Aluisio Teixeira, Jorceli Pereira, Roberto Macedo, Vladimir Martinez, Amir Kahir, Paulo Paim, Arnaldo Faria de Sá, entre outros, que estão em institutos e centros ligados ou não a universidades, além de especialistas do IPEA e do IBGE.

Bancos, seguradoras e aproveitadores de plantão colocam nos jornais, revistas, rádios e TV notícias pagas e plantadas, pregando o fim do sistema previdenciário brasileiro e elogiando o já falido sistema chileno controlado por bancos e seguradoras. Pergunta: Se é tão ruim, por que eles querem tomar do governo, por que não permitir que o INSS venda também planos iguais aos seus para os que sonham em benefícios altos e... com garantia?

A ANASPS, preocupada com os desencontros e com a inoperância dos dirigentes do Ministério da Previdência e do INSS, elaborou documento sobre modificações estruturais e operacionais a serem feitas na Previdência, entre elas mudanças atuariais e demográficas, que são universais. Não concordamos com a incorporação da Receita Previdenciária pela Receita Federal nem como exclusão da dívida ativa do INSS. Isto parece coisa de maluco: é a mesma coisa que a receita da Shell fosse administrada pela Esso e que a dívida ativa da IBM fosse cobrada pela Microsoft. Nada a ver. No Brasil foi possível, única e exclusivamente pelo enfraquecimento da Previdência. Sua gestão – entregue há décadas a políticos incompetentes – foi pro espaço. Por que não entregam o Banco Central aos políticos? Por que entregaram a Previdência?

O que sobrou do INSS, no seu comando, está entregue às traças. Os servidores lutam desesperadamente, e com altos níveis de produtividade, para se superar e dar respostas às aspirações da sociedade. Há uma disputa pelo espólio. Não perdemos os anéis. Perdemos os dedos. Agora se vão as mãos e os braços. Nesta progressão, cada vez os benefícios serão

achatados, os passivos não serão pagos, a Previdência vai perdendo o encanto e sua razão de ser. Só há sentido, lógica, se a Previdência garantir ou assegurar uma velhice tranquila, digna. Os nossos velhinhos – depois de 35/40 anos de batalha – todos os dias são obrigados a matar leões em escritórios de advocacia para que seus direitos sejam respeitados. Isto é muito ruim. É péssimo.

Não vamos nos acomodar nem nos acovardar: a Previdência que sobrevive há 84 anos é do trabalhador, não de políticos inescrupulosos.

É grande a responsabilidade do presidente Lula. Já mancharam sua biografia com a 2ª reforma. Confiamos que o Lula metalúrgico, sindicalista, carismático, evite o pior. Reescreva sua biografia salvando a Previdência.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/03/2007

O Jornal, Maceió/AL – 09/03/2007

Jornal da Manhã, Ponta Grossa/PR – 10/03/2007

Jornal NH, Novo Hamburgo/RS – 12/03/2007

O Liberal, Belém/PA – 13/03/2007

Diário do Aço, Ipatinga/MG – 16/03/2007

A Gazeta, Cuiabá/MT – 20/03/2007

Diário de Pernambuco, Recife/PE – 23/03/2007

O Estado do Maranhão, São Luís/MA – 24/03/2007

Fatorama, Brasília/DF – 25/03/2007

Tribuna de Indaíá, Indaíatuba/SP – 03/04/2007

Gazeta do Oeste, Divinópolis/MG – 09/04/2007

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 15/04/2007

O Dia, Teresina/PI – 22/04/2007

OS NOVOS EQUÍVOCOS NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

Por Paulo César Régis de Souza

O Presidente Lula vem de cometer um novo agravo contra os servidores públicos ao propor a contratação de servidores pela CLT para fundações de finalidades específicas. Supostamente para melhorar a qualidade do serviço público.

A proposta esconde interesses inconfessáveis, sendo o mais implícito o de aparelhamento do Estado para que se perpetuem alguns no serviço público.

Vejamos alguns dos aspectos mais graves.

A Constituição de 1988 impôs o concurso público para o acesso de brasileiros ao serviço público, o que consolidou especialmente as carreiras de Estado.

A mesma Constituição criou o Regime Jurídico Único – RJU, acabando com a dualidade, implantada pelos governos militares em 1967, de servidores estatutários e celetistas.

Aquela “flexibilização” permitiu que o país chegasse a contar com 700 mil celetistas, quase dois terços do efetivo civil.

Nesse período, o gasto público não guardava relação com o PIB; aposentadorias, pensões e reformas não comprometiam o equilíbrio fiscal; não existia a Lei de Estabilidade Fiscal; e o governo **jamaís** recolheu ao INSS a sua parte e a que descontou dos servidores celetistas, praticando descaradamente a apropriação indébita. Está aqui uma das razões do déficit histórico da Previdência Social pública.

O RJU se instalou em 1992.

A partir de então, com os ventos da globalização, o governo começou a privatizar hediondamente parte do serviço público, especialmente através da terceirização de mão de obra das áreas de serviços gerais (segurança, conservação, limpeza, manutenção, transportes, copa, portaria, elevadores, etc.). Visava à melhoria dos serviços públicos? Era o pretexto. A verdade, porém, tem duas vilanias cretinas. Uma, de favorecer as empresas privadas de mão de obra, que não pagam a Previdência, historicamente caloteiras. Outra, de evitar que gente humilde tivesse aposentadoria integral. Os milhares que tinham entrado para o serviço público federal foram mandados para carreiras e cargos em extinção.

A terceirização – voltada para os serviços gerais – virou pretexto para milhares de contratações de serviços técnicos complexos e de alta especialização, inicialmente através de organismos multilaterais, UNESCO, UNICEF, BID, Banco Mundial, PNUD, etc., explodiu com empresas de informática, que produziram escândalos memoráveis em Brasília, e generalizou-se nas fundações universitárias voltadas para a administração, economia, engenharia e saúde.

Mais recentemente, quando a incompetência dominou o Ministério da Saúde, a terceirização gerou prevaricação nas contratações de mão de obra para os hospitais federais no Rio de Janeiro. Tais hospitais, durante mais de 40 anos foram modelos de administração séria e responsável, quando eram dos IAPS e do INPS, com quadros de alto nível. Com o SUS, tornaram-se território do inferno. De federais passaram a estaduais, a municipais, e voltaram a ser federais. O TCU tem dezenas de investigações de irregularidades e roubalheiras, jamais punidas. Quem roubou ficou com o produto do roubo.

Pois bem, agora, ao arripio da Constituição, o governo Lula, um desastre total e completo também na área de recursos humanos – basta que se diga que sua política de RH tem como eixo apenas aumentos indiretos, através de gratificações fajutas de desempenho que não medem desempenho de ninguém e de coisa alguma, que não podem ser incorporadas pelos servidores – volta à terceirização, inicialmente como solução mágica para os hospitais do SUS no Rio de Janeiro, e já transborda para as áreas de Educação (hospitais universitários), esportes, turismo, previdência complementar, transportes.

O mesmo governo que resiste, como pode (e pode muito), ao término da terceirização de mão de obra no setor público, apesar dos inúmeros acordos firmados com o TCU.

Ora, um governo com 37 ministérios, coisa de chinês, que tem 6 mil altos cargos em comissão (sem concurso e sem currículo), muitos sem nenhum compromisso institucional com o local em que trabalham, vislumbrou a possibilidade de botar para dentro da máquina pública outros milhares, igualmente sem concurso, com altos salários e pretensamente atrelados a contratos de gestão, em nome de uma imaginária e repentina “agilidade, eficiência e rapidez no atendimento à população”. É muita cara de pau! Nem FHC com seu “Estado mínimo” e seu ódio aos servidores públicos ousou tanto!

Ora, o único caso de contrato de gestão no setor público, o do Sarah Kubitschek, da Fundação das Pioneiras Sociais, resistiu até aqui a pressões de toda ordem. Todos os governos, inclusive o atual, tentaram mudar o modelo do Sarah porque não podiam encher a Fundação de seus protegidos. O dr. Campos da Paz é um herói por resistir e manter a integralidade da Fundação, apesar do jogo bruto de vários ministros da Saúde, corruptos ou mal-intencionados.

A pergunta que se faz é por que o governo não abre concurso para colocar servidores onde precisa? Por que não transfere de onde sobra para onde falta? Não é por falta de dinheiro, pois essa economia daria para contratar uns 30 mil celetistas “estrelados” e continuar o atual modelo de

gestão. Um país de 180 milhões de habitantes, continental, precisa de serviços públicos de qualidade, e esta não é gerada por servidores de ocasião, mas pelos que têm compromissos, deveres e obrigações com suas instituições.

O modelo de servidores estatutários não está esgotado, muito pelo contrário, especialmente depois das reformas da Previdência Social, de FCH e Lula, que retiraram 68 direitos e conquistas sociais e constitucionais dos servidores. Eles sobreviveram a tudo isso e às ameaças de supressão do direito de greve.

Inchar a máquina pública com celetistas pode ser uma alternativa de poder, mas não uma solução de gestão pública.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/08/2007

Fatorama, Brasília/DF – 19/08/2007

A Gazeta, Cuiabá/MT – 22/08/2007

O Liberal, Belém/PA – 22/08/2007

Estado de Minas, Belo Horizonte/MG – 24/08/2007

O Progresso, Dourados/MS – 29/08/2007

Gazeta do Povo, Curitiba/PR – 31/08/2007

O Girassol, Palmas/TO – 11/09/2007

O MINISTRO QUE ATROPELA

Por Paulo César Régis de Souza

O Ministro da Previdência, Luiz Marinho, ex-presidente da CUT, ex-Ministro do Trabalho, disse que não atropelou os velhinhos que lhe pediram uma audiência (negada), pois sua agenda anda sobrecarregada “da silva”.

Mas se não atropelou, passou por cima e matou. Foi, no mínimo, cruel, antipático e grosseiro com os velhinhos da COBAP, que só queriam protestar em frente ao Ministério com faixas, cartazes, apitos, contra os míseros 3,3% de aumento concedidos aos que ganham mais de um salário mínimo, que acumulam perdas de 60% e que estão sendo empurrados, desde 1994, para a zona da pobreza.

Coincidência que o Ministro tenha chegado ao Ministério no seu reluzente carro preto e, quando viu os manifestantes, se refugiado no dito cujo. Foi cercado. Abriu o vidro, mas não suportou o apitação e o vozerio dos protestos. Desacostumado a estas práticas reivindicatórias, desde que virou vidraça, esquecendo-se que foi presidente da CUT, determinou ao motorista que rompesse o cerco. Rompendo, acabou por atropelar, causar arranhões, raiva, indignação naqueles que deveria proteger.

Faltou ao Ministro postura, dignidade, respeito e a majestade do cargo. Comportou-se como um chucro. Despiu-se da condição de Ministro de Estado, do Estado brasileiro, para ser Ministro de ocasião, arrogante e desrespeitoso.

Mas o Ministro, desde que, desconfortavelmente, teve que ir para o MPS, vem atropelando, chutando a barraca, o pau e o que vê pela frente.

Começou assinando um monte de portarias demitindo servidores do INSS. Tem raiva e ódio dos servidores. Não importa as razões. Para ele, não passam de

pessoas peçonhentas. Herdou a carapuça do seu antecessor, que enganou a Deus e ao Diabo na terra do sol..

Atropela com a 3ª reforma da Previdência com propostas que nada vão mudar a receita e reduzir o déficit, e que vai retirar direitos sociais e garantias constitucionais.

Atropela as viúvas quando quer cortar os benefícios adquiridos pelo qual o PT tanto brigou, quando o PT era de briga, de protesto e de resistência aos “donos do poder”.

Atropela os trabalhadores acidentados quando encampa a redução do valor do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez.

Atropela os médicos peritos quando, por pressão de sua bancada sindical, quer relaxar a perícia médica e voltar às práticas fraudulentas da terceirização da perícia.

Atropela o controle sobre as concessões de benefícios rurais, igualmente por pressão da bancada sindical, mesmo que sejam facilidades geralmente geradoras de fraudes.

Atropela a moralidade pública quando permite acordo com a base política para abertura de postos do INSS (PrevCidade) em que as prefeituras entram com prédios e servidores, e os políticos com a concessão e a fraude.

O PT fez escarcéu e armou barraco para conceder benefícios aos índios, prostituta, dona de casa, mãe solteira, pai de santo e outros que não tinham direito. E, agora, o Ministro Luiz Marinho, como se tivesse noção do que seja Previdência, quer cortar pela metade as pensões das viúvas, cassando direitos adquiridos! Como diria o carioca bem humorado: “Bebeu, tá de porre!”.

O Ministro deveria, pelo menos, calçar as sandálias da humildade, refletir, esquecer o “círculo de giz caucasiano” dos terceirizados do Ministério, ouvir quem deve ser ouvido (se tiver paciência), e que não seja aliado de banqueiros, seguradores, sonegadores, fraudadores e caloteiros e encaminhe sua proposta (não de terceiros) ao Fórum Nacional de Previdência sobre a 3ª reforma.

Deveria também proibir sua assessoria de fechar as portas do Ministério aos aposentados e pensionistas e às lideranças das entidades representativas dos servidores, uma delas com uma carteira de 50 mil associados; de mandar dizer que está em reunião, que está com agenda lotada e outras tantas artificialidades que causam indignação até aos moradores de rua.

Na sua proposta de 3ª reforma, que não deve ser a mesma do ex-ministro – seria vista como falta de imaginação e indigência mental, o que é péssimo –, poderia incluir a recuperação da receita previdenciária para o INSS, um ente autárquico que perdeu sua razão de ser com a incorporação de sua receita à Receita Federal. Não há precedente na administração pública brasileira, nem nos 83 anos de Previdência. A 2ª maior autarquia do país perdeu sua capacidade de arrecadar e administrar seus recursos, com a conivência da Central Única do Congresso e da oposição venezuelana. Antes, a Previdência já perdera seu orçamento e gestão financeira.

Igualmente poderia incluir o combate frontal à sonegação, evasão, elisão, brechas legais; a redução das renúncias contributivas que crescem com as filantrópicas, o Simples e os rurais (empregador e trabalhador). A cobrança da megadívida de R\$ 300 milhões, impunemente transferida ao arquivo morto da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a recuperação de crédito em níveis civilizados e com indicadores de qualidade, a revogação

dos REFIS que beneficiam Estados, Municípios, entes públicos e empresas privadas que compõem a fina flor do calote; fiscalizar e arrecadar mais e melhor, com eficiência.

Já escrevi, e insisto que a 3ª reforma da Previdência deveria começar pela receita, e não pela despesa. Também já escrevi que se houvesse crescimento no país, com um PIB entre 6/8%, a Previdência não teria déficit. O aumento da massa salarial com a formalização devolveria o equilíbrio previdenciário.

O Ministro poderia, como não fizeram os vários ministros que o antecederam, incluindo os de ocasião e com biografias sujas, aproveitar seu tempo para trazer os 40 milhões de informais para a Previdência. Não como fez seu antecessor, que reduziu a contribuição em 50% e manteve o benefício de 100%, criando um déficit potencial inicialmente estimado em R\$ 400 bilhões.

No mais, o ilustre Ministro Luiz Marinho poderia, eventualmente, dar uma olhada para o que restou do INSS e recompô-lo. Poderia inclusive refundar o INSS, sem receita e dívida ativa, começando pelas instalações físicas, caindo aos pedaços, em condições degradantes para servidores e segurados. Até a obra da sede em Brasília não sai do papel. Nunca se soube nem se vai saber as causas do criminoso incêndio. O patrimônio imobiliário do INSS está se esfarelado entre sem-tetos e sem-terras. Depois, revendo o plano de carreira, melhorando os salários dos servidores, abrindo mais concursos (precisamos de 10 mil); recuperando a plataforma tecnológica, sistemas, programas, combatendo as fraudes sem trêgua e sem piedade; desmistificando a farsa do recadastramento, que só serviu para dar dinheiro aos bancos. Nunca é demais lembrar que, em 2006, os servidores do INSS tiraram mais de 3 milhões e 500 mil benefícios da folha de pagamento. Se o recadastramento tirou 20 mil foi muito!

Por último, um lembrete da minha avó: Ministro, quem mata velhinho não vai pro céu.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/05/2007

Correio da Paraíba, João Pessoa/PB – 04/05/2007

Folha de Boa Vista, Boa Vista/RR – 05/05/2007

Folha de Londrina, Londrina/PR – 07/05/2007

O Liberal, Americana/SP – 09/05/2007

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 09/05/2007

O Liberal, Belém/PA – 09/05/2007

O Progresso, Dourados/MS – 10/05/2007

Diário de Assis, Assis/SP – 11/05/2007

Diário do Grande ABC, Santo André/SP – 11/05/2007

ABC Repórter, São Caetano/SP – 06/05/2007

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 18/05/2007

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ – 18/05/2007

Tribuna do ABCD, São Bernardo do Campo/SP – 19/05/2007

Fatorama, Brasília/DF – 20/05/2007

Comércio do Jahu, Jauú/SP – 25/05/2007

O Girassol, Palmas/TO – 08/06/2007

O FÓRUM TEVE UM FINAL FELIZ

Por Paulo César Régis de Souza

A 3ª reforma da Previdência foi definitivamente adiada. Poderia comprometer, quem sabe, um 3º mandato...

Um documento divulgado pelo Ministério da Previdência no encerramento dos trabalhos do Fórum Nacional de Previdência Social assinalava:

“Entre os principais consensos obtidos durante o Fórum, está o fortalecimento da fiscalização contra a informalidade e a adoção de políticas de formalização do trabalho, e consequente inclusão previdenciária, permitindo o aumento da rede de contribuintes e de segurados. A Previdência Social alcança, hoje, 68 milhões de trabalhadores brasileiros. Sendo que 25 milhões deles são beneficiários e os demais contribuintes. Também ficou decidido que deve ser estudada a desoneração da folha de pagamento de salários, sem aumento da carga tributária. Atualmente, a alíquota de contribuição dos empregadores para o INSS é de 20%. A redução deve ser gradual, mas o Fórum não detalhou os mecanismos a serem adotados para essa mudança.”

Em resumo, nada feito. Isto, em cima dos “principais consensos”.

Teriam outros consensos? Seriam secundários, subsecundários, irrelevantes? Quais teriam sido?

“Os demais consensos versam sobre temas relacionados ao mercado de trabalho; aos benefícios por incapacidade; da transição demográfica; à questão de gênero; à gestão e ao financiamento do sistema previdenciário; à coordenação dos benefícios da Previdência e da Assistência Social; à Previdência do trabalhador rural; e o reconhecimento do direito à pensão por morte de companheiro(a) homoafetivo no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), observadas as mesmas regras adotadas para os casais heterossexuais.”

Novamente, em resumo, nada feito.

Houve temas sobre os quais não houve consenso: “as regras sobre a idade mínima e tempo de contribuição para acesso a benefícios, formas de financiamento do RGPS, reavaliação das regras da pensão por morte”.

Insisto, nada feito.

Os que perderam com os consensos e os não consensos do Fórum:

1) Os terceirizados do Ministério. Contavam com a ignorância do ex-Ministro Nelson Machado, mas não contaram com a astúcia do Ministro Luiz Marinho.

2) Os pré e pós-pagos do governo Lula a serviço da globalização, do mercado, dos bancos e das seguradoras;

3) O tal mercado global, que defende um benefício chinês de R\$ 1,99, do INSS, deixando que milhões de brasileiros, desesperados com o seu futuro, comprem títulos de investimentos travestidos de planos privados de previdência.

Os que ganharam:

1) Os trabalhadores e os servidores;

- 2) O direito adquirido e a expectativa de direito;
- 3) A Previdência Social pública.

As ameaças do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e ex-Ministro da Previdência de impor por Medida Provisória uma 3ª reforma, o chamado “consenso Nelson Mantega”, não amedrontam ninguém. São ameaças de quem teve uma passagem medíocre pela Previdência e inventou a “fila virtual”, que já chegou a ter 900 mil contribuintes e segurados.

Nós da ANASPS concordávamos com a 3ª reforma, desde que fixasse a idade mínima para o trabalhador privado, descartando o fator previdenciário, entulho do FMI imposto à Previdência Social do Brasil, no rastro da 1ª reforma, e revisse todo o financiamento do Regime Geral de Previdência Social.

Tentamos ir ao Fórum, mas fomos impedidos.

Se a 1ª reforma capou direitos e conquistas dos trabalhadores privados, e a 2ª dos servidores públicos, do lado da despesa, nada mais justo que a 3ª se voltasse para o lado do financiamento.

Mas isto nem foi cogitado. Não se tocou na bandalheira instalada no financiamento, incluindo a incorporação da receita previdenciária pela Receita Federal, outro entulho imposto pelo FMI, a transferência da dívida ativa do INSS para a Advocacia Geral da União e depois para a PGFN, sonegação, evasão, elisão, brechas legais, apagão de débitos na Dataprev, má gestão da dívida administrativa, renúncias, recursos indefinidos e indecorosos, REFIS da vida, parcelamento dos parcelamentos, 20 anos para não pagar, o alto subsídio ao agrobusiness, má qualidade na fiscalização e cobrança, baixíssima recuperação de crédito, etc.

Para os leigos em Previdência, convidados e palpiteiros, não importa que 70% dos aposentados e pensionistas ganhem um salário mínimo, como já recebem os 3 milhões de contemplados com o benefício assistencial, o da caridade pública.

Em nenhum momento propuseram que a Previdência Social pública recuperasse a sua capacidade de oferecer perspectiva, segurança e dignidade futura aos brasileiros; para que a Previdência voltasse a ser Previdência, e não o que está nos escombros atuais. O nosso sistema, de repartição simples, não está esgotado.

Recomendaram o fortalecimento de uma “Previdência quadripartite”, quando na verdade há muito deixara de ser tripartite e chegara, no descabro da omissão pública, a ser bipartite, com a contribuição apenas de trabalhadores e empregadores.

Um fato passou despercebido durante o Fórum. O Presidente Lula – não se sabe influenciado por quem, se por seu atual Ministro da Previdência (?) – passou a admitir que a Previdência não tinha déficit. Não preocupava o seu déficit, desespero de consultores, assessores, investidores do mercado global, que usaram a relação do déficit com o PIB para criar o caos.

O Presidente mexeu numa das variáveis do financiamento. Reconheceu que o saldo de caixa do orçamento da Seguridade, Cofins e da CSSL, serve para cobrir o déficit de caixa da Previdência. No seu 1º reinado assim foi, e no 2º segue sendo, para desespero dos que defendiam o fim do Ministério, do INSS e da Previdência Social pública. Mais: o Presidente restabeleceu, com base na Constituição (art. 195), a contribuição tripartite.

Se a mídia ainda trombeteia o déficit da Previdência é por mau ordenamento e gestão das contas. Antes do Fórum, no Fórum e depois dele, a ANASPS continuará insistindo na urgente necessidade do saneamento financeiro, várias vezes anunciado, mas ainda inconcluso, com o reembolso das renúncias compulsórias, especialmente das filantrópicas (ProUni e santas

casas incluídas), do Supersimples e do agrobusiness pelo Tesouro Nacional.

Por último, queremos que os benefícios previdenciários rurais (99% na base de um salário-mínimo) passem a ser benefícios assistenciais, incorporados à Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS ou a uma nova Lei Orgânica da Assistência Rural – LOAR, já que não tiveram o caráter contributivo (art. 201 da Constituição) com financiamento de recursos do Orçamento Fiscal.

Dessa forma, estaremos tocando a 3ª reforma como defenderia a ANASPS no Fórum, ao qual teve impedido seu acesso.

De nossa parte, parabéns ao Ministro Luiz Marinho, que frustrou, de forma polida e veemente, que se praticassem novas barbaridades contra os trabalhadores segurados da Previdência, e que não aceitou um monte de bobagens que lhe foram oferecidas pelos terceirizados e pelos operadores do mercado.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/12/2007

Fatorama, Brasília/DF – 18/11/2007

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 30/11/2007

O Estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS –

30/11/2007

Correio da Paraíba, João Pessoa/PB – 30/11/2007

O Liberal, Araçatuba/SP – 05/12/2007

O Tempo, Contagem/MG – 08/12/2007

O FLUXO DE CAIXA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Paulo César Régis de Souza

Há 12 meses que se fala na provável eliminação do déficit contábil, ou de caixa, da Previdência Social. Déficit apurado mediante a redução das despesas de pagamentos de benefícios da receita líquida. O modelo não é novo. É antiquíssimo, vem desde 1970, quando ocorreu a fusão dos institutos de previdência no INPS.

Voltemos no tempo: foi JK quem acabou com a contribuição tripartite na Previdência, quando fulminou a contribuição do governo, alterando radicalmente a tese que ainda hoje domina a Europa, onde, na maioria dos países, a Previdência é financiada por 38% da contribuição dos empregadores, 22% dos empregados, 36% do governo (impostos) e 4% por outras fontes. Desde então, o financiamento ficou restrito a contribuições de empregadores e empregados.

Explica-se: a Previdência era nova, as entradas eram maiores que as saídas. Era tanto o dinheiro, que JK usou uma parte em Brasília, como Getúlio já o usara em Volta Redonda, em programas habitacionais, de saúde e alimentação.

Tivemos, portanto, por um largo período, de 1956 a 2003, 47 anos, de JK a Lula, uma Previdência pública com financiamento privado. Esta é uma constatação, pouco lembrada pelos estudiosos da Previdência.

De 1956 até 1992, 36 anos, os governos torraram a sobra de caixa da Previdência. Não foi sem razão que, entre 85 e 92, foram para o lixo mais de US\$ 20 bilhões, através de um Sistema Único e Descentralizado de Saúde – SUDS, que teve o mesmo custo do Programa Nuclear, sem

qualquer resultado. Mais ainda: a assistência social pública, criada em 1974, e a Previdência Rural, criada em 1976, foram bancadas com recursos contributivos sem impactos negativos no déficit de caixa do INPS, de 70 a 91, e do INSS, de 91 a 03.

Na segunda metade das décadas de 70 e 80, as dificuldades de caixa da Previdência foram corrigidas pelo aumento da contribuição. Não pelo descasamento do sistema, mas pelo saque no seu caixa.

Malgrado tudo, os gestores da Previdência pública traziam na ponta do lápis um certo controle orçamentário (a Previdência tinha orçamento próprio) acompanhado de perto pelo TCU.

Não havia renúncias contributivas, os caloteiros, públicos e privados, não tinham vida mansa, e os que praticavam a apropriação indébita acabavam presos.

Uma situação aparentemente tão calma, que mesmo a mudança radical do conceito de Previdência Social para Seguridade Social, na Constituição de 1988, não produziu mudanças significativas na receita e na despesa previdenciárias. Ficou apenas no princípio constitucional.

Se em 1988 tivéssemos alterado os usos e fontes do orçamento da Previdência Social para Seguridade Social, teriam sobrado recursos desde então. Sim, porque o conceito caixa, mencionado no início, teria sumido, e no lugar da fonte dupla, contribuições de empregadores e trabalhadores, teríamos incorporado Cofins, CSLL e CPMF, mais tarde.

A desagregação começou em 1992, quando a saúde e a assistência social passaram a ser financiadas com recursos fiscais.

A partir de 1994, o déficit da Previdência pública tornou-se emblemático, bandeira de todos os SUS inimigos.

Tiveram início estudos e análises do FMI que exigiram a criação do fator previdenciário, em 1996, para retardar e achatam benefícios, na concessão, incorporação da receita previdenciária pela Receita Federal, em 2006, bem como as reformas previdenciárias de FHC e Lula sobre os direitos sociais e conquistas constitucionais de trabalhadores privados e servidores públicos, com as excrescências da taxa de inativos e descolamento do salário-mínimo dos benefícios previdenciários acima do mínimo.

Curiosamente, omitiram-se, em todos esses anos, os velhos e os novos pelegos, partidos dito socialistas e de esquerda, por desconhecimento olímpico e ignorância siderúrgica do que seja a Previdência Social.

No primeiro governo Lula não ficou claro – o que só ficaria em 2007 – que a intenção do Presidente seria restabelecer a contribuição do governo (impostos), voltando o regime a ser tripartite, a Previdência pública com financiamento público/privado. Foi esta razão pela qual ele, bem como seus dois ministros da Fazenda (ao contrário de seus cinco ministros da Previdência) não deram a menor importância ao déficit de caixa da Previdência, que atingiu proporções que descabelaram os fiscalistas, globalistas, especuladores, investidores e privatistas. Estes só apontavam para a preocupante e aterrorizadora relação do déficit com o PIB. Escreveram ensaios, *papers*, estudos, teses de mestrado, doutorado e pós-pós, etc. dizendo que a Previdência estava inviabilizada e que sua implosão seria iminente, seu equilíbrio estava sendo rompido.

Deram-se conta de que venderam 7 milhões de planos privados de previdência, mas queriam ter chegado a 15 milhões. Botaram a mão em R\$ 120 bilhões (mais de U\$ 50 bilhões), sem qualquer risco ou blindagem.

Não se deram conta de que no mesmo período ampliaram-se, igualmente de forma crescente, as transferências de recursos fiscais (de impostos) da Cofins, CSLL e CPMF para cobrir o déficit.

O Presidente Lula, em qualquer momento, se preocupou com o déficit, mas nem ele ainda teve forças para determinar que haja uma forma mais adequada para se apresentar o novo conceito

de seguridade.

Entendemos nós que se o Ministério da Fazenda abandonasse a fórmula tradicional do conceito de caixa da Previdência e adotasse o conceito de caixa da Seguridade Social, o setor teria um superávit e tornaria difícil ao governo, mesmo com a Descentralização da Receita da União – DRU na mão, dispor dos recursos da Cofins, da CSSL e da CPMF.

Isto não impede, porém, que a Previdência Social siga com uma baita crise estrutural, motivada pela baixíssima qualidade de sua receita de contribuições, com sonegação, evasão, Elisão, brechas legais, não cobrança de dívidas e duvidosa recuperação de créditos de um lado, e pelas renúncias fiscais consentidas, benefícios ampliados para os caloteiros, públicos e privados por outro, por descontrole na despesa de benefícios, como criação de benefícios sem financiamento e manutenção dos benefícios rurais que há muito deveriam ter sido transformados em benefícios assistenciais, já que a contribuição só financia 3% da despesa.

Infelizmente, estas questões passaram ao largo do Fórum de Previdência Social, que deveria aprovar uma nova reforma da Previdência, com o enfoque fiscalista, na mão do mercado e na contramão de Lula. Sempre desejei apresentar propostas para aperfeiçoar a Previdência Social pública, especialmente no campo da melhoria da sua governança gerencial e na qualidade de sua receita, modernizando-a e trazendo-a a padrões universais de transparência e qualidade. Os terceirizados do Ministério não me deixaram.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/09/2007

Fatorama, Brasília/DF – 23/09/2007

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 06/10/2007

O Liberal, Araçatuba/SP – 08/10/2007

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 09/10/2007

Jornal do Comércio, Manaus/AM – 10/10/2007

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 14/10/2007

O Dia, Teresina/PI – 16/10/2007

Monitor Mercantil, Rio de Janeiro/RJ – 20/10/2007

Estado de Minas, Belo Horizonte/MG – 20/10/2007

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 22/10/2007

Correio do Estado, Campo Grande/MS – 23/10/2007

A Gazeta, Vitória/ES – 23/10/2007

Jornal do Comércio, Porto Alegre/RS – 05/12/2007

O BALANÇO DO CENSO PREVIDENCIÁRIO

Por Paulo César Régis de Souza

O balanço do Censo Previdenciário divulgado pelo Ministério da Previdência apenas confirmou o que, em diversas oportunidades, proclamamos: os resultados seriam pífios.

O penúltimo ex-ministro da Previdência, na falta de um Plano de Ação, que nenhum de seus antecessores teve, criou três cavalos de batalha: acabar com as filas nos postos, realizar o censo e promover o Fórum da Previdência, atendendo às pressões do mercado para a 3ª reforma da Previdência.

Realmente acabou com as filas nos postos, mas criou uma interminável fila invisível por telefone. Já estão marcando atendimento para 2008. Cresceu, em contrapartida, a quantidade de benefícios previdenciários e acidentários repesados. E cresceu de forma tão desconfortável que o atual Ministro, Luiz Marinho, lançou um Plano de Ações Prioritárias para acabar com o represamento no Rio de Janeiro e São Paulo.

A realização do Censo foi entregue aos bancos, a peso de ouro. Inicialmente falou-se em R\$ 7,00 por formulário. Se envolvesse os 24 milhões de beneficiários, teríamos um custo inicial de R\$ 168,0 milhões.

Protestei, sugeri que se convidasse o IBGE, mas insisti que os servidores do INSS tinham e têm cultura para fazer o cadastramento, pois já haviam feito, com sucesso, o cadastramento dos rurais, em 1992. Ofereci até a memória daquele censo – com detalhamento – à administração do Ministério, prontamente recusada.

Os bancos entraram em ação, mas logo se descobriu que os “bancários” terceirizados para fins do Censo não tinham como ir à casa dos beneficiários a fim de checar informações e fazer batimento de dados. Sobrou para quem? Para os servidores do INSS. Os bancos ganhavam e os servidores concluíam o serviço de limpeza cadastral.

O balanço do Censo confirmou o que escrevi.

A cada anúncio espetaculoso de que tantos mil aposentados e pensionistas tiveram seus benefícios suspensos eu duvidava. Justamente por entender, diferentemente do ex-ministro, a mecânica da suspensão de benefícios. O fato de a soma das suspensões mensais registrar 271,9 mil benefícios suspensos em 2005, e 307,4 mil em 2006, não indica que foram “cancelados”. Um benefício fica suspenso por um determinado período e pode ter sido contado várias vezes, reativado ou não.

Um ex-ministro chutou que 10% dos benefícios do INSS eram indevidos, representando uma sangria anual de R\$ 15 bilhões! Outro ex-ministro achou o chute muito violento, e chutou que a sangria seria de R\$1,5 bilhão! De uma tacada midiática, reduziu em 10 vezes! Tudo isso foi, para a opinião pública, como verdade verdadeira. Resumo da ópera: o último chute é de que a sangria medida pelo Censo foi de apenas R\$ 417,0 milhões, mas não há memória de cálculo de como se chegou a este dado, certamente frágil e falso.

Considero mais objetivo e expressivo o dado, apurado pelo INSS, de que seus servidores tiraram da folha, em 2005, 3.854.399 benefícios, no valor de R\$ 2,0 bilhões. Em 2006, tiraram outros 5.681.619 benefícios, no valor de R\$ 3,4 bilhões.

Com o Censo girando nas agências bancárias, os servidores, no anonimato, no silêncio, no cumprimento do dever e no amor à instituição, movimentando mais de 24,0 milhões de processos/ano, produziram uma economia de R\$ 5,4 bilhões em 2005/2006! O dado é significativo e jamais foi registrado por qualquer ex-ministro, certamente por ignorância ou desconhecimento.

Outro dado relevante é de que os servidores que tiraram da folha 9,4 milhões em 2005/2006, colocaram na folha outros 8,1 milhões, sendo 3,955.723 em 2005, no valor de R\$ 2,0 bilhões, e 4.248.816 em 2006, no valor de R\$ 2,4 bilhões.

Voltando à economia do Censo, R\$ 417,0 milhões, pode até parecer relevante, muito embora a Previdência arrecade R\$ 200 milhões mensais sem saber quem pagou. Devemos buscar o resultado líquido, com o apoio do TCU, se possível, mediante a dedução do que foi pago aos bancos e do que se gastou com páginas e páginas de jornais, pelo Brasil afora, e pela primeira vez, com relações e relações, divulgadas através da internet. Dessa forma, poderíamos chegar próximo da realidade.

Lembro do caso clássico, na Previdência, de um diretor comissionado, de fora da Casa, que queria vender material inservível e solicitou que fossem publicados editais nos jornais de grande circulação. O custo de apenas uma publicação seria maior do que o preço a ser apurado na venda da sucata. Claro que a publicação foi suspensa!

Há a questão do Fórum de Previdência, herança do ex-ministro, que está no mesmo embalo do fim da fila e do fim do Censo.

Cansei de escrever que a 3ª reforma deveria se restringir ao que for universal, como a fixação de uma idade mínima para os segurados do setor privado, já que aos servidores públicos esta já fora imposta pela 2ª reforma. Do mesmo modo, cansei de escrever que a 3ª reforma não poderia ser feita sobre a redução do valor do benefício, do auxílio-doença, do auxílio-acidente, da aposentadoria por invalidez, levando em conta o efeito perverso do fator previdenciário etc., mas sobre as fontes de financiamento do Regime Geral e dos Regimes Próprios.

As fontes de financiamento historicamente foram mal administradas. Cresceram desmedidamente sonegação, evasão, elisão, brechas legais, renúncias contributivas, dívida ativa e dívida administrativa. A receita rural não cobre 10% da despesa. A recuperação de crédito virou chacota e não passa de 1% da montanha da dívida. A coisa chegou a um ponto de descabro, que os caloteiros foram premiados com 20 anos para não pagar o que devem, e os políticos da base aliada proclamam que a dívida é incobrável. Apropriaram-se todos do patrimônio do trabalhador brasileiro, das contribuições patronais não pagas e das contribuições dos trabalhadores descontadas mas não recolhidas. O mais grave: com o apoio do Partido dos Trabalhadores.

Diga-se de passagem que isto não surgiu no governo Lula.

Agora, quando se fala em deixar o concurso constitucional de lado para contratar 30 mil servidores públicos pela CLT, com justificativas nobres, porém escondendo objetivos escusos, lembro apenas que de 1967 a 1991 o Brasil chegou ter 700 mil servidores celetistas. Pois saibam os senhores que a União jamais recolheu sua parte ao INSS, e embora tenha descontado dos servidores, também jamais recolheu ao INSS. Praticou fraudulentamente a apropriação indébita.

Um levantamento do TCU revelou que, de 1991, a partir do RJU, e por largo período, a União deixou de recolher ao Tesouro as contribuições previdenciárias, do PSS-Órgão e PSS-Servidor.

Para complicar, cassaram a autonomia da receita previdenciária, há 84 anos dentro da Previdência, que foi levada para a Receita Federal do Brasil, com endosso dos auditores fiscais. Acredito que houve violação de um dos princípios fundamentais da administração autárquica, em nome de uma insustentável racionalização da receita, que deliberadamente colocou no mesmo saco a contribuição social definida e o imposto fiscal indefinido.

O dado objetivo é que a ANASPS foi barrada no Fórum, com base num suposto consenso de uma suposta “bancada sindical”, irmã siamesa da “mesa de negociação”, aparelhos do Estado sindical.

Por isso mesmo não apresentamos nossas propostas voltadas para a melhoria da governança previdenciária e qualidade da receita ao mencionado Fórum.

Teveiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/09/2007

A Tarde, Salvador/BA – 06/09/2007

Comércio da Franca, Franca/SP – 07/09/2007

O Estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS – 07/09/2007

Jornal de Jundiáí, Jundiáí/SP – 13/09/2007

Jornal da Tarde, São Paulo/SP – 13/09/2007

O Tempo, Contagem/MG – 15/09/2007

Diário de Pernambuco, Recife/PE – 16/09/2007

Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul/RS – 20/09/2007

Diário de Assis, Assis/SP – 20/09/2007

Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 21/09/2007

Tribuna do ABCD, São Bernardo do Campo/SP – 22/09/2007

Diário dos Campos, Ponta Grossa/PR – 24/09/2007

Diário de Marília, Marília/SP – 28/09/2007

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ – 28/09/2007

O Globo, Rio de Janeiro/RJ – 16/11/2007

MUDANÇA ESTRUTURAL NA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Acabou a eleição e os PhDs de plantão começaram a falar em reforma na Previdência Social.

Gente do FMI e da OCDE aqui desembarcou e deitou falação, com a desenvoltura de quem propôs e impôs duas reformas que não reduziram o déficit e produziram agravos nas conquistas sociais, direitos sociais, expectativa de direito e direito adquirido de trabalhadores e servidores.

A fauna dos PhDs aborígenes não tratou do assunto durante a campanha eleitoral, naturalmente, porque quando o assunto prejudica o trabalhador e o servidor perde-se voto.

Em outro artigo publicado em vários jornais antes das eleições, perguntei se o Ministro da Previdência e seu colegiado (Secretário Executivo e Presidente do INSS) tinham algum projeto para o Ministério, do INSS e da Dataprev. Não tinham. Desde que tomaram posse, eles e seus três antecessores não disseram a que vieram, salvo levar 13,6 milhões dos 24,4 milhões de beneficiários a se endividarem em quase R\$ 20 bilhões, com juros escorchantes; elevar para 17,0 milhões os que recebem o “benefício chinês” de um salário-mínimo; deflagrar uma guerra contra as aposentadorias por invalidez e auxílio-doença, eleitos os responsáveis do déficit de mais de R\$ 40 bilhões; e pagar milhões aos bancos para fazer um recadastramento que poderia ser feito pelo INSS. Uma farsa. O que fizeram além disso depõe contra o governo, ampliar o déficit da Previdência para mais de R\$ 150 bilhões, as renúncias para mais de R\$ 50 bilhões, não cobraram as dívidas de quase R\$ 300 bilhões, favoreceram os caloteiros com os REFIS 2, 3 e 4, transferiram a receita previdenciária para a Receita Federal e levaram 7,0 milhões de brasileiros, desesperados, para a previdência dos planos que são mais um investimento do que qualquer outra coisa! Só faltou privatizar o seguro de acidentes do trabalho e achar o beneficiário dos trabalhadores que se acidentam.

Omitiram-se vergonhosamente sobre as questões centrais da Previdência: arrecadação, fiscalização, cobrança, recuperação de crédito, procuradoria, gestão, logística, imóveis (caindo aos pedaços), instalações sucateadas, equipamentos obsoletos, servidores desmotivados, com salários aviltados e mal pagos, perícia médica sem condições de trabalho, etc. As filas ganharam prazo para acabar há dois anos, e continuam. Repuseram servidores no lugar dos terceirizados, instituíram três gratificações de “desempenho”, e os servidores continuam clamando por um plano de carreira e melhor remuneração. Anunciaram “choque de gestão”, enquanto a Previdência foi parar nas páginas policiais.

O Secretário de Previdência Social do Ministério parou no tempo e no espaço. Limitou-se a respaldar o assistencialismo e o paternalismo. A politizar e a partidizar a Previdência. Recebeu a Secretaria com 42 milhões de brasileiros fora da Previdência, em quatro anos não botou ninguém pra dentro, e agora 48 milhões continuam fora. Defendeu o fator previdenciário que está levando aposentados e pensionistas para a linha da pobreza. De um lado, ninguém atinge mais o teto, o valor médio das aposentadorias e pensões despencou, há dois anos que o Ministério e o INSS não revêem as perdas legais daqueles que se aposentaram com x e hoje recebem duas vezes menos.

Não custa lembrar a essas estátuas que aposentados e pensionistas são seres humanos, e que passaram longos 30/35 anos contribuindo em dia para receber um benefício digno na velhice. As esperanças se transformam em frustrações, revoltas, desconforto.

Já escrevi que nós da ANASPS, que há 15 anos lutamos pela Previdência Social pública, criada em 1923, portanto às vésperas de seus 84 anos, concordamos com a 3ª reforma, desde que seja feita sobre o lado da receita, e não sobre o da despesa. É simples, imoral e desumano o achatamento dos benefícios! É preciso limpar a Previdência dos ônus que lhe foram impostos pela demagogia e populismo de governantes fisiológicos e políticos mal-intencionados. Concordamos também com as mudanças que sejam universais e atuariais, pois não podemos negar seus princípios básicos.

Discordamos das propostas patrocinadas pela globalização e pelo mercado (bancos e seguradoras), entes invisíveis do nosso crônico subdesenvolvimento. Os modelos do Banco Mundial, do FMI e da OCDE servem a europeus e americanos, não a nós brasileiros.

Entre as inúmeras propostas na mesa, muitas delas visando implodir o que está sobrando na Previdência, há algumas, com todo respeito, cretinas. Por exemplo, obrigar o INSS a oficializar o “benefício chinês” de um salário-mínimo. Quem quiser um benefício maior, que passe num banco e compre um plano de previdência, na realidade, faça um investimento em PGBL ou PVLB, e pague menos imposto de renda, pague altas taxas de administração e tenha um rendimento... sem nenhuma garantia real!

Estão propondo também um novo “choque de gestão”, mas enquanto a proposta estava na mesa, o governo patrocinou três medidas desastrosas para a Previdência, ou seja, um choque de gestão ao contrário. Vamos lá. Criou o Supersimples, que representará, em um ano, renúncias não inferiores a R\$ 13 bilhões; aceitou o REFIS 4 no bojo da lei do Supersimples; e, ainda na confusão da mesma lei, instituiu novo benefício sem financiamento, reduzindo em 50% a contribuição do autônomo sem reduzir seu benefício chinês de um mínimo... Além disso, com o apoio da oposição venezuelana, transferiu a receita previdenciária para a Receita Federal.

Há uma proposta técnica de instituição da idade mínima para o INSS. Problema: os contrerrâneos do Presidente da República têm uma expectativa de vida entre 55 e 60 anos, e com o aumento da idade mínima para 65, 70 ou 75 anos, vão pagar durante mais de 35 anos mas, no entanto, morrerão antes de receber sua aposentadoria tão sonhada e esperada, por eles, pela família e com certeza pelos Municípios onde vivem.

Um novo governo e um “novo Congresso” assumiram em janeiro. Tememos que nada mude em relação ao *statu quo* da Previdência, relegada a um plano secundário, entregue a políticos incompetentes. Gostaríamos que mudasse para melhor.

Há anos que o TCU aponta várias irregularidades no INSS. De 1992 para cá, foram mais de 30 relatórios, votos, denúncias de fraudes, irregularidades e desmandos. Lamentavelmente só o servidor do INSS tem sido punido, quando erra e quando não erra. Hoje, os servidores trabalham sob tensão e insegurança, pois um simples erro é classificado como fraude, e sua demissão é sumária e publicada no *Diário Oficial*. Entra governo, sai governo, e nós não sabemos quais providências foram tomadas por parte dos dirigentes para a solução dos problemas e que penas foram aplicadas, se é que foram, aos “gestores” terceirizados escolhidos a dedo pela base política.

O Presidente Lula, durante os debates, falou que não faria mudanças na aposentadoria, esperamos que cumpra, mas estamos ansiosos por uma mudança na administração, menos

política, menos preguiçosa para o trabalho, que viaje menos, mais competente e que entenda de Previdência Social pública.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/01/2007

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 25/01/2007

O Progresso, Dourados/MS – 27/01/2007

A Tarde, Salvador/BA – 27/01/2007

O Liberal, Belém/PA – 03/02/2007

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 1ª/02/2007

Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 06/02/2007

Meio Norte, Teresina/PI – 06/02/2007

A Tribuna, Vitória/ES – 15/02/2007

Jornal do Commercio, Recife/PE – 16/02/2007

Diário de São Paulo, São Paulo/SP – 25/02/2007

O Globo, Rio de Janeiro/RJ – 02/03/2007

CONGRATULAÇÕES AO PRESIDENTE LULA, COM RESERVAS

Por Paulo César Régis de Souza

Congratulo-me duas vezes, de público, com o Presidente Lula por suas declarações sobre Previdência.

Primeiro, quando em Davos, na Suíça, em 26/01, afirmou que o problema da Previdência era do Tesouro.

Tem sido nos últimos quatro anos, quando o déficit atingiu R\$ 138 bilhões e foram cobertos pela Cofins, em grande parte, CPMF e CSLL, em menor.

“Esse (o déficit da Previdência) é um gasto que o Brasil tem de assumir com recursos públicos. Trata-se de política social para ajudar pobres que de outra forma estariam dormindo na sarjeta.”

Segundo, quando esbravejou, em Parnamirim, Rio Grande do Norte, em 31/01: “não me venham com o discurso de déficit da Previdência Social. Se você pegar o que os trabalhadores brasileiros pagam e o que recebem, não tem déficit. O déficit é que, um dia, em 1988, o Congresso Nacional, com o voto de todos nós, aprovou a extensão de benefícios previdenciários para trabalhadores rurais, depois criamos a LOAS, depois de criarmos o Estatuto do Idoso, então é essa a carga que o Tesouro tem de assumir, não como déficit, mas como política social”.

Os benefícios rurais, desde 1971, são concedidos sem custeio compatível e com dupla renúncia contributiva, principalmente aos empregadores (pessoa física e jurídica) e exportação da produção rural.

Há 36 anos, portanto, que toda a sociedade brasileira sabe que os benefícios rurais, aposentadorias e pensões não têm financiamento que cubra seus encargos. Ninguém reagiu. Nem na Constituinte de 1988.

A ANASPS tem sido a única instituição que vem cobrando sistematicamente, nos últimos 15 anos, a transferência dos benefícios rurais para o Tesouro, tal como aconteceu com os benefícios assistenciais. Já sugerimos a criação a Lei Orgânica de Assistência Rural.

O déficit rural, por exemplo, foi de R\$ 22,2 bilhões em 2004, R\$ 25,1 bilhões em 2005 e R\$ 28,9 bilhões em 2006. Sejamos mais claros: em 2004, para uma receita de apenas R\$ 3,9 bilhões, tivemos uma despesa de R\$ 25,7 bilhões; em 2005, receita de apenas R\$ 3,5 bilhões e despesa de R\$ 28,6 bilhões; em 2006, receita de apenas R\$ 3,8 bilhões (11,8%) e despesa R\$ 32,8 bilhões.

No 2ª tucanato, FHC ampliou as renúncias aos empregadores rurais, com a Emenda

Constitucional nº 33, que deu R\$ 1,7 bilhão de renúncia ao exportador rural. Por pouco não foi ampliada a renúncia, pois os exportadores de carne pleitearam e o Legislativo concedeu a mesma vantagem, barrada por veto do Presidente Lula.

Diga-se de passagem que, antes da LOAS, em 1993, os benefícios assistenciais instituídos em 1974 eram cobertos com recursos da folha de salário de contribuição de trabalhadores e empresas urbanos. De 1974 a 1993 era meio salário-mínimo. Desde então passou a um salário.

A Previdência ficou com o ônus da concessão, manutenção e revisão dos benefícios, hoje 3,5 mil de unidades.

Muito bem, agora o Presidente Lula afirma que não tem déficit. Mas admitiu que tinha, quando em 2003 propôs a reforma da Previdência para acabar com o déficit. Claro que não acabou. Expandiu descontroladamente, batendo os R\$ 138 bilhões no seu primeiro reinado.

Voltando ao eixo da questão: o déficit no conceito receita líquida menos pagamento de benefícios existe. O Tesouro vem cobrindo, e nisto contribui para que as pessoas não acabem na sarjeta.

Isto, o Tesouro, pois o INSS continua empurrando multidões para a sarjeta, principalmente com o fator previdenciário, que veio depois da 1ª reforma para acabar com déficit e achatar os benefícios dos trabalhadores. Se em 94 existiam 50% recebendo o salário-mínimo, hoje são quase 70% de 24,5 milhões.

As duas reformas, de FHC e de Lula, foram feitas para reduzir o déficit, e não reduziu.

O fator previdenciário foi feito para reduzir o valor dos benefícios, e reduziu. Reduziu tanto, que hoje ninguém se aposenta com o teto de R\$ 2.801,81 – longe do teto imaginário de 10 salários-mínimos, que dariam R\$ 3.500,00.

O valor máximo das aposentadorias não chega aos seis salários-mínimos. E o valor médio, em dezembro, foi de apenas R\$ 1.238,02.

Acredito que o Presidente Lula deve incluir no seu discurso, que deixa os empresários de cabelo em pé, e os especuladores, analistas, especialistas e palpiteiros com estresse e hipertensão, que a reforma da Previdência tem que se dar no plano da melhoria da qualidade da receita, e deveria ter sustado a incorporação da receita previdenciária pela Receita Federal.

Exemplo, no seu balanço final de 2006, o Ministro da Previdência revelou que houve uma “recuperação de créditos de R\$ 7,8 bilhões”, sem detalhar. Já a AGU informou, igualmente no seu balanço de 2006, que “conseguiu em 2006 arrecadar por via judicial R\$ 4,395 bilhões em créditos previdenciários. O valor corresponde à soma dos débitos inscritos na Dívida Ativa do INSS (R\$ 1,998 bilhão), dos Depósitos Judiciais (R\$ 1,152 bilhão) e das Execuções Fiscais Trabalhistas (R\$ 1,244 bilhão)”. Pelos dados da AGU, a “recuperação de créditos” foi mesmo de R\$ 1,9 bilhão, pouco mais de 1% sobre o estoque da dívida ativa, de R\$ 156,1 bilhões.

Coisas deste tipo complicam e afundam a transparência contábil da Previdência e retorce a qualidade da receita.

Sem falar que não se sabe o valor, devedores e créditos da dívida administrativa. A receita previdenciária historicamente camuflou seus dados. Só ela e a Dataprev sabem. O TCU é informado com grande atraso.

Nós, do lado de fora, imaginamos que a dívida administrativa esteja por volta de R\$ 150 bilhões.

Sabemos igualmente que, secularmente, a sonegação, elisão, evasão, brechas legais, etc. e tal, representam 30% da receita líquida anual da Previdência, ou seja, R\$ 28,1 bilhões de R\$ 93,7 bilhões em 2004, R\$ 32,5 bilhões de R\$ 108,4 bilhões em 2005, e R\$ 37,0 bilhões de R\$ 123,5 bilhões em 2006.

O Tesouro vem salvando a Previdência há 12 anos, cobrindo o buraco, rombo ou déficit.

No rumo da transparência, o primeiro passo está sendo dado com o acerto das renúncias relativas a 2006, e certamente daqui por diante. Haverá uma ligeira melhora no balanço contábil. Haveria uma grande melhora com a solução a ser dada, hoje ou amanhã, à questão dos rurais. O salto de qualidade virá com fiscalização, cobrança efetiva, recuperação de crédito, guerra aberta contra a sonegação, etc. Uma alternativa será a criação da EGEA do INSS, para securitizar créditos. Outra é reposicionar a Previdência pública no mercado, oferecendo benefícios, acima do teto, para os que queiram pagar.

Tudo isso poderá ser feito, sem se avançar sobre o estoque de 48 milhões de brasileiros que estão fora da Previdência. Subsidiá-los poderá ser uma ótima política de inclusão social, mas será nova catástrofe atuarial.

Há um bonde no meio do caminho. A incorporação da receita previdenciária pela Receita Federal, lamentavelmente, nos leva a temer pelo futuro da Previdência Social no Brasil.

Tercio Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/04/2007

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 12/04/2007

Folha da Região, Araçatuba/SP – 13/04/2007

O Girassol, Palmas/TO – 17/04/2007

Diário Popular, Pelotas/RS – 18/04/2007

Jornal COBAP, Brasília/DF – 25/04/2007

Diário de Marília, Marília/SP – 25/04/2007

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 26/04/2007

A Notícia, Joinville/SC – 28/04/2007

Diário da Manhã, Goiânia/GO – 15/06/2007

ANTES TARDE DO QUE...

Por Paulo César Régis de Souza

O nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após quatro anos de governo totalmente alheio à Previdência Social, creio eu, agora, pelos seus últimos e surpreendentes pronunciamentos, despertou para a realidade.

Temo que não soubesse verdadeiramente o que estava acontecendo no Ministério, entregue a políticos totalmente sem compromisso e sem a devida qualificação para dirigir o maior órgão social do país, que paga 24,5 milhões de beneficiários, conta com 30,8 milhões de segurados contribuintes, inclusive milhões de empresas, que foi e é a maior seguradora e a maior distribuidora de renda da América Latina.

Digo temo, pois a entregou a seu correligionário Ricardo Berzoini, que propôs a 2ª reforma para combater o déficit que ele apregoa, irritado, que não existe, bem como ao seu fiel aliado, Romero Jucá, líder de seu governo no Senado, sabidamente controverso e ardoroso defensor da 3ª reforma.

Nosso ex-torneiro mecânico, aposentado, com rendimentos de seis vezes o rendimento médio do INSS, e atual Presidente da República, caiu na real e disse várias vezes em seus últimos pronunciamentos que quem conta com uma nova reforma da Previdência, a 3ª, está totalmente enganado, pois ele, após quatro anos, descobriu que a Previdência não tem déficit, e que o tal déficit era uma ficção criada naturalmente por governos incompetentes, que mascaravam e desviavam o dinheiro de seus segurados para outras obras.

Com suas atitudes, o Presidente Lula está levando investidores, especuladores,

analistas, especialistas, consultores de bancos, seguradoras de grandes corporações transnacionais ao desespero.

Em tempo, nós da ANASPS denunciemos isso durante os últimos 15 anos, e parece que só agora fomos ouvidos. Denunciamos todos os desmandos na Previdência, os do passado e os do presente, com serenidade e equilíbrio, mostrando os desacertos. Nos últimos anos, lançamos anualmente o *Livro Negro*, em que listamos os desmandos das “autoridades” previdenciárias.

Nestes 15 anos, criaram mais de R\$ 200 bilhões em déficit; outros R\$ 200 bilhões de sonegação; outros R\$ 80 bilhões de renúncias; outros R\$ 300 bilhões de dívidas a receber. Dilapidaram o patrimônio imobiliário, facilitaram a ação do crime organizado, isto é, dos caloteiros e dos apropriadores indébitos, com REFIS e com a baixa recuperação de crédito.

Dissemos em alto e bom som e escrevemos que as reformas propostas pelos terceirizados de plantão do Ministério – alguns pré-pagos pelos grupos que mais se beneficiaram pelas ditas reformas – não reduziriam o déficit e sacrificariam os velhinhos aposentados ou em vias de se aposentar, acabando com a expectativa de direito e o direito adquirido.

Foi o que aconteceu: com as reformas, o fator previdenciário e o reajuste menor para os benefícios acima do salário-mínimo, milhões de velhinhos tiveram seus benefícios reduzidos; milhões morreram sem que seus benefícios tivessem recuperado o valor histórico, enquanto outros milhões clamam e aguardam por justiça, com uma velhice sem honra e sem glória, por culpa de burocratas sem coração e sem alma.

Quem sabe o nosso Presidente, do alto de sua sabedoria, como disse nosso ilustre e ex-deputado Delfim Netto, não descobre também que a Previdência precisa contar com uma governança administrativa séria e responsável, e deve ser bem administrada por técnicos competentes, capazes, comprometidos com seus propósitos de justiça social.

Temo igualmente que isso não ocorra, pois a incorporação da receita previdenciária pela Receita Federal foi um passo que tem o aval dos que querem desmanchar a Previdência pública no nosso país e dos que insistem na necessidade da 3ª reforma, para que o INSS conceda apenas o benefício de um salário-mínimo e quem quiser mais que compre planos de previdência de bancos e seguradoras. O Presidente vai demorar a descobrir este novo erro, tão significativo quanto o da existência do déficit. Hoje, são 7 milhões de brasileiros que entregaram às raposas do mercado R\$ 100 bilhões, sem blindagem, com altas taxas de administração e carregamento, sem fiscalização e controle.

A incorporação não visa melhorar a qualidade da receita nem vai beneficiar os contribuintes. Os burocratas mentem e se esbaldam. É uma proposta que estava no memorando de entendimento com o FMI, junto com ideia de acabar com o FGTS e de fundir a Caixa e o Banco do Brasil.

Reafirmamos, como idealistas, que tudo é possível. Antes tarde do que nunca...

Assim como o nosso Presidente descobriu que não há déficit na Previdência e que é possível, com a Corins esperar um pouco mais pela 3ª reforma, esperamos que ele possa determinar uma série de ações na Previdência que melhorará significativamente sua qualidade estrutural e operacional.

Neste leque, insistimos que a receita previdenciária ficasse na Previdência – todo o dinheiro da Previdência na Previdência –, fossem mantidas as renúncias contributivas que favoreçam a aceleração do crescimento, mas que fossem transferidas ao Tesouro Nacional para que este ressarcisse a Previdência; que se fosse cobrada a dívida de R\$ 300 bilhões; que os

benefícios rurais fossem pagos pelo Tesouro Nacional, mediante aprovação da Lei Orgânica da Assistência Rural; que se impedisse a criação de benefícios sem custeio, como a aposentadoria dos autônomos (empregados domésticos, inclusive) e das donas de casa; que se declarasse guerra à sonegação, evasão, elisão e brechas legais; que se fiscalizassem os devedores, recuperassem créditos, combatessem fraudes, acabasse o favorecimento aos ladrões, inadimplentes e caloteiros, em detrimento do bom pagador; que retornasse a dívida ativa para dentro do INSS, mesmo com os procuradores com vínculos funcionais com a AGU; que se pensasse na criação de uma EGEA para a Previdência para securitização de dívidas; e que se fortalecesse a Previdência Complementar, aberta e fechada, na estrutura do Ministério da Previdência.

Seria louvável que o nosso Presidente também sustasse as “espertezas” dos terceirizados contra os que sofrem os agravos do infortúnio com acidentes. Eles querem reduzir o valor dos benefícios de auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez. Uma covardia.

Ou que pedisse aos novos gestores da Previdência um novo plano para trazer os 48 milhões de brasileiros (não são 18 milhões) que estão fora da Previdência, e que patinam na informalidade, no desemprego e no subemprego. Na situação atual, de baixo crescimento, se o PIB crescer 5% ou mais, eles serão compulsoriamente formalizados e ingressarão no RGPS, e não precisarão de plano.

Melhore as condições de trabalho dos 80 mil previdenciários, dos quais 40 mil ativos, inclusive instalações, equipamentos e sistemas.

Valorize a Previdência e respeite aqueles que trabalharam durante mais de 35 anos sonhando em se aposentar, que o resto a casa faz.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/03/2007
Jornal do Comércio, Porto Alegre/RS – 05/03/2007

Gazeta do Oeste, Divinópolis/MG – 06/03/2007
Folha do Estado, Cuiabá/MT – 10/03/2007

A RECEITA PREVIDENCIÁRIA DEVE SER REFORMADA

Por Paulo César Régis de Souza

Todas as matérias, entrevistas, debates, comentários nas diferentes mídias, revistas, rádios, televisões, jornais, internet, sobre Previdência invariavelmente têm sempre dois momentos: um, que o rombo atual é de R\$ 41,0 bilhões; dois, se continuar neste ritmo, quebra, fica inviável.

A alternativa midiática, bem como dos especialistas e analistas de bancos e seguradoras, tende para que a reforma se faça sobre os benefícios, com o argumento, rigorosamente falso, de que a Previdência é perdulária, desigual, com gastos de 7,54% do velho PIB de 2005, hoje tão falso quanto uma nota de 3 dólares.

Ninguém diz que se o PIB crescesse 8/10% não teríamos crise.

Ninguém admite que o valor médio do benefício concedido foi de apenas R\$ 524,70 em 2005; R\$ 579,10 em 2006; R\$ 600,31 em fevereiro de 2007.

Ninguém assinala que, na massa dos 24,5 milhões de aposentadorias e pensões, o valor

médio foi de R\$ 437,51 em dezembro de 2005; R\$ 513,76 em dezembro de 2006; e de R\$ 514,37 em fevereiro de 2007.

Ninguém menciona que 67,05% dos benefícios pagos, na mesma massa, são de um salário-mínimo, e que 80,29% não passam de dois salários-mínimos.

Onde está a generosidade de nossa Previdência? O teto não chega a 10 salários-mínimos, e o valor médio das concessões não chega a dois. O teto é um sonho inatingível.

Retomo minha observação, que causou algum espanto, quando afirmei que a meta dos inimigos da Previdência Social pública, no Brasil, é fazer com que o INSS conceda apenas o benefício chinês de R\$ 1,99. Quem quiser mais que se pendure em um banco ou em uma seguradora. Como já fizeram 7,1 milhões de brasileiros.

As despesas da Previdência podem ser elevadas, como são, mas vejam o número de beneficiários, 24,5 milhões, que sobrevivem mal e porcamente com o pouco que recebem.

Mas reformar implica adotar para os trabalhadores privados a mesma idade mínima para aposentadoria fixada para os servidores públicos: 65 anos para homens e 60 para as mulheres.

Um dos argumentos é de que apenas o Irã, Iraque, Equador, Brasil e Brunei não têm idade mínima para se aposentar. Outro é de que a Argentina e a Grã-Bretanha adotaram 65/60, a Colômbia 60/55, e a Noruega, 67. Mais um outro: o brasileiro que chega aos 60 tende a viver mais de 80 anos. A expectativa de vida hoje é de 71,9 anos. Surge então um ônus que ameaça qualquer Previdência: passa mais tempo aposentado do que trabalhando.

É fantástica a fábrica de dados ou de projeções demográficas do IBGE e do IPEA para o ano 2050 ou mais. Todos os dados conspiram contra a capacidade da Previdência, leia-se INSS, de assegurar um futuro digno a esta população. Só bancos e seguradoras podem salvar as futuras gerações. É uma indignação mental e política!

Atuários, demógrafos, especialistas, analistas, leigos, palpiteiros, malfeitores concluem então que a reforma da Previdência tem que ser feita.

No Fórum que o Presidente Lula criou, como brinquedo para o ex-ministro, acredito que virão mais nuvens de chumbo contra as gerações futuras e pintarão um quadro de tantas dificuldades, que talvez a melhor alternativa seja a revogação da Lei Eloy Chaves, o desmanche, a privatização do INSS, a denúncia pelo Brasil do modelo previdenciário de repartição simples, e deixar que os indivíduos e o mercado resolvam os seus problemas de aposentadorias e pensões. Será a luta do dragão da maldade contra nós, os pigmeus.

Dois passos decisivos para o desmanche foram dados: um, a transferência da dívida ativa para o arquivo público da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; outro, a incorporação da Receita Previdenciária pela Receita Federal. As Centrais Únicas do Senado e da Câmara aprovaram.

O que me preocupa, honestamente, é que não leio uma linha, não vejo uma manifestação, não ouço uma voz se pronunciando sobre o aspecto mais necessário da reforma da Previdência, que é a imposição da qualidade da Receita, para que se discuta a questão do financiamento, seus erros, rombos, desmandos, desvãos, etc.

Há um tabu sobre a matéria. Há gigantescas placas de cimento, ferro, aço e chumbo sobre a Receita, transferida de forma suspeita ao caixa único do Tesouro.

Falo do que sei: da dívida ativa e administrativa de R\$ 300 bilhões, considerada incobrável, o que leva os devedores a dever à Previdência na certeza de que jamais serão cobrados; dos REFIS anuais com perdão de multas, moras e redução de juros, e mesmo assim não pagam; da sonegação estimada em 30/40% da receita líquida; das renúncias explícitas de quase R\$ 12 bilhões anuais e as

renúncias ocultas de quase R\$ 8 bilhões anuais, ofertadas aos que deveriam pagar à Previdência; da baixíssima recuperação de crédito, apesar dos falsos brilhantes exibidos pelos especialistas em risco de crédito; dos prazos de 20 anos dados a Estados e Municípios para que nunca paguem seus débitos com a Previdência.

O que acho interessante é que na Guia do INSS os empregadores recolhem para o Sistema S – Sesi, Senai, Senac, Senar, Senat –, e a inadimplência é zero. Uma competência suíça. Ou seja: não pagam a Previdência, mas pagam a si mesmos.

Também falo dos benefícios concedidos sem cobertura de contribuição, como os 7,5 milhões de rurais. A agricultura contribui com 1,41% da receita mensal previdenciária. Jamais passou de 1,5%. Ridículo.

Já inventaram benefício sem contrapartida até para pajé, pai de santo, etc. Os defensores da inclusão e da diversidade social querem aposentadorias para donas de casa e para casais homossexuais, sem contribuição.

Até o Código Civil se tornou em gerador de benefício sem contribuição, como ocorre nas pensões arrançadas, o que levará um benefício a se prolongar por 80 anos ou mais.

O *nis* da questão é a qualidade da receita. Ninguém fala ou escreve sobre a matéria. Nem o IBGE, nem o IPEA, nem a FGV, nem a FIPE, nem o Banco Mundial. Ninguém. A Central Única do Congresso é olímpica e siderurgicamente omissa. Um simples *paper* da Receita revelaria seu desastre total, ua tsunami de erros, falhas, omissões induzidas e consentidas, com sonegação, evasão, elisão, brechas legais, lapsos, com chicanas de todo tipo. Todos empenham-se em tirar uma casquinha do INSS, com a cumplicidade de um Executivo fraco e de um Legislativo transformado em guichê de grandes negócios. Cada casquinha é um pequeno rombo no casco da Previdência.

Mas neste país só se fala, se escreve, se clama que a reforma deve fechar sobre os benefícios, apesar do valor médio baixíssimo, com a guilhotina do fator previdenciário achatando as aposentadorias dos que trabalharam 35 anos, com punições para os aposentados privados que recebem mais de um salário-mínimo.

A receita da Previdência, creiam, não é o calcanhar de Aquiles. É o próprio Aquiles. De bilhões de reais e de dólares.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15.05.2007

A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA VAI MAL

Por Paulo César Régis de Souza

Que a Previdência vai muito mal, tenho certeza.

Um desastre descomunal sobre o qual não há uma linha na mídia brasileira. Muito estranho.

Vai mal na arrecadação, cobrança, recuperação de crédito, no combate à sonegação, evasão, elisão, brechas legais ou lapsos jurídicos; na gestão da dívida a receber; nas renúncias contributivas das microempresas, “pilantrópicas” e do agrobusiness; na incorporação de 40

milhões de excluídos; na equalização da contribuição/benefícios rurais.

O resultado mais efetivo a olho nu é o déficit crescente, resultado da receita líquida dividida pelo pagamento dos benefícios do RGPS.

Só na era Lula, foram R\$ 142,9 bilhões, valores corrigidos pela inflação, entre 2003/2006, sendo R\$ 28,6 bilhões em 2003; R\$ 32,7 bilhões em 2004; R\$ 38,2 bilhões em 2005; e R\$ 43,4 bilhões em 2005. Já são US\$ 70 bilhões. Muito dinheiro, em qualquer moeda. Ao final de 2007, serão R\$ 189,2 bilhões, se vingar a estimativa de R\$ 46,3 bilhões do próprio governo. Vamos lá: US\$ 90 bilhões. Muito dinheiro.

Há uma proposta “químico-contábil” para reduzir o rombo, com o pagamento de parte das renúncias, com os recursos das Cofins, CSLL, transferidas de forma maciça, desde 2003, para fechar as contas do INSS, já que a receita sobre a folha não cobre as despesas do RGPS. Pode até aparentemente resolver, muito embora agrave brutalmente a qualidade da contabilidade previdenciária, já que ficará flagrantemente comprovado que não é solução séria e estrutural. Será uma meia solução, que paliativamente aliviará o quadro de déficit ou rombo que repercute junto à opinião pública. Querem tirar o sofá da sala.

Venho estoicamente, quixotesicamente, solitariamente insistindo que o problema da Previdência não está na despesa, mas na receita.

Imaginar que a incorporação da receita previdenciária pela Receita Federal vá resolver o problema é uma brincadeira de mau gosto. No Receitão, sumiu o espaço da receita previdenciária. Foi para a vala comum.

Mas, antes disso vejam o que aconteceu com as renúncias contributivas do Simples, filantrópicas, exportação de produção rural e CPMF.

Elas foram estimadas, em 2006, em R\$ 14,0 bilhões, 11,82% da arrecadação previdenciária e 0,66% do PIB.

Para 2007, em R\$ 12,6 bilhões, 9,64% da arrecadação e 0,55% do PIB.

Para 2008, em R\$ 14,7 bilhões, 9,55% da arrecadação e 0,60% do PIB.

Não há dados finais sobre 2006.

O grave é que o TCU determinou (?) que fossem excluídas das renúncias os itens referentes ao segurado especial, empregadores rurais (pessoas física e jurídica) empregador doméstico e clube de futebol profissional. Até então, a Previdência contabilizava essas renúncias como passivo.

Só para que se tenha uma ideia pálida da inconsistência da determinação (?) do TCU, em 2004 a receita previdenciária rural foi de R\$ 3,1 bilhões, a despesa, R\$ 23,3 bilhões. Em 2005, a receita foi de R\$ 3,3 bilhões para uma despesa de R\$ 27,3 bilhões. Em 2006, receita de R\$ 3,8 bilhões e despesa de R\$ 32,3 bilhões.

Claro que as contas receita/despesa rural não fecham, mas foram “fechadas na marra” com transferências efetivas da Cofins e da CSLL.

Mas enquanto se acentua a distância no financiamento da previdência rural, o que me leva a propor como solução extrema a desagregação desta do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, mediante a criação do Regime de Assistência Social Rural – RASR, mais adequado, dado o descasamento entre a contribuição e o benefício, mesmo considerando que 100% dos 7 milhões de beneficiários recebam o salário-mínimo, há outros agravos a considerar que comprometem definitivamente a qualidade da receita previdenciária.

Os Municípios se articularam e conseguiram do Congresso, benevolentemente, que

seus R\$ 15,0 bilhões de débitos previdenciários fossem pagos em 20 anos. Quer dizer: não serão pagos.

Atrás deles, vieram os Estados e obtiveram os mesmos 20 anos para os seus R\$ 20 bilhões de débitos, que certamente não serão pagos.

No apagar das luzes de 2006, no meio de uma daquelas confusões do Congresso, as santas casas, com dívidas de R\$ 600 milhões, ganharam também 20 anos para não pagar o que devem ao INSS.

Mais recentemente, os clubes de futebol e federações, devedores de outros R\$ 600 milhões, através da “bancada da bola” marcaram um gol de placa cravando 20 anos para não pagar o que devem.

Não custa lembrar que daqui a 20 anos, em 2027, poucos ou quase nenhum dos atuais governadores, prefeitos, presidentes de santas casas, clubes e federações estarão vivos para assistir à liquidação dos débitos.

Por último, o Ministro da Educação propôs um REFIS para as “pilantrópicas” da área da Educação, igualmente com 20 anos para não pagar o que devem, o que é pouco, já que são altamente beneficiárias das renúncias contributivas pelo lado patronal.

Não há, acreditem, Previdência no mundo que seja tão generosa como a nossa em alguns casos. O próprio governo reduziu em 50% a contribuição dos autônomos, mantendo o benefício de 100%. Um rombo futuro de R\$ 400 bilhões. O Congresso tem um monte de projetos com benefícios sem financiamento.

Não há no mundo Previdência com renúncia contributiva. Muito menos com benefício sem contribuição.

Como não há no mundo Previdência que cobre de inativo a contribuição previdenciária.

São artifícios impostos pelos que desconhecem os fundamentos da Previdência Social, e que se limitam, sem compromissos com a história, a jogar o jogo do poder pelo poder, sem se ater às consequências, agravos e incertezas que atingem o pacto de gerações.

Há muitos anos, diria, nos oito anos de FHC e nestes cinco anos de Lula, que a Previdência está sem rumo. As reformas que se fizeram foram cruéis com os direitos humanos, desrespeitando os direitos adquiridos e a expectativa de direito, os direitos sociais e constitucionais.

Atenderam a pressões do mercado, dos especuladores, dos banqueiros e seguradores e puniram as gerações de pessoas, base de todas as sociedades e fundamentos da Previdência Social.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/07/2007

Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 13/07/2007

O Dia, Rio de Janeiro/RJ – 09/07/2007

A Notícia, Joinville/SC – 1ª/08/2007

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 02/08/2007

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 03/08/2007

A PREVIDÊNCIA SOCIAL ESTÁ RUINDO...

Por Paulo César Régis de Souza

A Previdência Social pública brasileira movimentou, entre maio de 2006 e abril de 2007, recursos financeiros superiores a R\$ 420 bilhões. Um megaorçamento sem igual na América Latina. Hoje, mais de 35% da população nacional sobrevive com o recebimento de benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo INSS a 25 milhões de pessoas. Tudo isso construído ao longo de 84 anos com competência, notadamente dos servidores previdenciários de todos os tempos.

Mas esse patrimônio gigantesco, um dos maiores programas sociais em todo o mundo, está ameaçado. O “governo dos trabalhadores”, tão ansiosamente esperado como capaz de alavancar ainda mais o Regime Geral de Previdência Social, intensamente defendido por todos eles antes de assumirem o poder, mostrou-se demolidor de esperanças, um aliado novo de antigos adversários da Previdência pública.

Em 50 meses do “governo dos trabalhadores”, cinco ministros diferentes, com média de 10 meses de gestão, na administração de um órgão do porte e da relevância da Previdência. Excetuando o governo Collor, todos os demais, mesmo os governos militares, preocuparam-se em nomear ministros da Previdência com perfil político-profissional compatível com as necessidades e demandas dessa área, geradora de renda, de poupança e de tranquilidade social.

Um dos cinco ministros nomeados no atual governo, num momento de elevada lucidez e competente autocrítica, publicou artigo na imprensa dizendo que o problema da Previdência Social não se resolve com reforma, mas com gestão, ou melhor, com gestão eficiente. A lucidez foi punida com sua demissão, deixando entrever que bem gerir não é preocupação primeira do governo nessa área.

Outra coisa que causa espécie na Previdência é a pouca (ou nenhuma) capacidade de seus administradores em ouvir os representantes dos segmentos envolvidos com o setor, notadamente se se tratar de dirigentes de entidades de aposentados e de servidores. Críticas, então, mesmo as notoriamente construtivas, são liminarmente rejeitadas. O governo tudo sabe, nada precisa aprender, está atento a tudo, e nenhuma contribuição valiosa pode ser levada em consideração, salvo se “oriunda de suas entranhas”.

Esse comportamento, a que se poderia chamar de “arrogância do poder”, tem levado dirigentes os mais diversos (presidentes, ministros etc.), em todas as épocas, a verdadeiros desastres, com graves consequências pessoais e administrativas. A história político-administrativa brasileira é rica em exemplos. Quem sabe ouvir, quem convive bem com o contraditório, quem aceita argumentos, ainda que divergentes daqueles que defende, esses sim têm boas chances de realizar uma administração de bom nível. Não é um conselho, é uma constatação universal.

É preciso retirar a Previdência desse quadro de conformismo, de quase paralisia, fruto, entre outras, das perdas de poder havidas recentemente. Há um grande espaço a ser ocupado pela Previdência. Impõe-se que todos nós, governo, trabalhadores, empregadores, aposentados e servidores nos empenhemos, sem distinções ideológicas ou “aparelhamentos” de qualquer natureza, em sua concretização.

Algumas propostas podem ser suscitadas:

– Criação do Sistema Nacional de Seguridade Social, envolvendo Saúde, Previdência, Assistência Social e, extensivamente, Trabalho. A ANASPS está trabalhando no detalhamento do sistema, mas, em princípio, além das atividades típicas de qualquer sistema, busca-se especialmente o fortalecimento desses órgãos, mantidas suas respectivas identidades e atribuições, na melhoria e expansão desses programas que, embora tendo recursos próprios volumosos, a cada dia vêm perdendo importância e trabalhando em regime de escassez. O Sistema proposto é uma decorrência natural da Constituição Federal, arts. 193 a 203;

– Criação (ou recriação) da PREVIC, voltada para a administração da Previdência Complementar, tanto a fechada quanto a aberta, eis que isso é incumbência constitucional da Previdência Social (CF – Título VII, Cap. II, Seção III – Da Previdência Social);

– Criação de estímulos *inteligentes* para conquistar a filiação à Previdência Social dos mais de 40 milhões de trabalhadores do mercado informal sem qualquer cobertura previdenciária ou trabalhista;

– Criação de uma verdadeira e efetiva Carreira Previdenciária, constituída dos cargos temáticos de Especialista, Analista e Técnico do Seguro Social (nível superior, nele incluídos os atuais Técnicos do INSS), de Agente de Serviços Diversos (nível intermediário) e de Auxiliar de Serviços Diversos (nível auxiliar). A remuneração, nessa proposta, seria a partir de uma nova Tabela de Vencimentos, representando o somatório dos vencimentos atuais e das parcelas fixas (GAE, GESS, VPNI, etc.) integrantes da retribuição de hoje, além da GDASS, incidente sobre o maior “novo vencimento” de cada nível funcional, no percentual de até 100%, extensivo a aposentados e pensionistas. Ainda assim, a remuneração média dos servidores previdenciários seria inferior à média dos servidores de outros órgãos federais que exercem funções equivalentes. Mas já seria um primeiro passo na busca da dignificação funcional e salarial dos servidores, instrumento básico para a melhoria e qualificação dos serviços previdenciários;

– Refundação do INSS, uma autarquia à beira da ruína, investindo-se na melhoria das instalações físicas, hoje caindo aos pedaços, em condições degradantes para segurados e servidores; recuperação urgente da plataforma tecnológica, sistemas, programas, de modo a combater sem tréguas as fraudes e desvios; incorporação de mais 10 mil servidores concursados, a partir da criação da Carreira tratada no item anterior. Isso porque, com o atual nível de salários do INSS, abre-se o concurso, são convocados os classificados que, em seguida, “pedem o boné”, em razão da baixa remuneração e da complexidade e responsabilidade do trabalho.

– Devolução à autarquia INSS de sua receita, gestão, fiscalização, cobrança, combate à sonegação e recuperação de crédito, inclusive na dívida ativa e administrativa;

– Eliminação de todo o tipo de renúncia contributiva, pois cada 1 centavo de renúncia deverá ser coberto por toda a sociedade. E mais: qualquer renúncia imprescindível ao crescimento da economia que seja coberta com recursos fiscais;

– Solução definitiva para o financiamento da previdência rural, tal como ocorreu com os benefícios assistenciais. Propomos a criação da Assistência Social Rural, se mantidos os atuais parâmetros de financiamento que não cobrem o custeio, com a consequente transferência de recursos fiscais para sua cobertura. .

Evidentemente, são apenas algumas propostas, mas todas destinadas a recuperar a Previdência pública. Antes de se pensar em qualquer nova reforma, castradora de direitos – já que não há reforma sem que não sejam atingidos a expectativa de direito e o direito adquirido – , é preciso investir firmemente em gestão competente, eficaz e duradoura, como de resto em todo

e qualquer órgão ou empresa, pública ou privada.

Previdência em todos os tempos e em todas nações é algo que deve ser levado a sério e com responsabilidade. É um pacto de gerações. Não é brincadeira de um partido e de um governo.

Basta! O trabalhador brasileiro merece respeito.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/07/2007

Repórter Diário, Santo André/SP – 05/07/2007

Correio Braziliense, Brasília/DF – 07/07/2007

O Estado do Maranhão, São Luís/MA – 09/07/2007

Meio Norte, Teresina/PI – 10/07/2007

O Liberal, Americana/SP – 01/08/2007

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro/RJ – 09/08/2007

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 12/08/2007

O Globo, Rio de Janeiro/RJ – 17/09/2007

A PREVIDÊNCIA E O PIB

Por Paulo César Régis de Souza

Sempre considerei, mesmo sem ser doutor em economia, de pouca consistência as conclusões de falência iminente da Previdência Social pública brasileira, o RGPS, derivadas de correlações com o PIB. Primeiro, porque o PIB não crescia, e não crescia por sobejas razões de ordem macroeconômica. Segundo, se o PIB crescesse, não pela química do IBGE, mas por expansão de emprego, renda, produção, produtividade, mercado, etc., a Previdência não teria crise. Isto sempre reafirmamos, advertindo para a falta de sustentação da correlação da receita e despesa da Previdência com o PIB.

Essas correlações entre receita e despesa com o PIB foram histórica e copiosamente usadas para justificar um desequilíbrio total da Previdência por analistas, consultores e chefes de assessorias econômicas de bancos multilaterais e privados, bem como por colonistas, leigos e analfabetos funcionais em Previdência. Os 7,54% da despesa no PIB, em 2005, por exemplo, motivaram uma enxurrada de *papers*, informes, boletins confidenciais, análises aparentemente corretas, falsas nas suas premissas e catastróficas nas suas conclusões, com previsões alarmistas de ameaça de quebra e insolvência, caso passassem dos 8% e dos 10%.

Tenho nas minhas mãos dois documentos do Ministério da Previdência para os quais solicito a atenção dos leitores.

O primeiro é o *Boletim Estatístico*, de fevereiro, no qual consta em letra de forma o seguinte dado:

Participação da Arrecadação Líquida e de despesa com benefícios do Regime Geral de Previdência Social no PIB 2005:

PIB – R\$ 1.937.598.291

Arrecadação Líquida – R\$ 108.168.148

% no PIB – 5,58%

Benefícios no RGPS – R\$ 146.010.130

% no PIB – 7,54%.

O segundo é o *Boletim Estatístico*, de março, no qual consta igualmente em letra de forma o seguinte dado:

Participação da Arrecadação Líquida e de despesa com benefícios do Regime Geral de Previdência

Social no PIB 2006:

PIB – R\$ 2.322.818.376

Arrecadação Líquida – R\$ 123.520.196

% no PIB – 5,32%

Benefícios no RGPS – R\$ 165.585.300

% no PIB – 7,13%.

Muitos escreveram e assinaram embaixo que os gastos da Previdência tinham fugido do controle e comprometia o equilíbrio fiscal, o futuro do país, o PAC e outros.

No fundo, abusaram dos 7,54% da despesa no PIB para justificar a 3ª reforma da Previdência, a redução dos benefícios a R\$ 1,99 (o benefício chinês de um salário-mínimo, universal), fechamento do INSS e transferência da Previdência para os planos de previdência privada de bancos e seguradoras, que já amealharam 7,0 milhões de brasileiros.

Ao que eu saiba, nenhum daqueles senhores, tidos como sérios, inclusive das vestutas instituições como IPEA, FGV, FIPE, etc., se penitenciarão de seus erros, omissões e lapsos. Não se deram conta de que com o *data enter* errado todas as conclusões seriam naturalmente erradas.

Os dados do PIB acabaram sendo corrigidos pelo IBGE, em 2006, depois de um anúncio de um PIB fraquinho, que deixou o governo insone. As mudanças incharam o PIB, mas não foram saudadas com euforia, e sim com reservas, apesar das amplas justificativas do processo químico utilizado pelo IBGE.

Infelizmente não tenho os dados corrigidos de 2005 para uma avaliação mais conclusiva.

Os dados de 2006, com o PIB revisto, demonstraram claramente uma queda na arrecadação e na despesa em relação ao PIB, apesar de aumentos nominais. É evidente igualmente que o déficit da Previdência caiu em relação ao PIB.

Não resolve o desajuste da Previdência Social, mas os sábios do mercado deixaram de recorrer à correção da receita e da despesa com o PIB. Calaram-se. Enfiaram o galho dentro. Não se pejeram em pedir desculpas.

O governo clama por ajustes urgentes em cima de benefícios, uma atitude suicida e antiprevidenciária. Joga contra o patrimônio. Insiste na redução dos valores do auxílio-doença, da aposentadoria por invalidez e da pensão por morte. Ao invés de assumir uma postura de revogar o fator previdenciário, responsável pelo achatamento dos benefícios, 70% dos quais no valor de um salário-mínimo, quer estender o mesmo fator aos benefícios citados. Não demorará incluindo também o salário-maternidade.

É o mesmo governo que reduziu a contribuição dos autônomos em 50% e manteve o benefício de 100%, como se fosse um grande negócio para a massa dos 48 milhões que estão fora do RGPS. Esqueceram que contribuindo ou não esta massa receberá um dia um salário-mínimo, estando condenada a sobreviver na fronteira da miséria com a pobreza. E de quebra criaram um passivo, déficit, inicialmente estimado em R\$ 600 bilhões, que serão pagos por toda a sociedade.

É o mesmo governo que amplia, mensalmente, as renúncias contributivas. Só este ano, colocaram mais empresas no Supersimples e deram 20 anos para os clubes de futebol, que devem R\$ 500 milhões, não pagarem nunca suas dívidas.

É o mesmo governo que sempre se omitiu em relação aos REFIS da vida..

É o mesmo governo que fecha os olhos à criação de benefícios sem financiamento, como os já criados para pais de santo, pajés, homossexuais, prostitutas, e os que estão a caminho, como a aposentadoria das donas de casa e a por invalidez para os portadores de necessidades especiais, até aqui atendidos por benefícios assistenciais.

É o mesmo governo que contrata os bancos, a peso de ouro, para fazer um recadastramento

malfeito, e que no final impõe aos servidores, na marra, concluir o recadastramento com visitas aos “recadastrados”. Saibam os senhores que os servidores do INSS, apesar de muitas dificuldades criadas por dirigentes, tiraram da folha, em 2006, 5,8 milhões de benefícios no valor de R\$ R\$ 3,4 bilhões. O censo não fez 1% disso.

É o mesmo governo que entrega aos políticos da base aliada os postos da Previdência em que os prefeitos entram com prédios e servidores. Se não existe nada grátis, nem almoço, há muita suspeição neste voluntariado, mãe de muitas fraudes, especialmente na previdência rural, que nada tem de previdência, pois a contribuição é praticamente nula.

É o mesmo governo que concordou em acabar com a receita previdenciária, entregando toda a arrecadação à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em flagrante desrespeito à Constituição e numa acintosa fraude ao princípio autárquico. O INSS era uma autarquia, que administrava sua receita e sua despesa. É como se o Brasil tivesse uma refinaria e a entregasse à Bolívia para administrar sua receita. Foi isso que o governo Lula fez com o INSS.

Seria inacreditável, se não fosse verdade.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/06/2007

Fatorama, Brasília/DF – 17/06/2007

Gazeta do Povo, Curitiba/PR – 21/06/2007

Diário de Marília, Marília/SP – 28/06/2007

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 02/07/2007

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 01/07/2007

A MUDANÇA DO CÁLCULO DO ROMBO PREVIDENCIÁRIO

Por Paulo César Régis de Souza

Temos sido cáusticos com o Ministro da Previdência. Não com sua pessoa física, mas com a condição que representa na condução dos assuntos de Estado da Previdência Social pública.

Por desconhecer as intrincadas questões previdenciárias, deixou-se levar pelo Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério, cometendo vários erros, um atrás do outro. O tal Secretário, terceirizado, é um campeão de audiência, pois em quatro anos da era Lula conseguiu produzir um déficit de R\$ 140,0 bilhões nas contas da Previdência. Admitamos que é muita incompetência. Até turistas do Nepal que passam pela Esplanada dos Ministérios sabem que o tal Secretário foi o autor da 2ª reforma da Previdência, feita para reduzir déficit – mas que não reduziu nada –, e ainda cortou direitos dos trabalhadores e dos servidores e taxou os inativos.

O Ministro, primeiro, nada pôde fazer contra a esterilização da Procuradoria-Geral do INSS, incorporada pela Advocacia Geral da União – AGU, para lá levando a cobrança da dívida ativa, sem ter estrutura. Ficou no INSS uma Procuradoria Federal Especializada lidando com a legalidade da concessão e manutenção de benefícios, imóveis, servidores e contratos!

É uma estultice imaginar que a AGU, assim como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, têm capacidade de cobrar os 6 milhões de débitos, estimados em R\$ 1 trilhão. Levarão um século, ou 1.200 meses, para cobrar, com uma recuperação de crédito anual inferior a 2%, com a cultura que povoa as cabeças dos procuradores e dos auditores fiscais! Não é sem razão que milhares de devedores morrem e milhares de empresas fecham antes de serem alcançados por um simples aviso de cobrança.

O Ministro, segundo, concordou com a incorporação da receita previdenciária pela Receita Federal, sonho do ex-Ministro Antônio Palocci, e empenhou sua alma de petista de carteirinha. Há dois anos que o processo se arrasta. Não custa lembrar que 90% da receita previdenciária são pagos de forma inercial. Os

10% de caloteiros não pagam, vivem a pedir REFIS, com a ajuda de senadores e deputados federais.

A receita previdenciária geraria muito mais receita se, por exemplo, se tentasse reduzir a sonegação, estimada entre 30/40% da receita líquida. Se esta foi de R\$ 123,2 bilhões em 2006, a sonegação oscilou entre R\$ 36/48,0 bilhões. Nada, rigorosamente nada foi feito em relação ao combate à sonegação em 2006, como nos três anos anteriores. Ou nos últimos 12 anos!

O Ministro, terceiro, concordou também com os REFIS 2, 3 e 4, com vastos benefícios aos caloteiros da Previdência. Dos 129, 1 mil optantes do REFIS 1, em 2001, restam 21,3 mil. Como o INSS não tem acesso aos dados do REFIS, a Fazenda divulgou que em 2005 foram recuperados R\$ 382,0 milhões e R\$ 326,0 milhões em 2006. Uma ninharia na montanha dos R\$ 300 bilhões da dívida.

O Ministro, quarto, admitiu as renúncias contributivas expandidas no Supersimples, que poderão passar de R\$ 12,0 bilhões em 2007, contra R\$ 11,4 bilhões em 2006. Tais renúncias, nos quatro anos da era Lula, beiraram os R\$ 40 bilhões, e insuflaram o balão do “déficit”. Entregaram as renúncias para que fossem gerenciadas pelo tal Secretário de Políticas de Previdência Social. Não foram.

O Ministro, quinto, aceitou a proposta inusitada do tal Secretário, de reduzir em 50% a contribuição previdenciária do autônomo, mantendo o benefício em 100%. Claro que a conta não fecha. No futuro, vai gerar mais déficit. O sistema previdenciário implica que o benefício tenha contrapartida atuarial adequada. O oportunismo de inclusão social de 48 milhões de brasileiros que estão fora do INSS não pode induzir a decisões apressadas. Se quer fazer assistencialismo, que remeta os autônomos para a LOAS. Isto seria o correto.

O Ministro, sexto, subscreveu a redução do valor dos benefícios acidentários (auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez), uma agressão aos segurados da Previdência (sem que as centrais sindicais protestassem), fazendo coro às justificativas do tal Secretário à expansão do déficit. Na era FHC, o Secretário de plantão, também terceirizado, fez crer que a taxa de natalidade seria responsável pelo crescimento imoderado do salário-maternidade. São explicações que não explicam, manobras diversionistas, que escondem as efetivas motivações da crise estrutural da Previdência, por exemplo, o baixo crescimento do PIB.

Leio agora que o Ministro pretendia vir ao nosso encontro quando pediu a mudança do cálculo contábil do déficit da Previdência. A fórmula é simples: arrecadação líquida menos benefícios previdenciários e acidentários pagos é igual ao déficit!

A Previdência só não faliu porque órgão público não vai à falência, e o Presidente Lula entendeu, antes do Ministro, que o problema da Previdência é do Tesouro, quando há quatro anos direcionou a Cofins para cobrir o déficit. Dos R\$ 92,4 bilhões arrecadados pela Cofins, em 2006, mais de R\$ 42,4 bilhões (quase 50%) cobriram o rombo da Previdência.

Só que a proposta parece ter sido formulada pelo tal Secretário, pois não muda o método de cálculo. Ambos ignoraram que a contabilidade pública, as contas públicas, não se alteram por portaria ministerial. O que muda então?

O que a ANASPS vem solicitando há anos: que as renúncias contributivas, inclusive as dos rurais, que o TCU proibiu que sejam contabilizadas como renúncias, quando efetivamente são, venham a ser cobertas pelo Tesouro Nacional.

É muito bom para que seja verdade, mas é. Vejam: em 2007, as renúncias do Simples, das filantrópicas, das exportações rurais e da CPMF atingiram R\$ 11,4 bilhões (como já escrevemos acima); o pagamento de pensões e aposentadorias e pensões rurais custaram R\$ 32,3 bilhões. Somados os dois: R\$ 43,7 bilhões. O déficit do INSS foi de R\$ 42,0 bilhões. O resultado do exercício deixaria de ser emblematicamente deficitário (incorporada a ridícula receita rural, de apenas R\$ 3,8 bilhões) para que fosse superavitário, independentemente das transferências maciças do Tesouro através da Cofins. A regra de

cálculo permaneceria inalterada.

Falta apenas saber se o Governo ou o Tesouro assumirá tais encargos, alterando sua contabilidade.

A ANASPS já sugeriu que, no caso dos rurais, fosse criada a Lei Orgânica da Previdência Rural, nos mesmos moldes da Lei da Assistência Social, até que se criem condições efetivas para que os benefícios **assistenciais** rurais passem a ser previdenciários. Será difícil, porque o subsídio é monstrososo, e o campo, o agrobusiness, só pensa em lucros, e não aceita encargos sociais previdenciários. Pelo contrário, além de não querer pagar mais, vive correndo atrás de mais renúncias.

Parabéns ao Ministro pelo passo que está dando, mas tais medidas não resolverão as motivações estruturais do déficit.

Para isso, o Ministro da Previdência, não o da Fazenda, que nunca vai se ocupar disso, deveria desfraldar outras bandeiras, tais como a volta da cobrança da dívida ativa ao INSS, que é o credor (a AGU não é credora de nada); manter a receita previdenciária no INSS; combater frontalmente a sonegação, evasão, elisão, brechas legais, etc.; cobrar a dívida de R\$ 300,0 bilhões, restabelecendo a dação em pagamento (no passado, a Previdência recebeu até cemitérios e estádios de futebol dos devedores) e securitizando a dívida junto ao Tesouro, através das fórmulas do PROER ou da EGEA; transformar a recuperação de créditos em obsessão, inclusive através da rede bancária privada.

Os índios nos ensinaram que não basta desfraldar a bandeira, é preciso marcar o território e se pintar para a briga. Por enquanto, só os brancos comemoram.

Tercero Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 28/02/2007

Estado de Minas, Belo Horizonte/MG – 16/02/2007

Diário de Marília, Marília/SP – 17/02/2007

Diário Popular, Pelotas/RS – 17/02/2007

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 19/02/2007

O Girassol, Palmas/TO – 06/03/2007

Comércio do Jahu, Jaú/SP – 26/03/2007

A COFINS SALVOU A PREVIDÊNCIA EM 2006, E EM 2007?

Por Paulo César Régis de Souza

Sejamos precisos: o déficit da Previdência Social pública, no conceito oficial (arrecadação líquida—pagamento de benefícios previdenciários), foi de R\$ 28,8 bilhões em 2003; de R\$ 31,9 bilhões em 2004; de R\$ 37,5 bilhões em 2005 e de R\$ 42,0 bilhões em 2006.

Em quatro anos, da 1ª era Lula, alcançou R\$ 140,2 bilhões. Digamos, uns US\$ 65,0 bilhões. Muito dinheiro. Talvez o PIB de Cuba! Ou do Haiti!

Isto, apesar da 2ª reforma feita para acabar com o déficit. Mais: apesar do fator previdenciário criado na era FHC para retardar e achatado o valor dos benefícios e... reduzir o déficit. Os técnicos terceirizados do Ministério erraram feio. Em um país mais ou menos sério, teriam sido demitidos. Vejam que, no período, tivemos quatro ministros da Previdência e quatro Presidentes do INSS.

Cabem duas indagações preliminares: quem fez o déficit, e quem cobriu o déficit?

Quem fez foi o governo, quando entregou a gestão da Previdência à fina flor da incompetência, do delírio e da irresponsabilidade, não cobrou a dívida ativa e administrativa de R\$ 300 bilhões, não reduziu 0,1% da sonegação estimada em 30/40% sobre a receita previdenciária líquida, não

melhorou 1% o perfil de recuperação de crédito, que patina em 1% sobre a dívida líquida a receber, aumentou a renúncia contributiva superior a R\$ 15 bilhões/ano, patrocinou os Refis 2 e 3, que apenas beneficiaram os caloteiros da Receita e do INSS, atrofiou a Procuradoria-Geral do INSS e inviabilizou a receita previdenciária há dois anos para incorporá-la à Receita Federal.

Quem cobriu foi principalmente a Cofins. Vamos aos dados: em 2003, R\$ 19,7 bilhões; em 2004, R\$ 30,7 bilhões; em 2005, R\$ 25,1 bilhões; em 2006, R\$ 42,4 bilhões. Mas houve contribuições da CSSL e da CMPF.

Qual a previsão para 2007? A pior possível. O déficit poderá chegar aos R\$ 50,0 bilhões, e não há nenhuma indicação de que se altere o padrão gerencial da Previdência. Esqueçam o “choque de gestão” de seriedade, de respeito e de dignificação da função pública. Poderemos ter o “choque de gestão” anunciado pelo ex-Ministro José Dirceu quando o senador Romero Jucá foi nomeado para a Previdência... O resultado foi um fiasco que envolveu terras, empréstimos, frangos, fraudes e todo o enredo de filme de terror e de ópera bufa que levou Jucá a perder o governo de Roraima e a ganhar a liderança do governo no Senado...

Neste momento em que escrevo, são reais as ameaças de a Previdência continuar nas mãos de políticos desonestos e de burocratas incompetentes. Se isto acontecer, convido os 31,0 milhões de segurados contribuintes, 25 milhões de aposentados e pensionistas, 80 mil servidores ativos e inativos, bem como os 48 milhões de brasileiros que estão fora do Regime Geral a refletir realisticamente sobre o seu presente e o seu futuro.

O valor médio das aposentadorias do INSS na era Lula foi de: R\$ 451,00 em 2003; R\$ 471,65 em 2004; e R\$ 524,85 em 2005; e R\$ 578,02 em 2006, para um teto de R\$ 2.668,15.

Mais: o teto não chega aos 10 salários-mínimos, o que elevaria para R\$ 3.500,00.

O teto está abaixo dos dez salários, correspondendo a 76,23%, e o valor médio não chegou a dois salários, representando 21,66% do teto da Previdência e 15,51% dos dez salários. É um desastre para uma Previdência Social que perdeu sua capacidade de financiamento, deixou de ser a esperança e o futuro das pessoas, e converteu-se no estorvo e no desespero dessas mesmas pessoas, e numa das grandes preocupações do Brasil para os próximos anos.

Que significa isso para os 31,0 milhões de segurados contribuintes? Um horizonte sombrio, baixas perspectivas, velhice comprometida e sacrificada, insegurança e intranquilidade. Para os 48 milhões que estão fora do sistema, inclusive os jovens? Desesperança, medo, desconforto, ausência de futuro.

Não custa lembrar que dos 25 milhões de aposentados e pensionistas, cerca de 18 milhões estão na faixa do salário-mínimo, na linha da pobreza.

Insisto: desde 1994, quando foi instituído o fator previdenciário, que os benefícios estão caminhando para a linha da pobreza, os do mínimo e os que estavam acima do mínimo. Há uma convergência maligna para punir os velhos, os idosos deste país. É um crime contra os direitos humanos, liquidando-se com a expectativa de direito e o direito adquirido.

Muita gente acredita que a crise estrutural da Previdência Social pública se resolveria com uma 3ª reforma, estabelecendo nova idade mínima para o trabalhador privado, adoção do benefício chinês ou da “bolsa aposentadoria”, de 1 salário-mínimo universal, para todo mundo, virando de ponta-cabeça o sistema contributivo, que deixaria de ser sobre a folha de salários e passaria a ser sobre o faturamento, mantendo o fator previdenciário, acabando com o auxílio-doença e privatizando a aposentadoria por invalidez. Uma vilania sem conta, pois deixa de lado as causas da crise, que estão no financiamento.

Foi importante quando os benefícios assistenciais passaram a ser pagos pelo Orçamento

Fiscal. Com isso o INSS ficou livre de pagar, em 2006, por exemplo, uma despesa de R\$ 9,2 bilhões. Mas nenhum passo foi dado para resolver a grave questão de cobertura dos benefícios rurais, com uma despesa anual acima dos R\$ 36,0 bilhões, para uma receita inferior a R\$ 2,4 bilhões. Esta monstruosa diferença é coberta pela arrecadação dos trabalhadores urbanos.

Afirmo com toda a minha responsabilidade de dirigir a única entidade, hoje, dos servidores da Previdência: aos benefícios rurais resta: 1) transformá-los em benefícios previdenciários, alterando-se as alíquotas dos trabalhadores e das empresas, estas fortemente subsidiadas; ou 2) passá-los a benefícios assistenciais, pagos pelo Orçamento Fiscal. Dos 7,4 milhões de aposentados e pensionistas rurais, 7,3 milhões recebem um salário-mínimo, estando nas mesmas condições dos assistidos pela LOAS.

É oportuno assinalar que a renúncia contributiva dos rurais, oculta há três anos nos balanços do MPS, por determinação do TCU, equivale-se à renúncia contributiva dos demais setores, filantrópicas, Simples, exportadores de produtos agrícolas, que impacta o déficit da Previdência.

A Cofins está desempenhando um papel relevante na cobertura das despesas previdenciárias, mas urge requalificar a receita previdenciária, com seriedade.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/01/2007

Gazeta de Limeira, Limeira/SP – 27/01/2007

A Gazeta, Cuiabá/MT – 28/01/2007

O Jornal, Maceió/AL – 08/02/2007

Fatorama, Brasília/DF – 11/02/2007

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 24/02/2007

A COBRANÇA DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA

Por Paulo César Régis de Souza

Não temos motivos para acreditar que a receita previdenciária será mais bem administrada pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do que era pela Receita Previdenciária do INSS. Conhecemos os pontos fortes e frágeis dessas organizações, que padecem de inapetência histórica na fiscalização, cobrança e recuperação de débitos. Foram vocacionadas para uma missão inercial, com outros objetivos e metas, e acabaram atropeladas por “injunções políticas” que devoram o Estado, reduzem a qualidade do governo, agredem a cidadania e massacram o contribuinte que é correto.

Recentemente, falou-se abertamente que uma fabriqueta de tubaína, em Alagoas, foi adquirida por uma cervejaria que pagou 100 vezes mais do valor, pois em troca os proprietários, políticos locais, prometeram zerar os débitos da cervejaria no INSS. Estes, mil vezes o valor da fabriqueta. Falou-se por meses seguidos. As autoridades fiscais não se manifestaram em nome de um suposto zelo pelo sigilo previdenciário dos devedores. Mas calaram igualmente diante do flagrante desrespeito aos milhões de contribuintes da Previdência. Os débitos seriam receita para aposentadorias e pensões futuras de empregadores e dos trabalhadores.

Um vivente alfabetizado, no Senado, poderia apresentar um pedido de informações à Receita, para saber quanto a cervejaria devia ao INSS antes da compra da tubaína e quanto passou a dever dias depois. Se pagou o débito, parcelado ou à vista, ou se não pagou, e por que o débito sumiu. Se sumiu, quem solicitou e quem deu a ordem. O Senado – como fizera na aprovação com louvor dos dirigentes da ANAC – vergonhosamente omitiu-se.

Por muito menos, o ex-poderoso Ministro Antonio Paloci perdeu o cargo de Ministro da

Fazenda. O sigilo bancário do caseiro é, sem dúvida, bem menor que o sigilo previdenciário da cervejaria.

Na Previdência não tem meio-termo. Não há benefícios sem custeio, e toda sonegação é paga por outros. Talvez pelos trouxas!

Neste país, todos sabem que o dinheiro das contribuições previdenciárias já não cobre o valor dos benefícios pagos. E não cobre: 1) porque não se cobra a dívida administrativa e judicial – superior a R\$ 300 bilhões; 2) porque os caloteiros passaram a ter, na bacia das almas dos acordões políticos, 20 anos para pagar o que devem; 3) porque os contribuintes pagam para que outros que não contribuíram tenham aposentadorias e pensões, como os 7 milhões de rurais.

O mais grave é que além de não se cobrar a dívida administrativa, que saiu do INSS e foi para a Receita, e a judicial, que saiu do INSS e foi para a AGU, e agora foi para a PGFN, tudo tem sido feito para não se cobrar e recuperar crédito. As técnicas de recuperação de crédito utilizadas não são mais aplicadas nem pelas biroskas e mercadinhos de subúrbio. Daí a “baixa eficiência em sua arrecadação, cerca de 0,25% (R\$ 310,2 milhões)” em 2006, conforme relato do Ministro Ubiratan Aguiar, do TCU. Qualquer empresa que tenha uma recuperação de crédito, neste nível, fecharia, para gáudio dos devedores.

Ultimamente, tenho me preocupado com a migração dos dados da Previdência Social para a Receita Federal, com a metodologia da divulgação dos dados da dívida previdenciária pelo TCU e com uma suposta decisão da Receita de não mais divulgar a relação dos devedores da Previdência. São questões interligadas, e que fragilizam a gestão e principalmente a cobrança das dívidas administrativa e judicial.

O INSS perdeu sua configuração autárquica, pois virou uma autarquia incapaz de administrar sua receita. Isto só acontece no Brasil dos nossos dias, por motivos aleatórios. Seria o caso de a estatal venezuelana de petróleo, a PVDSA, administrar a receita da estatal brasileira, a Petrobras. Coisa de maluco. Nem Chavez pensaria isso. Quem não pode administrar o que recebe e o que paga têm que acabar.

A migração das bases de dados da Dataprev para o Serpro me deixa preocupado. Tudo pode acontecer, inclusive nada; mas temo que muitos dados possam sumir neste trajeto, seja *on line* ou em disco rígido. Além do que, a Dataprev sempre operou com uma plataforma e o Serpro com outra. Penso que o TCU poderia receber uma cópia dos dados da Dataprev para um futuro batimento. Há muitos seres vivos fazendo política nos últimos tempos com o chapéu dos outros, e o chapéu da Previdência tem sido vítima de muitas pilhagens.

A metodologia de divulgação dos dados da dívida previdenciária igualmente me deixa aflito. O Ministro Ubiratan Aguiar chegou a revelar, em 2007, que teria tido um incremento de 17% e alcançara R\$ 144 bilhões em dezembro de 2006; em relação aos valores em cobrança em dezembro de 2005, R\$ 122,7 bilhões. Em outros relatórios do próprio TCU, os dados eram diferentes. Falta coerência, identificação de fontes e correção de valores por indicadores econômicos.

Ainda não constam do relatório do TCU os valores da dívida administrativa, que tem dois componentes: a que é gerada pela Notificação Fiscal de Levantamento de Débitos (Ação Fiscal), que resulta na gratificação mensal de desempenho e produtividade dos auditores fiscais; e a gerada pelos débitos em cobrança em carteira e que ainda não foram encaminhados para cobrança judicial, que compõem a dívida ativa. Estimo que o volume desses débitos supere os R\$ 160 bilhões! O TCU deveria nos oferecer – já que o INSS não fornecia e a Receita ainda não fornece – dados sobre esta caixa-preta.

Já a divulgação da relação dos devedores sempre foi emblemática para a Previdência. O INSS sempre foi obrigado a mandar trimestralmente a relação ao TCU. A listagem era divulgada – mas basicamente sobre os débitos judiciais, da dívida ativa. Nunca se divulgou nada sobre os débitos administrativos. Agora informa-se que a Receita quer jogar na caixa-preta e não divulgar

mais nada. Houve ministros da Previdência que divulgaram dados, os devedores chiavam, protestavam, esperneavam, e ficava por isso mesmo.

O anúncio de que a PGFN mandará os caloteiros para a SERASA os deixou nervosos e certamente recorrerão ao balcão de negócios da base política para postergar. Certamente vencerão.

Devemos ser realistas. A PGFN fechou junho de 2007 com 7.610.370 mil débitos. No final de 2002, eram 4.306.634. Um crescimento de quase 100%, não contados os 767.276 créditos de 251.250 devedores do INSS, avaliados em R\$ 156,1 bilhões em janeiro de 2007.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/10/2007

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 02/11/2007

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 03/11/2007

O Girasol, Palmas/TO – 07/11/2007

Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG – 11/11/2007

Artigos 2006

SUPERÁVIT = IMPOSTO + CONTRIBUIÇÃO

Por Paulo César Régis de Souza

Quando o governo fala em superávit primário, esquece de dizer de onde vem toda essa dinheirama que sobra.

De janeiro a abril, o resultado acumulado foi de R\$ 29 bilhões, grande parte da arrecadação de impostos e contribuições (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central).

Na Previdência Social agora a arrecadação vai para a vala comum, o chamado caixa único, ou seja, para os cofres do governo, passando a compor o superávit primário.

O dinheiro do aposentado tem hora para ir, mas não tem hora para voltar.

Enquanto o governo do PT tirou do INSS o direito de fiscalizar, arrecadar, cobrar e controlar sua arrecadação – o que acontecia só há 83 anos –, foram colocados no Ministério da Previdência dois fantoches, um como Ministro e outro como Secretário Executivo; os dois não fizeram e não fazem absolutamente nada para melhorar a qualidade do atendimento, dos serviços, das instalações, dos sistemas, nem diminuir as filas que continuam aumentando.

Agem, com displicência e omissão, talvez com incompetência e ignorância, como se não existissem 30,8 milhões de segurados/contribuintes, 23,9 milhões de beneficiários (aposentados e pensionistas) e 70 mil servidores entre ativos e inativos.

O Ministro ainda tem a desculpa de não ser funcionário da Previdência Social, veio só para levar o dinheiro para a Fazenda, o que faz dormindo em pé, apoiando a criação da famigerada Super-Receita (Receita), que não arrecadou um tostão a mais para o INSS. Manteve a sonegação de 40% da Receita, favorecendo os caloteiros, que continuam se apropriando inclusive do dinheiro que descontam dos empregados e não recolhem. Não cobra os megadevedores, que giram os R\$ 250 bilhões de dívida ativa e administrativa. Esta dívida equivale, por exemplo, a 30 vezes à dívida da Varig.

No caso do Secretário Executivo, servidor da Previdência, que não disse a que veio, aí o bicho pega, pois finge que trabalha na ponte Brasília–São Paulo–Brasília, provavelmente com diárias, com sua visão de avestruz, voltada para o centro da terra.

Nada fez para a incorporação dos 40 milhões de informais, melhoria do atendimento com diminuição das filas, recuperação dos sistemas, programas, máquinas da informática, na Dataprev, INSS e MPS, foco de ações suspeitas da camarilha petista; recomposição dos quadros de servidores, já que 4 mil temporários foram embora, 11 mil se aposentaram ou se demitiram, mais de 2 mil dos novos concursados abandonaram o emprego pelos baixos salários (há unidades com um servidor); valorização dos servidores com salários dignos e remuneradores (movimentamos mais de 22 milhões de processos/ano, com altíssima produtividade) sem superestimar a chicana de gratificações de desempenho que não medem desempenho algum, substituição total dos peritos concursados, criação de nova carreira de fiscal para fiscalizar empresas que se beneficiam de renúncias contributivas e não cumprem a contrapartida exigida em Lei específica; cobrar e colocar na cadeia os caloteiros, aumentando o número de procuradores (o TCU há um ano pediu 400 novos procuradores, e nada); visitaçao das unidades para sentir de perto o drama dos segurados, beneficiários e servidores trabalhando sem as mínimas condições de trabalho, com prédios que, se fiscalizados pelo CREA, Bombeiros ou Defesa Civil, seriam interditados; levantamento do que foi feito com quiosques e unidades móveis implantados pelo ex-Ministro Waldeck Ornelas. Enfim, deixaria de viajar todo fim de semana com fins políticos para São Paulo com diária e realizaria menos reuniões com

empresários, atenderia os servidores e as entidades de classe que podem apresentar propostas para tirar a Previdência do buraco em que o PT a meteu.

O mais significativo é que o Secretário está marginalizado do foco das ações principais do Ministério, que visam manter o fator previdenciário, que retardou, achatou e reduziu o valor dos benefícios, prejudicando mais quase 3 milhões de segurados; reduzir a cinco salários o teto de benefícios para os 30,8 milhões de segurados, o que é uma vilania digna do Estado de corrupção e impunidade; travar a concessão de auxílio-doença e salário-maternidade; ampliar a concessão de benefícios sem a contribuição, inclusive para mãe disso e daquilo, dona de casa, empregado doméstico, etc.; levar todos os atuais 23,9 milhões de beneficiários para o salário-mínimo, não concedendo reajustes para os que recebem acima do mínimo; retardar por todos os meios o pagamento dos passivos; estimular a venda de planos privados de previdência.

Deram-lhe para tomar conta de uma tartaruga, e ela fugiu.

O desmanche do INSS e da Previdência Social pública passa nas barbas, e o profeta sonha em veranear no Guarujá ou invernar em Campos do Jordão!

Fraudes na Previdência, desde antes da d. Jorgina, são tratadas no noticiário de polícia, e devem ser assim, porém as fraudes com empréstimos consignados a aposentados com a disponibilização do banco de dados do INSS ao BMG, não se sabe a que preço, fraudes no pagamento de contribuições, fraudes de apropriação indébita, e outras fraudes dos REFIS 1,2 e 3, das pilantrópicas e do Simples são tratadas na coluna social.

A Previdência não pode e não deve ser tratada como o Bolsa Família, que o governo Lula quer estender para todos os sem-terra, ampliando o show de paternalismo, assistencialismo.

Na Previdência, o dinheiro tem CPF e RG, o dinheiro é do aposentado que trabalhou e pagou para recebê-lo de volta na sua velhice.

Agora, em véspera de eleição, o governo Lula, através do que restou da corrupção na cúpula do PT, cria um novo terrorismo, publicando nos principais jornais estudo dos “PhDs” do IPEA e com declarações do neofundamentalista bolivariano do PT, Ministro Tarso Genro, aterrorizando os futuros e atuais aposentados com propostas de aumento de idade, teto, diminuição de aposentadorias e pensões e, até, pasmem, alteração dos fundamentos do Estado de Direito, com o fim da expectativa de direito e o direito adquirido. Como se o foco central do déficit da Previdência fossem os servidores ou os trabalhadores. Trata-se de uma empulhação desavergonhada, pois o problema estrutural está na sonegação contributiva, na não cobrança da megadívida e na expansão das renúncias contributivas.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/06/2006

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 06/07/2006

Correio Braziliense, Brasília/DF – 11/07/2006

Correio da Paraíba, João Pessoa/PB – 11/07/2006

O Jornal, Maceió/AL – 13/07/2006

Informativo Jurídico Consulex, Brasília/DF – 11/12/2006

REFORMAR É PRECISO

Por Paulo César Régis de Souza

Estamos a um mês de novas eleições para Presidente da República, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais.

Se não vingar a fraude de uma Constituinte paralela proposta pelo Presidente Lula aos escolhidos pelo povo, para venezuelar o país e lhe assegurar um terceiro mandato, o “novo” Congresso Nacional eleito terá a responsabilidade de fazer várias reformas, apesar de os candidatos não terem coragem de falar abertamente sobre quais reformas farão e em que termos.

A reforma da Educação deveria ser a primeira, pois os governantes precisam entender que é na educação que está a base e o entendimento das demais reformas. Uma reforma que devolva qualidade ao ensino público e que determine a permanência das crianças na escola. Sem educação devida teremos mais crimes, aumento da corrupção e miséria.

A reforma do Judiciário é urgente. A que foi feita resultou em mais burocracia e mais custos. Criaram um Conselho que não serve para nada, e as diversas instâncias continuam abarrotadas de processos, morosidade por falta de pessoal etc. A Procuradoria-Geral da República, o Supremo e o STJ devem ser independentes, e não extensões do Palácio do Planalto, com líderes do governo nos seus plenários.

A reforma das Forças Armadas e o papel de cada uma, Exército, Marinha e Aeronáutica, devem ser postos em prática, especialmente a das forças auxiliares, polícias militar, civil e federal, bem como a criação da Guarda Nacional Urbana e da Guarda Nacional de Fronteira. As Forças Armadas foram sucateadas por uma vingança torpe contra o regime militar, que sua maioria desconhece, e as forças auxiliares administradas por governadores incompetentes estão perdidas. A própria Polícia Federal – com presença diária no *Jornal Nacional* –, que teve suas verbas cortadas em 58%, deve ter sua independência, não podendo ficar a serviço do governo de plantão.

A reforma do sistema carcerário se impõe. Um preso não pode ser um ônus para a nação. Terá que trabalhar, inclusive para pagar o que destrói nas suas rebeliões, e se readaptar. Terá que produzir e fazer sua comida, e não disporá de regalia alguma, nem tevê em cores, celular, sexo, churrasco, etc.

A reforma tributária e fiscal deve ser feita não para desonerar os caloteiros, que não querem pagar tributos e só pensam em mais isenções tributárias, não para dar mais dinheiro para financiar máquinas corruptas de Estados e Municípios, mas para favorecer os que investem, geram empregos, riqueza e desenvolvimento. O Banco Central deve ser independente.

A reforma política deve ser radical. Devemos reduzir o tamanho do Senado e da Câmara. Por consequência, assembleias e câmaras. Reduzir brutalmente o custo dos assessores e verbas. Devem ser extintos os Municípios cuja receita própria, sem as transferências dos Tesouros Estadual e Federal, não cobre suas despesas. Voltariam a ser distritos de outros Municípios. Bilhões seriam economizados e transferidos para a educação, etc. Deputado e senador não poderiam mudar de partido depois de eleitos. O governo não poderia comprá-los com verbas e cargos, etc. Teria que se promover um choque de ética nesta turma, que é o centro de toda a corrupção que varre o país em todas as direções. O caso de Rondônia é emblemático.

A reforma da Saúde se impõe, não porque falte dinheiro, médicos, paramédicos,

medicamentos, leitos, etc. Sobram. Ou temos uma saúde pública séria, correta, profissionalizada, administrada com seriedade (não por políticos corruptos), ou temos uma saúde privada, complementar, mas que opere com respeito ao doente e aos cofres públicos. O SUS é um bom sistema, precisa só ser implementado, sem sanguessugas.

E a reforma da Previdência Social? Os candidatos quase não falam nela. Certamente desconhecem o que se passa neste mundo aparentemente encantado.

FHC fez a 1ª reforma da Previdência, por pressão do FMI, tirando direitos dos trabalhadores, acabando com a aposentadoria por tempo de serviço e implantando o conceito de 35 anos de tempo de contribuição, criando o Simples para beneficiar os “micoempresários”, e o Refis I, para atender os caloteiros profissionais, ampliando as renúncias contributivas, inclusive para o agronegócio e as “pilantrópicas”, e impondo o fator previdenciário, que retarda e achata o valor dos benefícios. Prometeu acabar com o déficit e sanear a Previdência, entregue à escória de sua base política. Os resultados obtidos foram píffios.

O Presidente Lula fez a 2ª reforma da Previdência, também tirando direitos dos trabalhadores, patrocinou os Refis 2 e 3, protegendo caloteiros, criando mecanismos para que estes não pagassem, se apropriassem do que é dos segurados, e não fossem mais para a cadeia. Prometeu reduzir o déficit, combater a sonegação, cobrar os devedores.

Nada fez. Sua desastrada passagem pela Previdência custará ao país R\$ 350 bilhões (quase US\$ 170,0 bilhões), muito dinheiro em qualquer moeda.

O povo deveria perguntar ao atual Ministro da Previdência qual o projeto para os próximos quatro anos. Que teremos de melhoria nas agências do INSS, no atendimento, na diminuição das filas? Que farão pelos servidores? Que proteção darão aos médicos peritos, coagidos a restringir o auxílio-doença, vilão do desgoverno do PT na Previdência? Os PhDs, os sábios da arca perdida do Ministério, depois das agressões de segurados aos médicos peritos, conseguiram, após muitas horas de estudo, transferir para os servidores a entrega dos laudos, ou seja, trocaram somente quem vai apanhar.

Qual o estudo para acabar com o fator previdenciário, um roubo hediondo aos que pagaram durante 35 longos anos para ter direito a uma aposentadoria decente e já não consegue?

Que projeto tem o Ministério e sua assessoria terceirizada para trazer os 48 milhões de informais que não recolhem um tostão para a Previdência, mas um dia vão se aposentar?

Que projeto tem o Ministério contra os privatistas de bancos e seguradoras, que querem de a ferro e fogo, para a iniciativa privada, o único projeto social do Estado brasileiro e maior distribuidor de renda do país, segundo estudo do IPEA, que é o INSS, que paga em dia há 83 anos?

Que reformas devemos fazer na Previdência. A Previdência Social pública morrerá ou sobreviverá dependendo única e exclusivamente do seu voto. Portanto, vote bem.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/09/2006

O Jornal, Maceió/AL – 25/08/2006

Folha de Londrina, Londrina/PR – 26/08/2006

A Gazeta, Cuiabá/MT – 02/09/2006

Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul/RS – 14/09/2006

Comércio da Franca, Franca/SP – 15/09/2006

Folha de Boa Vista, Boa Vista/RR – 16/09/2006

Fatorama, Brasília/DF – 17/09/2006

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 17/09/2006

O Liberal, Belém/PA – 20/09/2006

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 29/09/2006

Diário de Pernambuco, Recife/PE – 30/09/2006

Jornal de Piracicaba, Piracicaba/SP – 16/09/2006

REFORMA E CONTRARREFORMA NA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Como previmos, a 3ª reforma da Previdência acabou entrando na ordem do dia das preocupações principalmente dos que querem o fim da Previdência Social pública. Supostamente para combater o déficit do INSS que “ameaça” o equilíbrio fiscal! Na realidade, o objetivo é instituir a aposentadoria chinesa de um salário-mínimo para todos os brasileiros, inclusive para os atuais 31,2 milhões de contribuintes, e ampliar o universo dos que estão aposentados e que já recebem salário-mínimo. São 70% de 24,4 milhões, ou seja, 16,5 milhões.

Reduzir, cobrir e zerar o déficit foi o refrão da 1ª e da 2ª reformas. E deu tudo errado. O déficit explodiu.

Direito adquirido? Não existiu na 1ª e 2ª reformas, e não existirá na 3ª, por analogia.

O correto é que as regras da 1ª e da 2ª reformas valessem daí para a frente. Que fossem respeitados a expectativa de direito e o direito adquirido. Isto não ocorreu. Rasgaram a Constituição, e ficou por isso mesmo.

A violência, o desrespeito, a violação, a iniquidade e a vilania foram praticados, com a conivência dos que deveriam zelar, inclusive, pelas cláusulas pétreas da Constituição. Mas como a expectativa de direito e o direito adquirido beneficiavam a raia miúda, a classe inferior, a 2ª classe, o subpovo, a sub-raça, estes que se danassem! Até inativo do setor público voltou a contribuir, coisa que só acontece no Brasil. Nenhum país do 1º, do 2º e do 3º mundos faz isso! Contribuir para que, se não poderá se aposentar de novo! Violou-se um princípio universal de Previdência, de ordem constitucional, de que não há contribuição sem contrapartida!

Para medir a iniquidade da contribuição do inativo, diga-se que representa zero zero vírgula qualquer coisa da despesa.

Não duvidem se na 3ª reforma os aposentados e pensionistas do Regime Geral, do INSS, passarem a contribuir. Tudo é possível.

Mas retomo o fio da meada, para não me perder.

Há grupos interessados em impor, em nome da eugenia das contas públicas, que o INSS seja confinado a pagar benefícios só de um salário-mínimo. Quem quiser um benefício acima disso, que procure bancos e seguradoras. Estes com uma carteira de 7 milhões de desesperados e ativos de R\$ 80 bilhões, sonham em ampliar desmedidamente para 20/30 milhões de investidores e arrecadar da patuleia desbussolada R\$ 500 bilhões, 12% do PIB, num curto prazo, com incentivos fiscais e sem fiscalização alguma.

A tese encanta e fascina todos que defendem o neoliberalismo e a globalização, bem como os partidários dos investidores e especuladores, os amantes e beneficiários do caixa dois dos partidos políticos.

Da mesma forma, há dentro e fora do Governo quem proclame que os atuais 24,4 milhões dos atuais beneficiários, aposentados e pensionistas, devam receber só um salário-mínimo. Há anos que uma combinação sinistra vem empurrando milhões para esta meta hedionda. De um lado, o fator previdenciário achata os benefícios, empurrando sempre para o patamar de um mínimo. De outro, os benefícios acima do mínimo são reajustados em

níveis abaixo dos benefícios do mínimo. Entenderam? Não é à toa que 17 milhões alcançaram este mínimo, que está arrastando a massa para a linha da pobreza.

Desta maneira cruel, a Previdência Social pública foi perdendo seu charme e, ao invés de se transformar em instrumento de dignidade, segurança e tranquilidade para o idoso, acaba se tornando cruz e calvário.

O dramático é que isto ocorre quando o PIB brasileiro desce a ladeira, o desemprego aumenta, mais jovens chegam ao mercado de trabalho, a renda cai, e mais idosos são incorporados ao cotidiano, por força do aumento da expectativa de vida.

As soluções fiscais de combate ao monstruoso déficit da Previdência Social pública são todas idílicas, pois visam à transferência de renda para o setor privado mais favorecido pela política econômica e que já consome quase uma folha de pagamentos de benefícios. Não custa lembrar que de janeiro a outubro deste ano, para R\$ 132,2 bilhões pagos a 24,4 milhões de pessoas/mês, pelo INSS, o Tesouro destinou R\$ 115 bilhões para pagamentos de juros de uma dívida pública acima de R\$ 1,0 trilhão, beneficiando apenas alguns milhares de investidores e especuladores! É isso mesmo!

Os aspectos técnicos e atuariais da Previdência são relegados a plano secundário, mesmo porque, quem deveria zelar pela Previdência Social pública há muito tempo que não o faz.

Agora mesmo, na aprovação do Supersimples, de forma açodada e irresponsável, o grupo terceirizado de técnicos do MPS propôs a aposentadoria chinesa de um salário-mínimo para os autônomos, reduzindo sua contribuição para 10%. Se 20% não cobriam atuarialmente a aposentadoria, reduziram para 10%, na vã e ilusionística esperança de fazer a inclusão social no INSS de 48 milhões de brasileiros que estão fora! Ou seja, criaram uma Previdência de “mentirinha”. Deputados e senadores aprovaram, sem saber o que estavam aprovando.

Da mesma forma que aprovaram que os fanáticos e alegres participantes do Supersimples – cujas empresas não duram cinco anos de vida – tenha reduzida sua contribuição, que já era de 2,5%, como empregadores, sem reduzir o valor dos benefícios de sua massa de trabalhadores. Estes continuarão descontando os 10%, sem que se tenha condições de saber se tais empresas recolhem ao INSS ou praticam a apropriação indébita. O dado substantivo é que os 10% atuarialmente são insuficientes para aposentar esses trabalhadores. Na pior das hipóteses, toda a sociedade será chamada a pagar a conta, com mais déficit para o INSS. Como não existe almoço de graça, aposentadorias e pensões muito menos.

Ouso afirmar que o futuro da Previdência Social pública está em cheque. O desmanche do INSS será acelerado se a 3ª reforma caminhar na linha dos neoliberais e globalizados, ou se a Previdência continuar sendo administrada por maus políticos, maus gestores e por pessoas sem alma, dignidade e competência.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/12/2006

Fatorama, Brasília/DF – 17/12/2006

QUE PREVIDÊNCIA TEMOS E QUEREMOS?

Por Paulo César Régis de Souza

Temos uma Previdência que já não atende aos amplos anseios da população brasileira. Anseios de uma velhice tranquila e de uma aposentadoria ou pensão que satisfaça plenamente suas necessidades. Uma Previdência que respeite o princípio do pacto de gerações, segundo o qual os trabalhadores de hoje sustentam os de ontem. Uma Previdência que reconheça a expectativa de direito e o direito adquirido; se alguém contribuiu para receber 10 salários terá que receber 10, e não 5. Podem existir razões fortes, mas não que rasguem os contratos pactuados entre os indivíduos e o Estado. Esta quebra de contrato destrói e desqualifica o Estado. Pode eventualmente fortalecer-lo, em nome de variáveis de economia e finanças, mas desmerece e apequena o cidadão.

Sejamos práticos e objetivos: por que a Previdência Social pública do Brasil enfrenta tantas dificuldades?

Na realidade, as dificuldades menores, de gestão, administração e gerenciamento, são conhecidas das digitais de seus responsáveis, geralmente vagabundos emergentes da baixa classe política e de partidos de mensaleiros e sanguessugas. Disse tudo. Aí nasce e floresce a corrupção, a pilhagem, erros, desacertos, roubos, fraudes, etc.

As dificuldades maiores estão todas localizadas na receita, no financiamento, e não, como querem fazer crer os fiscalistas, na despesa, nos benefícios.

Onde na Receita?

Vamos lá: há mais de 250 bilhões de reais a receber, hoje nem sei se o número está atualizado, pois nem isso é atualizado na receita previdenciária e na AGU, muito menos na Receita Federal e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Além do que, criminosamente, há mais de 12 meses que a Receita Previdenciária está fora do ar. Legalmente está na Previdência. De fato não está. Em 12 meses o Ministro da Previdência nunca viu o Secretário da Receita... O Secretário da Receita Previdenciária é o mesmo da Receita Federal. Mas há uma distância muito grande entre métodos, processos, normas, cultura, enfim, da Receita Federal e da Receita Previdenciária.

Na marra, depois que o Congresso derrubou a MP da incorporação da receita da Previdência pela Receita Federal, o governo fez a incorporação, desmoralizando o Congresso, desconfigurando a Receita Previdenciária, confundindo os contribuintes e agredindo os servidores. Tudo por interesses subalternos. Não venham me dizer que tudo foi feito para beneficiar o contribuinte, reduzir custos, racionalização administrativa, economicidade. Aqui, ó! Muito pelo contrário, reafirmo com todas as letras, prevaleceram os interesses subalternos.

Os interesses subalternos vêm de longe, da liquidação do orçamento da Previdência, da incorporação do orçamento da Previdência ao Orçamento Fiscal e da Seguridade, e da implantação do caixa único, no Tesouro, mesmo desrespeitando o princípio constitucional de que as contribuições da Previdência Social não são impostos e não devem ser misturadas aos impostos.

Não foi por acaso que os quatro anos de Lula custaram R\$ 350 bilhões à Previdência, compreendendo os R\$ 152,6 bilhões de déficit, os R\$ 127,8 bilhões de sonegação, e os R\$ 49,2

bilhões de renúncias contributivas.

Ninguém foi cobrado, não houve recuperação de crédito, ampliaram a sonegação e as renúncias. Ganham os caloteiros, eternos aliados dos mensaleiros, sanguessugas, caixa dois do PT e dos partidos da base aliada.

Estas dificuldades poderiam ser consideradas conjunturais.

Há outras dificuldades estruturais ainda maiores, como, por exemplo, o baixo crescimento do PIB. Crescendo a 2%, o país não reduz a informalização, não gera empregos e não engrossa o número de trabalhadores com carteira assinada e inscritos no INSS.

Se o Brasil estivesse crescendo acima de 5%, a crise de caixa da Previdência seria revertida, pois a formalização seria intensa e haveria chances reais de se trazer 48 milhões de trabalhadores informais para a formalidade e o INSS.

Diante do quadro perverso acima descrito, o debate sobre o futuro da Previdência, de curto, médio e longo prazos, se amplia para o lado da despesa que impacta numa direção, e não causa menor impacto em outra.

Vamos aos impactos, digamos, negativos, assim proclamados pelos fiscalistas: 24 milhões de brasileiros recebem aposentadorias e pensões. Um escândalo. Por que não apenas 1 milhão? O valor médio recebido em junho/06 foi abaixo de dois salários-mínimos (R\$ 599,49 urbano e R\$ 332,34 rural). Outro escândalo. Todos deveriam receber um mínimo, esquecendo-se que 70,11% já recebem um mínimo.

Esta gente tem a sensibilidade de um troglodita, pois uma Previdência que paga o mínimo merece morrer, falir, desaparecer, já que o mínimo não assegura qualquer sobrevivência digna a uma pessoa humana. Toda Previdência tem como princípio assegurar uma velhice digna. Este é o seu único paradigma, mediante uma contribuição atuarial que respalde a contrapartida. Não é o contribuinte que estabelece a contribuição atuarial. Se esta contribuição não respalda, que o INSS apresente outra que o faça. Isto seria o correto.

Como está, fica difícil, pois a lenda de que o teto do salário de contribuição e do salário de benefício seria dez pisos previdenciários, equivalentes a dez mínimos, virou ficção. Os dois, em junho/06, estavam em R\$ 2.801,56. Em tese, oito pisos. Na prática, ninguém mais se aposenta com oito. O valor médio de quem se aposentou em junho/06 foi de R\$ 593,42, sendo R\$ 648,29 para os urbanos e R\$ 351,48 para os rurais. Portanto, abaixo dos dois pisos.

Como é possível praticar-se uma perversão, iniquidade, vilania desta natureza? É o resultado do ajuste feito sobre a Previdência, da corrida de obstáculos para se aposentar e do fator previdenciário que achata o valor dos benefícios.

O Presidente Lula, com uma bela história de vida, dedicada aos trabalhadores, deveria pedir perdão pelo que fez na Previdência. Em 2003, no seu governo, foram concedidos 3,5 milhões de aposentadorias e pensões, valor médio de R\$ 451,00. Em 2004, foram 3,9 milhões, valor médio de R\$ 471,65. Em 2005, 3,9 milhões, valor médio R\$ 524, 85. Em 2006, até junho, 1,1 milhão, valor médio de R\$ 571,52. Uma vergonha. Os números do DatANASPS são os mesmos do MPS e do INSS.

Os fiscalistas estão a serviço de um modelo previdenciário bastardo, que não tem pai nem mãe. Foi gerado pelo mercado como um produto de investimento de bancos e seguradoras, uma aplicação financeira qualquer, com o pomposo nome de plano de previdência privado, que nada tem de previdência. Tem tudo a ver com mais um tipo de investimento, seja PGBL ou VGBL.

O que não causa o menor impacto é pegar um jovem de 18 anos e lhe dizer: “amigo, se o senhor pagar o INSS, daqui a 35 anos, contribuindo mês a mês, o senhor terá uma aposentadoria de um salário-mínimo. É pegar ou largar”. Convenhamos, é doloroso. Pior do que isso, só pegando o mesmo jovem e colocá-lo no serviço público, sem FGTS, etc., e lhe dizer que depois de 35 vai pra casa com um salário-mínimo.

Enfim, estamos construindo uma falsa Previdência para as futuras gerações que, às voltas com a MTV, djs, shows, novelas, praias, sol, futebol, cerveja, barzinhos, carnaval, rodeios, vaquejadas, etc. não se preocupam com o futuro. Muito bonito.

Enquanto as gerações passadas se preocupavam com as gerações futuras, atualmente ninguém se preocupa com nada.

Registro o protesto da ANASPS contra esta anomia e esta indiferença.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/10/2006

Diário da Região, São José do Rio Preto/SP – 16/10/2006

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 21/10/2006

Gazeta de Alagoas, Maceió/AL – 22/10/2006

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 23/10/2006

Fatorama, Brasília/DF – 19/11/2006

PRECISAMOS DEFINIR O EIXO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Tenho lido muito nos últimos meses sobre a 3ª reforma da Previdência, que parece inevitável para os grupos dominantes, em face da progressiva deterioração do financiamento, o crescimento da massa beneficiária, a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano e do aumento da expectativa de vida.

Interessante que não cresceu a massa segurada/contribuinte, de 30,8 milhões, e não se ampliou a cobertura previdenciária; pelo contrário, os indicadores de exclusão passaram dos 40 para 48 milhões de brasileiros, cerca de 50% da População Econômica Ativa, e quase 100% da População Não Economicamente Ativa.

Mas a pressão sobre a 3ª reforma vem dos mesmos segmentos que defenderam a 1ª e 2ª reformas, realizadas por FHC e Lula, e com os mesmos surrados argumentos: redução do déficit, equilíbrio de caixa, controle dos gastos, esgotamento do regime de repartição simples, incapacidade de financiamento da folha de salários. Histericamente insistem. Em 2002, a receita representava 5,37% do PIB e as despesas, 6,66%. Em 2005, a receita passou a 5,58% e as despesas a 7,54%. Isto de um PIB que cresce abaixo de 3%.

Já em 1988, na Constituinte, os legisladores se anteciparam 50 anos e desenvolveram novas fontes de financiamento da Previdência, como a Cofins e a CSLL. As duas fontes, até aqui, supriram com folga as necessidades de financiamento. Mas os mesmos legisladores não se deram conta e não concluíram o dever de casa, desagregando os custos previdenciários. Fizeram a primeira parte, enviando os benefícios assistenciais para o orçamento fiscal. Faltou fazer as demais: mandar para o Tesouro os benefícios sem cobertura de financiamento

(principalmente os rurais) e acabar com renúncias contributivas ou, se mantidas, que a conta fosse igualmente apresentada ao Tesouro. A razão é simples: as pessoas um dia vão se aposentar, e tais benefícios, não tendo cobertura, deverão ser pagos com os recursos fiscais.

Expurgados os custos dos rurais e das renúncias, o financiamento da folha de salário seria suficiente para cobrir as despesas, ampliando-se o combate à monstruosa sonegação, de 40% da receita previdenciária, cobrando-se a dívida administrativa e judicial, de R\$ 250,0 bilhões, e adotando-se uma recuperação de crédito minimamente digna deste nome.

Além do que, cada vez mais a Previdência aposenta abaixo do teto máximo e amplia cada vez mais a legião de miseráveis colocados na faixa de um salário-mínimo. Estarrece qualquer pessoa ver, quando se debruça sobre os dados do DatANASPS, que o valor médio das aposentadorias foi de R\$ 304,00 em 2000; R\$ 339,81 em 2001; R\$ 379,66 em 2002; de R\$ 451,05 em 2003; R\$ 471,00 em 2004; R\$ 524,85 em 2005; e R\$ 576,66 em 2006.

Em junho de 2003, o teto do salário benefício era de R\$ 1.869,34, e em abril de 2006 chegou a R\$ 2.801,56. No mundo real, o valor médio das aposentadorias concedidas pelo INSS em 2003 representava 24,12% do teto, e em 2006 caiu para 20,58%. É flagrante o empobrecimento da massa previdenciária.

Outro dado que acentua esse empobrecimento: em janeiro de 2003, 66,0% dos 21,0 milhões de aposentados e pensionistas recebiam menos ou igual a 1 salário-mínimo; em agosto de 2006, eram 69,69% dos 24,2 milhões. Aparentemente não é muito, mas saibam que 2,5 milhões foram empurrados para a linha de miséria, já que é a linha de subsistência ou de sobrevivência, sem muita dignidade.

Se considerarmos os que ganham até dois salários-mínimos, que subiram da linha da miséria para a de pobreza, temos em janeiro de 2003 77,89%, e em agosto de 2006, 80,48%.

Imaginar-mos que uma Previdência que paga dois salários-mínimos a 19,4 milhões de seus 24,2 milhões de beneficiários como algo que ameça o equilíbrio do Tesouro, a responsabilidade fiscal, as contas públicas, o futuro da República, é ignomínia, covardia e vilania.

O Estado brasileiro – do qual se aproveitam todos os grupos organizados com superávit primário, corrupção generalizada, fraudes, contrabando, roubos, assaltos, gafanhotos, sanguessugas, mensaleiros, lucros desproporcionais, subsídios cruzados ou descruzados, incentivos fiscais, federais, estaduais, municipais e distritais, taxas de juros de encomenda, calotes no INSS, na Receita Federal, no FGTS, dívidas em bancos oficiais – deveria ter vergonha de mexer na Previdência se não fosse para melhorar os benefícios previdenciários e assistenciais, devolvendo a capacidade de sobrevivência com dignidade aos cidadãos contribuintes.

Previdência é sinônimo de dignidade, de uma velhice tranquila, de felicidade, de respeito.

Não há nenhuma dúvida de que o nosso modelo previdenciário teria vida longa, pela quantidade de pessoas, pela estrutura atuarial de financiamento e pelo tempo de contribuição. Houvesse capitalização da contribuição isto seria visualizado.

O que se vê, no mundo da diversidade de opiniões, é uma voracidade imensa de cortar mais benefícios, de acabar com o único mecanismo dos desprotegidos, dos descamisados, dos infelizes, inscrito na Constituição, de que nenhum benefício poderá ser inferior ao salário-mínimo. O que se vê também é uma tentativa escancarada de acabar com a Previdência Social pública, de privatizar o INSS, ou de instituir uma Previdência assistencial

calçada em um benefício mínimo, mandando os demais cidadãos para bancos e seguradoras para comprar planos de previdência, que não são previdência coisa nenhuma.

Quando começaram a destruir a Previdência Social pública em nosso país, antes da 1ª reforma, em 1993, o Brasil não tinha a Previdência de bancos e seguradoras. A Previdência privada, dos montepios e mútuas, que fora criada no Império e que chegara ao ápice na República Velha, virou pó. A nova Previdência privada está lastreada em títulos de investimentos, poupança de longo prazo, que gozam até de incentivos fiscais. Os planos de previdência, como o VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) são produtos voltados aos profissionais liberais e às pessoas que declaram Imposto de Renda no modelo simplificado

Com a Previdência Social pública mergulhada em crise estrutural e conjuntural, entregue há 10 anos à escória política, gente que não teve e não tem compromisso com o Estado brasileiro e com seus cidadãos, tudo é feito para que o preço da desestabilização do INSS seja o crescimento de um mercado de previdência privada no Brasil estimado em R\$ 600 bilhões a R\$ 700 bilhões em reservas (volume total depositado nos planos). Até agosto, sem nenhum controle e fiscalização, as reservas chegavam a R\$ 87,9 bilhões, e a estimativa é que em janeiro do ano que vem atinjam R\$ 100 bilhões.

O eixo oculto da reforma é liquidar o INSS, implantar o Estado assistencialista (com a bolsa aposentadoria) e favorecer bancos e seguradoras.

Terreiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/11/2006

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 16/11/2006

Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul/RS – 16/11/2006

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 19/11/2006

Diário de Marília, Marília/SP – 19/11/2006

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 23/11/2006

O Liberal, Belém/PA – 29/11/2006

A Tarde, Salvador/BA – 30/11/2006

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 01/12/2006

O Povo, Fortaleza/CE – 01/12/2006

Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG – 04/12/2006

Comércio do Jabu, Jaú/SP – 07/12/2006

Diário da Região, São José do Rio Preto/SP – 07/12/2006

Folha da Manhã, Campos dos Goytacazes/RJ – 08/12/2006

O Jornal, Maceió/AL – 13/12/2006

Diário de Assis, Assis/SP – 13/12/2006

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ – 16/12/2006

OS ARTISTAS DA CORTE CONTRA O POVÃO

Por Paulo César Régis de Souza

Há certas coisas que acontecem em Brasília que são superexplicadas e justificadas ao sabor da pressão do governo.

Há um antigo vezo, ou viéis, entre os tecnocratas terceirizados de agir contra os interesses do povão e a favor do oportunismo de seu patrão, o governo.

Não se sabe, por exemplo, por que o governo repõe as perdas dos 15 milhões de aposentados e pensionistas do INSS que ganham até um salário-mínimo e não repõe as perdas dos 8 milhões que recebem mais de um mínimo. Usa dois pesos e duas medidas, criando um passivo que mais cedo ou mais tarde será pago por toda a sociedade. O que parece simples torna-

se complexo.

Imaginam eles que o INSS quebrará.

Em quatro anos de Lula os cofres da Previdência serão arrombados em R\$ 350 bilhões, e eles fingem ignorar.

Durante muito anos, todos os brasileiros sabiam a fórmula simples da aposentadoria do INSS: a média das 36 últimas contribuições.

Aí veio um tecnocrata, de capa e espada, desses felpudos, com jeitão de safado, e impôs a fórmula do fator previdenciário. Olhe que já estava em vigor a mudança do tempo de serviço por tempo de contribuição de 35 anos. Aliás, são os felpudos de bolsas, bancos e seguradoras, que dizem que o país quebra se a conta de benefícios chegar a 10% do PIB. Eles esquecem que os juros da dívida interna passaram de R\$ 38,8 bilhões em 95, para R\$ 129 bilhões em 2005, com aumento de 232%, e que correspondem a 10% do PIB.

Vou repetir o que já afirmei: a conta de benefícios do INSS em 2005 custou R\$ 125 bilhões (7,12% do PIB) e alimentou e manteve vivos os 23 milhões de aposentados e pensionistas, durante 12 meses, gerando 276 milhões de pagamentos. Pois bem, os juros da dívida custaram R\$ 129 bilhões (7,30% do PIB) e ***não alimentaram um único brasileiro. Alimentaram, sim, a cadeia da felicidade de banqueiros e investidores, nacionais e estrangeiros. Este é o ponto que ultraja o povo brasileiro.***

Diziam os “técnicos do Ministério”, à época, que se não se acabasse com a aposentadoria por tempo de serviço e se não fosse implantado o tempo de contribuição, o INSS quebraria. Argumentavam que apenas uma meia dúzia de paisecos ainda adotava o tempo de serviço.

Só que o tempo de contribuição, em 94, não freou o déficit da Previdência. Bolaram o fator previdenciário, em 99, um modelo matemático que, em última análise, visa retardar a contribuição, para que o cidadão possa contribuir mais, segurar a concessão e, principalmente, achatam o valor do benefício. Desde então, ninguém atingiu mais o teto da aposentadoria do INSS, hoje R\$ 2.668,15, menos de 9 salários-mínimos. De fato, as três milhões de concessões de 2005 estiveram abaixo dos cinco salários-mínimos.

Verdade que há quem proclame que um benefício de R\$ 1.500,00 é “elevadíssimo”, e de R\$ 2.688,15 é digno de um marajá.

O mais preocupante. O INSS, que tinha 12 milhões recebendo um salário-mínimo, hoje tem 15 milhões, e brevemente serão 18 milhões. A tendência inercial é fazer com que, achatando-se os benefícios acima do mínimo, eles desçam para o patamar do mínimo. Uma perversidade e uma vilania que não respeitam o direito adquirido, a expectativa de direito e a cidadania. Mas estão gerando um novo passivo, pois as pessoas deverão buscar na Justiça a correção legal de seus benefícios ao tempo de sua concessão.

Ou seja, o sonho de uma velhice tranquila, com dignidade e sustentável, foi para o espaço. O espírito do seguro social, da proteção social, da segurança social, foi para o ralo. Com toda a indignidade do Estado Mínimo, da era FHC, foi proclamado que quem quisesse uma aposentadoria digna que comprasse um dos planos de previdência de bancos e seguradoras...

Com isso, o INSS perdeu sua principal razão de ser. A maior seguradora da América Latina entrou em parafuso. O maior programa de inclusão social das Américas está sendo desarticulado. Se ainda é o maior programa de transferência de renda é porque a injustiça e a desigualdade social o favorecem. Desde então, a Previdência foi entregue ao que há de pior na escumalha das elites. Quem pensou que Lula reverteria este horizonte de incerteza e miséria enganou-se. Só agravou.

Os artistas da corte, os tecnocratas terceirizados do MPS, há três anos que, mês a mês, tentam justificar o crescimento do déficit. Já culparam o auxílio-doença, o salário-maternidade, o pagamento de precatórios e de sentenças judiciais, a aposentadoria por invalidez, o grande número de idosos com mais de 80/90 anos e até, pasmem, a arrecadação do sistema S, que vem na guia do INSS.

Quando o ex-Ministro Berzoini tentou fazer um censo que levou milhares de idosos aos postos do INSS, em cadeiras de rodas e ambulâncias, cometeu as maldades que o levaram a conquistar o troféu com seu nome. Poderia também ter ganhado o troféu Cobra/NovaData, crédito consignado, por trapalhadas jamais explicadas. Seus sucessores, o do queijo suíço e o do frango com tudo dentro, esqueceram do censo, mas eis que os terceirizados voltaram a atacar. Sob pretexto de que há fraudes no cadastro, por eles praticadas ou permitidas, estão criando o caos, transferindo dinheiro aos bancos, chutando números de que o censo vai reduzir o déficit. Tudo empulhação.

Há uma indignação intelectual no processo que me preocupa como previdenciário.

Houve um tempo na Previdência brasileira, nos anos dourados, em que havia caldo de cultura previdenciária, por exemplo, no IAPI, que se tornou referência para os demais institutos. Está vivo entre nós um de seus expoentes, o dr. Celso Barroso Leite. Os técnicos concursados pensavam Previdência, estudavam, defendiam, zelavam. Montaram um modelo de gestão absolutamente viável, atuariamente sustentável, que foi uma revolução branca na sociedade brasileira. Pelo excesso de caixa, a Previdência ampliou sua cobertura para saúde, assistência social e farmacêutica, alimentação e habitação. Sobrou ainda dinheiro para financiar o desenvolvimento do país. Hoje, sem concursados, os terceirizados – geralmente indicados pela base do governo – fazem o que o sistema, uma entidade fantasma, sem alma e sem coração, insensível, determina. No Congresso, perderam o senso da razão pura e confundem seus interesses, geralmente rastaqueras, com o interesse público. Deputado e senador querem anistiar devedor, ampliar renúncias previdenciárias, manter a sonegação nos padrões indecentes e conceder benefícios.

Tenho insistido na necessidade de salvarmos o que restar, no final da era Lula, da Previdência Social pública. A julgar pelo que deixou de fazer, na eventualidade de um segundo mandato, nada fará. Já seus adversários não têm planos claros sobre Previdência. Acho que até desconhecem. O liberalismo e a social-democracia, que estiveram oito anos no poder, detonaram a Previdência pública. O retorno deles ao poder é um buraco negro.

Faço o que devo, defendendo a profissionalização da gestão previdenciária e todo um conjunto de ações que, se implementadas, reverterão o estado de calamidade pública em que Lula colocou a Previdência. O Regime Geral, o do INSS, tem espaço para se recuperar, pois há 40 milhões de brasileiros fora dele. Isto é relevante. Combater a fraude e a sonegação, cobrar os R\$ 250 bilhões de dívida, reduzir os R\$ 20 bilhões de renúncias/ano e impedir novas, resolver o descasamento do financiamento rural, serão um bom começo. Mas não é nada fácil.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/04/2006

O Jornal, Maceió/AL – 12/04/2006

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 19/04/2006

O Popular, Goiânia/GO – 27/04/2006

O Progresso, Dourados/MS – 08/05/2006

Fatorama, Brasília/DF – 28/05/2006

O USO DO CACHIMBO

Por Paulo César Régis de Souza

Os ingleses são estilosos no uso do cachimbo. São posudos, o que não impede que acabem com a boca torta.

As campanhas antitabaco não lhes dizem respeito. Tirar o cachimbo de um inglês é como tirar o uísque de um americano ou a cerveja de um alemão.

De boca torta, os ingleses se tornam repetitivos, pretensiosos, arrogantes, tal qual nossos economistas de uma nota só, os fiscalistas, que só enxergam arrocho fiscal sobre as despesas, e jamais sobre as receitas.

O mais irritante é que os bancos e seguradoras, de tanto patrocinar cachimbos e cigarros, com as proibições da Organização Mundial de Saúde, passaram a patrocinar, financiar e corromper as bocas tortas. Estas estão soltas neste lado do Atlântico, pregando arrocho fiscal sobre servidores públicos e trabalhadores privados. Jamais ousam propor o enquadramento de empresários caloteiros, sejam banqueiros, seguradoras, transportadores, fazendeiros, industriais, comerciantes e a escumalha dos prestadores de serviços.

Há poucos dias um estudo voador, produzido por grupos de bocas tortas terceirizadas, trombeteou que a Previdência Social pública brasileira terá tido na década em curso um rombo de R\$ 1 trilhão, dos quais 35%, ou seja, R\$ 350 bilhões, só no desgoverno do Presidente Lula. Em quatro anos, foram pelo ralo, apesar de uma reforma previdenciária, financiada pelo mensalão e outras iguarias de verbas e cargos, mais de US\$ 160 bilhões.

Nenhum economista fiscalista, destes que mandam currículos para bancos, seguradoras, corretoras, bolsas, FMI, BID, Banco Mundial, PNUD, fundações universitárias, correm atrás de contratinhos e sinecuras, se deu conta do romboço na Previdência na era Lula.

Mas estão, como os escoteiros, sempre alerta, para pregar mais arrocho sobre servidores e trabalhadores. Afirmam que o Brasil gasta 10 vezes mais que a Índia com Previdência. Tudo porque a Índia não gasta nada e sua Previdência nada tem de comum com a nossa. Comparar o Brasil com a Índia é o mesmo que comparar o Paraguai com a Suíça. Não guarda relação. Mas o fiscalista arrota uma esperteza e uma erudição contagiante.

Escrevem então que o Brasil precisa de uma 3ª reforma da Previdência, no começo do novo governo, em 2007, aumentando a idade, achatando ainda mais os benefícios, talvez esquecendo que 65% dos aposentados e pensionistas do INSS recebem um mísero salário-mínimo. No fundo querem 100% recebendo o mínimo. Quem quiser receber mais que compre planos de previdência de bancos e seguradoras. Uma vilania sem-vergonha!

Já admiti algumas vezes que a 3ª reforma é necessária, mas igualmente expus minhas razões, muito diferentes das apregoadas pelos fiscalistas.

Excluindo-se a questão da idade mínima, por entender que o sistema de repartição simples tem vida longa no Brasil, pois há 40 milhões fora do Regime Geral, minha proposta é a de que a 3ª reforma se faça não sobre a despesa, mas sobre a receita. Podemos virar o jogo e tirar o INSS do horizonte de incerteza e do estado de calamidade pública.

Não vou lembrar a dívida histórica, dos US\$ 500 bilhões levados da Previdência pública, quando

havia sobras de caixa aos bilhões, para outros projetos de desenvolvimento do país.

Lembro só o presente. Nos quatro anos de Lula:

– nada, rigorosamente nada foi feito para combater a sonegação que corresponde a 30/40% da receita líquida previdenciária. Antes – nada, rigorosamente nada foi feito para reduzir a renúncia previdenciária que vem crescendo, apesar da mudança do seu sistema de medição. Tentaram expurgar os elementos mais fortes da renúncia (contribuição dos empregadores rurais, clubes esportivos, etc.).

– nada, rigorosamente nada foi feito para a cobrança da dívida incobrável de mais de R\$ 250 bilhões, judicial e administrativa. Incorporaram a receita previdenciária à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, esta com R\$ 340 bilhões a receber, na vã ilusão de que o dinheiro vá cair do céu, quando se sabe que do céu só caem chuvas e aviões.

– nada, rigorosamente nada foi feito para a recuperação de crédito. Os burocratas fizeram cursetes de análise de risco de crédito para fingir que estão aprendendo as quatro contas, através do Instituto Vias Transversais e Virtuais. A recuperação de crédito há uma década não passa de 1%. Caloteiro não precisa de análise de risco de crédito. Até um infante do jardim da infância sabe. Eles sempre terão 100% de risco.

– tudo o que foi feito para reduzir o déficit – as duas reformas e o fator previdenciário, impostos pelo FMI – deu em nada. Culparam o auxílio à natalidade, o salário-maternidade, auxílio-doença, a existência de um punhado de aposentados com mais de 90 anos, pagamento de sentenças judiciais, tudo um besteiro idiota.

Destas coisas, os fiscalistas, bocas tortas, não falam.

Como também não falam que está na hora de a Previdência Social fazer uma grande faxina: passar por um choque de gestão na receita, implantar a obsessão na cobrança, combater a sonegação a padrões civilizados, acabar com a elisão, evasão, brechas legais, renúncias de Simples, de REFIS, do PAES, de pilantrópicas, de clubes de futebol, de exportador rural, etc. Está na hora de resolver o desequilíbrio dos rurais, criar o Ano da Cobrança, divulgar os nomes dos caloteiros, impedir, pelo DPF, que abram novas unidades do calote, mandar legiões de cobradores, uniformizados, infernizar com bandinhas a vida dos caloteiros, na porta de seus negócios.

Claro que a receita tende a piorar, e o déficit só vai se agravar, na medida em que o Receitão se torna um monstro pesado, lerdo, burocratizado e sujeito às injunções e acertos políticos. Quando se olha para as cabeças coroadas da base política e das elites empresariais, sabe-se que é difícil empreender esforços para despolitizar e despartidarizar INSS, FGTS, Receita e Fazenda Nacional. Não falo só do PT, deixo bem claro. O crime organizado está vencendo o jogo. A lavagem de dinheiro se intensificou com o caixa dois, mensalão, dinheiro não contabilizado, paraísos fiscais, bingos, bicho, drogas, CC-5, verbas, cargos, sustentação política e estabilização do governo, omissão da Polícia Federal e do Ministério Público, e intervenção do Supremo.

Mais fácil é massacrar ainda mais os servidores e os trabalhadores, principalmente porque parte de suas lideranças continua atrás de boquinhos, DAS, FGs, viagens a Cuba e Venezuela. Amarelaram, se corromperam e deixaram todos nós expostos ao sol e à chuva, vendo cachimbos e bocas tortas.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/03/2006

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 15/03/2006

A Notícia, Joinville/SC – 17/03/2006

Jornal da Cidade, Bauru/SP – 24/03/2006

O Girassol, Palmas/TO – 30/03/2006

Diário de São Paulo, São Paulo/SP – 02/04/2006

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 05/04/2006

O QUE PODEMOS ESPERAR DA PREVIDÊNCIA EM 2006

Por Paulo César Régis de Souza

O ano é eleitoral, tudo pode acontecer, inclusive nada.

A Previdência precisa de uma 3ª reforma, através de Emenda Constitucional, mas como a 2ª produziu pesados rombos na base aliada, principalmente no PT, dificilmente será apresentada ao Congresso.

A Previdência continuará em crise estrutural aguda e não se vislumbram soluções, salvo as cosméticas, como a incorporação da Receita Previdenciária pela Receita Federal, melhoria no atendimento com o combate às filas, substituição de computadores e impressoras, envio de expedições púnicas com forças-tarefas contra peixes miúdos.

As instituições republicanas, tão guerreiras contra a Daslu, filha de Roberto Jefferson, advogados de traficantes e de jogadores de futebol, etc. foram lenientes contra Waldomiro, Delubio, Silvinho, Marcos Valério, José Dirceu, Genoino, Janene e Borba, Valdemar Costa Neto, deputados, senadores e ministros, PT, PL, PP, sem falar que são omissas em relação aos grandes, megas e hiperdevedores do INSS. Algumas desempenharam, inclusive, papel ridículo orientando o crime organizado sobre o que fazer e o que dizer para explicar a corrupção no Executivo, e outras favorecendo-o com a mentira premiada, através de *habeas corpus* e outras chincanas jurídicas.

Do lado do financiamento, as previsões são pessimistas: a dívida da Previdência de mais de R\$ 300 bilhões não será cobrada, a sonegação continuará no patamar de 30/40% da receita, oscilando entre R\$ 30/40 bilhões, as renúncias poderão atingir R\$ 17 bilhões, o déficit beirará os R\$ 50 bilhões, e a recuperação de crédito não passará de 2%.

Os números finais dos quatro anos de Lula serão catastróficos. Se o tema Previdência for bandeira eleitoral, o que foi feito por Lula – como a estapafúrdia 2ª reforma que cortou direitos e taxou os inativos, a manutenção do fator previdenciário, o monstruoso déficit de quase R\$ 140 bilhões e as renúncias de quase R\$ 50 bilhões – vi complicar sua reeleição.

O único fato aparentemente positivo é tetricamente trágico: em 2002, bancos e financeiras não tinham acesso aos contracheques dos aposentados e pensionistas. Uma operação do “valerioduto” deu ao BMG o acesso, de forma suspeita. O mesmo aconteceu ao Banco Rural. Outra operação, também suspeita, levou o BMG a vender sua carteira à Caixa. Resumo da ópera: hoje, 5,1 milhões devem R\$ 10,0 bilhões. A capacidade de endividamento bateu no limite.

A criação do Receitão, ocorrendo ou não, não alterará o caos no financiamento. A única coisa certa é que o Tesouro deverá aportar mais recursos da Cofins e da CPMF para cobrir o déficit. O Receitão é uma violência injustificável. Há 86 anos que a Previdência acompanha no mesmo teto a gestão previdenciária. O principal a Fazenda já fez: acabou com a autonomia orçamentária da Previdência e incorporou seu Orçamento ao Orçamento Fiscal e da Seguridade, e lançou os recursos da Previdência no caixa único.

São muitas e latentes as pressões para agravar o caos no financiamento da Previdência: os Estados querem 20 anos para o pagamento das dívidas, o empresariado paulista e

pernambucano insiste no REFIS 3, também com 20 anos; o Simples todo dia amplia o déficit da Previdência; as filantrópicas idem; os pecuaristas estão armando uma baita renúncia. Os caloteiros, alegres e saltitantes, esperam que o ano eleitoral lhes favoreça, na exata medida em que a corrupção do Executivo e no Legislativo tornou o caixa dois coisa de bandido. O crime organizado adora caixa dois. Os partidos políticos também.

Do lado da despesa, os terceirizados da Previdência tentarão justificar sua incompetência e insanidade, culpando os auxílios natalidade e doença, longevidade dos aposentados e pensionistas, os pagamentos de ações judiciais e os reajustes reais do piso salarial pela expansão do déficit. Certamente lamentam que as pessoas tenham filhos, adoçam, vivam muito e busquem no Judiciário o que lhes foi subtraído. São os tecnocratas do absurdo.

São os mesmos que concordaram, fecharam os olhos, riram de felicidade, quando verificaram que o valor médio dos benefícios do INSS era de R\$ 477,88 (em outubro de 2005). Abutres, hienas. Acharam que R\$ 477,88 é muito dinheiro! São os mesmos que vibraram quando constataram que 63,4% dos 28,8 milhões de beneficiários do INSS, ou seja, 15,1 milhões, receberam (em outubro de 2005) 1 salário-mínimo ou 1 piso salarial (R\$ 260,00), inclusive os 7,3 milhões de beneficiários rurais e os 2,3 milhões de benefícios sociais. Orcas assassinas. Estão, impunemente, aumentando a pobreza e a desigualdade, semeando o desespero, a miséria, a incerteza e a insegurança.

São os mesmos que querem implodir o sonho e a esperança de uma aposentadoria digna e uma velhice tranquila, inviabilizar e liquidar uma Previdência Social pública, fechar o INSS, complicar a vida de 65% dos Municípios brasileiros, onde o valor dos benefícios supera as transferências fiscais, favorecer os planos privados de bancos e seguradoras, implantar um novo regime em que só os trabalhadores contribuam para fundos privados, e enterrar de vez um conceito de Previdência Social como pacto solidário de gerações, em que os trabalhadores de hoje sustentam os de ontem. Uma indigência sociológica, embora seja uma exigência de um mercado e de um capitalismo especulativos.

Diante desses dados, não podemos ser otimistas com os horizontes da Previdência Social pública.

Nós da ANASPS ousamos nos dirigir ao Presidente da República, solicitando que olhe para a Previdência Social pública, reveja suas ações e omissões e não permita que passe à História como o Presidente trabalhador que liquidou com ela. Outro Presidente, que não veio do chão de fábrica, como Getúlio Vargas, deu sentido à esperança de Eloy Chaves, em 1923, quando criou a primeira caixa de aposentadorias e pensões. Transformou as caixas em institutos, unificados por Castelo Branco. Estamos comemorando os 83 anos deste modelo que acompanhou, certamente, quatro gerações de brasileiros. Tememos – a julgar pelo rolo compressor do mercado – que em breve não tenhamos nada a comemorar.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/01/2006

O Dia, Teresina/PI – 18/01/2006

O Progresso, Dourados/MS – 19/01/2006

A Gazeta, Rio Branco/AC – 20/01/2006

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 23/01/2006

A Notícia, Joinville/SC – 25/01/2006

O Globo, Rio de Janeiro/RJ – 28/01/2006

Fatorama, Brasília/DF – 29/01/2006

O PERU BÊBADO E O FRANGO GROGUE

Por Paulo César Régis de Souza

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso correu um sério risco de ser expulso do país por ter acusado de bêbado o peru – fora de contexto –, uma ave da preferência natalina, junto com o chester. Por muito menos um jornalista americano foi ameaçado de ter seu visto de permanência no Brasil cancelado e devolvido aos Estados Unidos. Ambos confundiram alho com bugalho, ou farofa com maionese.

FHC foi salvo por ter errado a data da bebedeira, como bem atestou um atento deputado do PT, que rastreia as gafes do ex-Presidente e que proclamou, de modo enfático, que o peru não poderia estar bêbado no carnaval, mas, eventualmente, no Natal.

Como peru não bebe, nem no carnaval nem no Natal, o reparo do ilustre chefe petista foi “politicamente incorreto”!

Já o jornalista americano, apesar de ter comentado o que todo mundo comenta, sobre as preferências étlicas do nosso estadista, pediu desculpas e o caso foi encerrado.

O peru bêbado entrou no credo depois que um alto funcionário dos Correios foi filmado recebendo R\$ 3.000,00 de adiantamento por serviços (não soube dizer quais) a serem prestados no futuro para a empresa que gravou a conversa. Na euforia da trampa, destampou sua carteira de préstimos petebistas, que cobriam diferentes órgãos do governo (ECT, IRB, Petrobras, Eletronorte e outras), movidos a cargos, verbas e propinas. O mais estranho é que o funcionário ouvido pela polícia federal, com ternura e elegância, usou uma expressão que dói na população brasileira: “o que eu falei eram só BRAVATAS”.

O sr. Mauricio Marinho desastradamente repetiu o que o Presidente Lula tinha afirmado, quando indagado por que não cumpria suas promessas de companha: “Todas as minhas promessas eram BRAVATAS”. Ninguém merece! Lula chocou seu eleitorado, e o sr. Mauricio chocou o país pegando dinheiro e enfiando no bolso!

Para abafar e desmoralizar as CPIs, o PT fez o que estava ao seu alcance. Ameaçou investigar desde o sumiço do cofre da nau capitânea de Cabral até o raio de Bauru que inaugurou o apagão no segundo mandarinato de FHC. Depois criou uma CPI chapa-branca do Mensalão, conduzida por seus ventríloquos. Com o aval do MPF e do Supremo, criou a mentira premiada, combinou idas e vindas à Polícia Federal e à mídia, orquestrou o festival de desculpas esfarrapadas para o caixa dois, valerioduto, ptduto, delubioduto, dirceuduto, adotou o que a malandragem chama a linguagem do morro: não sei, não vi e não conheço, blindou o crime organizado com *habeas corpus* e mandados de segurança, dando um grande nó nas investigações e criando uma situação embaraçosa, pois o prof. Delubio sabe o que fez, mas não abre a boca, o ministro Dirceu sabe o que fez, mas nega.

Enquanto o peru bêbado fez um baita estrago na desconjuntada coordenação política do seu governo, na Previdência o “frango com tudo dentro” comprometeu os 30,2 milhões de segurados contribuintes, 4 milhões de empresas, 28,8 milhões de aposentados e pensionistas e 85 mil servidores ativos e inativos.

A maior seguradora social da América Latina, que paga em dia há 83 anos, presente em todos os 5.600 Municípios e na ampla maioria deles tem base majoritária no financiamento,

superando o Fundo Nacional dos Municípios, desde que o PT assumiu está mergulhada em crise, apesar de uma reforma que o PSDB não teve coragem de fazer, pois foi impedido pelo mesmo PT. Por quê? Porque retiraria direitos dos trabalhadores e servidores.

O PT fez a reforma, proclamando que o déficit cairia e a Previdência seria beneficiada pelo espetáculo do crescimento. O déficit só cresceu e o espetáculo de crescimento se transformou em espetáculo da corrupção.

E por que o frango incomoda? Os quatro últimos ministros da Previdência, nomeados por Lula, teimaram, por motivos diversos, em manter a Previdência nas páginas policiais. Eles e os presidentes do INSS, com suas forças-tarefas que usam puçás para pescar siris que fraudam benefícios, mas que não pescam os tubarões que fraudam a arrecadação e se movem no lamaçal da sonegação.

Dois dos ministros cansaram de fazer besteiras. O primeiro deles convocou os maiores de 95 anos para provar que estavam vivos. O segundo foi sabotado por um raio que produziu apagão e tirou os computadores do ar! O terceiro desembarcou no Ministério com um frango enrolado debaixo do braço. A estória do frango, superconhecida nas bares e restaurantes de Brasília e Boa Vista, com versões disparatadas nos detalhes, mas idênticas na essência, desperta a indignação dos cidadãos comuns e respinga na imagem da Previdência, Governo, Senado, MPF, Supremo. O quarto finge que está ministro. No momento, está esfinge!

O fato é que o governo nada fez e nada faz para reverter o quadro de incertezas na Previdência, onde “o frango com tudo dentro” reúne o déficit de R\$150 bilhões, 13 milhões de desempregados, 40 milhões de informais, achatamento de 2 milhões de benefícios para o nível do salário-mínimo. Os aproveitadores comemoram renúncias de R\$ 10 bilhões/ano e os caloteiros festejam sonegação de R\$ 40 bilhões/ano, dívidas superiores a R\$ 300 bilhões que não são cobradas, e recuperação de crédito abaixo da crítica.

Nossos procuradores não têm mais capacidade de cobrar a dívida, desde que foram transferidos na marra para a AGU, e na marra serão jogados na Procuradoria da Fazenda Nacional. Enquanto há disputa de poder, os caloteiros devem ao INSS e à Receita só R\$ 500 bilhões.

Nossos auditores seguem iludidos. Deixaram o INSS, foram para o Ministério da Previdência, estiveram na Fazenda, voltaram para a Previdência, sonham em ser recebidos com flores na Fazenda, em nome da eficiência fiscal, um engodo e uma farsa. Enquanto isso, os caloteiros seguirão dormindo a sono solto.

Talvez os PhDs terceirizados de plantão criem o imposto sobre o peru, chester, frango, consumidos pela população para cobrir o déficit da Previdência, compensar a sonegação e não cobrar a dívida. Não é rima nem solução, mas faz parte do engana que eu gosto, que compõe o universo das promessas, bravatas e metáforas de um governo que foi esperança e hoje é decepção na veia.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/01/2006

Jornal de Londrina, Londrina/PR – 19/01/2006

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 22/01/2006

O Girassol, Palmas/TO – 01/02/2006

Folha de Rondônia, Ji-Paraná/RO – 09/02/2006

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ – 14/02/2006

Diário Popular, Pelotas/RS – 18/02/2006

O ESPETÁCULO DA CORRUPÇÃO

Por Paulo César Régis de Souza

O povo vê estarecido o tão propalado espetáculo do crescimento transformar-se em espetáculo da corrupção.

Há uma frustração coletiva. O governo é ruim, a oposição é ruim. Os poderes da República estão contaminados. Executivo, Legislativo e Judiciário navegam no mar da mediocridade. Há nove meses que o governo se debate com sua própria morte. Um show de mentiras que esconde o submundo que o sustenta. Para onde olhamos não vemos o que só o Presidente vê: progresso e desenvolvimento. Enxergamos o que o brasileiro comum enxerga, desesperança, desilusão, incertezas.

Os 10 milhões de empregos que seriam criados, viraram primeiro emprego para menores, para ex-recrutas das Forças Armadas, mas não empregou ninguém. A promessa que foi bravata agora é piada de mau gosto. Os arautos do Planalto saíram de trombetas negando que o programa de governo tivesse essa meta. Aí, descobrimos que não tinha programa de governo, só um esboço de “*planu de pudê*”, elaborado pelos camaradas Fidel, Dirceu e Chavez.

A segurança pública está totalmente sucateada (polícias federal, civil, militar); Exército, Aeronáutica e Marinha estão comprando navios e aviões fora de moda e armamento sucateado. Enquanto ladrões e traficantes usam armamento e carros de última geração, as polícias estaduais continuam andando de Fiat Uno e revólver calibre 38. Eles têm telescópio e satélite, as polícias não saíram da era do binóculo. Eles prometem milhões no aliciamento de criminosos, os policiais recebem salários miseráveis, expostos – eles, famílias, mulheres e filhos – à crueldade dos que não têm um pingo de respeito à vida humana. A Federal enfrenta muitas dificuldades operacionais e patrulhamento político.

Sem um programa decente para o sistema carcerário, os Fernandinhos Beira-mar andam de prisão em prisão colocando em risco a vida de inocentes, pois a possibilidade de se resgatar o bandido é sempre iminente. Além das penitenciárias e cadeias superlotadas há os milhares de mandados de prisão não cumpridos por falta de vagas.

Nossa educação vai de mal a pior, as universidades federais gratuitas que deveriam oferecer educação e pesquisa, de excelência e vanguarda, são grandes sucatas com o quadro de professores – muito aquém das necessidades – recebendo salário abaixo do mercado. A invasão de faculdades particulares com ensino de baixa qualidade é impactante, oferecendo vagas e catando incautos alunos pelos meios de comunicação.

A saúde está totalmente enferma. Entra ministro e sai ministro, cada um pior que o outro, não se sabe o que fazer para atender à população doente de milhões de miseráveis que procuram o sistema SUS. As marcações de consultas e exames levam no mínimo de 8 a 10 meses, o sistema não tem fila em postos, no entanto, a fila é silenciosa, pois está nos computadores do Ministério. Estados e Municípios conspiram contra o SUS e o povão sofre. O seguro-saúde, criado para ser uma solução da classe média, se transformou em problemão para os 51 milhões de usuários. Os médicos, com dez empregos, cuidam das contas bancárias, e estas dos doentes, hospitais, ambulâncias, postos, etc.

Os nossos aposentados e pensionistas não sabem mais a quem recorrer. Já são os novos vilões do déficit de R\$ 50 bilhões previsto para 2006 e dos R\$ 130 bilhões da era Lula. O governo quer colocar todos nos precatórios e retardar os pagamentos dos passivos judiciais. As promessas viraram bravatas. Há velhinhos na fila para serem recadastrados, aposentadorias achatadas pelo fator previdenciário, diminuição de postos de atendimento por absoluta falta de funcionários. A Previdência não cobra dos caloteiros, por falta de procuradores, só fiscaliza 0,78% das empresas por falta de auditor fiscal e a sonegação come solta. Um grande incêndio queimou os processos dos devedores (como se para cobrar fosse necessário processo) e os ratos saíram dos porões do INSS para invadir a Controladoria Geral da União que fica ao lado.

No entanto, com a voracidade do PT em arrecadar sempre mais, por dutos diversos, criaram-se mais impostos elevando a carga tributária e tentam levar a receita previdenciária para a Fazenda. O governo aplicaria um golpe: o dinheiro terá hora para ir, mas não terá para voltar. Os mais de R\$ 100 bilhões arrecadados por ano na Previdência são dos segurados, e não do governo. Não são impostos, mas contribuições. Com a implosão do conceito (princípio) da receita vinculada morrerá um dos pilares do ideal previdenciário, do *Welfare State*, do pacto de gerações, da segurança social, do amparo e da dignidade na velhice. Não estamos totalmente livres do abuso desta escumalha que levará para a Receita Federal, além de mesas, cadeiras e computadores, os 3.500 auditores fiscais e 2.500 funcionários. A Previdência Social pública estará acabando, e o que restar será privatizado.

Os três poderes estão podres, as pizzas do Congresso enviadas ao Supremo apodreceram também nosso “guardião da Constituição”. A chuva de *habeas corpus*, dos mandados de segurança e de salvo-condutos para assegurar a mentira premiada estabeleceu o elo com o crime organizado e toda a avalanche de corrupção na República.

No quesito corrupção não precisa nem elencar mensalão, valerioduto, compra de camisetas com pagamento em dinheiro sem comprovação, propina nos Correios, na Petrobras, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, empréstimos nos bancos ligados ao governo sem o devido pagamento, abertura de empréstimos com desconto em folha dos aposentados endividando os velhinhos em R\$ 11 bilhões. Anteciparam o pagamento da dívida com o FMI e deram dinheiro do povo aos bancos, que nos últimos anos tiveram crescimento de milhões de reais. Enfim, o espetáculo do crescimento virou espetáculo da corrupção, da incompetência e da maldade.

Mas o bravo e generoso povo brasileiro tem esperança. Não se deixa abalar pelo ciclo de mediocridade que nos atingiu. O país e a nação são maiores que seus poderes institucionais. São maiores do que a crise moral. Os partidos tradicionais faliram na condução do Estado e do governo. Os novos partidos se corromperam e fraudaram seus ideais. Costumamos dizer que DEUS É BRASILEIRO. Sou obrigado a acreditar que sim. Não só eu, mas significativa parcela dos brasileiros que temos compromissos diários a saldar com nossos princípios e valores de dignidade.

Tercero Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/02/2006

O Liberal, Americana/SP – 12/02/2006

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ – 18/02/2006

Correio Popular, Campinas/SP – 24/02/2006

Diário Regional, Juiz de Fora/MG – 17/03/2006

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 05/04/2006

LIÇÕES DE ARBÍTRIO E DE ARBITRARIEDADE

Por Paulo César Régis de Souza

Tenho por norma de vida defender o Estado de direito.

Devo dizer que não sou jurista nem me formei em Direito, sou apenas um cidadão comum.

Na minha condição humana, no meu senso comum, na minha razão pura, entendo que os seres humanos que vivem em sociedades organizadas, como a nossa, têm seus direitos e obrigações entrelaçados entre o que se convencionou chamar de expectativa de direito e de direito adquirido.

A expectativa de direito resulta do contrato firmado entre as partes, instituições, cidadãos, etc. Esta expectativa acompanha toda a vigência do contrato, funcionando como cobertura legal, apoio e sustentação do que foi pactuado.

Na Previdência Social, a expectativa de direito é estabelecida a partir do momento em que o cidadão começa a contribuir para se aposentar no futuro. Ele não fixa o que vai contribuir. O INSS, o governo, o Estado é que fixam, supostamente a partir de um modelo atuarial. Este modelo estabelece o total de contribuições necessárias para cobrir sua aposentadoria.

Isto deveria ser assim. Mas nem sempre. Já ocorreu em um passado distante, quando se respeitou a expectativa de direito.

Quando o cidadão se aposenta passa a usufruir do chamado direito adquirido. Então, ele contribuiu com dez salários na expectativa de receber 10 salários, mas, aí, vem o INSS, por pressão de caixa, e aplica o redutor do fator previdenciário e reduz para cinco a sua aposentadoria. Seu direito adquirido de dez vai para o espaço, e tem ficado por isso mesmo, mesmo no populismo lulista.

Quando não se respeita a expectativa de direito e o direito adquirido as bases do Estado de direito são minadas.

Lamentavelmente isto tem sido constante na Previdência brasileira, especialmente nas duas últimas reformas, feitas de encomenda para salvá-la da insolvência, mas só agravando a crise estrutural, alcançando de frente 30,8 milhões de segurados e 24 milhões de beneficiários privados.

Isto se fez não uma, repito, mas duas vezes, com a concordância do Supremo Tribunal Federal, que deveria zelar pela consolidação do Estado de direito.

Está certo que a norma jurídica não é eterna. Como fato social, se altera com a evolução social. O Congresso tem poderes para alterar um dispositivo constitucional e fazer a sociedade andar. Não aceito o imobilismo social. Mas não deveria atropelar a expectativa de direito e o direito adquirido.

As alterações não deveriam ser retroativas. Suponhamos que o cidadão tenha 34 anos de contribuição e esteja às vésperas da aposentadoria. Passou todo o tempo se guiando por um princípio ou fundamento jurídico, sonhando com o direito adquirido, pagando sobre a expectativa de direito. Agora, com idade avançada, é alcançado por uma mudança constitucional que altera radicalmente toda a sua vida, sem que o respeitem.

Pode ter justificativas econômicas, financeiras, fiscais, mas é vilania, indignidade, tirania, covardia. O Estado que assim procede não merece os seus cidadãos. Não é um Estado democrático, mas autoritário, totalitário, arbitrário.

O correto seria aplicar as novas regras para os que vão entrar no sistema. Se assim fosse, estaria ressalvada a integridade da expectativa de direito e do direito adquirido.

Mas o que me apavora, nestes tempos de neototalitarismo bolivariano, é que se pregue abertamente o desrespeito ao Estado de direito. O dr. Tarso Genro se fez pregoeiro deste viés jurídico, com argumentos triviais e banais, fruto da arrogância e da prepotência dos que estão acima do bem e do mal e transitam no arbítrio e na arbitrariedade. Disse ele que “temos que distinguir direito adquirido de privilégio adquirido. Os escravagistas afirmavam no século passado que a escravidão não poderia acabar porque eles tinham o direito adquirido sobre os escravos”. O sr. Genro trata de coisas que desconhece: escravidão e aposentadoria.

O Estado deve existir, e assim foi concebido para atender aos interesses vitais de seus cidadãos. De todos, não de uma parte. As leis são os instrumentos que regulam as relações entre o Estado e os cidadãos. Quando o Estado subverte a ordem jurídica, em nome do proselitismo do sr. Genro, os cidadãos se sentem ameaçados. Não há vilania maior do que taxar inativos, pois estes já contribuíram para se aposentar. Estão contribuindo para nada. Este não é um princípio sério, mas espúrio.

Bem sei que ao longo das civilizações, inclusive as bárbaras, não se respeitou o Estado de direito. Anda hoje há nações totalitárias, como há tribais, que não respeitam. Não é o nosso caso. O que temos são pessoas e partidos, geralmente minoritários, que querem fazer valer seus ideais totalitários, na lei e na marra.

Precisamos estar atentos, pois esta minoria já foi muito longe. É doloroso vermos milhões de brasileiros que tiveram, na Previdência Social, suas expectativas de direitos e seus direitos adquiridos atirados na lata de lixo. Perderam, e muito, mas toda a sociedade perdeu, pois o Estado de direito foi abalado nos seus alicerces. A partir daí, tudo é possível.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1^a a 15/08/2006

O Progresso, Dourados/MS – 15/07/2006

A Notícia, Joinville/SC – 21/07/2006

A Gazeta, Cuiabá/MT – 22/07/2006

Tribuna de Minas, Juiz de Fora/MG – 25/07/2006

Folha da Região, Araçatuba/SP – 27/07/2006

O Liberal, Belém/PA – 28/07/2006

Estado de Minas, Belo Horizonte/MG – 30/07/2006

O Jornal, Maceió/AL – 02/08/2006

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 02/08/2006

Diário de Assis, Assis/SP – 03/08/2006

Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 06/08/2006

O Estado do Maranhão, São Luís/MA – 08/08/2006

O Girassol, Palmas/TO – 10/08/2006

Tribuna do Planalto, Goiânia/GO – 19/08/2006

MAIS UMA PROPOSTA DA ANASPS PARA A PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Temos sido críticos ácidos sobre a situação da Previdência Social pública, despejando críticas contundentes, jamais contraditadas pelas autoridades do governo do PT.

A mais dura tem sido a que sinaliza para um rombo de R\$ 330 bilhões como legado da era Lula.

Também temos sido severos nas críticas à omissão do Congresso Nacional sobre a dramática situação da Previdência. Não há uma voz que tenha se manifestado a favor de uma reversão do quadro de desesperança, descalabro e desespero que a aflige. Muito pelo contrário, o que se viu no Congresso – enquanto a Previdência descia a ladeira – foram deputados e senadores propondo mais assaltos aos seus cofres, destruição de seus pilares atuariais e de sua estrutura financeira.

O exemplo mais gritante do que afirmamos está no consentimento do Congresso à incorporação da Receita Previdenciária à Receita Federal, flagrantemente inconstitucional, como tem proclamado a OAB, a transferência da dívida ativa do INSS à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que não consegue gerenciar, com um mínimo de competência, a dívida ativa do Tesouro, a destruição da Receita Previdenciária e da Procuradoria-Geral do INSS, que há 83 anos estavam no INSS, e a implosão do Conselho de Recursos da Previdência Social com transferência de parte de suas atribuições ao Ministério da Fazenda.

O Congresso ampliou as renúncias previdenciárias para as prefeituras e para o Simples, um rombo de quase R\$ 5 bilhões. Tentou aprovar as renúncias para os Estados e a bovinocultura, insistiu em aprovar e ampliar os benefícios dados aos caloteiros, através do REFIS 3, inclusive abrindo as portas dos bancos públicos para financiar o calote. Mais: no Congresso tramitam várias propostas de ampliação de benefícios sem cobertura atuarial e financeira, como donas de casa, empregados domésticos, deficientes físicos, mães adotantes etc.

Nós da ANASPS, que vivemos e respiramos Previdência, temos o dever de sers críticos, mas temos também a obrigação moral e ética de indicar soluções, muito embora saibamos que não haja interesse em nos ouvir.

Neste momento em que uma comissão do Senado aprovou o fim do fator previdenciário, uma vilania imposta a gerações de contribuintes que tiveram seus benefícios vilmente achatados, sem chance de chegar ao teto de R\$ 2.668,15, no máximo alcançado, se ficar mais tempo além dos 35 anos de contribuição, aos seis/sete salários-mínimos, a ANASPS quer participar do debate, pois o que está em jogo é a manutenção da Previdência Social pública, a proteção social, o pacto de gerações, o sistema de repartição simples, o RGPS e o INSS, colocados contra a parede pelos que defendem o fim do Estado protetor e o estabelecimento do Estado mínimo, o Estado do mercado, dos investidores, dos capitalistas.

Sonhando com 20 milhões de compradores de planos de previdência (títulos de capitalização, na realidade), bancos e seguradoras estão propondo que o INSS pague uma aposentadoria ou uma pensão de um salário-mínimo. Acima disso, só eles poderiam pagar, mediante condições que milhões de brasileiros não estão capacitados a comprar. É outra vilania, defendida por seus asseclas e cometeiros.

O governo de FHC propôs a 1ª reforma da Previdência e impôs o fator previdenciário para reduzir o déficit de caixa do INSS. Não reduziu. O governo Lula propôs a 2ª reforma, aprovada com o mensalão, com o mesmo propósito, e não reduziu. Pelo contrário, explodiu.

Como salvaguarda do caixa do INSS, agregamos à oportuna proposta de eliminação do fator previdenciário, principalmente por seus fundamentos desumanos:

- Todos os brasileiros, ao completarem 18 anos, serão obrigatoriamente inscritos no INSS, adquirindo um número que lhes será exigido e que constará de suas cédulas de identidade, junto com o da identidade, imposto de renda, habilitação para dirigir, etc. Só esta medida trará 42 milhões de novos segurados contribuintes ao INSS;

- Nenhum brasileiro, aposentado e pensionista, pagará contribuição previdenciária como pessoa física – em qualquer situação – após se aposentar;

- O Congresso Nacional ficará proibido de criar benefícios previdenciários e acidentários sem contrapartida de contribuição;

- Mantem-se a renúncia fiscal às contribuições previdenciárias, de 100% na previdência pública e de 12% na previdência privada;

- Será estendida a todos os setores de atividades, inclusive ao agrobusiness, a contribuição de 22% sobre a folha de salários;

- Serão eliminadas todas as renúncias previdenciárias que beneficiam produtores e exportadores rurais, filantrópicas, Simples, etc.

- Mudança do tempo de contribuição e da idade mínima, considerando a melhoria da qualidade de vida, elevação do Índice de Desenvolvimento Humano, aumento da expectativa de vida e da capacidade de trabalho dos brasileiros enquadrados como idosos de continuarem sendo úteis à sociedade;

- Quem completasse o tempo de contribuição, antes da idade mínima, e continuasse trabalhando, teria sua contribuição transformada em um pecúlio, que seria pago, sem necessidade de requerimento, no dia da aposentadoria;

- O INSS seria autorizado a vender planos privados de previdência, nas mesmas condições de bancos e seguradoras, com garantia do Tesouro.

- Os recursos gerados pelos planos privados constituiriam o Fundo de Amparo à Previdência, que seriam depositados no Banco Central e administrados pelo BNDES, nas mesmas condições do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

- Os lucros das aplicações do FAP serviriam inclusive para o resgate do pecúlio.

- A receita previdenciária e a dívida ativa previdenciária continuariam no MPS e no INSS;

- A gestão dos fundos de pensão e da previdência privada ficaria no MPS, cabendo ao Banco Central disciplinar as aplicações;

- A gestão previdenciária será pública – um Conselho de Administração, integrado por representantes dos contribuintes, gestores de fundos de pensão e de previdência privada, segurados, beneficiários, definirá seu destino – e profissionalizada, sendo proibida a presença de partidos políticos, em todos os seus níveis.

Todos estes itens poderiam ser considerados pelo governo que sucederá ao Presidente Lula e comporiam a 3ª reforma da Previdência, sem necessidade dos traumas sugeridos pelos fiscalistas de plantão, que preconizam a 3ª reforma cortando mais direitos sociais e conquistas constitucionais de trabalhadores privados e servidores públicos.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/04/2006

Fatorama, Brasília/DF – 30/04/2006

MAIS PROPOSTAS PARA A 3ª REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Preocupados que estamos com a 3ª reforma da Previdência, nós da ANASPS não nos cansamos de insistir na tese de que deve ser feita sobre o eixo estruturante da receita, com a ressalva de que não se pode mexer em aspectos atuariais e demográficos universais.

Em face dos pífios resultados das duas reformas, que sacrificaram gerações de servidores e trabalhadores, inclusive com a eliminação de cláusulas constitucionais que asseguravam a expectativa de direito e o direito adquirido, rompendo-se o que foi pactuado nos seus contratos quando ingressaram no mercado de trabalho público ou privado, a ANASPS explicita seu temor em relação aos que centram o eixo desta 3ª reforma sobre a despesa da Previdência com alegações de que os gastos previdenciários, no setor público e privado, ameaçam a estabilidade fiscal.

Há um número rigorosamente falso de que as despesas da Previdência, inclusive as de assistência social, teriam chegado a 12,8% do PIB em 2005, muito embora o MPS insista que não passaram de 7,54%.

Além do que, a relação da despesa corrente líquida da Previdência com o PIB sofre o agravo do baixo crescimento deste último. Há quem afirme que se o PIB crescer acima de 4% a crise de caixa da Previdência começará a declinar, e com crescimento de 7% não haveria crise nem necessidade de reformas.

Os defensores da tese de se concentrar a 3ª reforma na despesa, com novo e sangrento arrocho social, se localizam no chamado mercado, em bancos e seguradoras, investidores nacionais e estrangeiros, privatistas que desejam o desmanche da Previdência Social pública, a extinção do INSS, transferindo “a geração do desespero” para as carteiras dos planos de previdência privada.

A principal bandeira desses grupos é igualar os benefícios previdenciários aos benefícios assistenciais, no valor mínimo de um salário-mínimo, com a argumentação de que quem desejar qualquer aposentadoria ou pensão acima do mínimo deve procurar um banco ou uma seguradora, com base numa suposta insolvência do INSS, que então não poderia pagar mais além do mínimo para um número crescente de beneficiários.

Ora, foram justamente os defensores do Estado Mínimo e do Estado Moderador que há 12 anos deflagraram o processo de achatamento dos benefícios, da inviabilização da Previdência Social pública, de desmoralização e desestabilização do INSS e da implantação da previdência dos planos privados. Há 12 anos os brasileiros só conheciam a Previdência do INSS, e não havia previdência privada que não fosse a complementar, dos fundos de pensão. A globalização e a liberação inundaram o mercado de produtos – títulos de poupança e investimento – com viés previdenciário, induzindo 6,5 milhões de brasileiros a comprá-los com aplicações acumuladas de R\$ 80 bilhões, livres de controle público e com incentivos fiscais do Imposto de Renda.

Entendemos, por experiência, que há espaço para uma 3ª reforma que na essência alcance a fixação de uma idade mínima e que introduza mecanismos atuariais e demográficos universais de aperfeiçoamento do modelo de repartição simples, há 83 anos em vigor no país.

Fora disso, insistimos que o eixo da 3ª reforma deve ser focado na receita da Previdência, de baixa qualidade em todos os níveis de sonegação, fiscalização, arrecadação, cobrança, recuperação de

crédito, gerenciamento etc. A simples incorporação da Receita Previdenciária à Receita Federal, ao contrário do que proclama o corporativismo, agravaria os centros de receitas fiscais e contributivas que operam com passivos a descoberto superiores a R\$ 1 trilhão.

Há que se criar e estimular a cultura de que previdência exige contribuição, todos devem contribuir, pois um dia todos se aposentarão. Se há renúncia de financiamento, alguém, certamente toda a sociedade, pagará a conta.

Com um universo de 48 milhões de brasileiros fora do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, há condições objetivas para que se possa refundar a Previdência Social pública com algumas ações estruturais, conjunturais e operacionais que propomos:

Ações estruturais:

- Retirada do Congresso dos projetos de Lei do Executivo sobre Previdência, incluindo os que tratam da incorporação da Receita Previdenciária pela Receita Federal e o da previdência rural;
- Adoção de um choque de gestão na Previdência Social pública, que teria administração profissional em todos os níveis, com uma Superintendência de Seguro Social I (Regime Geral) que absorveria o INSS, uma Superintendência de Previdência Complementar para a previdência complementar aberta e fechada, uma Superintendência de Receita Previdenciária e uma Superintendência de Seguro Social II (Regimes Especiais).
- Instituição do Orçamento da Seguridade Social, composto pelas contribuições da folha de salários e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, oficializando-se o que se vem praticando, em que o fluxo de caixa do INSS é complementado pela COFINS;
- Transferência dos atuais 7,0 milhões de benefícios do INSS sem cobertura de financiamento (rurais) para uma Lei Orgânica de Assistência Rural, incorporando-se a despesa ao orçamento fiscal, como acontece com os benefícios assistenciais;
- Eliminação das renúncias contributivas previdenciárias e, se tiverem que ocorrer, em face de mecanismos compensatórios de política econômica, que a Previdência Social seja indenizada pelo orçamento fiscal;
- Eliminação dos REFIS, PAES, parcelamentos e reparcelamentos, cujos resultados são inexpressivos;
- Criação de uma empresa pública no âmbito do MPS, a EMGEAP – Empresa Gestora de Ativos Previdenciários, para securitizar os créditos do INSS, com recursos fiscais, transferindo-se tais recursos ao Fundo de Previdência Social – FPS, que os emprestaria, através da Caixa Econômica Federal, para financiamento de infraestrutura;
- Autorização para que o INSS possa lançar planos de previdência, com garantia do Estado, para os que queiram benefícios acima do teto da Previdência pública. Os recursos arrecadados seriam transferidos ao mesmo FPS para aplicações em infraestrutura.

Ações conjunturais

- Auditoria, com a participação do Tribunal de Contas da União, da dívida administrativa e da dívida ativa da Previdência, para que se tenham valores atualizados, confiáveis;
- Fortalecimento das estruturas de fiscalização, de cobrança e recuperação de crédito, com mais profissionais, sistemas e tecnologia;
- Combate sem trégua à sonegação e à apropriação indébita, com procedimentos sumários de execução.

Ações operacionais

- Atribuição de número de previdência a cada brasileiro, a partir do 1º emprego, que

acompanharia a identificação da Receita para todos os fins;

- Revisão de todos os benefícios concedidos para que tenham sua recomposição restabelecida, com pagamento dos passivos, inclusive de forma parcelada;

- Adoção da caderneta do INSS, já com os dados do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), vínculos e contribuições, permitindo ao segurado fiscalizar o recolhimento de sua contribuição;

- Revogação do fator previdenciário por ser um redutor do valor do benefício.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/11/2006

INSISTIMOS – É GRAVE A CRISE DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Não há a menor sensibilização dos setores responsáveis da República para a grave crise da Previdência Social pública.

Se o nosso Iraque é o Haiti, a nossa Venezuela é aqui. O governo envolvido com patranhas, e a Oposição batendo bumbo, querendo ser governo para voltar a se envolver.

Se é correto que a direita e o centro-direita, com o neoliberalismo e seus ícones, privatizações, terceirizações, redução do papel do Estado, poder do mercado, desprezo do consumidor, perderam espaço na América Latina principalmente porque se locupletaram com a corrupção da privatária, também é correto que as esquerdas quebraram o espelho: a mais representativa, do Chile, não chafurdou na lama, encostou os militares na parede e procura uma alternativa de poder; a do Brasil, mergulhou na lama e na corrupção, destruindo seu ideário e seus valores éticos; a da Venezuela e da Bolívia se articulam com o atraso de Cuba e estão perdendo o bonde da História.

O mundo anda e a humanidade caminha para a frente.

Os erros do governo Lula na Previdência custaram ao país, entre 2003 e 2005: R\$ 102,6 bilhões de déficit; R\$ 33,2 bilhões de renúncias previdenciárias; R\$ 88,8 bilhões de sonegação (na hipótese otimista de 30%, TCU). Estas perdas totalizaram R\$ 224,6 bilhões, 11,85% do PIB. É muito dinheiro, quase duas folhas anuais de pagamento de benefícios! Um desperdício gigantesco. Que empresa, no mundo, resistiria a uma bancarrota deste tamanho? Certamente nenhuma.

Se somarmos as previsões otimistas para 2006: R\$ 50 bilhões de déficit; R\$ 16 bilhões de renúncias; e R\$ 39 bilhões de sonegação, chegaremos ao final da era Lula com um *rombagem* de R\$ 329,6 bilhões na Previdência, 17,34% do PIB! Vocês têm dúvidas que isto acontecerá? Está acontecendo. Vocês acham que os números do DatANASPS estão errados? Em 1º/11/2005 estimamos o déficit da Previdência em R\$ 38,3 bi. Deu R\$ 38,2 bi. Estimamos a receita em R\$ 108,2, deu R\$ 110,3. Quase acertamos. Podem auditar nossos números.

Sem falar no crescimento da chamada “dívida incobrável”, ou o estoque da dívida previdenciária superior a R\$ 250 bilhões, 14,70% do PIB, de entidades públicas e privadas, federais, estaduais e municipais. São quase 800 mil créditos! Ao invés de cobrar os inadimplentes, o que fez o governo? Ampliou as renúncias no Simples (uns R\$ 9 bilhões em 2006), favoreceu os inadimplentes inicialmente com o REFIS 2, livrou-os da cadeia, deu a 2.000 prefeituras, que devem R\$ 18 bilhões, 20 anos para pagar (ou não pagar) – outras

356 prefeituras estavam em dia. Por pouco os Estados não tiveram os mesmos 20 anos, agora igualmente reivindicados pelas empresas privadas, através do REFIS 3, que é um “pacote eleitoral” com cara de caixa dois.

Sei que pareço uma andorinha sozinha tentando fazer verão, um Dom Quixote ou um pregador no deserto. Tenho consciência de que falo e reclamo isoladamente.

A nossa ANASPS não é um partido político. Não adotamos posições partidárias. No caso da Previdência, não poupamos FHC nem Lula. O nosso partido é a Previdência, que tem manifesto, programa e estatutos. Temos princípios, valores, fundamentos, ética, que vêm de longe, do *welfare state*, do pacto de gerações, em que os ativos de hoje pagam as aposentadorias e pensões dos de ontem. Temos 83 anos de história. Não é assistencialismo nem paternalismo. Trata-se de algo mais sólido, proteção social (ou segurança social) para que na velhice se mantenha um padrão mínimo de dignidade; milhões de brasileiros e suas famílias se beneficiaram e ainda se beneficiam, como única fonte de renda e de sobrevivência.

Não agimos de forma corporativa. A Previdência é muito maior do que nós, merece o nosso respeito. Aprendemos a amá-la e nos empenhamos em preservá-la numa hora de omissão generalizada.

Há 32 milhões de trabalhadores contribuindo para o Regime Geral sem saber o que vão receber, ou se vão receber. O teto hoje é de apenas R\$ 2.508,72, cada vez mais difícil de alcançá-lo. É um quadro de insegurança e de incerteza que agride nossa consciência cívica e nossa cidadania.

As classes mais favorecidas estão com suas aposentadorias asseguradas, seja pelo setor público, fundos de pensões ou planos privados de previdência.

A Previdência Social pública resiste para não morrer. Muita coisa foi feita para salvá-la, duas reformas constitucionais, cortes na carteira de benefícios, implantação do fator previdenciário, achatamento do valor dos benefícios e adoção do tempo mínimo de contribuição. Há porém “buracos negros” inalcançáveis, como o caso dos rurais. Em 2005, a contribuição deles foi de apenas R\$ 3,4 bilhões para uma despesa de R\$ 24 bilhões, produzindo um déficit de R\$ 24,4 bilhões. É complicado mexer na contribuição do agrobusiness, que está correndo atrás de renúncias previdenciárias para as exportações de açúcar e de carne.

Estamos no olho do furacão da crise estrutural. Nós e a dívida pública interna de R\$ 1 trilhão. O governo Lula não tinha plano. A Previdência foi sacrificada por quatro ministros sem compromissos com ela e por um Congresso minado pelo mensalão, verbas, cargos e o caixa dois.

Os fiscalistas sustentam que a despesa deve ser reduzida. Mas não há um fiscalista que fale em receita, em fiscalizar, arrecadar e cobrar. Dizer que a Super-Receita vai fazer isto é piada de mau gosto. Dizer que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vai recuperar crédito é brincadeira. Quando um crédito vai para a dívida administrativa ou fiscal é péssimo para o Estado. Na empresa privada é crédito duvidoso que exigirá provisão no balanço! Com isso, não pretendemos ofender os auditores fiscais e os procuradores, pessoas dignas. O problema, de um lado, é a cultura do calote que adota o lema “é sempre bom dever o governo”, e de outro, o governo sempre interfere miseravelmente para que não se cobre dos devedores e não se recupere créditos.

Sabemos que a crise interessa a muita gente. Se de um lado o INSS está sob destroços, de outro se consolida a posição dos que querem acabar com a Previdência Social pública e

extinguir o INSS.

O processo será doloroso: colocar o INSS em estado de colapso total e completo, achatar ainda mais os benefícios, acima do mínimo (66% já recebem o mínimo), criar uma nova previdência assistencial de um mínimo, sem contribuição do empregador, só do trabalhador, e mandar os 32 milhões de segurados procurar, se quiserem, os planos privados para uma complementação (embora a massa não tenha renda para isso). Com mensalão, caixa dois, cargos e verbas, o Congresso aprova. Os empresários baterão palmas. Os fiscalistas nunca serão tão felizes. O mercado soltará foguetes. Os trabalhadores chorarão lágrimas de sangue.

O Dia, Rio de Janeiro/RJ – 07/02/2006

Diário Catarinense, Florianópolis/SC – 10/02/2006

Meio Norte, Teresina/PI – 14/02/2006

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 28/02/2006

O Popular, Goiânia/GO – 21/02/2006

Jornal do Commercio, Recife/PE – 04/03/2006

Diário da Região, São José do Rio Preto/SP – 10/03/2006

Fatorama, Brasília/DF – 12/03/2006

EDUCAÇÃO: ONDE TUDO COMEÇA

Por Paulo César Régis de Souza

Entra governo, sai governo, e o que vemos é a balela de sempre em época de eleição: educação é prioridade.

Nos países onde a educação é realmente prioridade, como Chile e Coreia do Sul, tem-se mais bibliotecas e escolas com professores mais bem remunerados, mais crescimento, pouco desemprego, menos crimes e, conseqüentemente, menos cadeias e presidiários.

No nosso país a educação sempre foi colocada em plano bem abaixo dos demais. Temos até um Presidente que diz: “para governar o Brasil não precisa estudar e ter curso superior”.

Ora, senhores, se ele não estudou e não tem curso superior, deve ser respeitado, pois a ampla maioria dos brasileiros está em situação assemelhada. Além do que, enfrentou e superou grandes dificuldades, mas chegou lá, por esforço e competência.

Porém, como ele gosta de comparar futebol com outras coisas, seu caso não difere do jogador de futebol: em cada jogo de mil apenas um dá certo.

Nossas escolas, do fundamental à universidade, estão sucateadas, com ambientes, materiais, instalações e equipamentos destrocados, professores com salários indignos e desmotivados, o que deprime a qualidade do ensino e gera a evasão. O mesmo acontece com nossos centros de pesquisas científicas e tecnológicas. Um relatório da ONU nos posicionou muito mal em tecnologia. A veneranda Fiocruz vem de ser desviada de suas funções históricas e de referência mundial para servir de biombo à farmácia popular.

Muitos dos nossos professores universitários e cientistas estão fazendo seus cursos de especialização, doutorado e pós-doutorado com seus próprios recursos. Universidades penduram-se em convênios com empresas públicas e privadas para não fechar seus centros e laboratórios de pesquisa. Verbas são desviadas para todo o tipo de inclusão, não raro manipuladas por deputados

federais da base do governo para fins escusos.

O governo do momento deu mais atenção ao ensino superior particular, como se pobre tivesse acesso, criando paliativos de algumas bolsas de estudo para agradar a alguns, através de mais renúncia fiscal e previdenciária. Tentou inventar o sistema de cotas, que é o reverso do racismo. Todos deveriam ser iguais perante a lei, e não alguns sendo mais iguais do que os outros. O ensino gratuito e de qualidade é desprezado e substituído por práticas oportunistas. Uma criança de 10 anos, de classe média, sente-se discriminada com os privilégios oferecidos a outras crianças. Só mais tarde entenderão o discurso.

Nos últimos governos os servidores públicos foram e estão sendo tratados como tolos. A inflação lá em cima e o salário lá embaixo. As perdas de 1994 a 2006 passam dos 100%. Só na era Lula foram 30%. O salário médio no INSS é de R\$ 600,00, desde 1994. Nos Poderes Legislativo e Judiciário e nas estatais, o que muitos recebem de vale-alimentação é o que o Executivo paga de salário.

Agora, às vésperas de eleição presidencial, o que sobrou de “éticos do PT” acena com um aumento de mais de 50% para os servidores. Sem dizer que são “aumentos” sobre gratificações ou reposição judicial. Jogam para a plateia. Na verdade, o que vai para o contracheque dos servidores do Executivo são meros 0,5% a 9%, o resto é embromação.

Sem uma política de recursos humanos minimamente consistente, sem reposição de perdas lineares, o que fez o Executivo foi distribuir privilégios para algumas carreiras, aprofundando o fosso e espalhando a dissensão. O fim da isonomia entre ativos e inativos, patrocinada por Lula, empobreceu grandes camadas de servidores. A redução das pensões em 30% levou velhinhas no fim da vida a agravar sua subsistência.

Algumas carreiras, afinadas com o discurso bolivariano, tiveram aumentos substanciais de mais de 30%.

Se fizermos uma autocritica, ainda que superficial, veremos que a falta de uma educação formal à altura de nossas esperanças nos induz a aceitar tudo de negativo que os governantes fazem.

Exemplos:

- temos as maiores taxas de juros do mundo;
- criamos o maior número de impostos do mundo, mais de 80;
- cobramos o maior imposto do mundo sobre o salário, mais de 40%;
- somos o único país no mundo a taxar aposentado e pensionista, para nada;
- apresentamos um dos mais baixos índices de crescimento na América Latina, à frente apenas do Haiti;
- exibimos um dos piores índices de pobreza;
- nossos índices de criminalidade são alarmantes;
- frequentamos a lista dos países mais corruptos, com um Congresso que mantém senadores e deputados que receberam mensalão e roubavam o Tesouro, como sanguessugas, e que não foram cassados;
- contamos com 48 milhões de brasileiros na informalidade, sem carteira assinada, vivendo de bicos.

Temos a maior seguradora da América Latina e maior distribuidora de renda do país, o INSS, que reduz mais a pobreza do que as várias bolsas instituídas pelo governo populista, paternalista e assistencialista, mas há um esforço deliberado para acabar com ela. O sonho de se

contribuir e se aposentar com 10 salários-mínimos acabou. O teto desabou para R\$ 2.668.15,7,62 salários, mas ninguém se aposenta com mais de R\$ 1.500,00, 4,28 salários. Aliás, o valor médio do benefício urbano, em maio último, foi de apenas R\$ 644,13, considerado por altos dirigentes do PT como “privilégio adquirido”, que deveria ser reduzido a apenas R\$ 350,00

A nossa Previdência Social, que já foi modelo, ainda conta 30,8 milhões de segurados e 24 milhões de beneficiários, 60% ganhando salário-mínimo. Há 20 anos que está mergulhada numa crise estrutural. Todas as soluções até hoje propostas incidiram sobre a despesa, cortando, dificultando e achatando benefícios. Nada se fez na outra ponta, no financiamento. Não se combateu a sonegação, não se cobrou dos caloteiros e se ampliaram as renúncias.

Ainda por cima, criaram benefícios sem contribuição; não se resolveu o descasamento da contribuição dos rurais. Na véspera das eleições, na caça ao caixa dois, o governo premia os caloteiros do Tesouro e do INSS com o parcelamento do parcelamento. Logo para quem deve R\$ 450,0 bilhões à Procuradoria-Geral da Fazenda e à Receita Federal, e R\$ 250,0 bilhões ao INSS. Os caloteiros passaram a ser cortejados pelos tesoureiros de partidos políticos.

Imaginem se tudo isso fosse ao contrário e se nós, que vivemos num país tropical, abençoado por Deus, onde tudo se planta e tudo dá, com um povo pacato e trabalhador, tivéssemos governantes sérios. Seríamos, com certeza, uma das maiores potências do mundo.

Mas como quem produziu *Imagine* morreu assassinado, não quero acabar como John Lennon que, ao escrever a letra, só queria um mundo melhor.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/08/2006

Folha de Pernambuco, Recife/PE – 09/08/2006

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 11/08/2006

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 12/08/2006

Correio Braziliense, Brasília/DF – 14/08/2006

Comércio do Jabu, Jaú/SP – 14/08/2006

Diário Popular, Pelotas/RS – 17/08/2006

Correio do Estado, Campo Grande/MS – 19/08/2006

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 19/08/2006

Fatorama, Brasília/DF – 20/08/2006

Diário de Marília, Marília/SP – 27/08/2006

DESCONSTITUCIONALIZAR, NÃO!

Por Paulo César Régis de Souza

A campanha eleitoral correu morna, sem discussão dos temas relevantes que tanto interessam ao povo brasileiro, como sejam: segurança pública, educação, saúde e, em especial, previdência social.

Neste último tema, principalmente, os candidatos negaram veementemente que pretendessem uma nova reforma da Previdência Social, pois isso tiraria votos, não sendo matéria para ser debatida durante a campanha. O fato não impediu, entretanto, que suas equipes técnicas fossem assediadas por lobistas dos reformeiros, especialmente os do mercado que pediam a reforma dos sonhos com uma mão e, certamente, entregavam suas contribuições para o caixa da campanha.

As propostas que tais equipes consolidaram foram as mais drásticas e perversas possíveis. As do candidato derrotado eram mais temerárias, dadas as ações pregressas do tucanato que, à sombra da globalização, da liberalização e do Estado Mínimo, estrangulou a Previdência Social

pública. Ao final da era FHC, o INSS tinha cerca de 20 mil servidores terceirizados.

O clima já foi criado: há tempos a mídia nacional vem trombeteando os “elevados déficits da Previdência Social”, embora a realidade seja bem outra. Mas uma mentira divulgada intensamente acaba por virar verdade. Os nazistas praticaram isso exaustivamente. Seus aplicados seguidores, em todos os cantos do planeta, fazem o mesmo com uma cara de pau que só vendo.

Reforma virou palavra-chave. Nada se fala sobre a inclusão no regime previdenciário público dos 48 milhões de trabalhadores que labutam no mercado informal sem qualquer cobertura previdenciária ou trabalhista. Eram 40 milhões ao final do 2º reinado de FHC.

A tentativa de inclusão de 18,7 milhões, com contribuição de 11%, é um acinte ao fundamento atuarial da previdência. Tudo nos leva a crer que o assistencialismo oficialista está criando a “bolsa aposentadoria”, com uma aposentadoria de um salário-mínimo. Não tivesse o INSS, hoje, quase 18 milhões recebendo o mínimo.

Nenhuma providência efetiva foi adotada visando conter o elevado nível de sonegação das contribuições previdenciárias. Ao contrário, o grupo dos sonegadores cresce sempre, levados pelos inúmeros parcelamentos de dívidas com prazos infinitos e multas reduzidas. Na era FHC chegou-se ao REFIS 1. Na era Lula estamos às vésperas do REFIS 4. O doloroso é que o projeto é do Executivo, mas a emenda do REFIS 4 é da Oposição, uma eterna aliada dos caloteiros. A sonegação cresce como capim, e a recuperação de crédito tornou-se impossível, impensável e execrável!

Não custa lembrar que os sonegadores devem hoje ao INSS, FGTS e à Receita Federal mais de R\$ 1 trilhão.

No atual governo, o anunciado “choque de gestão” na Previdência Social virou piada (de mau gosto): quatro ministros e quatro presidentes do INSS, em quatro anos de governo, uma descontinuidade administrativa que bem evidencia a pouca importância que o “governo do trabalhador” confere ao Regime Geral de Previdência. Colocaram na Previdência o que havia de pior em termos de pessoas e ideias. Maus gestores. Definitivamente a Previdência não sai das páginas policiais.

Administrar (bem) exige trabalho, competência, diligência, experiência, profissionalização, gerenciamento, e outros atributos nem sempre presentes em quantidade e qualidade no administrador público. Como administrar é difícil – embora absolutamente necessário –, o melhor é **reformatar**, o que pode dar a impressão de que se está trabalhando.

A Constituição Federal, que mal acaba de completar 18 anos, já foi reformada mais de 50 vezes, demonstrando o verdadeiro “furor reformista” que assola muitas de nossas autoridades, pouco afeitas a explorar os caminhos já existentes, pela via da administração eficiente que, bem o sabemos, é tarefa árdua e estressante, incompatível com quem vê o Serviço Público como a antessala do paraíso.

Na reforma em preparo nos **laboratórios** dessas equipes, fala-se muito na desconstitucionalização (eta palavrão!) da idade mínima do homem e da mulher, no regime geral e no regime do servidor público, para fins de aposentadoria.

Trocando em miúdos: pretende-se excluir da Constituição Federal a definição da idade mínima para o trabalhador (65 anos se homem, e 60 se mulher, conforme o § 7º do art. 201) e para o servidor (art. 40, III, alíneas *a* e *b*), jogando para a lei ordinária a fixação das idades para a aposentadoria nesses regimes.

Quais os propósitos pretendidos por esses indivíduos travestidos de “sábios previdenciários”:

1ª – aumento da idade mínima que, nas condições atuais, exige Proposta de Emenda Constitucional – PEC, cuja aprovação, em dois turnos, na Câmara e no Senado, mediante o voto, no

mínimo, de 60% dos parlamentares em cada Casa. Ou seja, 308 deputados na Câmara e 49 senadores;

2ª – retirando-se a idade mínima da Constituição, via reforma, ela seria fixada por lei ordinária, segundo a vontade do presidente de plantão, bastando apenas maioria simples dos parlamentares presentes ao plenário. Isto é, 129 deputados na Câmara e 22 senadores. Muiíssimo mais fácil, não?;

3ª – por lei ordinária, também seria possível igualar a idade mínima entre homem e mulher. Afinal, segundo esses “sábios”, a mulher vive em média 8 anos a mais que o homem, nada justificando esse “privilégio” delas. Esquecem-se, tais “sábios”, do relevante papel da mulher na sociedade, e que elas possuem uma “jornada extra” altamente nobre, mas sumamente estressante, no âmbito do lar.

Preparemo-nos, desde já, porque é sempre no primeiro ano de governo, calçado na votação das urnas, que essas perversidades são propostas e têm chances de passar no Congresso.

Desconstitucionalização, não! deve ser a palavra de ordem de todos nós.

Já houve a desconstitucionalização do aumento dos benefícios, o que prejudicou irremediavelmente os que recebem mais de um salário-mínimo. Os efeitos foram muito perversos. O objetivo era fazer caixa. Não se fez. As duas reformas, feitas por FHC e Lula, destinavam-se a fazer caixa. Não se fez. O objetivo do fator previdenciário era fazer caixa. Não se fez. Certamente o eixo de uma nova reforma não pode ser a penalização sucessiva dos cidadãos. Para se fazer caixa será necessário que se mexa no caixa, ou seja, nas fontes das receitas. Mas isto não interessa aos alegres senhores do mercado, que se utilizam do caixa da Previdência para fins inconfessáveis.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/12/2006

Correio da Paraíba, João Pessoa/PB – 15/12/2006

A Gazeta, Cuiabá/MT – 17/12/2006

O CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Paulo César Régis de Souza

Eloy Chaves, quando criou a Previdência Social, criou também suas fontes de custeio. Era um sábio.

Para todos os benefícios previstos foram feitos cálculos atuariais e identificada a devida fonte de custeio. Lá atrás, as caixas de pensões e aposentadorias, assim como os institutos, por categorias profissionais, observavam o modelo que foi o orgulho de muitas gerações.

Durante 83 anos a Previdência Social pagou em dia aos seus 24 milhões de segurados/beneficiários.

Quando se fala que a Previdência Complementar é a única alternativa para o futuro da Previdência no país e que não se tem déficit, é uma deslavada mentira. O descasamento nos fundos de pensão, especialmente os públicos, é monstruoso, fruto da irresponsabilidade, da indecorosa intervenção do Governo e da corrupção.

No caso dos planos privados, de capitalização, aliás, são mais títulos de capitalização do que planos previdenciários. Em passado não muito distante, quando eram geridos pelos montepios, o patrimônio dos segurados virou fumaça e sumiu no espaço. Hoje, geridos por bancos e seguradoras, em nome desta entidade fantasma que é o mercado, aparentemente têm liquidez, mas não resistirão a qualquer turbulência que o dito-cujo mercado vier a passar. É absolutamente previsível para um país com uma dívida interna de

mais de R\$ 1.000.000.000.000,00. Novamente virarão fumaça e desaparecerão no espaço. Não tem garantia de ninguém. Em todo o mundo, quando as turbulências sacodem o mercado, bancos e seguradoras ruem como castelos de areia. Correntistas e investidores entram em pânico.

O que é o custeio da Previdência?

É o financiamento do benefício para sua cobertura, inclusive risco. Se não for identificada a fonte de financiamento, é a sociedade que arcará com sua cobertura.

O INSS é uma seguradora, aliás, a maior da América Latina, e um dos maiores programas mundiais de redistribuição de renda, e tem que se preparar para o risco. Um segurado pode contribuir por 35 anos, receber sua aposentadoria por mais 20 anos e deixar uma pensão para mais 10, por exemplo, para sua viúva e filhos menores. Serão 35 anos de contribuinte e 30 de beneficiário. Pode ocorrer que contribui com 5, sofre acidente, e carrega o benefício por mais 50/60 anos. O modelo de repartição simples estima o valor da cobertura do benefício, que tem que ser justa para a eventualidade das ocorrências.

Nossos políticos, demagogos, assistencialistas, paternalistas, etc., são mestres em criar benefícios sem custeio.

A previdência rural, por exemplo, é toda sem custeio. Empregadores e trabalhadores não contribuem para o seu financiamento. O país desconhece que só em 2005, para uma despesa de R\$ 27,8 bilhões, foi gerada uma receita de apenas R\$ 3,4 bilhões, 1,22%. Um descasamento elevado. Quem cobriu o déficit? A sociedade brasileira.

O mais grave: não há uma liderança responsável no governo e no agrobusiness disposta a discutir esta questão, que é crucial para o equilíbrio atuarial e financeiro do INSS. Se não querem pagar o justo e pagam o injusto, que se decreta o fim do pagamento e transfiram todos os benefícios para a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, e se estabeleça que o orçamento fiscal dará cobertura. Teremos encontrado finalmente a fonte de financiamento da previdência rural.

O mesmo acontece com a previdência das entidades filantrópicas, das pequenas empresas, dos jogadores e trabalhadores do futebol. As contribuições bipartites, dos empregadores e trabalhadores, são diferenciadas e menores. Resultado: os benefícios não dispõem do custeio adequado. Quem cobre o déficit? A sociedade brasileira.

O correto seria acabar com todas as renúncias contributivas da Previdência, mesmo porque essa gente vai se aposentar um dia. Se não é possível, que se transfira a cobertura para o orçamento fiscal, que seria compelido a pagar a diferença à Previdência Social.

Sem qualquer custeio, já criariam benefícios para a mãe adotante; agora, querem criar para a mãe crecheira. Também criaram para casais gays, pajés, mães de santo, prostitutas, mães solteiras, etc.

Com a previdência acumulando um rombo inicialmente estimado em R\$ 330 bilhões na era Lula, sendo R\$ 146 bilhões só de déficit, os neopredadores da Previdência querem criar mais benefícios sem financiamento para dona de casa, empregado doméstico e deficientes físicos. É uma festa de um governo perdulário e neofascista.

Além dos problemas acima, o governo nada faz para conquistar os 42 milhões de informais, que não pagam previdência, mas um dia vão se aposentar.

A pergunta que fica no ar agora com a criação da Super-Receita, é que mecanismo de controle terá a Previdência Social sobre sua arrecadação, se o INSS não terá mais fiscais para fiscalizar 8/10 milhões de empresas e 30,2 milhões de contribuintes, combater a sonegação, que é de 30/40% da receita potencial, nem procuradores para cobrar a megadívida de R\$ 250 milhões? Certamente nenhum. Tudo por imposição discricionária do FMI, que impôs a 1ª e a 2ª reformas para acabar com o déficit e não conseguiu, impôs o fator previdenciário com o mesmo propósito, e não conseguiu, acabou com o orçamento autônomo da Previdência, está jogando toda a contribuição (que não é imposto, mas contribuição definida) no caixa

único do Tesouro, sob a pressão de um governo mergulhado na lama e a complacência de um Congresso desfibrado e de maioria corrompida pelo valerioduto e o mensalão.

É profundamente lamentável.

Infelizmente vão continuar criando mais e mais benefícios sem custeio, até quebrar definitivamente o INSS e privatizar a Previdência Social, como querem os banqueiros, seguradores, mercado e FMI.

Mas, como diria o filósofo, nós, previdenciários, preferimos a angústia da busca à paz da acomodação. Passamos por ditadura civil, ditadura militar, passamos por governos corruptos, políticos despreparados, administradores desonestos, não haveremos de sucumbir à incompetência, à corrupção e às bravatas petistas.

Previdência Social sem contribuição e sem benefício definido, e com custeio pela metade, é uma utopia.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/05/2006

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 27/04/2006

Diário Popular, Pelotas/RS – 01/05/2006

A Notícia, Joinville/SC – 07/05/2006

A Gazeta, Cuiabá/MT – 10/05/2006

CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA

Por Paulo César Régis de Souza

Há muito que as entidades de classe da Previdência Social vinham denunciando os maus-tratos recebidos pelos médicos peritos e demais servidores do Seguro Social por parte de segurados do INSS em auxílio-doença.

O problema da segurança nos prédios do INSS não mereceu qualquer atenção por parte da cúpula do MPS e do INSS. Vai desde a falta de vigilantes até a de manutenção do patrimônio público, compreendendo as instalações e os equipamentos. Servidores e médicos peritos trabalham em condições adversas.

Em verdade, desde que a Perícia Médica foi terceirizada, na era FHC, por ordem do Estado mínimo, o INSS abandonou as unidades próprias, que se deterioraram rapidamente, transformadas em depósito de material inservível. Os terceirizados concediam auxílio-doença e aposentadoria por invalidez a rodo, por ordem e a serviço da base política e sindical do governo que os indicava. Ganhavam muito. O TCU apurou e denunciou as distorções. Os segurados, sem se ater ao que se passava no subsolo da espartilhada, eram felizes e não sabiam.

Com a volta da Perícia ao INSS, as unidades não foram reequipadas e os peritos passaram a trabalhar sob escombros.

Diga-se de passagem que, mesmo em situação crítica, isto não impediu que a ampla maioria dos novos peritos desempenhasse sua missão com brilho. Isto porque os terceirizados que ficaram, na cúpula do MPS e do INSS, elegeram o auxílio-doença como vilão do déficit da Previdência, uma baita distorção da realidade estrutural. De fato, houve crescimento exarcebado, mas o que atrapalha o caixa da Previdência é: a não cobrança da dívida de R\$ 250 bilhões, a sonegação de 30/40% da receita líquida, o crescimento incontrolável das renúncias contributivas, a baixa recuperação de crédito e a expansão imoderada do calote pelos REFIS 2 e 3, o Supersimples e a Timemania.

Os novos peritos vestiram a camisa do INSS e reorientaram a Perícia Médica para cumprir sua missão institucional. Muitos segurados estranharam quando, ao fim da licença, foram considerados aptos para o trabalho e devolvidos às suas empresas e aos seus afazeres profissionais.

Não agiram de forma política, mas profissional, cumprindo os protocolos médicos, e não os protocolos de caixa do INSS, muito embora os terceirizados que ficaram no MPS e no INSS usem as estatísticas para festejar resultados pífios sobre a miséria, já que não conseguem cobrar os devedores e ainda os premiam com mais benesses. Para o segurado, o tapete preto e de sisal sujo, para o caloteiro, o tapete vermelho ou persa!

Antigamente, o INSS teve centros de reabilitação profissional de excelência onde problemas desta natureza eram perfeitamente resolvidos, pois o segurado que se julgasse doente era avaliado e reabilitado para o trabalho. Tais centros foram sucateados. As atividades foram repassadas às clínicas privadas.

A morte da perita Maria Cristina Souza Felipe da Silva, em Governador Valadares, desnudou o quadro de penúria e de dificuldades da nova Perícia Médica. Muitos deles foram xingados e agredidos verbalmente, e alguns apanharam e foram ameaçados de morte. A solução dos neoburocratas foi a de determinar que os peritos não entregariam mais os laudos aos segurados. A missão seria dos Correios e dos demais servidores. Cobriram um santo e descobriram outros.

Estranho na morte de nossa colega é que quando eram atendidos por médicos terceirizados, que só concediam e não cortavam benefícios, nunca se ouviu falar em violência contra eles. A partir do momento em que nossos médicos passaram a ser do quadro, portanto com compromisso com a instituição, começaram as violências seguidas infelizmente de morte.

A alta gerência do MPS e do INSS está entregue às traças. A era Lula representará, nesses quatro anos, um rombo de R\$ 350 bilhões, depois de duas reformas para reduzir o déficit. A terceira, a caminho, também será para reduzi-lo, mas não chegará a isso.

A morte anunciada da perita significa também a morte anunciada da Previdência Social pública, com reforma sobre reforma, falta de planos e programas gerenciais, gerenciamento a cargo da pior escória política do país, contratação de mão de obra terceirizada, falta de 15 mil servidores que morreram, se aposentaram ou, simplesmente pelo aviltamento dos salários, procuraram novos empregos, sucateamento dos imóveis próprios, com vazamentos de água, precárias instalações sanitárias, paredes totalmente deterioradas, móveis em péssimas condições, equipamentos obsoletos, programas de informática marcados com o sinal da fraude .

Às vezes eu me pergunto onde estão a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, o CREA, as associações dos engenheiros e arquitetos, a fiscalização das Prefeituras? Vão aguardar, por acaso, um acidente de graves proporções?

Nossos dirigentes, no seu mais alto grau de insanidade e incompetência, transferiram o problema da perícia para os servidores, ou seja, mudaram somente quem vai apanhar ou morrer.

Fingem que trabalham, viajam e se divertem, protegendo os caloteiros, os sonegadores, os inadimplentes, os ladrões que se apropriam indevidamente do que arrecadam dos trabalhadores, os beneficiários dos REFIS e dos PAES da vida, os que se locupletam com o Supersimples, onde o dinheiro tem hora para ir mas não tem para voltar. São os mesmos que abriram mão dos procuradores e dos auditores fiscais que há 83 anos estavam

na Previdência, fiscalizando, cobrando, recuperando crédito, gerando receita, fazendo o que deveriam fazer enquanto era possível.

Chegamos a ter uma Previdência Social que foi modelo na América Latina, e hoje é uma sombra do passado. Uma Previdência que foi a maior seguradora e a maior transferidora e distribuidora de renda da América Latina. Milhares de Municípios do país recebem mais da Previdência do que dos fundos federais e estaduais. Milhares de cidades do interior vivem e giram seus negócios nos dias de pagamento de benefícios do INSS.

As seguidas reformas, em nome de um suposto combate ao déficit, tiveram por finalidade efetiva: 1) acabar com a Previdência Social pública, que hoje já paga salário-mínimo a 70% dos seus 24,2 milhões de aposentados e pensionistas; 2) proclamar a falência do modelo, já que a receita da folha de salários não cobre mais a despesa; 3) dificultar e achatar ao máximo o valor do benefício inicial, que já foi de 10 salários-mínimos, e hoje está abaixo de quatro; 4) estigmatizar o INSS como órgão que beneficia sonegadores e fraudadores, não cobra os devedores, é mal administrado, com grandes filas, expondo a incompetência da gestão; 5) realçar que a Previdência não consegue trazer 48 milhões de brasileiros para os seus quadros; 6) mostrar às futuras gerações que com a Previdência Social atual não terão futuro, mas o inferno; 7) favorecer a previdência privada de bancos e seguradoras, com a venda de planos de capitalização, que são mais títulos de investimento do que de previdência social.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/10/2006
Estado de Minas, Belo Horizonte/MG – 13/10/2006
O Dia, Rio de Janeiro/RJ – 14/10/2006
A Gazeta, Cuiabá/MT – 21/10/2006
O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 24/10/2006

Diário Popular, Pelotas/RS – 27/10/2006
Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 27/10/2006
Jornal de Brasília, Brasília/DF – 30/10/2006
O Girassol, Palmas/TO – 06/11/2006

ALI BABÁ VIVE!

Por Paulo César Régis de Souza

Onde está Ali Babá?, é a pergunta que todo brasileiro fez quando o Procurador-geral da República divulgou que incluiu 40 mensaleiros na megaquadrilha do mensalão.

Conta a lenda que um certo Presidente, quando lhe falaram que seu gabinete teria três ministros para formar um trio de ministros, ele disse não e não. “Ponham quatro, que quero uma quadrilha”. Isto é real, e aconteceu em algum país da América Latina.

O nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, numa certa ocasião, falou dos “300 picaretas” da Câmara dos Deputados, deixando seus companheiros de então de cabelo em pé. Todos acabaram se conformando, nenhum o levou ao Conselho de Ética. Os “300 picaretas” seguiram suas vidas e acabaram sendo úteis ao futuro dos 40 ladrões da quadrilha, em boa hora desmascarada.

Agora, a população brasileira vê, estarecida, a absolvição pela Câmara dos Deputados de

vários mensaleiros envolvidos até o pescoço. Não importa o valor da propina. A CPMI dos Correios e a Procuradoria-Geral da República os acharam por caminhos distintos.

Estariam, por acaso, absolvidos e absolvidores, entre os “300 picaretas” referidos pelo nosso sábio Presidente? Certamente.

Nunca se viu no Congresso tanta gente oculta, como fantasmas perdidos na noite suja.

Senadores, deputados, assessores, etc. trafegaram nas contas do Mensalão, meses e meses, desfigurando e desfibrando as votações, trocando de partidos, comprando apoios, num rolo compressor impressionante.

Acompanhamos a CPMI dos Correios, na qual um larápio confesso recebeu propina das mãos de empresários para facilitar licitações fraudulentas, desencadeando a partir dela várias denúncias de corrupção, doadores, recebedores, distribuição de verbas, cargos, mensalão, prática do tráfico de influência, formação de quadrilha, dilapidação dos cofres públicos, manipulação de votações, etc.

A CPMI dos Correios denunciou, surpreendam-se, 40 pessoas entre ministros, parlamentares, empresários, dirigentes de partidos políticos. Uma mera coincidência ou faltou o Ali Babá?

Outra surpresa: o Procurador-geral fez referência a uma *quadrilha do mensalão* e também denunciou os mesmos 40. Será que também faltou o Ali Babá?

Descobriram uma casa em Brasília onde as negociatas eram efetuadas com festas e esbórnias com bebidas, comidas e mulheres. Os magnatas não convidaram o motorista e o caseiro, acabaram sendo desmascarados pelo caseiro na CPMI dos Bingos. Reagiram de forma inusitada, quebrando o sigilo bancário do caseiro, jogando o peso do Estado, do governo, da autoridade sobre ele. Pior, engendraram explicações, desculpas, insinuações, um festival de mentiras que levaram a lona do circo a desabar sobre o palhaço.

Entre os 40 denunciados pela CPMI dos Correios e pela PGR estão os que expulsaram os éticos do PT; os que presidiam e lideravam o PT e os partidos da base de apoio do governo do PT; o que presidia a Câmara; os que eram ministros; os que aprovaram várias leis aumentando os impostos, beneficiando os caloteiros do Tesouro e do INSS, com o REFIS 2, reformando a Previdência, taxando os inativos, retirando direitos de servidores e trabalhadores, ampliando as renúncias previdenciárias, favorecendo os bancos e seguradoras; os que defendiam políticas de arrocho fiscal e tributário, que levou o país a crescer, na América Latina, acima apenas do Haiti ocupado por tropas brasileiras, em nome das Nações Unidas.

Nessa reforma da Previdência, com dados, paradigmas e teses falsas, incluíram os aposentados do serviço público que durante 35 anos pagaram religiosamente em dia suas contribuições, enquanto o governo não fez a parte dele, nada recolheu.

Se algum dia, algum pesquisador sério for pesquisar a razão do déficit da Previdência dos servidores civis descobrirá, sem precisar da lâmpada de Aladim, que o governo nunca recolheu a sua parte. Nunca. Zero. Isto vai de Getúlio a Collor. Este fixou a contribuição da União. Nem por isso foi recolhida de 1992 a 2006. A contribuição dos servidores inativos representa zero vírgula qualquer coisa no descasamento da Previdência, e o Brasil se tornou o único do mundo a efetuar a cobrança da contribuição sem contrapartida.

O governo contou para tanto com o beneplácito do Supremo, que tinha negado a cobrança dos aposentados por diversas vezes. Lamentavelmente, a desastrosa politização do STF começou ali e seguiu-se ao longo das CPMIs dos Correios, do Mensalão, de triste fim, e dos Bingos, com a concessão desmedida de *habeas corpus*, salvo-condutos e mandados

de segurança à escória do crime organizado, para se manter ou ficar calada nos depoimentos.

Com o mensalão e sua engrenagem de poder, criaram o Simples, o Simples do Simples e o Supersimples, todos para beneficiar os caloteiros, evitando sua prisão por não pagar nem o que recolhia dos trabalhadores. Como criaram o REFIS 2 e acabaram de criar o REFIS 3, ampliaram renúncias e déficits.

Criaram a Super-Receita desmontando o INSS, desmontaram nossa Procuradoria, levando os procuradores para a AGU, agora não temos quem fiscalize nem quem cobre, ficamos somente com o pires na mão, sem qualquer mecanismo de controle do que está sendo arrecadado e cobrado, porém, com a incumbência de pagar 23 milhões de segurados.

Não trouxeram um só dos 42 milhões de informais para o INSS, não acabaram com as filas e transformaram promessas em bravatas.

Arrombaram o cofre da Previdência. A era Lula vai custar R\$ 350 bilhões. Um desajuste total. Só de déficit serão R\$ 150,0 bilhões. Outros 50 serão de renúncias. Somem-se mais R\$ 150 bilhões de sonegação. Sem falar que outros R\$ 250 bilhões deixarão de ser cobrados.

Por essa e por outras, dolorosamente, concluo afirmando que Ali Babá vive e está presente entre nós.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/05/2006

O Liberal, Americana/SP – 04/05/2006

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 11/05/2006

Folha de Londrina, Londrina/PR – 15/05/2006

O Girassol, Palmas/TO – 16/05/2006

Diário da Região, São José do Rio Preto/SP – 23/05/2006

Tribuna de Alagoas, Maceió/AL – 02/06/2006

A QUESTÃO DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Paulo César Régis de Souza

A Previdência Social tem déficit?

Tem no conceito caixa. E não tem no conceito de orçamento fiscal e seguridade.

Vamos explicar melhor. No conceito caixa, adotado publicamente pelo governo brasileiro, a Previdência tem duas fontes de receita, a contribuição das empresas sobre a folha, de 22,5%, e a dos trabalhadores. Esta receita, desde 1994 deixou de cobrir as despesas de pagamento de benefícios, excluídos os benefícios assistenciais, cobertos pelo orçamento fiscal. O último superávit se deu em 1994, último ano do governo Itamar Franco e o ministro de então, Sérgio Cutolo.

O déficit é apurado da seguinte forma: receita líquida do INSS menos o pagamento de benefícios. Invariavelmente dá déficit. Este ano foi estimado em R\$ 46 bilhões. Nos quatro anos de Lula, ascenderá a R\$ 156 bilhões, cerca de US\$ 70 bilhões. É muito dinheiro.

E por que a Previdência não quebrou? Porque o déficit de caixa é coberto pela receita da Cofins e da CSLL, que são contribuições da seguridade social e estão incorporadas ao orçamento fiscal.

Se o governo contabilizasse as receitas da seguridade social em bloco (INSS + Cofins + CSLL) não haveria déficit, mas superávit na Previdência.

Ocorre que as receitas da Cofins e da CSLL são utilizadas para cobrir outras despesas

orçamentárias, como os benefícios assistenciais.

Mas há a considerar o que sempre afirmei: se o governo assumisse os encargos dos benefícios concedidos sem contribuição efetiva, como os rurais, a situação da Previdência melhoraria. Não zeraria o déficit. Se o Tesouro cobrisse as renúncias (incentivos) contributivos do Simples, filantrópicas, exportações agrícolas, a situação de caixa da Previdência ficaria melhor. Não zeraria o déficit. Agora, se fosse cobrada a dívida monstruosa de mais de R\$ 250 bilhões, a Previdência seria viável, e nem precisaria da Cofins e da CSLL.

Esta é uma situação que precisa ser colocada para a sociedade brasileira.

A crise de caixa da Previdência só será resolvida se houver vontade política.

A Gazeta, Vitória/ES – 14/12/2006

A PROPOSTA DA FIPE PARA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

São muitas as propostas para reforma da Previdência.

Há as do analista fiscal Flavio Giambiagi, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA; do ministro Paulo Bernardo (falta-lhe autoridade moral); da Associação Nacional de Previdência Privada (os planos privados de bancos e seguradoras).

Deve existir a do PSDB e PFL para prejudicar ainda mais os interesses dos servidores e dos trabalhadores e favorecer bancos e seguradoras.

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo – Fecomércio-SP contratou estudo à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe, da Universidade de São Paulo – USP, sobre a Previdência Social no Brasil e as propostas para sua reforma urgente.

Acredito que o direito do trabalhador virou verdadeira mercadoria nas mãos de patrões insensíveis.

A proposta da Fecomércio-SP, como não podia deixar de ser, foi amplamente divulgada pela mídia, acreditando que a situação da Previdência é de insolvência. Pode até não ser, mas dispomos de dados que elevam para R\$ 350 bilhões as perdas na era Lula. Como a corrupção, desmando, incompetência e falta de compostura não pegam em Lula, também o rombo da Previdência, por enquanto, passa longe dele.

A Fipe deve ter recebido uma boa bolada pelo **trabalho**, mas sua imagem pública, antes tão decantada, sai bastante arranhada deste episódio, em que, nitidamente, a Fundação cumpriu apenas as ordens do patrão.

Difícil imaginar que tantas meias verdades, mentiras, erros e omissões estejam tão flagrantemente presentes numa obra da Fipe. A tradição da entidade foi para o espaço (cuidado para não trombar com o presidente Lula).

Vamos a alguns exemplos:

– o estudo diz que o déficit da Previdência social é de 2,1% do PIB, ou seja, R\$ 36,4

bilhões. Entretanto, não faz a menor menção aos elevados patamares de sonegação fiscal que, na área do comércio, ultrapassa os 40% (quarenta por cento);

– todos os benefícios são considerados como previdenciários, não fazendo qualquer referência aos benefícios assistenciais, que não têm praticamente nenhum caráter contributivo, conforme preceitua o art. 201 da Constituição Federal;

– compara grandezas diferentes. O valor médio das aposentadorias do setor público é bem superior ao dos aposentados do INSS. Entretanto, não há nenhuma citação de que os servidores públicos, cujo ingresso é mediante concurso público, pagam contribuição previdenciária sobre o **total da remuneração**, envolvendo, ao mesmo tempo, previdência básica e previdência complementar. Mais ainda, a contribuição deve ser recolhida de imediato ao Tesouro Nacional, o que nem sempre ocorre com o setor privado, onde a apropriação indébita também é uma prática.

– as funções exercidas pelos servidores são de grande complexidade e responsabilidade, em áreas que exigem permanente atualização, pois se concentram em atividades de normatização, regulação, controle, fiscalização e outras de fundamental importância para a sociedade brasileira. Cargos dessa natureza, cujo preenchimento exige qualificações muito especiais, têm necessariamente remuneração acima da média, no Brasil e em qualquer país do mundo. Caso contrário, não conseguiria o Serviço Público selecionar os talentos que possui no passado e no presente;

– a comparação entre proventos deveria ser feita entre as médias dos servidores e dos beneficiários dos fundos fechados de previdência complementar (Previ, Funcep, Petros e diversos outros no âmbito regional). As contribuições que esses aposentados pagam (previdência básica + previdência complementar) correspondem às que recolhem os servidores públicos;

– aliás, o servidor que paga religiosamente sua contribuição, ao se aposentar, continua a pagar, fruto da infame cobrança estabelecida pela reforma do Lula, a partir de 2004, que levou o Brasil a ser o único país do mundo que cobra previdência de inativo;

– outra grave comparação é sobre os déficits do regime geral e do regime próprio do servidor. Enquanto no primeiro o valor do déficit é a diferença entre o **total da arrecadação** (contribuição do trabalhador + contribuição da empresa) e o total dos benefícios pagos, no caso dos servidores a diferença é entre o total da contribuição dos servidores e o valor da despesa com aposentadorias e pensões. Uma comparação vesga, incompatível com uma entidade do porte da Fipe. Registre-se, a propósito, que no regime geral a contribuição do patrocinador é cerca de 3 vezes maior que a do trabalhador.

Outras incongruências do estudo poderiam, ainda, ser levantadas, mas estas bastam para esclarecer o desconhecimento revelado pelo grupo sobre Previdência. Parecem aprendizes, neófitos na matéria, interessados tão somente em atender aos desejos dos patrões, no caso a Fecomércio-SP.

A propósito, recentemente, com pompa e circunstância, a Fecomércio lançou seu fundo fechado de previdência complementar. O dia seguinte revelou que o fundo alcança apenas o “andar de cima”, ou seja, os empresários e dirigentes do comércio. Empregado não entra: é o “apartheid previdenciário”, patrocinado pelos empregadores que se intitulam “defensores da Pátria”.

Pobre Pátria, pobre Fipe!...

Que a Previdência vá precisar de uma 3ª reforma, no próximo governo, não tenho a

menor dúvida, mesmo porque transito há 30 por esta estrada.

Causa espanto que os candidatos não falem sobre o assunto, que é explosivo. Mexem com jovens e velhos, que votam. O atual Presidente está com cara de paisagem, depois do fracasso de 2ª reforma, que pôs de joelhos trabalhadores e servidores, expulsou Heloisa Helena e outros do PT, taxou inativos, prometeu que seria a solução de caixa da Previdência, e não foi, pelo contrário, está deixando um rombo de R\$ 350 bilhões. Um dos candidatos da Oposição, do PSDB/PF, não tem posição, pois a posição é dos seus financiadores, banqueiros e seguradores, o tal mercado. Uma postura lamentável.

A situação da Previdência é crítica, e as alternativas de solução são dramáticas. O PT tem tudo a ver com isso. A solução neoliberal não é solução, será o caos.

O Dia, Teresina/PI – 11/06/2006

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 13/06/2006

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 13/06/2006

Diário Popular, Pelotas/RS – 14/06/2006

A Gazeta, Cuiabá/MT – 17/06/2006

Diário do Pará, Belém/PA – 18/06/2006

Folha de Pernambuco, Recife/PE – 18/06/2006

Estado de Minas, Belo Horizonte/MG – 18/06/2006

O Povo, Fortaleza/CE – 24/06/2006

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/07/2006

A PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS SERVIDORES

Por Paulo César Régis de Souza

A Previdência Social tinha há oito meses exatos 33.798 servidores ativos na Carreira do Seguro Social para atender, em mais de 1.200 unidades, a mais de 30,8 milhões de contribuintes e 23 milhões de beneficiários. Cerca de 70% têm nível superior nas suas diversas categorias (técnicos, analistas, engenheiros, médico perito, administrador e outros). Nossos auditores fiscais e procuradores foram para o Receita e AGU, respectivamente.

Em 2001/2002, éramos 39,0 mil, e em 2003, 41,1 mil.

O custo de pessoal é dos menores dos entes do Executivo. O salário médio, salvo os médicos peritos, é de R\$ 600. Ridículo. Esta foi a razão para que 20%, 2 mil em 10 mil concursados, pedissem demissão nos últimos três anos. Salários baixos, desmotivação, instalações ruins, equipamentos, sistemas e programas obsoletos, fazem parte de um contexto de gerenciamento político, altos cargos para apadrinhados da base aliada, ausência de planejamento estratégico e operacional, improvisação. Os dirigentes, com honrosas exceções, desonram a Previdência. Não é de agora, no governo Lula. Na era FHC a indignância mental e a politicagem eram regra.

Muitos dos servidores, técnicos e analistas do Seguro Social, entraram para o INSS sem saber o que é Previdência, Seguro Social, benefício, pois Previdência não se aprende na escola. São tantas leis, decretos, portarias, instruções normativas e ordens de serviço, são tantas as mudanças no marco legal da concessão e da manutenção, que deixam os servidores tontos.

Cada dirigente que vem de fora traz uma ideia e quer impor. No Congresso, há centenas de projetos alterando as regras da Previdência, muitas delas propondo benefícios

sem custeio. O Plano de Benefícios, de 1992, está em frangalhos. Sofreu mais de mil alterações em 13 anos. Mesmo com orientações *on line* torna-se impossível a um servidor agir com segurança, e ainda corre o risco de ser punido com demissão por desconhecer a última alteração da última alínea do último parágrafo do último artigo. Instaurou-se uma paranoia.

Nossos servidores, a maioria associados da nossa ANASPS, enfrentam diariamente problemas em casa, aluguel, luz, água, alimentação, transporte, escola etc., como qualquer outro ser humano trabalhador, porém com um diferencial. Ao chegar a seu local de trabalho têm de ser sempre gentil, cortês e sorridente, apesar das imensas filas, que não são culpa deles, atender pessoas com doenças, bêbados, gente que desconhece as normas, que grita pelos seus direitos, algumas vezes de forma desrespeitosa e humilhante. São segurados ou beneficiários que atiram sobre os servidores o seu ódio e o seu repúdio ao descaso dos maus governantes, ineptos e corruptos. O bom atendimento, o atendimento humano do servidor, não anula as precárias instalações, normalmente prédios caindo aos pedaços, com infiltrações, sem acomodações, com sistemas sempre fora do ar. Eles, que pagaram a vida toda, não entendem e não sabem que é o governo que usa indevidamente o dinheiro do contribuinte para outras atividades que não a aposentadoria.

Imaginar que vão acabar a fila com atendimento por terminal de internet e por telefone é uma estultice. Isto aqui não é a Suíça. Isto aqui ainda é o Haiti.

A informatização é uma ferramenta. A automação é outra. Vem da Robótica e da Mecatrônica. Falar disso com o lixo da política mandando na Previdência é um disparate. Gente que só pensa em saquear, em pilhar, em fazer negócios.

Sugiro que, antes disso, deixem os servidores com experiência, vivência, administrar. Temos cultura, passado, história para isto. Tirem os malandros terceirizados que provavelmente estão ali com outros objetivos, os maus ministros que nada entendem de Previdência e são privatistas, os pelegos das secretárias chaves, aqueles que gerenciam a doutrina previdenciária, e os incompetentes da Secretaria Executiva do MPS, especialmente os que só querem viajar para ganhar diárias e milhagens. Coloquem gente que tenha compromisso com a Previdência.

Nossos servidores arrecadam e pagam mais de 100 bilhões de dólares por ano, mas não podem mais fiscalizar nem cobrar os caloteiros, pois o governo desmontou a Previdência, deixando os segurados com o pires na mão. O dinheiro tem hora para ir para o Tesouro, mas não tem hora para voltar. Agora fica muito fácil dizer que a Previdência é deficitária, que é o caos do país, que o governo tem de injetar dinheiro todo mês; é claro, ninguém sabe quanto ela arrecada, nem quanto os caloteiros devem, pois se fiscaliza mal e não se cobra mais. A indústria do calote está oficializada. Os apropriadores indêbitos não vão para a cadeia, protegidos pelos REFIS e PAES da vida.

O Brasil já teve uma Previdência modelo, copiada por toda a América Latina. Hoje não tem. O modelo chileno, de privatização, apontado como a salvação da Previdência nos países emergentes, faliu, depois de enriquecer banqueiros e seguradoras, e empobrecer os chilenos.

Acho que uma 3ª reforma deve começar na Previdência, no futuro governo, mas de dentro para fora, usando naturalmente sua mão de obra especializada, não os incompetentes de plantão. Proponho uma pequena agenda de três pontos:

- 1) Melhoria das instalações antes que alguma tragédia aconteça com desabamento pelas péssimas condições; muitas não passariam por uma revisão do CREA, Bombeiros e Defesa Civil.

2) Criação de um plano de carreira para os servidores, realização de mais concursos e adoção de melhores salários. Aumentem o vencimento básico e acabem com as fajutas gratificações de desempenho. Proibam a presença de políticos na Previdência, que não rima com política, malandros e espertos. Devolvam-nos a Receita Previdenciária e a Procuradoria-Geral.

3) Criem empregos, desenvolvam o país, acabem com a informalização, ponham os 42 milhões que estão fora para dentro do INSS, resolvam o financiamento dos rurais, reduzam as renúncias, combatam a sonegação, cobrem a dívida.

As eleições estão chegando, e novas reformas são anunciadas pelos oportunistas. Você, que hoje é segurado e amanhã será aposentado, não se deixe ser vítima dos maus políticos.

A Previdência e seus servidores sobreviveram durante 83 anos aos desmandos, somos brasileiros, não desistimos nunca.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/07/2006
Fatorama, Brasília/DF – 16/07/2006

A PREVIDÊNCIA DO SETOR PÚBLICO

Por Paulo César Régis de Souza

Os zelosos defensores da estabilidade fiscal se voltam contra a Previdência dos servidores públicos, civis e militares, argumentando que seu descasamento ameaça as contas públicas e o futuro do país.

Não têm razão, nem se olharmos apenas para os dados estatísticos, que são feitos. As causas jamais foram objeto de análise.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma questão secular, vinda do século XIX, quando o Império instituiu as primeiras aposentadorias e pensões para os servidores através de um montepio sem a contrapartida da contribuição. Naquela época, e por mais de um século e meio, o custo de tais aposentadorias e pensões estava embutido no orçamento fiscal, sem qualquer questionamento.

A República, especialmente a Velha, passou ao largo desta questão, deixando em paz militares, barnabés e suas viúvas. A Nova, de Getúlio, criou o IPASE, e junto veio a contribuição dos servidores civis estatutários. Pasmem! Os governos republicanos, até 1977, recolheram ao IPASE o que lhes cabia. Os militares, quando acabou o IPASE, deixaram de contribuir.

O regime militar de 64 inflou a máquina pública com celetistas que contribuíram para o INPS. Mas não consta que os governos militares e civis tenham recolhido sua parte de 22% sobre a folha, mais os 8/10% dos servidores, de 77 a 90. Não se comenta, mas a União chegou a ter 400 mil servidores celetistas. Dificilmente uma auditoria independente apuraria quanto deixou de ser recolhido ao INPS.

Somente em 1990, com o Regime Jurídico Único, que transformou 90% dos celetistas em estatutários, foi criada a Previdência do Servidor-órgão e a Previdência do Servidor-

servidor. Até os militares foram convocados a contribuir com qualquer coisa para dizer que estavam contribuindo.

Uma auditoria do TCU, por amostragem, revelou que muitos órgãos não recolheram suas contribuições e as dos servidores. Isto se deu no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

Nenhum ente republicano (ou bolivariano!) tem noção de quanto foi descontado e não recolhido, entre 1999 e 2005, no Previdêcia-servidor, o que confirma em tese que os três poderes praticaram a apropriação indébita, inadmissível para os demais contribuintes. Também não se tem noção de quanto os mesmos três poderes deixaram de recolher na Previdêcia-órgão. Quem tiver os dados que se apresente

Ao longo do século XX foi desprezível o questionamento do peso das aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais, estaduais e municipais. Prevaleceu sempre o entendimento que compunha o gasto público.

No começo do século XXI, quando mercado e globalização criaram os planos de previdência privada, como nicho de grandes negócios e lucros fáceis para bancos e seguradoras, os economistas fiscalistas, geralmente a serviço do tal mercado, criaram índices perversos para estigmatizar civis e militares, apontados e execrados como pesos explosivos no custo do setor público.

Os índices mais perversos por eles potencializados são: que o INSS gasta R\$ 120 bilhões/ano com pensões e aposentadorias de 24 milhões de trabalhadores privados, e a União, R\$ 80 bilhões/ano com 3,5 milhões de aposentadorias e pensões de servidores; que esses R\$ 200,0 bilhões representam 11,7% do PIB; que há mais privilégio do que direito adquirido; que a sociedade não pode aceitar que um ministro receba R\$ 25 mil/mensais de aposentadoria e um trabalhador rural apenas R\$ 350 mensais. Pavimentam o caminho do inferno com a mesma massa que favorecem gafanhotos, sanguessugas, mensalões, caixa dois, etc.

Partem do entendimento de que o Estado não deve pagar aposentadorias e pensões para civis e militares.

Já escrevi uma vez sobre isso quando afirmei que solução radical proposta por esta escumalha equivale a desaposentar civis, desreformatar militares, despensionizar viúvos e viúvas. Há duas outras alternativas: promover a redução linear de 50% em todas as pensões e aposentadorias, matando o direito adquirido e a irredutibilidade dos proventos; promover o holocausto de civis e militares. Zeraria o caixa do Tesouro, que ficaria com um excedente fiscal capaz de levar ao êxtase e ao orgasmo todos os fiscalistas, de mancebos a velhos corocas.

Tais fiscalistas ainda propõem: se quiserem previdência, que entrem nos fundos de pensão, com contribuição e benefícios definidos, ou comprem planos de previdência privada, que são títulos de capitalização incentivados, com renúncias fiscais de 12% financiadas sobre o vencimento bruto (sem limites) por toda a sociedade, em benefício da lucratividade de bancos e seguradoras.

Ninguém é necessariamente estúpido para defender o indefensável. Nós da ANASPS, apesar de sermos chamados de corporativos, sabemos os limites do Estado, justamente por sermos servidores dele. Somos, porém, bem diferentes dos fiscalistas, que se apropriam diariamente do Estado para consecução de seus objetivos e resultados financeiros. *Mamam descaradamente nas tetas do superávit primário e no pagamento dos juros da dívida interna, feito para eles.* Não obrigamos o governo a nada. Os fiscalistas não só obrigam, como transformam os

governos em fantoches e reféns de seus lucros e rentabilidade, que devem ser progressivos à exaustão e a qualquer preço. Vejam os balanços das grandes empresas globais, bancos e seguradoras.

O problema é complexo, mas os servidores não têm responsabilidade direta sobre o que aconteceu na gestão da Previdência do próprio governo.

Terreiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/06/2006

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 02/06/2006

A Tarde, Salvador/BA – 02/06/2006

O Progresso, Dourados/MS – 09/06/2006

Diário Catarinense, Florianópolis/SC – 11/06/2006

O Liberal, Belém/PA – 14/06/2006

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 26/06/2006

A LEITURA DE UM BOLETIM DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Vendo um informativo da Previdência, temos a sensação de estar lendo um *paper* produzido pelos cibernéticos da NASA.

Algo tão preciso como colocar naves e astronautas em órbita e trazê-los à terra, em absoluta segurança.

Escreveram lá que a receita total da Previdência, em 2005, foi de R\$ 172,7 bilhões. O pagamento total foi de R\$ 171,7 bilhões.

Se fosse verdade, não haveria déficit, mas superávit de R\$ 1 bilhão.

Mas só os benefícios do RGPS custaram R\$ 146 bilhões, produzindo o déficit de R\$ 37,4 bilhões, contra o qual os governos FHC e Lula fizeram duas reformas da Previdência. Mentiram ao país e humilharam a cidadania. Na realidade, as reformas apenas retiraram direitos sociais e conquistas constitucionais de servidores públicos e trabalhadores privados.

Se incluíssemos todos os benefícios pagos (EPU, LOAS e RMV), o déficit alcançaria R\$ 47,5 bilhões.

Ficamos sabendo que a arrecadação líquida (bancária, da folha de salários) foi de R\$ 108,4 bilhões.

Por consequência, o governo aportou R\$ 64,2 bilhões, sendo R\$ 10,3 bilhões de antecipação de receitas e R\$ 45,5 bilhões de transferências, incluindo R\$ 25,1 bilhões da Cofins e R\$ 5,8 bilhões da CPMF, para que as contas pudessem fechar, ainda que no vermelho.

A constatação óbvia é que, na versão 3.Lula, a folha não dá mais para pagar benefícios. Mais grave: a arrecadação urbana, em 2005, de R\$ 110,3 bilhões, não deu para pagar os benefícios urbanos, que absorveram R\$ R\$ 120,7 bilhões, com um déficit de R\$ 13,7 bilhões. No caso dos benefícios rurais, o choque é impactante: para uma receita de apenas R\$ 3,4 bilhões, teve-se uma despesa de R\$ 27,8 bilhões, com um déficit de R\$ 24,4 bilhões.

Ocorre que todo mundo quer cortar mais direitos e conquistas dos servidores e trabalhadores, mas não aparece um fiscalista, nem no IPEA, para corrigir a grave e histórica contribuição dos rurais, produtores (principalmente). Estes não se envergonham da esperteza que impingem ao país. Setor de ponta, de alta tecnologia, o agrobusiness se beneficia do atraso no financiamento da previdência rural. No Ministério da Previdência, por onde também

transitam analfabetos funcionais, não há uma voz clamando pela justiça contributiva, mas há muitos advogados de manutenção das atuais e adoção de mais renúncias para o setor rural.

Ficamos igualmente sabendo que:

– 30,8 milhões de brasileiros contribuem para o RGPS, de uma População Economicamente Ativa de 92,8 milhões e uma População Ocupada de 84,5 milhões, sendo 24,2 milhões de empregados; 1,3 milhão de trabalhadores domésticos; 4,8 milhões de contribuintes individuais, 413,5 facultativos; 4,9 mil segurados especiais; e 39 milhões (pasmem) ignorados! Que precisão estatística! Acredita-se que existam outros 10 milhões contribuindo para o Instituto de Previdência, o que mantém outros 44 milhões fora da proteção previdenciária. Nada, além de blá-blá-blá, foi feito para a inserção social desta multidão maior do que a população da Argentina (39,5 milhões);

– 65,69% dos aposentados e pensionistas recebem até um salário-mínimo, 78,61% até dois; neles incluindo-se quase 100% dos rurais, dos benefícios assistenciais e dos encargos previdenciários da União. O valor médio dos benefícios em dezembro de 2005 foi de R\$ 473,51, o que, convenhamos, não é muito para quem está na reta final da vida e enfrenta muitas dificuldades para sobreviver com dignidade;

– os valorosos 5,0 milhões de empresários do Simples contribuíram com R\$ 5,0 bilhões para os cofres do INSS, tiveram uma renúncia prêmio de R\$ 6,4 bilhões, significando que amanhã toda a sociedade terá que contribuir para pagar as aposentadorias e pensões de empregadores e trabalhadores dessas microempresas. Isto é previdência? Não. É justiça social? Não;

– não há uma linha explícita sobre a montanha dos mais de R\$ 250 bilhões da dívida incobrável, de mais de 600 mil caloteiros, que se associam a maus políticos para parcelar e reparar seus débitos, e que estão tentando enxertar numa Medida Provisória qualquer o REFIS 3, com financiamento barato de bancos públicos. Há um registro de que os caloteiros do REFIS 2 recolheram apenas R\$ 345 milhões, ao longo de 2005, sobre sua dívida de R\$ 250 bilhões. Um disparate que não merece a atenção de qualquer fiscalista, nem do IPEA;

– não há uma linha explícita sobre recuperação de crédito; mas um registro aponta que o INSS arrecadou R\$ 1,1 bilhão em depósitos judiciais, geralmente do Ministério do Trabalho, que muitos incluem como recuperação de crédito, quando não é. Fica muito claro que a recuperação de crédito na Previdência (como no governo federal, na Receita Federal e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não é diferente) é dramática e emblemática;

– o INSS arrecadou e transferiu ao SESI, SENAR, SENAI, etc. R\$ 7,5 bilhões a troco de nada;

– o custo administrativo do INSS foi de R\$ 8,2 bilhões (R\$ 4,5 bilhões de pessoal e R\$ 3,7 bilhões de custeio), representando 4,78% sobre a receita bruta (R\$ 172,7 bilhões), ou 5,66% sobre a receita líquida (R\$ 146,0 bilhões). É uma relação desprimorosa.

– em 2005, foram concedidos 3,9 milhões de benefícios, o mesmo número de 2004. Apesar da corrida de obstáculos imposta pelo governo, isto ainda não significa uma tendência. Ao final de 2002, tínhamos 21,1 milhões, com variação de 5,45% sobre 2001. Ao final de 2003, atingimos 21,8 milhões, com a variação caindo para 3,44%. Ao final de 2004, 23,1 milhões, com variação de 5,98%, e ao final de 2005, 23,9 milhões, com variação de 3,36%

– que não há informações acumuladas, para efeito de comparação, sobre os benefícios cessados, quantidade de solicitações de benefícios previdenciários, acidentários, assistenciais, indeferimentos, deferimentos, suspensões, represamento e aguardando perícia. Admitamos que houve um lapso;

– há informações profusas sobre os benefícios: 13,0 milhões de aposentadorias, sendo 6,6 milhões por idade; 2,6 milhões por invalidez; 3,7 milhões por tempo de contribuição; 5,7 milhões de pensões por morte; 1,5 milhão de auxílios, sendo 1,4 milhão de auxílio-doença; 755,8 mil benefícios acidentários; 2,7 milhões de benefícios assistenciais; e 9,1 mil encargos previdenciários da União.

Meus amigos, como previdenciário, como dirigente da única entidade de servidores da Previdência, admito que os números falam mais alto. Valem mais do que mil palavras... Eles respaldam as diversas situações com que nos defrontamos. Pena que não sensibilizem os responsáveis pela crise estrutural da Previdência pública. Estes têm certeza de que o Tesouro continuará suprindo as necessidades do INSS, que serão superiores a R\$ 50 bilhões em 2006.

Não há mais dúvidas de que a era Lula custará R\$ 330 bilhões à Previdência Social pública.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/03/2006

Monitor Mercantil, Rio de Janeiro/RJ – 16/03/2006

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 16/03/2006

Folha do Estado, Feira de Santana/BA – 21/03/2006

O Progresso, Dourados/MS – 25/03/2006

Diário Correio do Sul, Varginha/MG – 30/03/2006

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 02/04/2006

A CRISE DA PREVIDÊNCIA NÃO ESTÁ NA DESPESA, MAS NA RECEITA

Por Paulo César Régis de Souza

Nestes tempos de sucessão presidencial, acentuaram-se as manifestações sobre a 3ª reforma da Previdência. Os presidenciáveis fogem do tema como o diabo da cruz, pelos efeitos perversos de que se reveste. De fato, tivemos duas reformas, em 1994 e 2003, e os resultados foram pífios. As maiores violências contra os direitos civis foram cometidas para a redução do déficit. Pois bem, trabalhadores e servidores, inativos (obrigados a contribuir para nada) e viúvas (redução de 30% nas pensões) foram duramente punidos e o déficit só aumentou. É evidente que a 3ª reforma virá para reduzir o déficit, e não há a mínima possibilidade de que isto aconteça.

Vejo com alegria alguns especialistas em finanças públicas começando a entender, como eu, que a crise da Previdência pública não está tão somente na evolução descontrolada da despesa, como querem fazer crer os fiscalistas financiados por bancos e seguradoras. Timidamente começaram a enxergar, como eu, que as razões estruturais da crise estão na receita, no financiamento e até na arrumação da contabilidade pública.

Um deles recentemente repetiu o que tenho afirmado: os R\$ 156 bilhões destinados, em 2005, ao refinanciamento da dívida interna, quase 10% do PIB, foi maior do que o pagamento da folha de ativos e inativos federais, cerca de R\$ 100 bilhões, maior do que a folha de pagamento de benefícios do INSS, R\$ 110 bilhões, e maior do que o déficit da Previdência em 2005, R\$ 39 bilhões.

Toda a economia feita pelo país está indo pelo ralo, financiando um modelo econômico

de baixar a inflação e manter juros altos, na contramão da história e da própria economia mundial. No primeiro choque do petróleo, a inflação disparou. Nesse segundo choque, com o petróleo cotado a 70/80 dólares o barril, a inflação continua estável nos países ricos ou emergentes. Sabe por quê? Há uma grande oferta de produtos e uma acirrada disputa de mercados e consumidores. No nosso caso, teme-se em reduzir os juros para não gerar inflação, o que é um contrassenso. Resultado: o Brasil paga altas taxas de juros, as mais altas do planeta, sequestra toda a poupança nacional para financiar a lucratividade da bolsa, investidores, bancos e seguradoras.

Os fiscalistas igualmente tiram de foco o baixo crescimento econômico – o país não cresce como crescem outros países, inclusive *los hermanos* latino-americanos – e apelam para questões marginais, como gastos com servidores e crise da Previdência, clamando que suas despesas estão muito elevadas em relação ao PIB, e arrancam os cabelos.

Zombam de nossa inteligência, pois não é que as despesas estejam altas, o PIB é que está baixo, pois não há crescimento econômico. Os próprios empresários preferem aplicar dinheiro a expandir seus negócios. Se houvesse crescimento econômico, acima de 6% anuais, a informalidade cairia, a empregabilidade aumentaria, a crise da Previdência desapareceria, pois temos uma massa de 48 milhões de pessoas que estão fora do INSS, que precisam entrar, pois um dia vão precisar do seguro social. Poucos regimes previdenciários do mundo têm este potencial a explorar.

Deixemos de lado o fato de que a Seguridade Social tem sobras de caixa para financiar inclusive a Previdência, que deveria estar superavitária, mas continua deficitária no conceito contábil do governo, que não considera os recursos da Seguridade Social como parte do orçamento da Previdência, ficando esta apenas com os recursos da folha de salário que já não cobrem as despesas com os benefícios do RGPS.

Um simples exercício de crescimento econômico mudaria o quadro deficitário da Previdência:

– Se o Brasil emergisse do baixo patamar de crescimento para a média da taxa de crescimento dos países emergentes, 6% ao ano, o INSS não teria mais déficit em relação ao PIB.

– Como o Brasil não cresce há 20 anos, considerada a década perdida, ampliou-se a informalidade, passando dos 48 milhões, dos quais 5 milhões só no governo Lula.

– Com o crescimento de 6%, haveria a possibilidade de se formalizar quase 50% da massa informal.

– Formalizando, haverá certamente melhoria na qualidade da receita previdenciária.

Os fiscalistas ainda raciocinam, de maneira estúpida e arrogante, com dados do passado. Aham muito que o INSS pague, em média, R\$ 600 de benefícios a 24 milhões de aposentados urbanos e rurais, não se dando conta de que os 7,0 milhões de rurais recebem R\$ 350, sem que tenham contribuído para isso. Não se dão conta de que 70% dos 24 milhões estão na faixa de um salário-mínimo. Não enxergam que há anos os que recebem acima do salário-mínimo estão recebendo cada vez menos. Ignoram que o fator previdenciário, implantado em 1994, está implodindo o modelo, o pacto de gerações, comprometendo o futuro, a tranquilidade e a segurança das pessoas. Prometeram benefícios de 10 salários, e hoje são poucos os que conseguem cinco. O teto de 10 salários virou ficção, foi descartado. Os 30,8 milhões de segurados devem estar tremendo, sua qualidade de vida está totalmente comprometida com o que aí está. Estão empobrecendo o país, criando mais pobres,

empurrando gente para a linha da pobreza.

Só os idiotas não veem a perversa lógica deste modelo neoliberal: achatam benefícios, mostram que o INSS não oferece qualquer vantagem comparativa, administrá-lo mal com os políticos da pior espécie humana, apontar o estado falimentar da Previdência Social pública e convidar as pessoas a comprar investimentos financeiros, como planos de previdência subsidiados pelo mesmo Estado, que empurra a Previdência para o buraco.

Quando afirmo que o problema da Previdência está na receita, é que há uma dívida ativa e administrativa de R\$ 250 bilhões a receber. Com estímulos inúteis aos caloteiros, não há cobrança eficiente (por que não descentralizar e democratizar a cobrança através de bancos e lotéricas?), não há recuperação de crédito, há uma sonegação inercial de 30/40% sobre a receita presumida (com foco na teceirização de mão de obra e serviços), há renúncias contributivas sempre crescentes, há 14 meses que há desestabilização da receita, e há o descasamento dos rurais, em que as receitas não cobrem 5% das despesas. Estas questões não deveriam ser tratadas por leigos, por lobistas, por grupos de interesses, mas por especialistas que tenham por visão e missão a recuperação da Previdência Social pública, do Regime Geral, do INSS, do pacto que assegure aos aposentados e pensionistas uma velhice tranquila.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/09/2006

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 06/09/2006

Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG – 12/09/2006

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 17/09/2006

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ – 30/09/2006

A Notícia, Florianópolis/SC – 03/10/2006

O Jornal, Maceió/AL – 04/10/2006

A Tribuna, Vitória/ES – 05/10/2006

O Liberal, Americana/SP – 09/10/2006

O Estado do Maranhão, São Luís/MA – 09/10/2006

Correio da Paraíba, João Pessoa/PB – 10/10/2006

O Progresso, Dourados/MS – 14/10/2006

O Paraná, Cascavel/PR – 20/10/2006

Fatorama, Brasília/DF – 29/10/2006

Artigos 2005

SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS DO INSS: ABANDONADOS

Por Paulo César Régis de Souza

Com as modificações efetuadas na estrutura da Previdência Social pelo famigerado governo do PT, teremos em breve 30,2 milhões de segurados (contribuintes) e 23,5 milhões de beneficiários (aposentados e pensionistas) completamente abandonados, possivelmente nas mãos de empresários privados que não têm nenhum compromisso com aqueles que pagaram por uma previdência assegurada e garantida por lei federal, pelo Estado brasileiro, e ameaçada por um governo fantoche.

Quem provavelmente se deu bem com as modificações foram os empresários caloteiros, que não pagavam à Previdência e agora não vão pagar mais, pois, com a Super-Receita (Receitão) criada recentemente ficam os fiscos unidos, menos a parte de informática, pois os computadores não se falavam e não se falam e, creio, nem mesmos os auditores que não se entendiam não se entenderão, pois cada qual é especialista em uma área do conhecimento humano, com seu âmbito e sua complexidade.

O mais provável é que agora vão fiscalizar, com muita boa vontade, 1% das empresas no Brasil. Antes, os auditores da Receita fiscalizavam 0,22% e os do INSS 0,78, somando, teremos 1% das mais de 4 milhões de empresas do país, apenas 40.000, como diria Boris Casoy, “uma vergonha”!

Enquanto o governo do PT brincava de modificar o que é bom há 82 anos, enquanto fazia reforma para piorar, enquanto criava mecanismos para não fiscalizar e não pagar, tipo REFIS 1, 2, 3, evitando que os caloteiros pagassem ou fossem para a cadeia, seus asseclas distribuíam mensalões para aprovar leis contra o trabalhador privado e o servidor público. Um horror!

A incoerência dos petistas e seus grandes objetivos de mudar o Brasil, para melhor, nas diversas áreas, como dizia Lula candidato, é bem diferente do que fez o PT e faz Lula Presidente hoje, corrupção nunca vista no país, demagogia nos diversos projetos (Fome Zero, bolsa disso, bolsa daquilo, vale disso, vale daquilo), verdadeiras quadrilhas saqueando e destruindo tudo que havia de bom.

Na Previdência Social, o governo Lula colocou três ministros da pior qualidade, um ignorante em Previdência e incompetente, com uma política de prejudicar os velhinhos com mais de 90 anos e ajudar os planos privados (este era oriundo do Banco do Brasil), o outro estava mais para missionário, pregava, pregava, mas não sabia nem o que falava, pois não sabia nada de Previdência, estava ali a serviço do PT para criar o caixa único, a Secretaria da Receita Previdenciária, levando o dinheiro todo para a Fazenda e deixando o INSS com o pires na mão; e o terceiro empossado pelo peru bêbado do PT, tinha um frango no colo e fazendas no papel, com dívidas em bancos, na Previdência e na Receita Federal etc., não conseguiu trabalhar nem um dia, portanto, não deixou saudade.

Agora colocaram um técnico fazendário da Prefeitura e do Estado de São Paulo, com passagem opaca pelo Ministério do Planejamento, que nada entende de Previdência, certamente para dar o tiro de misericórdia. Começou com a criação de cinco gerências regionais no INSS – DF, SC, SP, MG e PE –, acabando com as Superintendências, no total de nove. As próximas

vítimas serão os servidores, que foram para a Fazenda emprestados, sem perspectivas. Não custa lembrar que na Receita Federal os servidores técnicos tinham carreira especializada. Na Receita Previdenciária, não. Inicialmente foram do INSS para o Ministério, emprestados, e agora foram para a Fazenda, nesta mesma condição, sem quaisquer garantias e horizontes. Logo serão jogados ao mar, como carga inútil, como é do feitio de um governo que não tem qualquer respeito pelos servidores e pelo Brasil...

Um ministro que, como os demais, desconhece a Previdência vplementar, por exemplo, operada de fora para dentro, eivada de erros e desacertos, negócios escusos e patifarias que nem as CPIs dos Correios e do Mensalão desvendam, colocando em risco mais de R\$ 280 bilhões de patrimônio dos fundos de pensão. A máfia que se instalou no MPS, sob o comando de dois ex-ministros do PT, não deixou rastro nem mesmo das “aplicações” de R\$ 800 milhões no Banco de Santos, às vésperas da intervenção. As aplicações só ocorreram porque houve um comando orquestrado para que assim se fize, o que resultaria em benefícios para o PT e sua corriola.

A proposta de reforma do novo ministro em nada muda a Previdência; ao contrário, piora. Só muda mesa, cadeira, servidor, etc. de lugar. É lero sobre lero, lenga sobre lenga. Nada construtivo. O ministro vai fingir que é ministro e que trabalha.

O governo do PT, novamente querendo destruir o que tem de bom no serviço público, atingiu a GEAP. Circulam já várias denúncias contra a GEAP, de irregularidades ou não, o que mais se parece com novo golpe para levar a mais de 1 milhão de usuários para a iniciativa privada, beneficiando os planos de saúde, financiadores de campanha e de partidos corruptos.

Enquanto tudo isso acontece, os 30,5 milhões de segurados e os 23,5 milhões de beneficiários do INSS esperam a próxima mexida como se fossem peças de um jogo de xadrez onde só um joga, o PT.

Pobres segurados e beneficiários (54 milhões de brasileiros, não contados seus dependentes, inclusive os eleitores) abandonados pelos seus antigos protetores. Foram todos enganados, vilipendiados, humilhados. Aos segurados, que ainda não se aposentaram, prometeram acabar com o fator previdenciário que retarda e achata o valor de sua aposentadoria. Aos já aposentados, acima de um salário-mínimo, prometeram o reajuste anual no mesmo índice do salário-mínimo e não cumpriram, acentuando suas perdas, e prometeram revisar seus benefícios, o que não fizeram. Os que percebem um salário-mínimo, mais de 12 milhões, já se deram conta de que – apesar da queda da inflação – não conseguem comprar uma cesta básica.. Estavam e continuam na fronteira da miséria.

Os servidores públicos inativos se deram conta de que a taxaço dos inativos se deu nas madrugadas de Brasília, e as votações só ocorriam depois de maciça distribuição do mensalão.

Pobre povo brasileiro que acreditou no PT e no governo do PT.

Mataram até a “Velhinha” de Taubaté do Luis Fernando Verissimo.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/10/2005

A Gazeta, Cuiabá/MT – 31/10/2005

O Progresso, Dourados/MS – 05/11/2005

O Girassol, Palmas/TO – 08/11/2005

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 12/11/2005

Jornal de Santa Catarina, Florianópolis/SC – 16/11/2005

A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

Por Paulo César Régis de Souza

O problema levantado pelos técnicos do governo sobre a saúde do servidor público, em que 14% se aposentam prematuramente, talvez esteja diretamente ligado à descoberta do presidente Lula: fome, e não obesidade, como insinuou o IBGE.

É o mesmo da maioria dos brasileiros, fome, com seus salários aviltados há mais de 20 anos, com perdas de mais de 130% para os ativos e de 160% para os inativos, só no Plano Real, de 1994 a 2004, com uma assistência médica, hospitalar, ambulatorial, farmacêutica, cada vez mais precária, vales transporte e refeição e auxílio creche defasados.

Trabalhando em condições adversas, morando mal, vivendo mal, às voltas com as incertezas, com seus direitos sociais e garantias constitucionais sendo retirados, é óbvio que os servidores não resistiram às doenças e aos seus agravos.

Os casos de LER (Lesões por Esforço Repetitivo), neuroses, psicoses, depressão, estresse, dependência química, doenças cardíacas, Aids, câncer e outras são fruto do abandono de tratamento preventivo que existia anos atrás, quando as unidades públicas tinham serviços médicos e ambulatoriais de qualidade, farmácias que forneciam remédios, etc. Em nome da economia de palito e do desmanche do serviço público, tudo acabou e os servidores foram remetidos ao SUS, sinônimo de incompetência, roubalheira, desrespeito aos direitos humanos e desprezo pela vida humana. Os mais sortudos estão pendurados em convênios de seguro-saúde que lhes cobram o olho da cara, com a participação crescente no financiamento, e não podem, absolutamente, ficar doentes!

Todos os servidores públicos eram obrigados, ao entrar no serviço público, a fazer exames completos de avaliação médica. Anualmente eram obrigatórios alguns exames de rotina para detectar qualquer tipo de doença e, se encontrado, eram imediatamente encaminhados para junta médica com acompanhamento psicológico.

Hoje o servidor público que trabalha de 8 a 12 horas em balcão é taxado de malandro, quando não de corrupto. Geralmente é confundido com o companheiro arrivista que entra pela janela para ocupar cargo em comissão, sem qualquer compromisso com a instituição, mas com quem o indicou, e que apronta, mete a mão, se locupleta. FHC entulhou o setor público de terceirizados, muitos ganhando mais do que os concursados, transformando a terceirização em rendoso negócio que respingava nas campanhas políticas.

Qualquer empresa de grande porte tem atendimento médico no local de trabalho, fisioterapeuta, assistente social, psicólogo, dentista etc., mas só no governo, que tem um milhão de servidores, isso é mordomia. Nos Estados e Municípios isto é mais dramático. Trata-se de grave erro, pois a sociedade paga mais caro na medicina curativa.

Todos os “benefícios” do servidor público na área de saúde preventiva foram cortados ao longo do tempo. Na última década, suas dificuldades se avolumaram, as doenças cresceram e as aposentadorias se anteciparam. Muito embora boa parte delas tenha sido ditada pelas ameaças de supressão do direito adquirido.

Os servidores da Previdência Social tinham um plano de saúde, completo e estruturado, antiga Patronal, com ações preventivas, curativas, nos locais de trabalho e domiciliares, etc.

Dados do próprio governo, recém-divulgados, revelam que o servidor com mais problemas de saúde está nas áreas com menores salários.

O que fazer, diante de um quadro degradante para os servidores:

- o restabelecimento imediato do atendimento médico, ambulatorial, farmacêutico, odontológico, psicológico nos locais de trabalho;
- recuperação das perdas salariais acumuladas, que são crescentes para os ativos e inativos;
- atualização dos vales transporte e refeição e do auxílio creche;
- um Plano de Carreira, Cargos e Salários que dignifique o servidor, recupere sua autoestima e que o faça trabalhar com produtividade;
- banimento dos arrivistas que só têm compromissos com o próprio bolso e com a corrupção;
- condições de trabalho mais dignas e modernas em instalações, equipamentos e tecnologia;
- no INSS, por exemplo, precisamos de 11 mil novos servidores, urgentemente, para reduzir a sobrecarga de trabalho; de sistemas e programas com velocidade, efetividade, tempestividade e segurança – precisamos acabar com o queijo suíço da Dataprev e com a afirmação de que são os servidores do INSS, com senhas, que fraudam –, postos e agências que ofereçam conforto aos 25 milhões de segurados e aos 23 milhões de aposentados e pensionistas e aos servidores.

Somos servidores do Estado brasileiro, e não de um governo transitório. Prestamos serviço ao nosso povo, geralmente desinformado e desconhecedor de seus direitos e deveres. Não aceitamos a demagogia, a pilantropia, o assistencialismo, o populismo, o fisiologismo, o nepotismo das elites que desembarcam no poder para extrair vantagens e extorquir o patrimônio público.

Não criem mais paliativos, devolvam-nos simplesmente o que nos foi tirado e que funcionava.

No INSS, somos 85 mil servidores ativos e inativos, pagamos em média cinco vezes mais que a contrapartida do governo para manutenção da GEAP, que substituiu nossa antiga Patronal, nosso plano de saúde.

Chega de bravatas e metáforas. Chega de blá-blá-blá. Realmente a desesperança invadiu nossos corações e mentes.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1º a 15/03/2005

RESPEITO É BOM E TODOS NÓS GOSTAMOS

Por Paulo César Régis de Souza

Em 2003, o ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, tentou recadastrar os aposentados, criando filas imensas de idosos, alguns em cadeira de rodas.

Chegou a cortar benefícios de aposentados com mais de 90 anos.

Ganhou como prêmio o Troféu Berzoini de Crueldade, criado pelo PFL para homenageá-lo e ao Ministério do Trabalho.

A história vai se repetir em 2005.

O atual ministro da Previdência, Amir Lando, anunciou que pretende recadastrar de novo os aposentados e pensionistas e diminuir as filas em 50%. Como realizar essa façanha, se os

computadores da Dataprev não funcionam? Se vai reduzir 50% do horror, continuaremos com 50% de horrores. Patético!

Anunciou também que pretende implantar um sistema em que os segurados possam requerer seus benefícios na própria empresa ou sindicato.

Isso vem sendo tentado desde 1992, com o Prisma/empresa ou Prisma/sindicato. O mesmo aconteceu com as concessões via Correios (no passado antigo) e prefeituras (passado recente). Não deu certo, e ainda houve fraudes que estão sendo apuradas até hoje, e outras que aguardam dezenas de forças-tarefas.

Antes de ser criado o Ministério da Previdência, já havia fila e burocracia nos velhos IAPs. Em 30 anos de Ministério, a situação não mudou. Mesmo porque a massa atendida é considerável. Hoje temos uma fila que o ministro Lando pretende dividir em três, através de um sistema de “gerenciamento de fila”:

- 1 – Informações;
- 2 – Requerimento de benefício;
- 3 – Perícia médica.

Conclusão: só vai mudar a fila de lugar. Ao invés de um só caos, teremos três dentro dos postos, para desespero de servidores, segurados e beneficiários. Vão gerar mais estresse, mais desgaste e menos atendimento. Muitos descobrirão que entraram na fila errada no dia seguinte.

A Previdência paga 23 milhões de benefícios/mês. “Fiscaliza” 4 milhões de empresas, movimenta 2 milhões/mês de processos. Tem uma empresa de processamento de dados (Dataprev) que, segundo ele, o ministro, resiste à modernização do sistema e se transformou em um queijo suíço, porque aceita qualquer tipo de furo ou fraude, coloca a culpa em mãos invisíveis nas falhas e nos longos períodos em que seus computadores ficam fora do ar, aumentando significativamente as filas.

O ministro está assistindo a muito filme de ficção no Planalto ou no Alvorada com o Presidente Lula.

A Previdência não precisa de recadastramento nem da perfumaria de gerenciamento de fila, precisa é de gente competente para administrá-la.

Não é desmontando o INSS que o atual governo vai “melhorar” a Previdência.

1– Criaram a Secretaria da Receita Previdenciária (cabide de emprego), tirando mais de três mil funcionários dos postos para supostamente arrecadar mais R\$ 2 bilhões em 2005 (a mágica para arrecadar mais foi levar os fiscais, mesas, cadeiras, computadores e vários cargos em comissão para o MPS – ainda bem que somos(?) todos tolos!);

2 – Mantiveram o fator previdenciário, obrigando o trabalhador a ficar mais tempo trabalhando e retardando a aposentadoria. Os que sobreviverem, provavelmente não vão receber, já que a arrecadação não é mais do INSS, é do governo;

3 – Querem transferir para empresas, sindicatos e prefeituras a concessão de benefícios;

4 – Não repuseram as perdas de servidores nos dois anos do governo Lula. Limitaram-se a substituir os terceirizados, o que era um escárnio!;

5 – Querem vender todo o patrimônio imobiliário do INSS (trabalhador), os imóveis que não forem vendidos serão doados a outros órgãos;

6 – Taxaram todos os aposentados, pensionistas, começando pelos servidores públicos.

Ministro, não seria mais fácil fazer tudo ao contrário:

1 – Redefinir o papel do INSS, para que possa se capitalizar, inclusive sendo autorizado a

vender planos de capitalização, com a garantia do Tesouro;

2 – Criar um número para os contribuintes segurados da Previdência;

3 – Criar mecanismos para que os informais contribuam para a Previdência;

4 – Acabar com todas as renúncias contributivas, já que um dia as pessoas se aposentarão;

5 – Entregar a cobrança dos devedores da Previdência aos bancos; os que não pagassem seriam incluídos no CADIN, no Serasa, no SPC;

6 – Estabelecer uma idade mínima de 60 anos para mulheres e 70 anos para homens, com 35 anos de contribuição. O excedente dos 35 anos para a idade mínima se transformaria em pecúlio;

7 – Criar mecanismos para que o contribuinte comprove todo ano, através da *internet*, que não é devedor da Previdência e o quanto pagou;

8 – Fazer seus computadores falarem entre si e com todos os órgãos federais, estaduais e municipais, assim se saberia quem nasceu e quem morreu;

9 – Aumentar o número de postos e de servidores na área de benefícios, evitando as filas.

10 – Eleger a Previdência como área de proteção, retirando-a do leilão político, assegurando-lhe uma gestão técnica e profissional, por se tratar da questão mais séria na agenda de todos os governos.

Enfim, parar de achar que almas do além estão entrando em seus computadores, sendo que a incompetência de sua mão de obra terceirizada é que não funciona, prejudicando o seu cliente, o segurado, que precisa ser mais respeitado.

Folha de Pernambuco, Recife/PE – 20/01/2005

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/02/2005

O Liberal, Belém/PA – 03/02/2005

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ – 17/02/2005

Diário Catarinense, Florianópolis/SC – 20/02/2005

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 16/03/2005

REFORMAR MAIS UMA VEZ A PREVIDÊNCIA. É PRECISO?

Por Paulo César Régis de Souza

O governo, quando quer taxar alguma coisa, começa a divulgar números, geralmente falsos, com cálculos em economês que só eles entendem. Geralmente usa técnicos terceirizados e pré-pagos para justificar suas pretensões fiscalistas, ao agrado de bancos e seguradoras.

Na Previdência Social não é diferente.

Uma nova reforma está em curso, com o objetivo de reduzir ainda mais direitos e conquistas.

A justificativa é das mais enganosas. O governo usa o déficit que nasceu de sua incompetência, em dois anos, quando acumulou mais de R\$ 61,3 bilhões, e projetando outro déficit de R\$ 40,0, em 2005, o que dará ao PT o recorde de um rombo, ou rombaço, de R\$ 100 bilhões no INSS em apenas três anos.

E mais: cria terrorismo mostrando filas e computadores da Dataprev com problemas de funcionamento.

Duas reformas e o fator previdenciário diminuindo o valor de benefício baseado na “expectativa média de vida da população”, impostos pelo FMI, não resolveram a crise da Previdência.

Não revisaram um benefício dos segurados que pagaram sobre dez salários-mínimos e hoje recebem sete.

Entretanto, os ralos da Previdência continuam abertos:

- a) o REFIS – que protege os caloteiros e evita que sejam presos;
- b) as filantrópicas – que não pagam absolutamente nada.
- c) a Dívida Ativa de R\$ 220 bilhões – que não é cobrada, mesmo porque acabaram com a Procuradoria;
- d) a sonegação de 30% da receita anual;
- e) o descasamento no financiamento da Previdência rural;
- f) fraudes nos sistemas de concessão e manutenção de benefícios;
- g) 40 milhões de informais que não pagam a Previdência e um dia vão se aposentar;
- h) aposentadorias, rural, prostituta, pai de santo, índio, etc., concedidas pelos vários governos sem o devido custeio.

A próxima reforma com certeza terá duas vertentes, uma será sua privatização pura e simplesmente, jogando 27 milhões de segurados e 23 milhões de beneficiários, que confiaram nos governos, na vala comum; a outra será mais prática e fácil para o governo: taxar os aposentados e pensionistas privados em 11%, como fizeram com os inativos servidores públicos.

Deixa-nos de orelha em pé o Presidente dos Estados Unidos propor a privatização da Previdência Social deles. Com a cultura dos nossos em copiar tudo que acontece lá, não precisa ser mago para adivinhar o que vem por aí.

Jornal de Santa Catarina, Florianópolis/SC – 04/03/2005
Folha do Estado, Cuiabá/MT – 04/03/2005
Tribuna do Norte, Natal/RN – 11/03/2005

O Dia, Rio de Janeiro/RJ – 30/03/2005
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/04/2005
A Gazeta, Vitória/ES – 11/05/2005

REDISCUTINDO A DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

A dívida da Previdência não é de R\$ 80,0 bilhões, como anunciou o Ministério.

Nem de R\$ 120,0 bilhões, como noticiou jornal de circulação nacional.

Na realidade, a dívida passa dos R\$ 220 bilhões, quase US\$ 110 bilhões, dinheiro aqui, no Haiti, Cuba, na Comunidade Europeia, Venezuela e Estados Unidos.

Os R\$ 80 ou R\$ 120 bilhões – a diferença é grande, o que prejudica a informação – seria a dívida ativa ou dívida judicial.

Há outra dívida imensa, a administrativa, que deve estar por volta de R\$ 100/120 bilhões.

Esse tipo de notícia produz duas sensações. Uma agradável. A dívida se reduziu porque a Previdência cobrou. Falso. A outra desagradável. Estão sumindo com a dívida, ou, como dizia o ex-ministro Amir Lando, estão apagando a dívida. Também falso.

É desorganização da Previdência mesmo. Para auditores ou procuradores, descontactados do mundo, tanto faz R\$ 50, 80, 120, 220 bilhões. Cresceram com a dívida e já se convenceram de que ela é incobrável. Com eles concordam os devedores, mais conhecidos por caloteiros, com poderosos aliados no Executivo, que lhes dão REFIS todos os anos – reduzindo os encargos – no Congresso – que pressionam e aprovam, especialmente às vésperas de eleições os pacotes de renegociação e rolagem do calote –, e no Judiciário – que lhes extinguem os débitos.

Francamente, é um jogo perverso do crime organizado contra o país, contra a Previdência, os 32 milhões de contribuintes, os 23 milhões de aposentados, as gerações futuras, o pacto de gerações.

Há um pacto de incompetência, pois auditores e procuradores fingem que cobram, e os empresários fingem que pagam!

Insisto que há necessidade de a Previdência, o TCU, a AGU e o Tesouro Nacional unificarem os dados sobre as dívidas da Previdência, da Receita e do FGTS para que haja um mínimo de transparência na dívida administrativa e judicial. Há vários números sendo divulgados, confundindo, mentindo, enganando. Nós da ANASPS identificamos esta dificuldade de apuração de dados confiáveis.

O fato é que, historicamente, a dívida cresce ano a ano apenas porque novos devedores nela embarcam. Principalmente porque a dívida é nominalmente corrigida, para desespero da Receita Previdenciária. Além do que, a dívida também cresce por duas outras razões inerciais: não se fiscaliza e não se cobra. E quando se cobra, se cobra mal.

O mais importante: 90 % das empresas brasileiras recolhem praticamente em dia a contribuição previdenciária.

Os outros 5% não pagam, pois gozam do beneplácito do calote e da impunidade. Outros 5% correm atrás de renúncias.

Dizia-se que não havia ordenamento legal para a cobrança. Mudou-se o Código Penal, mas continuou não se cobrando. Não há notícia de que haja um caloteiro preso.

Para uma receita de R\$ 110 bilhões este ano, acredita-se, com base em estimativa de técnicos da Câmara dos Deputados, que a sonegação será de R\$ 44 bilhões, 40%. O TCU já fez medição histórica da sonegação e apontou outro índice, menos dramático, 30%, ou seja, 30 bilhões. Não há como suportar esta sangria. Em 30 meses do governo do PT, rigorosamente nada foi feito para combater a sonegação ou para se cobrar com um mínimo de eficiência a dívida.

Na realidade, a receita previdenciária cresce quando a massa salarial cresce. Acontece que a massa salarial não tem crescido. Ao final de 2002, o Regime Geral de Previdência Social – RGPS contava com 28,2 milhões de contribuintes, dos quais 21,7 milhões eram empregados. Ao final de 2003, tínhamos 30,2 milhões de contribuintes, dos quais 22,7 eram empregados. Ainda não temos os números do final de 2004.

Também é verdadeira a observação de que o eixo de formação da receita previdenciária mudou. Já em janeiro de 2004, a agricultura contribuía com 1,81%; indústria 34,34%; e serviços, 63,64%. Em janeiro de 2005, o quadro pouco se alterou: agricultura estava com 1,43%; indústria, 36,19%; e serviços, 61,56%.

A Receita e a Procuradoria, lamentavelmente, não estão indo atrás dos devedores e dos sonegadores. Vão atrás dos que pagam.

Os maiores sonegadores, além dos já inscritos nas dívidas judicial e administrativa, são

empresas de terceirização de mão de obra; entidades filantrópicas; 10 milhões de empresas do Simples; empresas de segurança; de conservação e limpeza; de informática; de consultoria; bancos, seguradoras, cartões de crédito; prestadores de serviços; transportes urbanos e interurbanos. Há também entes públicos federais, estaduais e municipais que jamais pagaram suas dívidas no INSS e no FGTS, optando pela escala rolante, em que rolam na bacia do Tesouro suas dívidas de R\$ 350,0 bilhões (U\$ 120,0 bilhões).

Outros problemas graves que atingem a Previdência:

- renúncia contributiva, especialmente dos trabalhadores rurais, dos empregadores rurais, exportações agrícolas, Supersimples, filantrópicas, clubes de futebol (1 bilhão), CPMF;
- descasamento entre as contribuições dos rurais e o pagamento de seus benefícios.

O foco da cobrança está errado.

A Previdência sabia que Transbrasil, Vasp, Encol, Mappin, Manchete, Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil estavam falindo, e não chegou junto. Estes já faliram. Há grandes devedores na fila da falência, e a Previdência está longe, como a Varig.

A recuperação de crédito da receita na Procuradoria, ou seja, cobrança da dívida ativa e administrativa, está abaixo do 1%, o que foi considerado pelo TCU como absolutamente ridículo.

Ou seja, dos R\$ 220 bilhões, a Previdência recupera, quando recupera, menos de 2,2 bilhões, e só chega a isso porque inclui na receita o que é transferido pela Justiça do Trabalho, a título de recuperação de crédito, quando não é.

A Gazeta, Cuiabá/MT – 1º/08/2005

Estado de S. Paulo, São Paulo/SP – 17/08/2005

PREVIDÊNCIA: UMA DÉCADA PERDIDA

Por Paulo César Régis de Souza

Há 10 anos que a Previdência Social pública (RGPS/INSS) tem sua atuação estrutural agravada, apesar de duas reformas constitucionais, e com inúmeras intervenções empreendidas justamente para reduzir seu déficit e estabelecer seu equilíbrio atuarial e financeiro.

Uma década foi perdida, e as consequências, se não são dramáticas – porque o Tesouro surpre suas necessidades –, são nefastas.

Previdência é um pacto de gerações, em que as novas gerações financiam as anteriores, assegurando-lhes uma sobrevivida com dignidade e segurança na velhice, numa sucessão que poderia ser infinita, mesmo considerando os efeitos etários e atuariais, transformações científicas e tecnológicas, níveis de renda e emprego, bem-estar e qualidade de vida. A modelagem do regime de repartição simples tem espaços para ajustes, como os feitos ao longo do tempo, desde sua concepção, tais como tempo de contribuição e idade mínima. Outros estão em processo, como elevação da idade mínima em face da ampliação da expectativa de vida nos países desenvolvidos.

No Brasil, apesar da opção pelo regime de repartição simples, prevalente nos últimos 80 anos – período em que o regime de capitalização esteve ativo e hibernando, gerido por

espertalhões e oportunistas, com os montepios e as seguradoras –, a Previdência teve um período de megaliquidez. As entradas foram maiores que as saídas, chegou a 16 contribuintes para um aposentado e pensionista, e o governo se apropriou de R\$ 1,5 trilhão, ou US\$ 500,0 bilhões. Não é lenda que a Previdência financiou o processo de industrialização, entre 40/50, incluindo estradas, ferrovias, hidrelétricas, portos, siderurgia, alimentação, saúde e habitação. Nas décadas de 60/70, financiou Brasília, Itaipu, Ponte Rio–Niterói, aeroportos e o Sistema Único e Descentralizado de Saúde – SUDS, experimento político que custou R\$ 36,0 bilhões, ou US\$ 12,0 bilhões, mais do que o Programa Nuclear.

Quando as saídas passaram a ser maiores do que as entradas, eclodiu uma crise estrutural enfrentada com o aumento da alíquota de contribuição e desagregou-se a Saúde da Previdência. Seu equilíbrio se rompeu. Entendeu-se que a contribuição do trabalhador/empresa se destinaria a benefícios previdenciários, acidentários e assistenciais. Nova crise estrutural, e desembarcaram os benefícios assistenciais, que passaram a ter cobertura fiscal.

Em 1994, entregaram a Previdência a maus políticos e gestores. Lotearam-na em cima, embaixo, e por todos os lados.

Inexperiência, incompetência, má-fé, prevaricação, malversação instalaram-se em sua estrutura. Consequência: pilhagem, roubo e indústria do calote.

Em princípio, no rastro da euforia da globalização, pensou-se em liquidá-la e privatizar o INSS, com base num suposto modelo chileno de capitalização. Não foi possível, porque o estoque da dívida atuarial era (como é até hoje) elevado, 7,07% do PIB, com tendência ascendente.

O plano B foi então posto em prática com objetividade e praticidade: detonar o INSS, exhibi-lo como um centro de filas, desespero, humilhações, fraudes, corrupção, sonegação, etc.; criar toda sorte de dificuldades para os novos segurados obterem suas aposentadorias e pensões; infernizar a vida dos aposentados e pensionistas, retardando as revisões legais, com vultosos passivos; implantar o fator previdenciário para achatá-los os benefícios, impedindo que um brasileiro se aposente com 10 salários-mínimos, ampliando vigorosamente a massa de beneficiários com um salário-mínimo e comprometendo a dignidade e a segurança das gerações atuais e futuras de brasileiros; estimular a venda a varejo de títulos de capitalização como sendo planos de previdência, com risco total do investidor e segurança zero, beneficiando bancos e seguradoras.

Neste momento, vivenciamos mais uma crise estrutural, em que não se vislumbra uma solução técnica para a Previdência, que passou a frequentar as páginas policiais da mídia impressa e o tempo da mídia eletrônica destinado à polícia federal!

Os fiscalistas, em nome de seus prepostos, acenam com nova reforma da Previdência, com vilanias contra os atuais e futuros aposentados e pensionistas. Não se envergonham de suas contribuições malignas que suprimiram garantias e direitos constitucionais e sociais nas reformas anteriores.

O que deveria ter sido feito não se fez. Não houve e não há vontade política, interesse público, respeito aos segurados, contribuintes, aposentados e pensionistas. Os valores éticos e morais de honestidade, integridade e moralidade foram abandonados. Em nome de uma governabilidade sem glória. Em nome de um poder sem alma.

A grande esperança se transformou em pesadelo.

A Associação da qual sou vice-presidente, a ANASPS, está completando 13 anos, representa mais de 60% dos servidores ativos e inativos da Previdência, cumpre com seu dever institucional – não classista ou corporativo – de denunciar o caos e oferecer alternativas. Este

é o nosso propósito explícito. Não criticamos por criticar. Somos otimistas e proativos.

O regime de repartição simples não está esgotado. A Previdência Social pública é viável. O INSS é viável. Basta que se faça a lição de casa, por exemplo, cobrando-se a dívida judicial e administrativa de R\$ 220 bilhões (US\$ 40 bilhões), eliminando a renúncia contributiva de R\$ 15 bilhões (US\$ 3 bilhões) em 2005; reduzindo-se a sonegação estimada em 30% da receita, R\$ 30 bilhões (US\$ 10 bilhões) em 2005; trazendo os 40 milhões (ou 27?) que estão fora do INSS, mas que um dia desejarão se aposentar; segregando os benefícios rurais sem contribuição, que devem passar a assistenciais, com cobertura fiscal; atualizando a contribuição do agrobusiness; demitindo os maus políticos e gestores, terceirizados e pré-pagos com seus projetos desconectados da realidade; profissionalizando a gestão previdenciária em cima, embaixo e dos lados; resolvendo a interface dos seus sistemas corporativos, no grande porte e no atendimento de ponta, para que sejam tempestivos e oportunos, já que é esta a configuração da digitalização com personalização; sustando as intervenções cosméticas (na Procuradoria e na Receita) que são descaminhos e atalhos diante da falta de objetivos estratégicos e operacionais.

A década perdida se foi.

Esperamos não chegar a cinco lustros de desacertos que comprometam o pacto de gerações, espalhando a desesperança, o sofrimento e a miséria entre os brasileiros.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/01/2005

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ – 05/02/2005

Fatorama, Brasília/DF – 16/01/2005

Diário de Natal, Natal/RN – 05/03/2005

Tribuna do Norte, Natal/RN – 10/03/2005

Diário do Nordeste, Fortaleza/CE – 17/04/2005

PREVIDÊNCIA SOCIAL: O DISCURSO PELO AVESSE

Por Paulo César Régis de Souza

Abro o site e leio o Presidente Lula afirmando que nomeou o ministro Jucá para salvar a Previdência. Lembro-me então que, ao nomear o deputado Berzoini e o senador Lando para o Ministério, disse o mesmo, usando o bordão com sua marca, “estou convencido que o companheiro Berzoini vai salvar a Previdência”, ou “estou convencido de que o companheiro Amir Lando vai salvar a Previdência”. Não me convenci, mas...

Abro o jornal e a revista, leio a mesma coisa.

Ligo a televisão e o rádio, vejo e ouço a mesma história.

Já li e ouvi muita gente, de saber e cultura, afirmar que uma mentira tantas vezes repetida pode se transformar em uma verdade. Pode ser, mas nem sempre. Diz o povo na sua infinita sabedoria que a mentira tem pernas curtas.

Também já li e ouvi muito especialista e analista, cientista político e teólogo, usar a múltipla inverdade para tentar emplacar uma mentira. Os marqueteiros o fazem quando querem vender um produto ruim. Todos acabam desmascarados e desmoralizados.

No caso presente, da Previdência, permitam-me insistir, as afirmações, “as verdades”, chocam-se com a dura e cruel realidade.

Berzoini e Lando não salvaram a Previdência, não estancaram o déficit que vinha subindo na era FHC, muito pelo contrário, produziram em dois anos um déficit ainda mais monstruoso. O de Beroizini, em 2003, chegou a R\$ 28,6 bilhões; e o de Lando, em 2004, R\$ 32,7 bilhões. Berzoini custou cerca de R\$ 7,8 milhões por dia ao INSS; e Lando, quase R\$ 10,0 milhões!

Em dois anos, portanto, o déficit fechou em R\$ 61,3 bilhões (U\$ 24,4 bilhões), algo em torno de 3,46% do PIB.

No segundo reinado de FHC, 1998-2008, o déficit alcançou R\$ 70,9 bilhões.

Pois bem, ao final de 2005, o déficit chegará, nos dois terços do reinado de Lula, aos R\$ 100 bilhões, quase U\$ 40,0 bilhões, com ou sem Jucá, representando 5,65% do PIB.

E por que vai chegar aos R\$ 100 bilhões?, poderá o amigo perguntar a este servidor com quase 30 anos de INSS, que conhece sua casa e lidera uma entidade que reúne 53 mil dos 85 mil servidores da Previdência.

Por uma razão simples: o PT chegou ao governo sem um projeto para a Previdência. De cara encampou o projeto do FMI, pensando que reduziria o déficit e equilibraria as contas. FHC fizera o mesmo, e não reduziu o déficit nem equilibrou as contas. O resultado foi trágico: o PT voltou as costas a si mesmo, arrebatando os trabalhadores e os servidores, que foram seus parceiros e financiadores em toda sua trajetória. Berzoini não tinha o que fazer na Previdência, e não fez nada. O mesmo aconteceu com Lando.

Ambos viram o déficit crescer, a dívida crescer, a sonegação crescer, a renúncia crescer. Só.

Em 2003 e 2004, sem um só plano de trabalho, explodiram o déficit, não cobraram a montanha da dívida de R\$ 220 bilhões, concederam mais de R\$ 25,0 bilhões de isenções e consentiram que a sonegação passasse dos R\$ 60 bilhões, que correspondem a 30% da receita anual do INSS. Por outro lado, a recuperação de crédito manteve-se no risível e inaceitável nível de 1%.

Para este ano, há um elenco de ações em curso que nos induzem a acreditar que não haverá nada favorável para a Previdência.

Vejamos, de forma objetiva:

- aplicação da Lei nº 11.051, de 29.12.2004, aprovada no apagar das luzes de 2004, que produzirá prejuízos inicialmente estimados em R\$ 100 bilhões ao Tesouro e ao INSS. Se o governo não achar devedores e bens, o juiz poderá decretar a prescrição.

- criação do REFIS 3, que é o parcelamento do que já foi parcelado e não pago. Dos mais de R\$ 80 bilhões que entraram nos REFIS 1 e 2, voltaram apenas R\$ 378,1 mil, em 2004; e R\$ 104,8 mil em 2005;

- ampliação do Simples e do Supersimples, especialmente na elevação do teto de enquadramento das empresas (não fiscalizadas), fazendo com que mais empresas se beneficiem;

- permissão para que se vendam planos de previdência para empresários do Simples e Supersimples, com benefícios fiscais; eles que alegaram que não podiam pagar a Previdência;

- renegociação da dívida das prefeituras com a Previdência, para o seu não pagamento, nos prazos pactuados e que ultrapassam os R\$ 15 bilhões, sendo que o benefício fatalmente será estendido aos Estados;

- redução da alíquota de contribuição dos empregados domésticos, sem redução dos benefícios;

- aumento do salário-mínimo;

- pressão para o pagamento dos passivos devidos aos aposentados e pensionistas.

Penso que podemos indagar: qual instituição no planeta Terra resistiria a um rombo de

US\$ 40 bilhões, fruto da incompetência, ineficiência, incúria, fraude, sonegação, saque, pilhagem, praticada com a maestria da desfaçatez e a elegância olímpica da indiferença contra 30 milhões de segurados/contribuintes, 23 milhões de aposentados e pensionistas e 85 mil servidores? Nenhuma

Os companheiros José Dirceu e Antonio Palocci já enxergaram o desastre, o caos e os riscos que rondam a Previdência. Não é o seu equilíbrio atuarial que está ameaçado, mas seu futuro, sua existência.

O pagamento de benefícios cresceu sua participação no PIB, passando de 6,88% em 2003, para 7,11% em 2004, enquanto a receita de contribuição da Previdência não acompanhou a expansão da cobertura, passando de apenas 5,19% para 5,30% do PIB.

É falacioso culpar a elevação da expectativa de vida, expansão dos pagamentos em auxílio-natalidade, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez como vilões do déficit previdenciário. Também é inaceitável que se linche publicamente servidores em ações televisivas de fraude sem que tenham direito de defesa.

Os fiscalistas, a serviço de bancos e seguradoras, pregam uma 3ª reforma, reduzindo ainda mais os benefícios, mantendo o fator previdenciário, que já empurrou 2 milhões de brasileiros para o salário-mínimo, e implantando o modelo chileno, em que só os trabalhadores pagam 11%. Os patrões nada pagam. Táí uma solução criativa inclusiva para acabar com a sonegação e apagar as dívidas dos caloteiros.

São os mesmos fiscalistas que defendem o superávit primário para financiamento da ciranda financeira que leva bancos e seguradoras a lucros escandalosos. São os mesmos que festejam as altas taxas de juros.

Nunca foram nem serão eleitores do Presidente Lula. No mínimo, poderão ser financiadores do segundo reinado, mas o querem como marionete e mamulengo para realização de suas espertezas.

Terveiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/06/2005

Diário de Natal, Natal/RN – 10/06/2005

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 16/06/2005

Fatorama, Brasília/DF – 19/06/2005

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 22/06/2005

Folha do Norte, Feira de Santana/BA – 1ª/07/2005

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SÉCULO XXI

Por Paulo César Régis de Souza

Que programa social espera o brasileiro, para ele e seus filhos?

O maior programa social, de distribuição de renda, de inclusão social, do Brasil é a Previdência Social.

São 30 milhões de segurados, 23 milhões de beneficiários (aposentados e pensionistas), 4 milhões de empresas cobertas, 35 mil servidores ativos, 45 mil inativos, 1200 agências e postos de atendimento.

São R\$ 100 bilhões arrecadados e outros R\$ 130 bilhões pagos anualmente.

São 5000 imóveis cobrados de caloteiros, propriedade dos trabalhadores.

São 10 tipos de benefícios concedidos (aposentadoria, auxílio-doença, etc.).

São 82 anos pagando em dia todos os benefícios.

No entanto, seus administradores, maus políticos e servidores terceirizados, ao longo dos anos foram descaracterizando o conceito do pacto de gerações, com reformas e mais reformas, dilapidando o patrimônio do trabalhador e sendo coniventes com a sonegação, a fraude e a corrupção.

Para reduzir o déficit que criaram, acabaram com muitos benefícios, como o pé na cova (abono de permanência em serviço) e o pecúlio (para o aposentado que voltava ao trabalho); aumentaram a contribuição de empresas e trabalhadores; achataram o valor das aposentadorias e pensões; inventaram benefícios sem o devido custeio; impuseram o fator previdenciário, que aumenta a idade e diminui o benefício; ampliaram as renúncias contributivas (de patrões e trabalhadores rurais, de filantrópicas, Simples, CPMF, exportações do agrobusiness); implantaram os parcelamentos dos parcelamentos e os REFIS, beneficiando os caloteiros e evitando a prisão destes; acabaram com a Procuradoria, distribuindo os procuradores especialistas em Previdência para os diversos órgãos do governo, ficando R\$ 123,4 bilhões a serem cobrados; instituíram a Secretaria da Receita Previdenciária para arrecadar R\$ 2 bilhões sobre uma dívida administrativa de R\$ 94,7 bilhões (2%?), e o déficit aumentou de R\$ 29 para R\$ 32 bilhões; deixaram à margem da Previdência 42 milhões de brasileiros pobres e empurraram para a empulhação dos planos de previdências outros 6 milhões; e levaram a COBAP para dentro do Ministério, com segundas intenções, enganando nossos coirmãos de que tudo estava sendo feito para melhorar o INSS.

Na realidade, estão acabando com o INSS. Só falta a terceirização da concessão de benefícios. Quando isto acontecer, adeus INSS.

Eu diria que o governo atual cria o caos para tentar novamente, com promessas, bravatas e metáforas, na campanha para Presidente da República em 2006, apresentar a solução.

A Previdência do século XXI – a que aí está aos olhos do cidadão – é bem diferente da que já tivemos.

A anterior tinha mais contribuintes do que beneficiários; orçamento próprio; fundo previdenciário de reserva; cobrava os caloteiros e colocava malandro na cadeia; valorizava seus servidores e os treinava adequadamente; tinha fila, mais para os usuários da saúde, não para requerer benefícios; tinha 50 mil servidores; não cobrava de quem já pagou (os inativos); era dirigida pelos servidores da casa, e não políticos e terceirizados sem o menor compromisso com a instituição.

As gerações atuais não conheceram a Previdência que financiou a implantação da siderúrgica de Volta Redonda (marco da nossa 1ª Revolução Industrial), Brasília (marco da interiorização do país), Itaipu (marco do nosso programa energético), Ponte Rio–Niterói (marco de nossa engenharia), implantou o primeiro programa de habitação, com conjuntos habitacionais, tinha uma rede de modernos hospitais e postos de assistência médica, mantinha uma rede de restaurantes e de farmácias populares. Mais de US\$ 500 bilhões, a preços de hoje, foram tirados do fundo de Previdência e investidos em ações que favoreceram o desenvolvimento do país.

Uma Previdência que era orgulho de patrões e trabalhadores.

Com gestão técnica e profissional, com seriedade e cidadania, inclusão e transformação social.

Fisiologismo, coronelismo, assistencialismo, paternalismo, sonegação, corrupção, fraude, roubo etc. detonaram esta Previdência, especialmente de 1985 para cá.

Hoje vivemos dias de incerteza, instabilidade, desconfiança, no rastro da incompetência e da politicagem que fizeram da Previdência moeda de troca de corruptos e desqualificados.

Precisamos reagir contra isto, em nome da segurança dos nossos filhos e netos, descendentes, que precisam de horizontes e perspectivas para o ocaso de suas vidas, na velhice.

Não nos iludamos, há um plano sinistro para acabar com a Previdência pública.

Os atuais aposentados e pensionistas (23 milhões) estão ameaçados. Boa parte deles, 10 milhões, abarrotam os tribunais com ações para recuperar o que perderam, com passivos de R\$ 20 bilhões. Os outros 30 milhões de contribuintes também. Quem garante que amanhã receberão seus benefícios já achatados? Há 40 milhões fora do sistema, que amanhã viverão do Tesouro ou da caridade pública. Os 6 milhões que compraram planos de previdência podem acordar amanhã com pó na mão.

O Brasil terá que fazer, e rápido, antes que seja tarde, uma opção sobre a Previdência de que precisamos.

Há os que defendem (FMI e fiscalistas) a tese de desaposentar, e despensionizar (civís) e de desreformular (militares). Direito adquirido? Acabou quando instituíram a cobrança dos inativos e reduziram as pensões.

Há os que querem impor (FMI e fiscalistas) ao cidadão uma Previdência privada ou nada.

O Estado ficaria com a assistência social, com toda a engrenagem ampliada da corrupção.

Concordarmos que a Previdência de hoje, como está, é um golpe de morte nas futuras gerações.

Há 30 anos que ouço que a Previdência é viável, desde que bem administrada. Por que não se faz isso?

Por que não se expulsam os vagabundos, assaltantes, espertalhões, malandros, que vão para a Previdência para praticar negociatas, não fiscalizar, não arrecadar e não cobrar os devedores, especialmente os grandes e com falência anunciada, gerar mais passivos, inventar benefícios para quem não contribui, praticar fraudes e criar forças-tarefas para combatê-las?

A Previdência do século XXI que o povo deseja não é com certeza a do FMI nem a do Chile, mas a do nosso antigo INPS, que pagava em dia os nossos queridos velhinhos.

O novo desenho da Previdência passa por cobrar os R\$ 220 bilhões de dívidas; acabar com a sonegação de 30% da receita e com a renúncia contributiva; dispor de sistemas corporativos confiáveis e de gestão técnica e profissional; criar o número previdenciário junto com a identidade, título de eleitor e CPF; oferecer benefícios garantidos, inclusive pelo governo federal; assegurar direitos e deveres imunes às mudanças na calada da noite; 35 anos de contribuição igualitária para patrões e trabalhadores, sem qualquer exceção; idade mínima de 50 anos; impedir a criação de mecanismos e burlas, prejudicando quem paga em dia e beneficiando os caloteiros.

O Progresso, Dourados/MS – 16/04/2005

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/04/2005

Fatorama, Brasília/DF – 17/04/2005

A Gazeta, Cuiabá/MT – 17/04/2005

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 15/04/2005

Diário da Amazônia, Boa Vista/RO – 13/04/2005

Diário da Amazônia, Boa Vista/RO – 14/04/2005

O Jornal, Maceió/AL – 20/04/2005

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 28/04/2005

Diário Regional, Juiz de Fora/MG – 1ª/05/2005

Diário do Povo, Teresina/PI – 05/05/2005

O Girassol, Palmas/TO – 10 a 16/05/2005

PREVIDÊNCIA E DATAPREV

Por Paulo César Régis de Souza

Assim como eu, os aposentados devem estar se perguntando:

1. A Previdência Social tem uma empresa de informática que só trabalha para ela, desde 1974?
2. Tem o maior computador da América Latina?
3. Mantém os melhores e modernos equipamentos?
4. Tem os melhores profissionais na área de informática?

5. Paga mensalmente R\$ 30,0 milhões para dar suporte técnico aos sistemas corporativos?

6. Armazena mais de 410 milhões de vínculos trabalhistas, emitiu 257,3 milhões de créditos para benefícios e processou milhões de guias de arrecadação?

A empresa foi de Processamento de Dados, e agora é de Tecnologia e Informações, chama-se Dataprev e só presta serviço para a Previdência Social, cujo Ministério e INSS detêm 51% e 49%, respectivamente, de participação e dependem de seus sistemas operacionais, equipamentos de computação, prestação de serviços de processamento e tratamento de informações há 30 anos.

Infelizmente, os idealizadores da Dataprev, de boa-fé, não imaginaram os males que resultariam da ligação umbilical da dela com a Unisys, concorrente da IBM. Certamente pensaram que, tendo um sistema único, ninguém teria acesso a seus dados! Só a bandidagem, fraudadores, etc. A bem da verdade, nenhum ministro da Previdência contestou a ligação, hoje condenada. Primeiro, porque os sistemas da Dataprev não falam entre si. Segundo, porque os sistemas não têm interfaces com outros sistemas do governo federal, dos estaduais e municipais, dos quais a Previdência se tornou dependente.

Resultado prático: enquanto todo o governo adotou a IBM, a Previdência ficou com a Unisys.

O descompasso se acentuou no governo do PT, com a determinação de tirar a Unisys da cola da Dataprev, mas desastrosamente colando-a à Cobra, que não tem tecnologia alguma e vem recorrendo à Unisys para manter os sistemas no ar.

O MPS paga a Dataprev, que paga a Cobra, que paga a Unisys...

A Dataprev mantém um contrato de prestação de serviços com o INSS de valores absurdos, coisas de um passado de domínio colonial. Suas superintendências estão infladas. O serviço é caro: custou R\$ 344,8 milhões em 2000; R\$ 269,5 milhões em 2001; R\$ 359,8 milhões em 2002; e R\$ 263,9 milhões em 2003.

A Dataprev tinha 2.986 funcionários em 2001; 3.159 em 2002; e 3.733 em 2003.

Talvez esteja superdimensionada.

Sou do tempo em que os servidores do INSS tinham que preencher formulários e encaminhá-los por malotes à Dataprev.

A concessão de um benefício levava séculos. Hoje, com os sistemas on line, com tempestividade e segurança, os servidores do INSS, munidos de senhas, têm acesso direto ao sistemas da Dataprev, que não acompanharam a evolução tecnológica e a demanda.

Somos nós, não eles, que concedem benefícios.

Cabe-lhe treinar os servidores do INSS para acesso aos sistemas, o que é feito de forma a desejar, sem falar que as visitas são cobradas. Uma visita para verificação de um mouse custa R\$ 80,00, quando um mouse em qualquer loja de chinês custa até R\$ 20.

Nós, servidores do INSS, gostaríamos de saber o que cada superintendência da Dataprev faz nos Estados. O sr. Ministro da Previdência deveria fazer algumas visitas de surpresa para constatar a ociosidade paga pelo contribuinte.

Por diversas vezes houve denúncias de irregularidades e ausência de controles no contrato com o INSS. O TCU impôs condições para ajustes nas relações do contrato, mas nem por isso foram observadas. Além do que, as administrações da Dataprev, nos últimos tempos, foram muito nebulosas. Houve um tempo em que terminais da Dataprev foram distribuídos a terceiros com senhas para acesso aos sistemas aos quais os auditores fiscais do INSS não podiam acessar. Só Deus sabe o que se passa nas contas dos devedores da Previdência. Um dia, bilhões. Outro dia, alguns milhões.

Agora temos o maior vexame com os aposentados nas filas, não por causa de greve, nem para comprovar que estão vivos, muito menos para a revisão prometida pelo Presidente Lula, em campanha,

aos benefícios achatados, não para acabar com o fator previdenciário, também não é fila de caloteiros querendo pagar seus débitos, muito menos dos 40 milhões de informais querendo se inscrever no INSS.

As filas são porque os sistemas não estão no ar, com desculpas as mais descontraídas, incompetentes e sem nexos.

O sr. Ministro da Previdência tenta explicar o motivo pelos quais os computadores não funcionam nas agências e postos do INSS, deixando milhares de segurados nas filas justamente insatisfeitos e inconformados. O INSS, pasmem!, levou 30 anos sem conceber um plano “B” para quando casos como este acontecessem, que permitem continuar enganando os segurados que vão para filas todos os dias ouvindo que amanhã vai ser solucionado o problema, quando o problema vem se avolumando cada dia por incompetência ou por má-fé, para não conceder benefícios. Pior! O plano “B” posto em prática tornou-se emblema da impobridade. Ao invés de resolver os problemas estruturais, empenharam-se na compra de 16.631 microcomputadores, numa operação cheia de vícios e suspeitas.

Precisamos urgentemente de uma intervenção na Dataprev para rever seu papel, principalmente agora que o Ministro da Previdência Social criou a Secretaria da Receita Previdenciária, que provavelmente iria para a Receita Federal. Não é desmedido pedirmos uma faxina na Dataprev, para que possa ser instrumento da Receita e dos Benefícios. Precisamos de sistemas universais, que falem com todo mundo, que tenha blindagem contra fraudes.

É difícil, no caso da Previdência, com sua cúpula comprometida com a base política do governo. No passado distante, foram cancelados 5 milhões de benefícios fraudados. Dos 22,7 milhões atuais, muitos milhares já estão fraudados. Tudo porque na concessão há erros indesculpáveis com o acesso de terceiros aos sistemas informatizados. O mesmo ocorre na área da Receita Previdenciária, especialmente no espaço da dívida administrativa e da dívida judicial, em que os interesses se conflitam e não se cobra o que deveria ser cobrado.

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 05/01/2005

O Jornal, Maceió/AL – 12/01/2005

A Gazeta, Rio Branco/AC – 14/01/2005

Folha Popular, Palmas/TO – 16/01/2005

Diário Regional, Juiz de Fora/MG – 30/01/2005

O Progresso, Dourados/MS – 03/02/2005

POR QUE NÃO SE CRIAR O MINISTÉRIO DA SEGURIDADE SOCIAL?

Por Paulo César Régis de Souza

No governo do PT – todo enlameado – não foram poucos os rudes golpes impostos à Previdência Social pública, aos seus 30,2 milhões de contribuintes, 23,5 milhões de aposentados e pensionistas, e 80 mil servidores.

O INSS, a maior seguradora da América Latina, foi entregue à sanha de uma base política, que se nutria de verbas, cargos e mensalão!

Cedo descobrimos que o PT não tinha um projeto de Previdência Social. Encheu o

Ministério e o INSS de carreiristas, terceirizados e pré-pagos. Endossou, sem discutir, uma proposta do FMI, que virou a 2ª reforma da Previdência, para retirar direitos sociais e conquistas constitucionais de servidores públicos, de trabalhadores, de pensionistas e de inativos! O PT, naquele momento, rasgou várias de suas bandeiras. Vimos, com muito desconforto, a arrogância e truculência de Dirceus, Berzoinis, João Paulos, Profs. Luizinhos, Pelegrinos, Chinaglias, Bernardos, Pimentais, passando o rolo compressor para que tal reforma fosse aprovada. Os que se manifestaram contra, Heloisa Helena, Babá, Luciana Genro, foram expulsos do PT. Hoje sabemos, estarrecidos e perplexos, que a 2ª reforma foi aprovada com o “valerioduto” irrigando a base aliada, não saciada com as verbas e cargos. A cada votação, geralmente na calada da noite, nas madrugadas, foram desmontando o direito adquirido e a expectativa de direito dos cidadãos, rompendo nossas linhas de defesa, heroicamente, que dispunha apenas de princípios éticos e morais.

O que veio depois na Previdência foi de doer e chorar: manutenção do fator previdenciário; recadastramento dos maiores de 95 anos; forças-tarefas para fingir que se combatia fraudes; demissão de humildes servidores acusados de fraudes, para encobrir o jogo sujo da sonegação de 40% da receita; a não cobrança da montanha de dívidas de 225 bilhões; o crescimento vertiginoso do déficit do INSS de R\$ 100 bilhões em três anos de Lula; as renúncias contributivas de R\$ 45 bilhões em três anos de Lula; a anistia aos caloteiros com o REFIS 2 e o Supersimples; as trapmas da Dataprev com a Cobra; um ministro que via queijo suíço na Previdência inteira, e outro com o frango com tudo dentro; autorização armada na Casa Civil para que bancos e agiotas tivessem acesso às contas dos aposentados, que nada deviam, e hoje devem R\$ 10 bilhões.

Não há registro de um plano de trabalho sério para melhorar o atendimento, reduzir a burocracia, dar qualidade aos serviços, respeitar os segurados, os beneficiários e os servidores. Estes tiveram 1% de aumento em 2003; zero em 2004; e 0,1% em 2005. Nossas reposições foram obtidas com ganhos judiciais em ações que datavam de 1987 e que o governo do PT – enlameado – considerou como dívida sua. Que falta de grandeza.

O Ministério da Previdência Social perdeu a Procuradoria-Geral para a Advocacia Geral da União, e a Secretaria da Receita Previdenciária para o Ministério da Fazenda. Com isso, o Ministério foi esvaziado.

Nós da ANASPS defendemos sua recriação, por este ou pelo governo que o sucederá, reunindo todas as atividades previdenciárias do país, inclusive as que jamais lhes foram integradas por um entendimento injustificado. E se possível, com o retorno dos procuradores federais e dos auditores fiscais. Não se implode uma memória, uma história e uma cultura de 82 anos, responsável pela implantação do Direito Previdenciário e do Direito Tributário Previdenciário entre nós.

Por princípio, organicidade e economicidade, todas as atividades de seguridade social devem estar afetas ao novo Ministério.

Por isso, propomos mudar a designação atual do Ministério, atribuindo-lhe a designação nova de Ministério da Seguridade Social, com a incorporação dos fundos abertos de Previdência privada, bem como a Previdência dos servidores públicos, civis e militares.

No caso dos servidores públicos, em face dos aspectos de autonomia dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, e em respeito ao federalismo republicano, o Ministério apenas atuaria na formulação de regras comuns, observado o disposto na ordem constitucional e infraconstitucional.

Desta forma, o Ministério da Seguridade Social passaria a planejar, executar, controlar e auditar todos os sistemas previdenciários existentes no país, assim compreendendo: o Regime Geral de Previdência Social, dos trabalhadores privados; a Previdência Complementar dos fundos de pensão públicos e privados; o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos, da União,

dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, civis e militares; a Previdência Complementar dos fundos abertos de previdência privada.

O novo Ministério da Seguridade Social reuniria os atuais 30,2 milhões de contribuintes do Regime Geral de Previdência Social; os 6,5 milhões de contribuintes para os Regimes Próprios de Previdência; os 23,5 milhões de aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social; os 3,0 milhões de aposentados e pensionistas dos Regimes Próprios de Previdência; os 366 fundos de pensão; os 960 planos de previdência complementar fechada; os 2,3 milhões de participantes dos fundos de pensão; os atuais 6,0 milhões de participantes dos planos de previdência complementar aberta; o patrimônio de R\$ 280 bilhões dos fundos de pensão; o patrimônio de R\$ 60,0 bilhões dos fundos de previdência privada; o patrimônio imobiliário do INSS, estimado em R\$ 3,0 bilhões.

Propomos também a criação de conselhos de administração e gestão para cada uma das áreas, implantando um controle social efetivo e participativo.

Ainda há tempo para se recuperar a Previdência Social, antes de uma 3ª reforma. A recuperação seria um ato de gestão, operacional. A 3ª reforma será estrutural, mas não deve ser jamais sobre os direitos dos trabalhadores e servidores. Há espaços, de folga, nos dois regimes – repartição simples e capitalização – para oferecer esperança e tranquilidade às futuras gerações.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/09/2005

Folha de Londrina, Londrina/PR – 22/09/2005

O Norte, João Pessoa/PB – 24/09/2005

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 25/09/2005

Diário Popular, Porto Alegre/RS – 26/09/2005

O Liberal, Americana/SP – 16/10/2005

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 16/10/2005

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 20/10/2005

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ – 29/10/2005

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 13/11/2005

PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS X JUROS

Por Paulo César Régis de Souza

Gostaria de apresentar alguns dados que agridem a consciência social do país e a cidadania. Isto é preocupante, fraudam todas as bandeiras do Governo Lula, comprometem nosso futuro como nação e povo, Estado e governo, agudizam o desespero das gerações que contribuiram (23,3 milhões) para a Previdência e ameaçam o futuro dos que estão contribuindo (30,2 milhões), produzem insegurança, incertezas, intraquilidade e desestabilizam as famílias.

Entre janeiro e maio deste ano, o INSS pagou a 23,3 milhões de aposentados e pensionistas R\$ 53,3 bilhões.

No mesmo período, pagou R\$ 64,9 milhões de encargos da dívida pública.

Prestem atenção: Os gastos anualizados com pagamento de benefícios previdenciários, R\$ 125,0 bilhões em 2004, representaram 7,2% do PIB. A dívida interna, de R\$ 957,5 bilhões, significa 50,3% do PIB.

Os R\$ 53,3 bilhões pagos pelo INSS – transferidos à economia – geraram cerca de 120

milhões de pagamentos diretos a esses 23,3 milhões de beneficiários da Previdência, que serviram para se alimentar, pagar aluguel, luz, telefone, impostos municipais, estaduais e federais, comprar remédios, saldar empréstimos (estimulados pelo governo do PT), fazer feira, ajudar filhos, netos, dependentes. Esses pagamentos, indiretamente, beneficiaram outros 55 milhões de brasileiros, na ampla cobertura social e humana da Previdência, que alcançou 78 milhões de pessoas, mais de 40% da população total.

A Previdência é, de longe, o maior programa social da América Latina, cobrindo as populações do Chile, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia.

Continua sendo o maior programa de distribuição de renda e de estabilidade social também da América Latina.

Isto, apesar das limitações que, impostas pelo esmagamento das reformas patrocinadas pelos governos FHC e Lula, que resultaram na subtração de direitos sociais e conquistas constitucionais dos trabalhadores, públicos e privados, atingindo mortalmente suas esperanças.

Preocupa-nos o fato de que temos 40 milhões fora da Previdência, que nenhum dos 30,2 milhões de contribuintes chegará a receber 10 salários-mínimos de aposentadoria ou pensão, mesmo contribuindo durante 35 anos pelo teto máximo, e que o fator previdenciário – imposto pelo FMI para reduzir o déficit previdenciário, mas na verdade para atrasar e achatar benefícios – tenha transferido 2 milhões de brasileiros para a faixa de um salário-mínimo no INSS nos últimos três anos.

Ou seja: o governo do PT patrocina e inibe a distribuição de renda e a estabilidade social, como se fosse algo extraordinário um rendimento médio de R\$ 633,66 da clientela urbana e R\$ 298,86 da rural! É um crime que se pratica contra o futuro deste país. O que deveria ter sido feito seria não apenas a correção do valor de face dos benefícios, mas seu aumento real, para que as pessoas possam terminar seus dias com dignidade. Por uma desgraça do governo do PT, os benefícios acima do mínimo continuaram sendo reajustados abaixo da inflação, comprimindo seu poder de compra e criando um novo passivo.

Dados conhecidos, levantados pelo previdenciário histórico Alvaro Solon de França, sustentam que em 63,7% dos 5.561 Municípios brasileiros, mais precisamente 3.546 deles, os recursos movimentados pela Previdência superam a verba repassada pelo Fundo de Participação dos Municípios. Claramente significa que os benefícios previdenciários são a razão econômica principal de subsistência e fonte de financiamento de 3.546 Municípios, movimentando a indústria, agricultura, comércio e serviços. O que seria o interior do país sem o INSS? De que viveriam as prefeituras, se sua capacidade de geração de receita é limitada e são altamente dependentes das transferências constitucionais fiscais? Qual seria a taxa de infelicidade bruta das populações e comunidades?

E os R\$ 64,9 bilhões destinados ao pagamento de juros, para que serviram? Para sustentar e enriquecer bancos e seguradoras, jogadores da bolsa, lavadores de dinheiro, caloteiros profissionais, protegidos por uma taxa de juros escandalosa e por um superávit primário que empobrece o brasileiro todos os dias. Em termos otimistas, menos de dez mil brasileiros se beneficiaram! Foram arrancados da poupança nacional e entregues diariamente R\$ 630,0 milhões aos expropriadores, predadores e magnatas.

Os gastos com juros superaram os investimentos, que foram de R\$ 502 milhões diários. Foram maiores que os R\$ 40,0 bilhões destinados ao Orçamento da Saúde e os R\$ 20,0 bilhões da Educação. Daria para pagar, com folga, os 150 milhões de pagamentos previdenciários, incluindo os de prestação continuada e os de prestação única.

Precisamos repensar os modelos de Previdência e de juros, em nome das gerações presentes e das futuras. Não existem nações sem cidadãos. Os Estados existem em função deles. Não em função de bancos, seguradoras, bolsas, superávit primário e juros. Sei que nossos fiscalistas, que são pravelescentes no comando da política econômica, estão se lixando para a qualidade dos projetos sociais, em que a Previdência é o mais relevante deles. Foram rendidos pelo capital especulativo e dele se tornaram reféns. Mas não devem colocar o Estado e a nação igualmente reféns de seus desvios de conduta.

Os dados são muito contundentes para que possam ser menosprezados pelas pessoas de bom senso, pela maioria silenciosa, cordata, pacífica e ordeira, que finge aceitar tudo.

Talvez tenhamos perdido nossa capacidade de indignação em 11 anos de ignomínias e crimes de lesa-humanidade praticados contra os aposentados e pensionistas do Brasil. Mas ainda há tempo para nos redirmos, em nome do pacto de gerações que fundamenta há quase 200 anos a Previdência Social.

A perda de capacidade de financiamento da Previdência não está na expansão do sistema, mas no desmedido endividamento público, por força dos juros, que está matando o Estado e as nações. O Brasil já foi um jardim à beira do Atlântico. Os países latinos foram jardins à beira do Pacífico. Os altos juros estão destruindo toda a América Latina, com a irresponsabilidade de seus dirigentes.

Estado de Minas, Belo Horizonte/MG – 30/07/2005

Tereiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/08/2005

A Gazeta, Cuiabá/MT – 31/08/2005

A Tribuna, Vitória/ES – 06/09/2005

A Notícia, Florianópolis/SC – 07/09/2005

O PT ACELERA O DESMANCHE DO INSS

Por Paulo César Régis de Souza

O governo do PT, entre muitos desacertos, acelerou o desmanche da Previdência Social pública, do INSS, a eliminação de direitos sociais e conquistas constitucionais de 7,7 milhões de trabalhadores públicos, de 30,2 milhões de contribuintes do INSS, de 23 milhões de aposentados e pensionistas; gerou, entre 2003 e 2005, R\$ 100 bilhões de déficit de caixa, R\$ 90 bilhões de sonegação, evasão e elisão contributiva, R\$ 35 bilhões de renúncias contributivas; e elevou a montanha de créditos a receber para R\$ 225 bilhões.

Assim, sem um plano de trabalho para a Previdência, com o mensalão, cargos e verbas, comprou a aprovação da 2ª reforma da Previdência, elaborada pelo FMI, taxou os inativos (o que só acontece no Brasil), fatiou o INSS com sua base política, estimulou a fraude e a corrupção e, mais do que isso, através de manobras diversionistas, prendeu, humilhou e demitiu servidores, enquanto favorecia os caloteiros e sonegadores, seja com o REFIS 2, com o Supersimples, com a supressão da prisão dos apropriadores indêbitos, e as filantrópicas com o ProUni.

Vejam bem. FHC fez a 1ª reforma da Previdência, também imposta pelo FMI, para reduzir o déficit de caixa. Deu em nada. Lula repetiu a dose, o déficit só faz crescer. E por que cresce? Porque

não se atacam as causas estruturais do déficit.

Os objetivos de FHC e de Lula foram os de implodir o modelo previdenciário que vigorou por 82 anos no Brasil, resistindo aos saques e pilhagens de mais de US\$ 500,0 bilhões, leia-se INSS. Primeiro, seria implantar o modelo chileno em que só os trabalhadores contribuem para um benefício mínimo (acabando com a contribuição patronal), segundo, favorecer a venda de planos privados de previdência, que não têm nenhuma proteção e fiscalização, o que levou 6 milhões de brasileiros aos bancos e seguradoras, nas suas desesperanças e incertezas.

Em 63,7% dos 5.561 Municípios brasileiros, mais precisamente 3.546 deles, os recursos movimentados pela Previdência superam a verba repassada pelo Fundo de Participação dos Municípios.

No processo de implosão foram usadas sólidas estratégias: aumentar o déficit da folha de salário – que já não cobre o pagamento de benefícios –; usar recursos da Seguridade para cobrir o déficit; não cobrar os R\$ 225 bilhões e afirmar que a dívida é incobrável, premiando os caloteiros; não fiscalizar a sonegação, evasão e elisão estimada em 30/40% da receita, conforme fontes insuspeitas; ampliar as renúncias contributivas com o REFIS 1 e 3, e se prepara o REFIS 3, para a festa dos devedores nas eleições de 2006; o Supersimples e o Simples Geral, que vai sugar R\$ 10 bilhões/ano do INSS; manter a recuperação de crédito abaixo de 1%, o que é inaceitável em padrões mundiais de custo de oportunidade.

Ao invés de gestão profissional no INSS, “governança administrativa” ou “choque de gestão”, o que se viu foi, no atacado: a transferência do Caixa da Previdência para o Tesouro, impondo-se o caixa único, quebrando uma perna do INSS; a transferência da Procuradoria-Geral do INSS para a AGU, liquidando com a cultura jurídica e base do direito previdenciário no país, quebrando outra perna do INSS; a criação do fator previdenciário (imposto pelo FMI), para retardar a concessão e achatam os benefícios, quebrando os braços do INSS; a transferência da Diretoria da Receita Previdenciária, do INSS, para o Ministério da Previdência, em nome da eficiência, ficando o INSS apenas com a Diretoria do Seguro Social, atingindo-se o coração do INSS. Agora anuncia-se a ida da Receita Previdenciária e da Previdência Complementar para a Fazenda, alcançando o cérebro da Previdência.

No varejo, entregou-se a Previdência inicialmente aos companheiros sem nenhum conhecimento de métodos e processos gerenciais e aos protegidos de políticos da base, geralmente incompetentes e mal-intencionados. Os gerentes foram escolhidos por seu currículo sindical, e não gerencial. Os cargos de confiança foram ocupados, na sua maioria, por arrivistas terceirizados! Depois, veio a escória partidária ou banda podre, que se perdeu em ações e licitações suspeitas na Dataprev, com a Cobra e empresas estreladas, em contratos condenados com a Universidade de Brasília, etc. Sobre eles desabaram as forças-tarefas, caçando corruptos de dentro e de fora, punindo os de dentro e deixando os de fora rindo à toa.

Não precisa ser profeta para prever o que vai acontecer com a Previdência Social e com o Regime Geral de Previdência Social. Passarão a ser administrados pelo Tesouro.

Uma 3ª reforma da Previdência, novamente em nome da redução do déficit, vai ampliar a idade mínima para se aposentar, mudará o financiamento daí para a frente, acabando com a contribuição patronal e impondo a contribuição só ao trabalhador, e estabelecerá que quem quiser uma aposentadoria ou pensão acima do mínimo, que procure um fundo de pensão público ou privado, com benefício definido, ou um plano de previdência privada de bancos e seguradoras, com a segurança de quem compra terreno no fundo do mar ou na lua. Estará honrado, deste modo, o que constava da Carta de Intenção firmada pelo governo do Brasil com o FMI.

O déficit não será reduzido, as dívidas não serão cobradas (as da Receita não são), a sonegação e as renúncias vão aumentar, as futuras gerações, nossos filhos e netos, terão certamente horizonte sombrio, de insegurança e frustração.

Igualmente não precisa ser profeta para adivinhar o que acontecerá ao INSS sem Procuradoria e sem Receita. Acaba. Não me surpreenderia se fosse posto em prática o Plano Forlan: cria-se uma Agência Reguladora do Seguro Social e transfere-se a formatação e concessão de benefícios a terceirizados privados, rateando as franquias com a base política, como aconteceu com os Correios, criando uma nova fonte de corrupção. Deste modo, o governo se livrará de servidores que sabem reivindicar, fazer greve, defender o patrimônio público e zelar pela Previdência Social pública. A Dataprev, por sua vez, um grande queijo suíço, será absorvida pelo Serpro, progressivamente, já a partir da criação do Receitão, pela via da plataforma aberta.

Quis a História que as maiores atrocidades contra a Previdência dos servidores públicos e dos trabalhadores privados fossem cometidas justamente pelo governo do PT que, no seu despreparo e incompetência, se destrambelhou, rasgou seus ideais, torrou seu patrimônio. A esperança que se transformou em pesadelo agora está em escombros.

O Globo, Rio de Janeiro/RJ – 1º/08/2005
Jornal de Brasília, Brasília/DF – 31/08/2005

Folha do Estado, Salvador/BA – 04/09/2005
Folha do Estado, Cuiabá/MT – 13/09/2005

O LIVRO NEGRO DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Há três anos que a ANASPS publica, anualmente, o *Livro Negro da Previdência*.

Neles procuramos analisar, detalhadamente, as ações e intervenções verificadas na Previdência Social, ano a ano, especialmente o papel desempenhado pelos Ministros da Previdência e Presidentes do INSS e da Dataprev. O que fizeram, especialmente de ruim, e o que deixaram de fazer.

Não nos atemos ao que foi feito de construtivo, pois esta deveria ser uma obrigação deles para com as instituições para as quais foram nomeados.

Como aconteceu nos oito anos de FHC e nos quase três de Lula, a Previdência foi dirigida – com raríssimas exceções, como Reinhold Stephanes e José Cechin – por pessoas sem qualquer conhecimento ou compromisso com a Previdência. Primeiro, sem conhecimento. Entraram e saíram desconhecendo o que deveriam fazer. Pouco ou nada fizeram. Só fizeram o que lhe renderam bons dividendos. Segundo, o compromisso que tinham era com seus caciques e seus liderados políticos, com sua claqué, com sua camarilha, com seus caloteiros. Não era com contribuintes, aposentados, pensionistas e servidores.

Foram quase 11 anos perdidos na Previdência, que é uma atividade complexa, exigindo formação, capacitação e atualização para entendê-la e gerenciá-la. Não é passatempo de leigos nem laboratório de espertos e mal-intencionados.

Na primeira edição do *Livro Negro* fomos duros na análise do último ano da era FHC, mas não nos cingimos ao último ano. Olhamos para todo o tucanato e sua negritude contra o Estado

interventor e com Estado moderador e indutor. A Previdência perdeu quase 20 mil servidores e não melhorou a qualidade do atendimento, levando-se em conta as expectativas dos contribuintes e beneficiários. Os dois marcos desta era foram a 1ª reforma da Previdência – que liquidou com a expectativa de direito, o direito adquirido, direitos sociais e conquistas constitucionais de trabalhadores e servidores – e a implantação do fator previdenciário para dificultar e retardar a concessão, e achatar os valores dos benefícios.

Na segunda edição, analisamos o primeiro ano da era Lula, que se elegera com várias bandeiras e promessas na área da Previdência, que inegavelmente tem forte apelo eleitoral. De cara descobrimos que Lula não tinha um plano de governo para a Previdência. Chocou-nos sua afirmação de que suas promessas eram bravatas eleitorais! Depois, abraçou a 2ª reforma da Previdência, que FHC tentara, sem êxito, e a impôs com a dinheirama das verbas parlamentares e do mensalão, além dos cargos que sustentavam sua base política. Prometera revogar o fator previdenciário, mas o manteve, rever o passivo da correção dos benefícios que, concedidos sobre um determinado número de salários, vêm perdendo valor ao longo do tempo.

Na terceira edição, analisamos as gestões dos ministros Lando e Jucá, guindados ao cargo sem que pudessem mexer no andar de baixo. Foram tantos os desacertos cometidos que tememos pelo futuro da Previdência. O senador Lando praticamente se incompatibilizou com os presidentes do INSS e da Dataprev, deteriorando a instituição. O senador Jucá, por causa de frangos e terras, incompatibilizou-se consigo mesmo. A Previdência perdeu espaço, força e poder, acabando por perder a Receita Previdenciária, que carregava consigo há 82 anos! A presença de um ministro sério teria evitado a incorporação da Receita Previdenciária pelo Ministério da Fazenda, projeto do FMI, que também pretendeu fundir as centenárias instituições do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal!

A ANASPS não é a palmatória do mundo. Somos apartidários e não temos o monopólio da verdade e da ética.

Somos servidores da Previdência, 53 mil no universo de 80 mil. Mais da metade. Temos a obrigação de conhecer a Previdência em cada um de seus escaninhos. Sempre estivemos no andar de baixo da Previdência, já que os andares de cima eram ocupados por categorias privilegiadas. Lidamos, em condições as mais adversas (instalações precárias, sistemas operacionais obsoletos, etc.), com o povão que procura a Previdência. Proporcionamos mais de 3 milhões de atendimentos/mês e enfrentamos, com nossos baixos salários e ridículos reajustes anuais, o elevado índice de insatisfação da clientela. Não temos a atenção e o respeito dos dirigentes (muitos deles protegidos políticos, arrivistas, terceirizados e pré-pagos) e não contamos com o reconhecimento do nosso esforço pelos usuários. Este é o lado perverso do nosso trabalho, que tem 30,2 milhões de contribuintes segurados e 23 milhões e 500 mil aposentados e pensionistas. São 55 milhões de brasileiros com direitos adquiridos que nos procuram, pouco mais de 35 mil servidores.

A 3ª edição do *Livro Negro da Previdência* está sendo enviada a pesquisadores universitários, parlamentares do Senado e da Câmara, procuradores do Ministério Público Federal, procuradores e advogados da União, juízes e desembargadores, ministros dos Tribunais Superiores e do TCU, especialistas em Direito Previdenciário e em Finanças Previdenciárias, dirigentes da Previdência pública e privada, lideranças patronais, de trabalhadores e de aposentados. Nosso objetivo: gerar massa crítica para que os desmandos sejam combatidos, contidos e corrigidos.

A complexidade da Previdência tornou-a uma ciência de poucos especialistas. É uma ciência que tem como campo a proteção ou segurança social de gerações futuras, ideal ou utopia de uma velhice tranquila. O perfil dessas gerações foi alterado pelas mudanças científicas, tecnológicas, econômicas, financeiras, sanitárias, trabalhistas, ambientais, demográficas (redução da natalidade e aumento da

expectativa de vida). As Nações Unidas e os países ricos se preocupam com o crescimento geométrico de idosos, não apenas no primeiro mundo, e a escassez de recursos para o provimento de suas necessidades.

Os modelos previdenciários conhecidos, de repartição simples e de capitalização, estão se esgotando, na medida em que os Estados e os financiadores dos modelos não conseguem expandir sua capacidade de financiamento atuarial. Não que os custos de administração sejam elevados. São até pequenos. Onerosos são os custos das aposentadorias e pensões, mesmos sem os excessos. Onerosos são os custos do capital especulativo e da corrupção. Muitos países, como o Brasil, operam no limite desejável de financiamento, sendo elevadas as cargas tributárias em relação ao PIB. Isto inibe os investimentos com os idosos, em saúde e previdência, tendendo a se estabelecer um conflito na distribuição dos recursos disponíveis, o que acabará punindo a velhice e aniquilando sua tranquilidade!

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/09/2005

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 20/09/2005

O Progresso, Campo Grande/MS – 24/09/2005

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 25/09/2005

O Girassol, Palmas/TO – 27/09/2005

Gazeta do Paraná, Cascavel/PR – 12/10/2005

Fatorama, Brasília/DF – 16/10/2005

Diário Regional, Juiz de Fora/MG – 16/10/2005

A Gazeta, Cuiabá/MT – 17/10/2005

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ – 19/10/2005

O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SÓ CRESCE

Por Paulo César Régis de Souza

Apesar de duas reformas, que retirou conquistas sociais e direitos sociais de trabalhadores e servidores, implantação do fator previdenciário, que retarda a concessão e achata o valor dos benefícios, barreiras no auxílio-doença e nas aposentadorias por invalidez, o déficit da Previdência só cresceu nos últimos anos. Nada indica que deva cair.

Afirmar que a simples incorporação da Receita Previdenciária pela Receita Federal iria reduzir o déficit era uma pilhéria de mau gosto e sem apoio em dados objetivos.

Na era Itamar (92-93), o déficit da previdência chegou a R\$ 10,6 bilhões.

Na era FHC (94-02), o déficit bateu os R\$ 74,7 bilhões, com média de R\$ 9,0 bilhões.

Na era Lula (03-06), o déficit chegará aos R\$ 136,0 bilhões, com média de R\$ 34,0 bilhões.

É verdade que os benefícios têm crescido, 1 milhão/ano, com mais de 3 milhões de concessões/ano, significando que na movimentação há mais saídas do que entradas, seja por que razões forem. A maior parte, por serem benefícios de prestações únicas.

Já o valor dos benefícios é irrisório: R\$ 520,56 (em setembro de 2005), sendo R\$ 596,26 para os urbanos e R\$ 284,97 para os rurais. Dos 23,0 milhões, 18,0 milhões estão abaixo de dois salários-mínimos. Acima de 10 salários, apenas 7 mil. É um quadro doloroso, frustrante, e que ameaça o futuro da Previdência como seguridade social, estabilidade e tranquilidade na velhice!

Por que o déficit só cresce? É porque o financiamento só diminui.

A sonegação na era Itamar oscilou entre R\$ 25,6 e R\$ 34,2 bilhões; na era FHC, entre R\$

178,7 e R\$ 238,3 bilhões; na era Lula, fechará entre R\$ 120,9 e R\$ 161,4 bilhões.

As renúncias previdenciárias (Simples, filantrópicas, exportações rurais e CPMF), só na era Lula, baterão os R\$ 47,0 bilhões, e poderão ultrapassar os R\$ 50 bilhões.

Tudo é feito para que a Previdência perca receita. Ainda agora, as 2000 prefeituras que devem R\$ 20 bilhões ganharam 20 anos para pagar. As 3.500 que estavam em dia vão deixar de pagar. Os Estados que devem outros R\$ 15 bilhões quase ganharam o mesmo benefício. As empresas do Simples, que teriam R\$ 7,1 bilhões de renúncias em 2006, chegarão aos R\$ 10,0 com a ampliação delas pela MP do Bem.

Além do mais, não se cobra a dívida de R\$ 300,0 bilhões. A recuperação de crédito é uma piada, e a análise de risco de crédito é uma ficção científica. Só servem para pós-doutorado a distância.

O Popular, Goiânia/GO – 24/11/2005
O Globo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª/12/2005

O BRASIL PRECISA DE MULHERES COMPETENTES

Por Paulo César Régis de Souza

Será que podemos comparar todas as mulheres, umas competentes na política, na religião, na ciência, na pesquisa, na gestão, nas atividades espaciais, e outras competentes nos lares, administrando economia, saúde, segurança, educação, conforto, bem-estar, e outras funções básicas do indivíduo e do grupo? Podemos. Minha casa é com Doris. As atividades se complementam dando sentido às nossas vidas.

Mulheres como madre Tereza de Calcutá, que deixou para traz todos os prazeres da vida em benefício dos mais necessitados, pobres e oprimidos; Margareth Thatcher, a dama de ferro da Grã-Bretanha, que guerreou contra os argentinos, modernizou a economia, saúde e segurança, conquistando a estima de seu povo; Golda Meir, uma das arquitetas do Estado de Israel; Indira Ghandi, filha de Nehru, um dos fiéis seguidores de Ghandi; Evita Peron, um mito eterno na Argentina; Condoleeza Rice, o anjo negro, que está surpreendendo como Secretária de Estado dos Estados Unidos; e Angela Merkel, que nasceu e viveu sob o comunismo, hoje à frente da maior nação da Europa, com a missão de consolidar a reunificação alemã.

No Brasil, temos muitas ministras, mas Dilma Russef, na minha opinião, deveria assumir definitivamente o governo, já que o outro não deu certo. Mente todo dia.

Nos tribunais superiores, Supremo, STJ e TST, brilham mulheres de notável saber jurídico. O mesmo acontece no Congresso, no Senado e na Câmara, onde mulheres inteligentes se capacitam para dirigir o país. No momento estão influenciando no plenário, nas comissões técnicas, mistas, parlamentares de inquérito, dando o tom das mudanças que deveriam estar ocorrendo, em benefício de todos.

Expressão deste inconformismo é a senadora guerreira Heloisa Helena, expulsa

pelos petistas enlameados por ter defendido a Previdência Social pública, mais justa para os 23,6 milhões de segurados e 30,8 milhões de contribuintes. Ela encarnava o ideário, todas as bandeiras do PT, que puseram Lula na Presidência da República. Cedo descobriu que as promessas de Lula e do PT eram só bravatas. Ela e seus bravos companheiros, Luciana Genro e Babá, foram duramente punidos pelo PT que instituiu o mensalão, o caixa dois, o valerioduto, o ptduto, que rasgou e queimou suas bandeiras, que liquidou com os princípios e valores da moralidade e da ética.

Com reformas sobre reformas, que em nada mudaram a sonegação, evasão, Elisão, brechas legais, renúncias; ampliaram o déficit, que baterá os R\$ 140 bilhões na era Lula; achataram o valor dos benefícios (78% na faixa de 1-2 salários-mínimos); aumentaram as filas e desqualificaram o atendimento; criaram milhares de cargos comissionados para os apadrinhados, do PT e da corrupta base política, dos Janenes, Pedros, Robertos, Valdemar, etc., tudo fazendo para destruir a maior seguradora do Brasil e da América Latina, que há 83 anos paga em dia e é a maior distribuidora de renda do país.

Nesta Previdência Social que resistiu ao saque, à pilhagem da República Velha e da Nova República, tivemos algumas mulheres que marcaram suas passagens pelos diversos escalões, vindo de baixo e se tornando referência. Destaco em especial a nossa eterna diretora de Recursos Humanos, Maria Cecília Landim, Secretária de Administração do Governo do Distrito Federal, onde é por demais querida dos servidores e com certeza pela população do GDF (Governo do Distrito Federal), pelo belo trabalho que vem executando para os servidores, plano de carreira, cargos e salários, saúde, moradia a preços populares e salários dignos para professores e policiais, dando educação e segurança a quem precisa.

Enquanto estive à frente da Diretoria de RH do INSS não foi diferente. Maria Cecília elaborou e executou os melhores projetos para os servidores de todas as áreas, meios e fins, assegurando recrutamento, seleção, treinamento, capacitação, reciclagem, indo à luta por benefícios e vantagens, reposição de quadros, adoção de novos padrões para melhoria de atendimento. O ridículo monopólio da Dataprev impedia que o servidor pudesse ter acesso à informatização. Maria Cecília costumava dizer que recursos humanos era, como o seguro social, atividade fim.

Se tivéssemos Maria Cecília à frente do INSS, com sua personalidade carismática, seu espírito inovador e sua vocação para o trabalho, esta lambança de criar o Receitão, levando a contribuição de R\$ 100 bilhões da Previdência para a Fazenda, não estaria ocorrendo, como está, com um ministro fazendo o papel ridículo de não defender a alma de uma instituição que representa. É lamentável que vá ao Congresso levar o caixão e fazer o enterro, em nome de um passado e de um futuro que não tem. Um homem sem história, membro de um governo no fundo do poço de lama.

Maria Cecília teria feito tudo para impedir que o Troféu Berzoini tivesse levado os velhinhos aposentados com mais de 90 anos para as filas, a escandalosa abertura da folha de 23 milhões de beneficiários para empréstimos consignados, com a marca da suspeição dos bancos BMG e Rural, as trapalhadas da Dataprev, cheia de estrelas do PT, os contratos nebulosos com a Cobra e a Novadata, as filas degradantes e os represamentos humilhantes, os milhares de terceirizados em todos os escalões, a escolha de gerentes pelo mérito sindical e de filiação petista, o prêmio à incompetência e à incúria. Não permitiria que se tirassem servidores da linha de atendimento na concessão e manutenção de benefícios para a linha da arrecadação e fiscalização, que os terceirizados impusessem seus “ensinamentos” de fora para dentro, como ocorreu com o projeto das Vias Transversas.

Certamente não teríamos que engolir o nosso incompetente ministro “técnico”, designado pelo Palocci, que contratou a rede bancária para fazer o recadastramento, pagando R\$ 7,50 por segurado, enquanto os bancos utilizam-se do nosso cadastro para dar empréstimos com juros altíssimos, embora afirmem o contrário na propaganda enganosa. Maria Cecília treinou os servidores que fizeram o maior recadastramento da história da Previdência, nos idos de 1992. A Previdência fez o que deveria ser feito e retirou mais de 5 milhões de benefícios da folha, numa operação que durou três anos. O Ministério e o INSS tinham estruturas adequadas para o desempenho de suas funções.

É evidente que o atual ministro só irá divulgar a partir de agora números sinistros, déficit próximo de R\$ 140 bilhões, dívida a cobrar de R\$ 300 bilhões, sonegação de R\$ 100 bilhões, agências do INSS fechadas por falta de pagamento, e tudo por obra dele e do PT.

Enfim, por tudo isso, só posso dizer: que saudade da Cecília Landim, tão identificada com a história da Previdência Social que o PT quer liquidar por pressão externa e por incompetência de seus quadros.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/12/2005
Tribuna de Alagoas, Maceió/AL – 03/12/2005
Fatorama, Brasília/DF – 04/12/2005

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 04/12/2005
Jornal de Brasília, Brasília/DF – 08/12/2005

O ATENDIMENTO DO INSS

Por Paulo César Régis de Souza

Há um consenso no país de que o INSS atende mal, muito mal!

Não ousou negar as evidências, e já vivi o bastante para não brigar com a verdade.

Presido hoje a única entidade de servidores do INSS, mas há uma coisa que gostaria de afirmar enfaticamente: nós, servidores, não somos responsáveis pelo mau atendimento do INSS.

A sociedade brasileira precisa saber que por trás dos balcões de atendimento de INSS há servidores, somos cerca de 30 mil nesta linha de frente, trabalhando com a alma e com o coração. Pessoas que têm família, origem, endereço, sonhos, esperanças, frustrações, deveres e obrigações, como cidadão e como servidor.

Não tento justificar erros e falhas, omissões e humores.

Os segurados (contribuintes) e beneficiários (aposentados e pensionistas) não querem saber de explicações.

A mídia, entendo eu, não está aí para reconhecer quando atendemos bem, pois esta é a nossa missão institucional. O mau atendimento, com filas quilométricas, em dias de sol a pino ou de chuva torrencial, em momentos de greves, gera notícia e torna emblemática a Previdência para a sociedade brasileira.

Ninguém quer saber que não temos treinamento há dez anos, que perdemos servidores sem perder a produtividade, que não vislumbramos ascensão nem promoção funcional, que não temos reconhecimento algum das chefias superiores, que não dispomos de sistemas,

equipamentos e suporte de informática adequados, que trabalhamos em instalações e condições adversas e sob pressão e estresse, que somos dirigidos por gente nada profissional, leiga e incompetente, comandados por políticos desqualificados, corruptos e sem qualquer compromisso com a Previdência Social pública. Foram quatro ministros da Previdência, quatro presidentes do INSS, quase três dezenas de diretores e secretários, alguns sem condições mínimas de competência. A Lei permite que 100% da alta gerência seja não concursada, estranha e desqualificada!

Em determinado momento, deu-se preferência à seleção de gestores que tivessem no currículo militância sindical! O peso era maior do que o nível de escolaridade, incluindo mestrado e doutorado!

O DatANASPS, que criamos na ANASPS para que pudéssemos trabalhar os números do INSS e extrair o que nos diz respeito, nos informa que movimentamos 21 milhões de processos em 12 meses, de agosto de 2004 a julho de 2005, e 20,8 milhões de setembro de 2004 a agosto de 2005, com média mensal de 1,7 milhão de procedimentos. Igualmente nos mostra que só em 2005, de janeiro a agosto, movimentamos 13,5 milhões de processos, com média mensal de 1.696 mil, e produtividade de 452,6 processos por servidor. É a primeira vez que alguém da previdência vem a público mostrar o que fazemos, em condições tão desforçáveis, lidando com uma massa gigantesca de 53,8 milhões de brasileiros, sendo 30,2 milhões de segurados e 23,6 milhões de beneficiários. Isto pode parecer muito pouco, mas não deixa de ser significativo.

Se considerarmos o indicador de concessão, entre 1991 e 2004, comparado com o número de servidores ativos, vemos que a produtividade cresceu quatro vezes. Passamos de 28 concessões por servidor em 1991, com 1,3 milhões de benefícios concedidos, para 99 em 2004, com 3,9 milhões. Já a relação entre beneficiários (aposentados e pensionistas) por servidor praticamente dobrou entre 1991 e 2004, passando de 267, com 12,6 milhões de beneficiários, para 578, com 23,5 milhões. Em 1991, o INSS tinha 47,3 mil servidores ativos, e em 2004, 40,4 mil. Prestem bem atenção: praticamente dobramos os benefícios em manutenção no período, que passaram de 12,6 para 24,5 milhões, enquanto o número de servidores caiu! Tivemos uma produtividade crescente, sem qualquer contrapartida ou reconhecimento. Isto foi resultado do nosso trabalho.

De forma mais concreta, vejamos o que nos dizem os dados do DatANASPS: benefícios previdenciários: de setembro de 2004 a agosto de 2005, entraram 2,8 milhões de pedidos; 1,6 milhão foram deferidos; 6.625 encerrados; 3,8 milhões repesados; 3,5 milhões cessados; 289,6 mil suspensos; e 3,7 milhões concedidos. Beneficiários acidentários: entraram 2,7 milhões; 826,8 mil deferidos; 419,5 mil indeferidos; e 1,1 milhão aguardaram perícia. Ressaltamos que os dados relativos a repesamento dos benefícios previdenciários e aguardando perícia dos acidentários integram um fluxo, mutável a cada mês.

O mês de maior atendimento nos últimos 12, foi o de abril de 2005, com 1,9 milhão. O de menor, junho, com 1,4 milhão, justamente quando houve a última greve, cujos resultados foram, reconheço, pífios, com a grave omissão da CUT, que cruzou os braços em relação às perdas dos servidores. Não há a menor boa vontade do governo do PT de atender os pleitos dos servidores públicos.

Nos últimos dez anos, perdemos mais de 5 mil servidores. Recentemente, perdemos mais 5 mil para a Receita Federal! Na ponta há uns 30 mil, e outros 5 mil estão na retaguarda. Temos um servidor para cada grupo de 1.793 segurados e beneficiários.

Tivemos 1,0% de aumento em 2003; zero em 2004; 0,1% em 2005; acumulamos perdas de 120% nos oito anos de FHC, e de quase 20% no governo Lula, que manteve a política salarial de aumentos diferenciados, com base em gratificações de falsa produtividade. Um horror. Não custa lembrar que a CUT recentemente divulgou que “86% das categorias tiveram reajuste salarial acima da inflação pelo INPC no primeiro semestre de 2005. Os ganhos variaram entre 1% e 4% acima da inflação acumulada nas datas bases das categorias pesquisadas. A pesquisa abrangeu 28 sindicatos que correspondem a 42 categorias que assinaram contratos coletivos, em um total de cerca de 350 mil trabalhadores do Estado de São Paulo”.

Para uns, tudo pode, tudo é possível. Para nós servidores, tudo é difícil e impossível. Isto apesar da despesa com os servidores sempre ter corrido abaixo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os números parecem não dizer muito, porque o atendimento é ruim. Dizer que a culpa é dos governos não ajuda. Dizer que a culpa é do Estado indutor, que substituiu o Estado provedor, muito menos. Mas não foi por causa do atendimento que 6 milhões de brasileiros correram para a previdência privada de alto risco. O governo estimulou a migração, ao optar pelo desmanche da Previdência Social pública. Esta, no passado, era garantia de tranquilidade e segurança. Hoje, ninguém recebe uma aposentadoria de dez salários-mínimos. Nem pensar. O teto de R\$ 2.668,15 (menos de nove salários) virou uma loteria e uma prova de esforço. O dado concreto, como já mostrei em diversos artigos, é que com o fator previdenciário os que se aposentaram de 2002 para cá foram ampliar o contingente de um salário, que mal dá para a sobrevivência.

Recentemente, os arrivistas que desembarcaram na Previdência e que respondem por um déficit de R\$ 100 bilhões, uma sonegação também de R\$ 100 bilhões, renúncias de R\$ 47,0 bilhões, que jamais cobraram a dívida de mais de R\$ 250 bilhões, culparam o auxílio-doença de ser o vilão de suas desventuras. Pobres diabos! Agora, criaram uma Diretoria de Atendimento entregue a pessoal terceirizado e sem vínculos com a Previdência Social pública e mandaram os bancos recadastrar os 23,6 milhões de beneficiários a um custo de R\$ 164,6 milhões, depois de terem cometido a violência de colocar à disposição desses bancos o contracheque dos recadastráveis para que se endividassem, em uma operação sob suspeita de ter sido fonte do mensalão!

Depois da transferência da Procuradoria do INSS para a Advocacia Geral da União, e mais recentemente para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Receita Previdenciária para a Receita Federal, o que sobrou está ruim. Vai ficar ruim. O plano de desmanche é maior que os remendos no casco. Continuaremos resistindo e trabalhando dobrado. Clamamos por uma solução técnica e profissional. O PT conseguiu tornar a Previdência Social pública um pesadelo, um agravo, uma tortura!

Tercero Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/10/2005

Monitor Mercantil, Rio de Janeiro/RJ – 31/10/2005

Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 13/11/2005

NO CAMINHO COM MAIAKOVSKI

Por Paulo César Régis de Souza

O autor do livro que empresta o título a este artigo é Eduardo Alves da Costa.

Em maio de 2003, tomei emprestado seu poema:

“Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor do nosso jardim,
e não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores, matam nosso cão,
e não dizemos nada.

Até que um dia, o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.

E já não podemos dizer nada.”

Escrevi que qualquer semelhança com a realidade em que vivíamos era mera coincidência.

Hoje, porém, já não acho tão mera. Eduardo Alves da Costa era realmente um visionário: Os paladinos da moralidade pública, detentores do monopólio da ética e da moral, donos da verdade, foram traídos pela arrogância e soberba, bravatas e metáforas, deixaram cair suas máscaras acusados de diversas maracutaias que começaram a ser apuradas por várias CPIs.

O próprio Presidente Lula, numa de suas confissões, surpreendeu o país afirmando que suas promessas de campanha eram bravatas para conquistar o poder. Confessou que enganou, iludiu, ludibriou, mentiu ao povo. Rememoremos algumas delas:

Criar 10 milhões de empregos, em um país onde 70% da população economicamente ativa depende do salário mínimo. Criou o programa primeiro emprego, que ficou só no primeiro.

Nos 13 compromissos assumidos com os servidores públicos, dois deles eram: não mexer nos direitos sociais e garantias constitucionais dos servidores, e valorizar o serviço público. Lamentavelmente, o que vimos foi o “professor” Luizinho, com suas risadas de escárnio, votar e trabalhar contra a expectativa de direito e o direito adquirido da aposentaria integral e obrigar os inativos a pagar 11% do seu rendimento para a Previdência, transformando o Brasil no único país a cobrar de aposentado. Tivemos 127% de perdas salariais na era FHC, e logo em 2003 a era Lula se inaugurou com 1% de aumento! Em 2004, aumento zero; e em 2005 nos humilha, de joelhos, com 0,1%, para fingir que cumpre o preceito constitucional (descumprido em 2004) com aumento anual linear para o servidor público

“Reformou” a Previdência Social, encampando um projeto do FMI e do BIRD, do agrado de bancos, seguradoras e bolsa. Descobriu-se rapidamente que o PT não tinha um projeto de Previdência. Eliminou direitos dos trabalhadores públicos e privados, inclusive de sua base sindical – CUT –, num total desrespeito a seus eleitores e filiados. Se o objetivo era reduzir o déficit, este aumentou R\$ 30 bilhões em 2003 e R\$ 30 bilhões em 2004, e aumentará R\$ 40 bilhões em 2005,

fechando o triênio com R\$ 100 bilhões. Uma tragédia. Além do que, ampliaram a sonegação de 40% da receita previdenciária, as renúncias, e não cobraram as dívidas de R\$ 220 bilhões.

Prometeu revisar todas as aposentadorias – disse que estava convencido disso – de quem se aposentou com dez salários-mínimos e estava recebendo sete, de quem se aposentou com cinco e agora recebe três. Não revisou um só, e alguns milhões dos que sobreviveram aos 30 meses de seu governo ainda aguardam. Na prática, só pagou os passivos quando 2 milhões bateram às portas da Justiça. Mandou recadastrar velhinhos com mais de 90 anos e manteve o fator previdenciário (inventado pelo FMI), que só prejudica e diminui o valor de sua aposentadoria.

Criou milhares de cargos comissionados, chegando aos 20 mil, desde ministro (o Brasil tem mais ministros do que a China e quatro vezes mais do que a Argentina) até o menor, para seus apadrinhados, e obrigá-los a pagar o dízimo, que engorda o caixa do PT.

Criou o REFIS 2 e já parte para o REFIS 3, sempre às vésperas de eleições, para salvar caloteiros da cadeia e não pagar a Previdência já combatida. Criou o Supersimples e patrocina o Simples Geral para que os microempresários fraudem a Previdência.

Transferiu a Procuradoria do INSS para a AGU e criou a Secretaria da Receita Previdenciária, como passo para levá-la para a Receita Federal, no bojo do Receitão, ignorando o princípio constitucional da vinculação da contribuição ao pagamento de benefícios. Tudo em nome do caixa único e do superávit fiscal.

Com isso, esvaziou e desmantelou o INSS, e admitiu a terceirização da concessão de benefícios por empresas terceirizadas, certamente de “laranjas” da base política, como fizeram nos Correios.

Com uma informalidade monstruosa e vergonhosa, de 40 milhões (serventes, pedreiros, eletricitas, e outros serviços eventuais), não colocou um só informal na Previdência.

Criou o empréstimo para os 23 milhões de beneficiários da Previdência com desconto em folha, levando 6 milhões de velhinhos a se endividarem em quase R\$ 10 bilhões, instituindo a agiotagem governamental, pois parte dos juros vai para CUT.

Os programas assistenciais e demagógicos, eleitoreiros e fisiológicos, tais como Fome Zero, bolsa isso e bolsa aquilo, Banco do Povo, cotas em universidades, farmácia popular, SAMU, e outros não deram certo. Sem falar que nada fez em segurança, educação, estradas, saúde, habitação, saneamento.

Nem mesmo a reforma agrária, necessária para a expansão do capitalismo e incorporação dos excluídos ao mercado de consumo, mereceu a atenção. Desrespeitou o MST.

Cassou seus parlamentares históricos que fundaram o PT, como a senadora Heloisa Helena, não permitiu instalação da CPI do Valdomiro, pressionou o Legislativo e o Judiciário.

Hoje, o Presidente Lula está debaixo de três CPIs, acessado por uma base política firme como geleia, que só quer saber de verbas e cargos, com o PT rachado e desfigurado na sua versão inicial, e ainda se apresenta como o salvador da pátria, acima de tudo e de todos, o senhor da causa republicana.

O Presidente poderia calçar as sandálias da humildade, pois o inferno está cheio de insubstituíveis.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/07/2005

Fatorama, Brasília/DF – 31/07/2005

O Liberal, Belém/PA – 17/10/2005

MAHATMA GANDHI DE CABROBÓ

Por Paulo César Régis de Souza

Gandhi começou uma das maiores revoluções dos tempos modernos com uma greve de fome e com o escudo da não violência, levando o continente da Índia à independência.

Será que o nosso bispo de Cabrobó deu início a uma mudança no país do PT, mostrando a eles que não são os donos da verdade? Será que o governo do PT vai admitir que não é com mensalão, mensalinho, caixa dois e outros mecanismos de pressão que se administra um país?

Só para lembrar: Collor foi expurgado do governo e da vida política do país por causa de um Fiat Elba, parte da grande roubalheira de sua caterva.

Collor confiscou o dinheiro do povo, chamou a indústria de automóveis de fabricante de carroças, enquanto vendia o país para o exterior.

FHC não foi diferente: vendeu o que o Brasil tinha de melhor, fez tudo o que o FMI mandou, implantou a privatária, mas infelizmente o povo não se apercebeu e o reelegueu.

Lula da Silva, torneiro mecânico, elegeu-se para mudar tudo quanto de ruim Collor e FHC fizeram, porém, só fez lambança até agora. Ao confessar que suas promessas de campanha eram bravatas ou trapanças, apequenou-se. Ao aceitar como ideal o legado do Estado de Collor e FHC, inviabilizou-se. É esse Estado que está a serviço do mercado e de seus agentes, bancos, seguradoras e bolsas, que infla os lucros do capital e espalha a pobreza, a miséria e a fome. Rasgou as bandeiras do PT e arquivou o ideário de mudanças, sonhos e esperanças dos que o elegeram. As mortes dos prefeitos de Campinas e de Santo André e as negociatas de Waldomiro Diniz são o seu Riocentro.

Deu 1,0% para os funcionários públicos em 2003, zero em 2004, e 0,1% em 2005; permitiu que a polícia invadisse o Congresso Nacional para bater em servidor que reivindicava seus direitos; dividiu os sindicatos de servidores públicos; desmontou a máquina pública loteando os 21 mil cargos comissionados entre petistas e membros de sua base política, incompetentes, ladravazes e despreparados.

No INSS, que nos interessa de perto, a maior seguradora da América Latina e que há 82 paga em dia seus compromissos sociais, apesar dos saques de todos os governos republicanos, fez mais uma reforma para reduzir o déficit, que no seu governo baterá os R\$ 140 bilhões; taxou em 11% os inativos, tornando o Brasil o único país do mundo a exigir que aposentado pague previdência; manteve o fator previdenciário, retardando e diminuindo as aposentadorias dos segurados; não cobrou os devedores; não combateu a sonegação, que alcançará R\$ 120 bilhões; livrou os caloteiros da cadeia e os premiou com mais benefícios para não pagar as dívidas; ampliou as renúncias previdenciárias, que beirão os R\$ 50 bilhões.

Prometeu revisar todas as aposentadorias, pois quem pagou para se aposentar com 10 salários-mínimos só recebe sete; mandou recadastrar velhinhos com mais de 90 anos para que provassem que estavam vivos; prometeu pagar os passivos e já agora, na calada da noite, conspirou para não pagar os pequenos valores; prometeu acabar com as fraudes, mas transformou a Dataprev em queijo suíço e o INSS numa peneira de grandes furos; entregou o Ministério e o INSS a alguns dirigentes incapazes e desqualificados; manteve as filas nos postos do INSS, gerando indignação e favorecendo a ineficiência.

Efetivou, depois de 83 anos, o desmanche do INSS, mesmo sabedor de que ***o dinheiro da previdência não é imposto, mas contribuição, tendo, portanto, CIC, RG e dono: o segurado do INSS***; acabou com a Procuradoria e transferiu todos os procuradores concursados e treinados para cobrar

dívidas para a AGU; acabou com Arrecadação e Fiscalização do INSS, e transferiu todos os auditores fiscais concursados e treinados para a Receita Federal, criando o Receitão, com o único intuito de fazer caixa único, leia-se meter a mão no dinheiro dos segurados e aposentados e pensionistas; prejudicou o serviço do INSS em sua atividade fim, de conceder e pagar benefícios, ao mandar mais de 2500 servidores concursados e treinados para conceder benefícios para a Receita Federal. Agora, aqueles que fiscalizavam 0,28% (Receita Federal) e 0,78% (Previdência), irão fiscalizar 1% das mais de 4 milhões de empresas do Brasil.

Por último, o PhD de plantão no MPS, o atual ministro, que nunca ouviu falar de Previdência, anunciou um novo recadastramento e resolveu dar mais um dinheirinho aos bancos, pagando R\$ 7,50 reais por atualização cadastral. Isto, depois que Lula estimulou o endividamento dos aposentados, favorecendo os bancos em MP elaborada com a ajuda de um banco privado, envolvido no “valerioduto”, que instituiu o empréstimo consignado, eufemismo do acesso aos 23,5 milhões de contracheques, aparentemente sem ônus. Um presente do governo do PT aos bancos. Há três anos, aposentados deviam zero aos bancos. Hoje, devem mais de R\$ 10 bilhões.

Os servidores do INSS serviram no passado, de graça, para o maior recadastramento já feito, em 1992, o dos rurais, que resultou em mais de cinco milhões de expurgos da folha do INSS. Se o ministro, leigo, quiser informações sobre como foi feita a revisão dos rurais, a ANASPS as repassará.

O formulário desta nova revisão é uma verdadeira obra-prima de dificuldades para qualquer bancário, mesmo pós-graduado. Certamente teremos duas filas, uma nos bancos para pegar os formulários, e outra no INSS para tirar as dúvidas.

O recadastramento, não tenham dúvidas, é mais uma empulhação do governo do PT na Previdência. Na era FHC, o vilão foi o auxílio-natalidade, através das empresas. Na era Lula, o auxílio-doença. São ícones que se acompanham das “operações republicanas” das forças-tarefas. Um grupo finge que trabalha, com a televisão na cola, prendendo servidores e combatendo fraudes, enquanto a sonegação aberta destrói a Previdência, a dívida não é cobrada, as renúncias são ampliadas, os caloteiros são premiados, sem falar nas suspeitas de bandalheiras encobertas nos fundos de pensões.

No triste episódio da MP do Bem isto ficou muito ostensivo. Governo e oposição se uniram para detonar a Previdência, de um lado beneficiando o Simples, com renúncias de R\$ 10 bilhões só em 2006; de outro, dando 20 anos para que as 2000 prefeituras que devem R\$ 18 bilhões ao INSS paguem o que devem. Uma verdadeira imoralidade.

Só lamento que ninguém, ninguém mesmo, tenha compreendido e entendido o saque na Previdência contido na MP do Bem, uma verdadeira transposição dos cofres do INSS para os caloteiros de carteirinha.

Acredito que o bispo de Cabrobó, nosso Gandhi, poderia salvar nossa Previdência, se novamente entrasse em greve, e se não fizerem com ele o mesmo que fizeram com a velhinha do Veríssimo. Mataram-na.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/11/2005

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 1ª/11/2005

Jornal de Piracicaba, Piracicaba/SP – 1ª/11/2005

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 04/11/2005

Tribuna do Norte, Apucarana/PR – 05/11/2005

Diário da Região, São José do Rio Preto/SP – 12/11/2005

Fatorama, Brasília/DF – 20/11/2005

Tribuna de Indaiá, Indaiatuba/SP – 29/11/2005

A Gazeta, Cuiabá/MT – 02/12/2005

Jornal de Londrina, Londrina/PR – 03/12/2005

O Progresso, Dourados/MS – 06/12/2005

Jornal de Jundiá, Jundiá/SP – 06/12/2005

O Estado do Paraná, Curitiba/PR – 07/12/2005

Diário de Assis, Assis/SP – 08/12/2005

Correio Popular, Campinas/SP – 08/12/2005

O ESPETÁCULO DO CRESCIMENTO

Por Paulo César Régis de Souza

O PIB brasileiro de R\$ 1, 769 trilhão posiciona o país no 12^a lugar no ranking das economias mundiais, porém, somos o 39^a em renda *per capita*, posição bem desfavorável em relação a 1988, quando o Brasil se posicionou como a 8^a economia do mundo.

A pergunta é: O governo atual melhorou a vida dos brasileiros, cumpriu suas promessas de campanha? Claro que não.

O leitor então me diria: como explicar que as pesquisas demonstram um índice de aceitação do Presidente de 62%? No entanto, não veem que os índices de reprovação, regular, ruim e péssimo, do governo, juntos, somam os mesmos 62%. Como pode ser? Bem, aí é que está a competência do Presidente. Enquanto se critica e fala-se mal da Previdência (PMDB) e do Banco Central (PSDB), o Presidente viaja no aerolula no país e para o exterior, escuda-se no populismo barato, participa de feira de gado e festa da uva, de sua base no Planalto lança falsos programas, inaugura novas instalações de empresas privadas, faz discursória, com bordões e chavões, para plateia de agricultores, sindicalistas, beija velhinhos e crianças, vai a velório, aniversário, nascimento de neto, reforma seu palácio, usa ternos, sapatos e gravatas de marca, joga futebol, fuma charutos cubanos, faz churrasco na Granja do Torto, dispara metáforas e pede à população paciência. Portanto, fica longe das promessas ou bravatas, como já as rotulou.

Ficaram para trás, nos anais do PT, a criação dos 10 milhões de empregos; a revisão de 20 milhões benefícios do INSS; a correção dos benefícios previdenciários acima do mínimo, achatados; pagamento dos passivos; cobrança dos R\$ 220 bilhões devidos à Previdência Social; o combate à sonegação e à evasão, que é de 30% na receita no INSS; eliminação do fator previdenciário, que retarda e achata a concessão de benefícios; redução da carga tributária; fim da CPMF; aumento do salário-mínimo; revisão da tabela do Imposto de Renda, que penaliza a classe média; erradicação da fome, com o Fome Zero; diminuição dos juros abusivos e dos ganhos bancários; colocação dos caloteiros devedores do Fisco e do INSS na cadeia; revisão do corrupto processo de privatização de seu antecessor; não pagamento dos exorbitantes juros da dívida externa; melhoria do Sistema Único de Saúde; criação de mais vagas nas universidades federais; realização da reforma agrária; melhoria dos transportes coletivos; construção de casas populares; ampliação da rede de saneamento básico; recuperação da malha rodoviária e ferroviária e da infraestrutura portuária; valorização dos servidores públicos; diminuição de ministérios, cargos comissionados e funcionários terceirizados.

O espetáculo do crescimento se transformou numa desilusão, em meio a viagens destinadas a reforçar um sonho de Brasil potência com assento cativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Não há uma grande obra. Não há um projeto de país. Há uma nítida sensação de que o PT não tinha um sonho de governo. O seu gabinete invisível, *shadow cabinet*, era invisível mesmo, imaginário, irreal. O sonho de poder, na realidade, é uma ocupação de espaço por companheiros despreparados, incapacitados e desprovidos do conhecimento do que sejam Estado e governo. Os melhores quadros do partido foram expurgados, enquanto a mediocridade se lambuza com os cargos, mordomias, viagens e diárias.

A carga tributária brasileira segue sendo a maior do mundo, 35%; a taxa de juros, de 18%, é a maior do mundo, fazendo a festa do capital especulativo; o desemprego brasileiro é de 22%, o maior do mundo.

O crescimento do PIB não resultou de uma política interna consistente, mas efeito da expansão do mercado chinês e do aumento nos preços do petróleo. O Brasil cresceu para fora. Aqui dentro, continua se arrastando, numa apatia em que a renda do trabalhador não cresce e dele não se beneficia.

O país quase autossuficiente em petróleo não se beneficiou, como poderia, do aumento do preço, pois a Petrobras, entregue à incompetência dos companheiros, andou para trás.

Mas nem tudo é desilusão.

A agiotagem, a usura, foi institucionalizada, através de empréstimos e cobrança na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do INSS. O aerolula custou 56 milhões de dólares (*500 mil salários-mínimos*). Taxaram os servidores públicos inativos em 11%, passando o Brasil a ser o único país do mundo a cobrar de quem já pagou. Foram criados 4 mil cargos terceirizados para os companheiros, que deixam um troco para o PT. O governo criou uma base parlamentar mantida com verbas e cargos públicos e ganhou lideranças nos tribunais superiores. O MST continua invadindo terras e prédios públicos, e vendendo o que lhes foi desapropriado e entregue sem custos. O Ministério da Saúde está nas páginas policiais ou nas auditorias de suspeição com o SAMU e as farmácias populares. A Polícia Federal prende traficante, ladrão, fraudador, e a justiça solta. Fome Zero, primeiro emprego, bingos, destruição de armas, crédito educativo, Waldomiro, Getech, banco do povo, parcerias público-privadas são ícones pontuais que revelam a glória dos que se consideram acima dos iguais. 1% de aumento para os servidores públicos em 2003 e 0,1% em 2005!

Na previdência social, três ministros em três anos. Uma reforma depois de outra para reduzir o déficit, que só cresceu e vai chegar aos R\$ 100 bilhões no período 2003/2005. Os caloteiros comemoram a manutenção da sonegação de 30% e a baixa recuperação de crédito, de 1%; os furos do queijo suíço desmantelam o INSS; ninguém se aposenta mais com 10 mínimos, como se o teto de 3 mil reais fosse uma fortuna, no máximo, poderá chegar a seis mínimos. Resultado: seis milhões correram para os planos privados, arcando com todo o risco. Aumentou o represamento, dificultou a concessão do auxílio-doença (o bode expiatório da incompetência). Esvaziou o INSS, tirando-lhe a Diretoria da Receita Previdenciária, como etapa de transferência dessa Receita para o Caixa Único do Tesouro, confundindo imposto com contribuição do trabalhador, atropelando a Constituição. Isto, depois de criarem o orçamento fiscal e da seguridade, em que os recursos da Seguridade servem para financiar o superávit primário.

A Previdência é o órgão do governo mais em evidência, primeiro pelo suposto déficit, segundo pelos números de segurados (30 milhões) e de beneficiários (23 milhões), e terceiro por ser a maior seguradora do mundo e maior distribuidora de renda.

Seu problema é má gestão. Ela já resistiu a 21 CPIs e a saques de R\$ 1,5 trilhão (US\$ 500 bilhões).

Acreditar em “choque de gestão” de políticos mal-intencionados é querer que os brasileiros sejam tolos e acreditem em nibelungos, coelhos da Páscoa, duendes e Papai Noel.

Tínhamos um sonho – mas o sonho, como querem alguns não acabou – de um Brasil melhor, agora temos 200 milhões torcendo e sonhando para que o pesadelo tenha fim e a gente volte a sonhar.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/05/2005
Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 07/05/2005
Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ – 21/05/2005
O Jornal, Macció/AL – 21/05/2005
Fatorama, Brasília/DF – 22/05/2005
O Dia, Teresina/PI – 23/05/2005

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 30/05/2005
Diário da Amazônia, Porto Velho/RO – 01/06/2005
Jornal da Cidade, Bauru/SP – 03/06/2005
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ – 04/06/2005
O Progresso, Dourados/MS – 07/06/2005
Jornal do Tocantins, Palmas/TO – 19/06/2005

É REAL O RISCO DE QUEBRA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Tenho feito inúmeras advertências nos últimos 10 anos, nas eras FHC e Lula, quando se agravou o desequilíbrio das contas da Previdência Social pública, e vem se deteriorando dia a dia. Assim o fiz por dever de ofício, 30 anos de INSS e 13 anos à frente dos destinos da ANASPS, que representa mais de 50% dos servidores do INSS.

O que se fez nos últimos 10 anos para salvar a Previdência foi em vão. Muita espuma e pouca efetividade. Foram duas reformas constitucionais, no respaldo do arrocho fiscal, e nenhuma reforma estrutural.

Tudo piorou. A situação é crítica. Só no governo Lula as perdas totais do INSS passarão dos R\$ 300 bilhões (US\$ 125 bilhões), a saber: R\$ 120 bilhões de sonegação; R\$ 140 bilhões de déficit; e R\$ 50 bilhões de renúncias previdenciárias. Sem se falar que a montanha da dívida a receber passará dos R\$ 250 bilhões.

Só aí, meus caros, o rombo chega a R\$ 550 bilhões (US\$ 229,0 bilhões). Quase um terço do PIB (28,29%), uma fortuna em qualquer moeda ou nação do planeta. Nenhuma instituição ou nenhum país sério suportaria, sem traumas, uma situação de tão explícita calamidade pública. Desafio que me desmintam.

Os dados não mentem, mas a indiferença do Executivo compromete. Como comprometem a omissão do Legislativo, a indiferença do Judiciário, o silêncio do Ministério Público, a ignorância das elites, a ausência da mídia, a escassez de massa crítica dos especialistas e o distanciamento dos segurados e dos beneficiários na discussão sobre futuro, dignidade, segurança e velhice.

Estão implodindo a maior seguradora da América Latina, que há 82 anos paga os benefícios em dia, hoje 23,6 milhões, ameaçando a velhice de 30,2 milhões de segurados contribuintes, a subsistência de 3.773 dos 5561 Municípios brasileiros (67,85%), que têm na Previdência sua principal fonte de receita. Neles, o volume de pagamento de benefícios previdenciários efetuados pelo INSS supera as transferências do FPM – Fundo de Participação dos Municípios

Dos brasileiros maiores de 60 anos, 81,5% recebem benefício previdenciário ou assistencial, e 40% da População Economicamente Ativa – PEA estão cobertos pelo Regime Geral. Sem a Previdência, 45% da população brasileira estariam abaixo da linha da pobreza. Mas é chocante que tenhamos 60% da PEA – 40 milhões – fora do Regime Geral.

Se as condições já eram ruins na era FHC, pioraram dramaticamente na era Lula, quando a Previdência foi entregue à escória do setor público, que dilapidou o que poderia ser dilapidado.

Nada foi feito para reduzir a sonegação, elisão, evasão, brechas legais, etc., um vazadouro de 30/40% da arrecadação anual. Para cada real arrecadado, 30 a 40 centavos somem no ralo. As deficiências de arrecadação e fiscalização se acentuaram. O crescimento nominal da receita não atenua as perdas, que se expressam em déficits crescentes que ameaçam a sobrevivência do INSS.

FHC vetara o REFIS 2, mas a base aliada de Lula derrubou o veto, premiando os caloteiros, e ainda os livrou da cadeia, afrouxando os mecanismos de inibição da sonegação e colocando uma gigantesca pedreira em cima da recuperação de crédito. Esta, nos últimos quatro anos, não chegou a 2%, o que é desastroso para a salvaguarda do patrimônio público.

Com isso, a dívida administrativa e judicial só cresceu, apesar do empenho do governo em esconder sua robustez. Sabe-se que passa dos R\$ 250 bilhões, e há quem arrisque R\$ 300 bilhões. Os caloteiros foram igualmente premiados com a falta de transparência sobre os números, fiscalização e cobrança.

As renúncias se expandiram no Simples, filantrópicas, exportações do agrobusiness e CPMF. Quando o Simples foi criado em 1999, sua renúncia foi de apenas 2,5 bilhões. Em 2006, baterá os R\$ 10,0 bilhões, a prevalecer a farra da MP do Bem. Esta diferença será paga pela sociedade.

Se fosse mantida a metodologia histórica de medição das renúncias, com a inclusão do descasamento das contribuições dos empresários e trabalhadores rurais, empregados domésticos e clubes de futebol, as renúncias saltariam no governo Lula de R\$ 47 bilhões para R\$ 65 bilhões. Para cada 1 real de pagamento de benefícios rurais, a Previdência arrecada menos de 13 centavos. A cobertura urbana chega a 90,1%, mas a rural patina em 13,8%.

A falta de conhecimento sobre a situação da Previdência levou senadores e deputados, de forma distinta, a sangrar ainda mais o INSS. No Senado, emenda aposta à MP 252, a MP do Bem I, não votada e que caducou, e à MP 255, MP do Bem II, permitiu que as 2000 prefeituras devedoras de R\$ 18 bilhões ao INSS pudessem “não pagar” suas dívidas, elevando o prazo de cinco anos (60 meses) para 20 anos (240 meses). Nas duas MPs foram elevadas as renúncias do INSS para o Simples, de R\$ 7 bilhões para R\$ 10 bilhões em 2006. Não houve uma só voz discordante sobre tamanha generosidade, que equivale a um saque ou pilhagem de quadrilheiros sobre o caixa da Previdência. Na Câmara, emenda aposta à MP 258, do Receitão, e um projeto do deputado Bismarck Maia, propunham o mesmo benefício às prefeituras devedoras. Que poderão dizer as mais de 3500 prefeituras adimplentes?

A sociedade, como um todo, ignora o que se passa na Previdência, mas a subtração da Procuradoria e da Receita do INSS faz parte de um movimento tático para satisfazer o ideário do mercado, bolsas, bancos e seguradoras. Os três lances seguintes serão fatalmente: 1) nova reforma fiscal, atuarial e demográfica para supostamente “reduzir o déficit”; 2) achatamento dos benefícios do INSS para um salário-mínimo, com transferência de milhões de contribuintes que queiram mais de um salário para bancos e seguradoras; e 3) eliminação da contribuição patronal sobre a folha, mantendo-se apenas a contribuição dos trabalhadores.

Não ouse convocar as entidades dos trabalhadores para salvar a Previdência pública. Ou estão engajadas no governo todo enlameado do PT, ou estão penduradas nas verbas sujas do FAT.

Também não ouse convocar os patrões, e muito menos os políticos. Os do governo são culpados pela situação de caos. Os da oposição pactuam com o caos e estão com a bandeira da privatização total da Previdência e a extinção do INSS.

Não peço a Dom Caprio para fazer nova greve de fome para salvar o INSS para não ser de novo enganado.

O pesadelo ronda nossas cabeças, dos já idosos, dos que estão a caminho e das gerações futuras.

AS PERDAS DO SIMPLES E DO REFIS PARA A PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Em inúmeras oportunidades escrevi sobre o que representam para a Previdência Social o Simples e o REFIS.

São renúncias contributivas.

Os governos, FHC e Lula, se esqueceram de que os trabalhadores que contribuem para a Previdência um dia se aposentarão.

O sistema previdenciário, de repartição simples, é contributivo. Os trabalhadores contribuem com x e os patrões com y .

Reduzir, cortar, não cobrar, não arrecadar o que é devido ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) repercutirão pelos 35 anos de contribuição de um segurado (ativo) e sobre os 25/30 anos de seu benefício (inativo) ou de seus eventuais beneficiários sucessores, como pensionistas etc. A repercussão é de gerações. É uma maldade e uma vilania praticada, por ignorância ou proselitismo, por governantes que não têm visão de Estado e de futuro.

No Simples de FHC e no Supersimples de Lula a contribuição do patrão é reduzida. No REFIS 1 de FHC e no REFIS 2 de Lula, os patrões caloteiros, de sonegador a fraudador – inclusive os que descontaram dos trabalhadores e não recolheram, se apropriaram, praticando a apropriação indébita – deixam de recolher a sua contribuição.

A Previdência estimou a renúncia com o Simples em 2001, quando foi implantado, em R\$ 2,1 bilhões. Já nasceu com robusta perda para o INSS. Isto foi o que deixou de arrecadar. Duplicou em dois anos, batendo em 2003 os R\$ 4,6 bilhões. Na realidade, o INSS arrecadou das empresas com o Simples, em 2003, apenas R\$ 3,3 milhões. Menos de 1% da renúncia! A coisa já fora terrível em 2002, quando o INSS arrecadara apenas R\$ 2,1 bilhões.

Em 2004, a renúncia do Simples baterá os R\$ 5,0 bilhões, arrecadando R\$ 3,4 milhões, abaixo de 1% (até outubro), projetando-se R\$ 6,0 bilhões em 2005. Não há Previdência que resista a um saque desta ordem: R\$ 15,0 bilhões nos últimos três anos.

No caso dos REFIS 1 e 2, o governo não estima qual a renúncia fechada do INSS. Nem o MPS e INSS se preocuparam em dimensionar tais perdas, facilmente mensuráveis, já que se têm os dados do principal, juros, multas, encargos e descontos.

O que temos a considerar é que os REFIS 1 e 2 foram implementados, por pressão da base política, para premiar os caloteiros (com a suspensão da pretensão punitiva do Estado), geralmente financiadores de campanhas políticas e de políticos supostamente corruptos. O objetivo, entretanto, parecia nobre: recuperar as empresas devedoras do Tesouro.

Os dados brutos e líquidos dos REFIS estão embutidos, ou na estimativa da arrecadação da dívida ativa, ou administrativa. Neste caso, a cobrança se insere na recuperação de crédito, atividade muito precária no Estado e dos Governos (União, Estados e Municípios) brasileiros. No caso da Previdência, da Receita e da Procuradoria-Geral da Fazenda Social, atividade primária, débil, leniente e desprezível. Em 2001, o INSS recuperou apenas 0,2% do estoque de sua dívida ativa contra 0,7% em 2000. Nos anos subsequentes, a performance (*sic!*) continuou abaixo de 1%.

Da montanha da dívida do INSS em 2001, R\$ 125,6 bilhões foram para o REFIS 1, R\$ 34,8 bilhões contra R\$ 26,0 bilhões da PGFN e R\$ 79,0 bilhões da Receita. O REFIS 1 registrou apenas R\$ 400,2 mil de recuperação de crédito em 2002. Em 2003, com o REFIS 1 remanescente e o REFIS 2 em implantação, foi ainda pior, apenas R\$ 303,1 mil. Em 2004, até outubro, R\$ 308,2 mil.

Da avalanche dos que acorreram ao REFIS 2, com 129,1 mil empresas e uma dívida de R\$ 172 bilhões, 90 mil deixaram o Programa. Hoje, estariam no REFIS 2 cerca de 30 mil empresas, com R\$ 110,0 bilhões de dívidas. Falta inclusive transparência aos dados atuais do REFIS 2, nas suas três vertentes: INSS, Receita e PGFN, especialmente porque seus resultados são pífios.

Os dados do Simples, do Supersimples e do REFIS 1 e 2 servem para explicar o inexplicável: enquanto se amplia a crise de financiamento do RGPS (INSS), o governo é indutor da renúncia contributiva e da sonegação.

Tecnicamente, o INSS não sofre com isso, porque o Tesouro está cobrindo o seu déficit, transformado na linguagem da burocracia petista em “necessidades de financiamento” que atingem proporções alarmantes.

Mesmo com a propaganda massiva, espontânea por desconhecimento da realidade e induzida a peso de ouro, de retomada do desenvolvimento e de crescimento do PIB, não há dados consistentes de crescimento do emprego formal e da massa salarial, com reflexo na receita previdenciária.

O agrobusiness e a indústria (ambos voltados para a exportação) estão em situação adversa na composição da receita: o agrobusiness participa com meros 1,82%, e a indústria com 35,95% de sua formação. O que carrega a receita hoje (é uma mudança de qualidade desconhecida por muitos especialistas ou analista de Previdência) é o setor de serviços, com 61,85%, e este não foi muito contemplado pelas exportações!

Quero crer que estou ampliando o debate sobre a crise de financiamento da Previdência Social.

Não acredito que, mesmo com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária, o quadro referencial ou o estado das artes se altere substancialmente em 2005, considerando que a contribuição do agrobusiness não mudará tão cedo, transformado que está em renúncia dobrada da contribuição rural (do produtor interno e do produtor/exportador), a renúncia do Simples e do Supersimples (forte no setor de serviços) se ampliará em 2006, e os benefícios do REFIS 1 e 2 (presentes na indústria) continuarão, de forma progressiva, afetando e diminuindo a qualidade dos créditos em cobrança.

É uma situação vexatória que faz parte do contexto de inviabilização da Previdência Social pública e de desmanche do INSS.

A Previdência que nasceu com os trabalhadores está sendo destruída por suas lideranças.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/01/2005

Folha do Norte, Feira de Santana/BA – 11/02/2005

O Girassol, Palmas/TO – 15/02/2005

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 16/02/2005

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 17/02/2005

O Tempo, Belo Horizonte/MG – 03/04/2005

O Jornal, Maceió/AL – 03/05/2005

A QUIMERA DO AUMENTO DE 0,1% PARA O SERVIDOR

Por Paulo César Régis de Souza

“Eu estou cansado de ler, de ver e de ouvir críticas a salários de servidores públicos e, ao mesmo tempo, estou cansado de ver servidores de indústrias privadas, não mais qualificados do que aqueles que estão sendo criticados, ganhar três ou quatro vezes mais do que aquele que está na máquina pública.” Luiz Inácio da Silva – Presidente da República.

Enquanto o Presidente Lula joga para a plateia, fingindo que quer melhorias salariais para servidores públicos, ajustando sua imagem de candidato à reeleição, o que vemos é uma “**quimera**”, monstro da mitologia grega com três cabeças, criando medos, destruindo tudo que vem pela frente, atormentado o povo, enganando que faziam o bem, no entanto dizimavam tudo.

E você leitor, que só vê nosso Presidente viajando, pregando o fim da fome, enquanto os nossos morrem à míngua, perdendo dívidas externas, articulando-se com Chavez, Fidel, Kadafi e outros jurássicos, lascando promessas, soltando bravatas, sacando metáforas, enquanto as estradas continuam esburacadas, a saúde arrasada, a educação aos pedaços, a segurança ameaçada pelo tráfico, o campo em conflito, se perguntaria: que quimera é esta?

Eu me permito sugerir: use a sua imaginação e coloque os nomes nos cargos; uma cabeça é o Legislativo (Congresso Nacional), a outra é o Judiciário (STF), e por último o Executivo (Presidente da República). A quimera é formada, segundo a mitologia grega, de cabeça de Cabra, cabeça de Cobra e corpo e cabeça de Leão.

A quimera do povo brasileiro diminuiu o valor da aposentadoria dos 30 milhões de segurados do INSS e de mais 10 milhões de aposentados e pensionistas que recebem acima do mínimo; manteve o fator previdenciário para achatar benefícios; taxou os servidores públicos em 11% em suas aposentadorias; criou o REFIS II, que livrou os devedores caloteiros da Previdência da cadeia; criou a Secretaria da Receita Previdenciária para arrecadar R\$ 2 bilhões, enquanto o déficit bateu os R\$ 60,0 bilhões em dois anos, levando o INSS a uma situação pré-falimentar; deu um lucro ao Bradesco e outros bancos, recorde na história do Brasil; manteve 10 milhões de desempregados; manteve 43 milhões de pessoas trabalhando na informalidade, sem qualquer vínculo com a Previdência, mas que um dia vão se aposentar; propôs um aumento de 67% para os parlamentares, aumentando seus salários de R\$ 12.000,00 para R\$ 21.000,00, teto dos ministros do Supremo; vai pagar salário-mínimo de R\$ 300,00 por mês, a partir de maio; reajustou os salários dos servidores federais para 2005 em 0,1%, pasmem! (zero vírgula um por cento).

Isto, depois de ter dado aumento linear de 1,0% em 2003 e de não ter dado aumento linear em 2004, desrespeitando a Constituição!

O aumento eventualmente dado em 2004 teria beneficiado 1 milhão de servidores de forma diferenciada, privilegiando as carreiras dos sindicatos filiados à CUT, de saudosa memória, pois se distanciou dos servidores!

O “aumento” de 0,1% é, na verdade, uma forma de mostrar que respeita, em 2005, a Constituição, repito, desrespeitada em 2004, e prevê aumento anual para todos os servidores, o que foi bandeira do PT nos últimos 20 anos. É evidente que o aumento teria e deveria ser reposição da inflação do período, cerca de 17%. O que estão propondo é um flagrante desrespeito ao servidor e à Constituição, que deveria ter como guardião o Supremo. No entanto, no Supremo, ministro que

antes votava a favor do servidor, hoje, em manobras judiciais conduzidas pela liderança do governo naquela corte, consegue justificar sua mudança de voto, como vimos recentemente na votação da contribuição previdenciária dos inativos. Como diria meu pai, do alto de sua sabedoria, com 80 anos, segurado do INSS, aposentado com quatro salários-mínimos, e hoje só recebendo 2,7: “fica vermelha cara sem-vergonha”.

O que veremos será uma montanha de ações pipocando no Brasil na já combatida justiça brasileira, com processos até o teto para julgar, sem as mínimas condições de trabalho. Obviamente não estou falando dos tribunais superiores.

O que veremos será greve em todos os setores, prejudicando a máquina pública e levando os contribuintes ao desespero.

O contribuinte e o cidadão de bem deste país não de convir que um aumento de 0,1% num salário de R\$ 600,00 reais, com perdas de 129% no governo FHC e de 17% no governo Lula, é um ato de afronta ou vilania! No caso do INSS, 40 mil servidores (20% a menos do necessário, com alta produtividade) que arrecadam R\$ 100 bilhões por ano de 30 milhões de contribuintes, pagam R\$ 130 bilhões a 23 milhões de aposentados e pensionistas, movimentam 3 milhões de processos/mês, fiscalizam 4 milhões de empresas. O INSS, apesar da omissão do governo do PT, continua sendo o maior distribuidor de renda do mundo e o maior programa social do governo.

Todos os sindicatos e entidades de classe representantes dos servidores públicos com certeza não ficarão de braços cruzados após esperar de dois anos de governo com promessas, bravatas e metáforas. As entidades haverão de encontrar alguém que mate a quimera, seja o atual Severino, ou Severino “Lampião” do além, seja Jobim, ou “Rui Barbosa” do além, seja Lula, ou o “sindicalista Lula do passado”.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/03/2005
Folha de Rondônia, Boa Vista/RO – 10/03/2005
O *PROGRESSO*, Campo Grande/MS – 1º a 10/03/2005
O *Liberal*, Araçatuba/SP – 06/03/2005
O *GLOBO*, Rio de Janeiro/RJ – 12/03/2005
A *GAZETA*, Cuiabá/MT – 12/03/2005

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 15/03/2005
Diário de Maringá, Maringá/PR – 16/03/2005
Correio do Sul, Varginha/MG – 17/03/2005
Fatorama, Brasília/DF – 20/03/2005
Diário da Região, São José do Rio Preto/SP – 18/03/2005
Tribuna de Indaiá, Indaiatuba/SP – 12/04/2005

A PREVIDÊNCIA ESTÁ FERIDA DE MORTE

Por Paulo César Régis de Souza

A Previdência Social está ferida de morte, está agonizando.

O Presidente Lula assinou Medida Provisória em 21/07 criando a chamada Super-Receita, ou Receitão (Secretaria da Receita Federal do Brasil), juntando as Secretarias da Receita Previdenciária e da Receita Federal. Com isso, o PT – enlameado – acaba com a memória de 82 anos de receita na Previdência.

O financiamento da Previdência ficara à mercê da arrecadação tributária (fiscal), só que o

dinheiro tem CPF e RG para pagar aposentadorias e pensões do chamado Regime Geral da Previdência Social, leia-se INSS. O dinheiro da Previdência é contribuição, o dinheiro da receita é tributo.

Sem consultar ou ouvir ninguém, por imposição do FMI e do neossocialismo stalinista, anunciou apenas que o Recetão vai reduzir o déficit da Previdência, 1ª mentira, e reduzir custos, 2ª. Basta lembrar que o déficit do INSS, em três anos do lulismo, baterá os R\$ 100 bilhões. Já o custo da máquina pública, infestada de companheiros, 6 mil deles em cargos de comissão, explodiu!

O patrimônio do trabalhador brasileiro sofrerá danos irreparáveis. O Tesouro vai se apropriar de todas as receitas previdenciárias, inclusive a patrimonial, liquidando com o que deveria ser o Fundo de Previdência do Trabalhador.

A área do Conselho de Recursos da Previdência Social, que tratava das questões de receita, passou ao 2º Conselho de Contribuintes, do Ministério da Fazenda.

Serão desativadas nas Procuradorias do INSS as áreas de receita, e os processos passarão para os procuradores da Fazenda Nacional. Dois outros “crimes” se cometeram contra o INSS: 1º quando transferiram as Procuradorias à AGU e, 2º agora, à Fazenda. O PT – enlameado – quer apagar a memória de termos criado o Direito Previdenciário e as Varas Previdenciárias na Justiça Federal.

A informática da Previdência nunca falou com a da Receita. O modelo foi assim concebido, quando não se falava em linguagem unificada dos sistemas. Hoje, por plataforma aberta, deveria se falar, respeitado o domínio dos arquivos. E não será fácil, são bilhões de dados em memória.

Talvez esteja em curso, por imposição do FMI, um projeto de se criar o Super-Recetão, juntando as Receitas federais, estaduais e municipais (43 impostos ao todo), centralizando todos os recursos nas mãos do governo federal, atropelando-se a autonomia federativa. Talvez a ideia do imposto único na mão do Palocci esteja nascendo? Será que está sendo colocada em prática mesmo? Ficaremos todos reféns do PT – enlameado?

A Secretaria da Receita Federal do Brasil terá como Secretário o mesmo Jorge Rachid, sob o comando do Ministro Palocci, enquanto no Ministério da Previdência teremos um técnico da Receita (PT), Sr. Nelson Machado, que nunca ouviu falar em Previdência, muito menos em aposentadorias e pensões, como os demais petistas que se assenhoraram do INSS para acabar com ele e com a Previdência pública.

Dá para notar que quem perdeu até agora foi a Previdência do trabalhador brasileiro.

Justificam que a ideia “brilhante” de unir os fiscos era para arrecadar melhor e reduzir o déficit, porém, um levantamento dos maus cobradores do PT – enlameado – mostra o contrário.

O INSS arrecadará este ano das empresas R\$ 100 bilhões, e pagará R\$ 130 bilhões aos beneficiários. O déficit será de R\$ 30 bilhões.

Dívidas a serem cobradas: R\$ 230 bilhões, com sonegação de R\$ 30/40 bilhões; renúncia contributiva de R\$ 15 bilhões; com a Fazenda ampliando, unilateralmente, o rombo pelos REFIS 1, 2 e 3, Simples (Supersimples e Simples Geral), que patrocina

Na Receita e na Procuradoria da Fazenda a situação é muito pior. As dívidas a serem cobradas passam dos R\$ 500 bilhões, a sonegação e a renúncia fiscal são enormes, a recuperação de crédito é ridícula, inexpressiva. O sistema fiscal declaratório permite isso. Basta que se diga que a CPMF não tem um fiscal, e a sonegação é zero.

A pergunta é: Será que a Fazenda tem cobrança, fiscalização, arrecadação e recuperação de crédito competentes?

Claro que não. O governo do PT só fez “lambança” até agora, com a criação de vários

programas que não deram certo (Fome Zero, Bolsa estudo, Bolsa atleta, farmácia popular, primeiro emprego, etc.). Basta o brasileiro olhar para o que o cerca para ver que as promessas eram bravatas. Estradas, escolas, saúde, segurança, saneamento, transportes, renda, reforma agrária, nada se fez. Há uma grande frustração com que o PT – enlameado – diz que fez.

É lamentável que se queira realmente acabar com o único órgão social e o maior distribuidor de renda da América Latina, que paga em dia há 83 anos, e muitos brasileiros (68 milhões) e Municípios (3.700) dependem dele.

Por que não se fortaleceu o INSS? Por que não foram criados mecanismos de combate à fraude, à sonegação? Por que acabou a prisão dos caloteiros? Por que não se cobram dívidas? Por que se ampliam os REFIS e os Simples, às vésperas das eleições? Por que se fatiou o INSS com a base política? Por que se entregou os fundos de pensão à camarilha do PT?

Perdemos a chance de ter uma identificação previdenciária única e uma certidão anual de pagamentos do INSS.

A Receita Federal fiscalizou em 2004 somente 0,22% das empresas, a Receita Previdenciária 0,78%. Os dados vergonhosos são do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT. A Receita Federal expediu 75,1 mil autos que gerariam R\$ 12 bilhões, e o INSS, 22,6 mil, que gerariam R\$ 43 bilhões. Tudo errado.

Acredito que a nação brasileira está igual à do Iraque. Primeiro queriam os salvadores da Pátria, “reservas morais”, “éticos”, “competentes”, ex-guerrilheiros e revolucionários, queriam assumir e se encastelar no poder. Deu tudo errado. Agora, queremos nós que esse pesadelo acabe e que eles voltem para casa, para expiar suas culpas e pagar seus pecados. Teremos mais tarde que mexer nos escombros e restaurar ou refundar o INSS. Nunca será tarde.

O Progresso, Dourados/MS – 29/07/2005

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 07/2005

Diário Regional, Juiz de Fora/MG – 31/07/2005

O Dia, Teresina/PI – 02/08/2005

Folha do Estado, Cuiabá/MT – 04/08/2005

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 05/08/2005

O Tempo, Belo Horizonte/MG – 10/08/2005

O Girassol, Palmas/TO – 11/08/2005

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/08/2005

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ – 18/08/2005

Fatorama, Brasília/DF – 04/09/2005

Diário da Tarde, Belo Horizonte/MG – 20/09/2005

A NOVA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Por Paulo César Régis de Souza

A mudança no Ministério da Previdência foi assinalada pelo lançamento de um Plano de Gestão, ou de um “choque de gestão”, sem muitas chances de implementação. Já vimos o filme antes, sob várias direções.

Novas mesmo foram as manifestações dos ministros José Dirceu e Antonio Palocci: as despesas da Previdência Social mostram “uma curva bastante preocupante, a evolução do déficit da Previdência Social que coloca em risco o direito futuro do trabalhador à aposentadoria”.

Não há o menor indício de que as coisas vão mudar de forma tão eficiente.

O motivo é simples. Continuam mexendo nos efeitos, e não nas causas da crise estrutural da

Previdência. Enquanto há muito gás, muito marketing e muito oba-oba na estigmatização dos efeitos, como, por exemplo, explosão do auxílio-doença, prisão de servidores corruptos, 3 milhões de fraudes, necessidade de revisão de 17 milhões de benefícios, não pagamento dos passivos existentes e descobertas de novos passivos, as causas permanecem e permanecerão inatacadas.

Os ataques às causas tendem a ser cosméticos e incolores, como foram a transferência dos procuradores para a AGU, dos auditores fiscais do INSS para o Ministério, a ameaça de transferir a receita previdenciária para a Fazenda, e a criação do caixa único, sonho de todo prefeito! As transferências se fizeram e se farão em nome da eficiência, do combate às fraudes, do aumento da receita, da recuperação de créditos, do ótimo gerenciamento de riscos e resultados. Um blefe construído em cima da incompetência de um governo que desembarcou na Previdência sem um plano de trabalho e sem saber o que era e o que é Previdência.

As causas estruturais nem são mencionadas nos debates que se travam na mídia, inclusive na mais responsável.

Vamos às causas: *a dívida incobrável de R\$ 220 bilhões*. Se a dívida é incobrável, não deveria ser contabilizada. Deveria ser apagada, esquecida ou deletada. Mas, como esquecer uma dívida de R\$ 220 bilhões, se no governo Lula o déficit de 2003/2004 bateu os R\$ 60 bilhões e baterá os R\$ 100 bilhões em 2003/2005? Não podemos esquecer que são R\$ 140 bilhões na dívida ativa (judicial) e R\$ 80 bilhões na dívida administrativa. A cobrança e a recuperação de crédito apresentam os mais baixos e ridículos índices de eficiência do mundo.

A sonegação, medida de 30% pelo TCU e de 40% por técnicos da Câmara dos Deputados. Para uma receita de R\$ 110 bilhões, 30% serão R\$ 33 bilhões, e 40%, R\$ 44 bilhões. É demais!

A renúncia contributiva. O INSS deixa de arrecadar a parte do empregador de entidades filantópicas, de empresas do Simples, do empregador rural, dos clubes de futebol, agrobusiness e CPMF em nome de Leis aprovadas pelo Congresso, mas se esquecem de que as pessoas se aposentam e o INSS tem que pagar o que foi obrigado a renunciar. Como o INSS não emite dinheiro, então fica deficitário. Nos últimos três anos, esta renúncia se elevou a mais de R\$ 40 bilhões.

Os acertos políticos de última hora, como o de dezembro de 2004, que apagou R\$ 100 milhões no estoque da dívida, enxertada na conversão de uma MP, aplaudida pelos caloteiros, e o que está em curso no Congresso, com o REFIS 3, igualmente a pedido deles, às vésperas das eleições de 2006.

Mais uma causa: *o pagamento das 7,1 milhões de aposentadorias e pensões rurais*. Para uma arrecadação de apenas R\$ 2,9 bilhões, a despesa, em 2004, chegou a 21,1 bilhões, ou seja, apenas 13%. Ora, esses trabalhadores foram transferidos para o INSS por decreto, na marra, e são financiados pelos trabalhadores urbanos; 90% deles não contribuíram; 99% tiveram ou ainda têm um item de fraude. Esta causa impacta duramente o INSS, historicamente urbano. Hoje, sua receita não cobre mais nem a clientela urbana.

O Ministério da Previdência, pelo menos de 1974 a 2004, não teve uma Secretaria que promovesse o planejamento de arrecadação, da fiscalização, da cobrança, como tem uma Secretaria de Previdência Social. As ações tornaram-se pontuais, com ênfase no parcelamento do que foi parcelado e na Notificação Fiscal para efeito de pagamento de produtividade. O INSS traçava um plano anual, mas a arrecadação não era prioridade, muito menos a cobrança. Parava na fiscalização dos pobres e deixava-se que os grandes devedores se deliciassem.

Outra causa: *a administração do INSS foi entregue a políticos inescrupulosos*, que se omitiram na gestão profissional e fiaram a gestão para favorecer terceiros, marginalizando seus 40 mil servidores ativos. São incontáveis as auditorias do TCU apontando irregularidades no Ministério, no INSS e na

Dataprev. E fica nisso. O patrimônio da maior imobiliária do país, com quase seis mil imóveis, foi marginalizado, entregue aos invasores, sem-teto e sem-terra, quando não gratuitamente, como ocorreu na partilha do INAMPS. O patrimônio era e é do trabalhador, e não do governo.

A área estratégica, corporativa, de informática, foi entregue a arrivistas, com diferentes interesses, alguns excusos. Os sistemas e programas são todos exclusivos e não se comunicam dentro da organização e fora dela. Comportam interfaces, mas são desprezadas.

O INSS, nos últimos três anos, alternou em frequentar as páginas policiais, com as ações das forças-tarefas contra os corruptos, com ênfase nos servidores e menos nos agentes e beneficiários das fraudes, mas que deixaram mal alguns senadores, e se transformar em chacotas com a caça aos velhinhos maiores de 90 anos, que resultou no Prêmio Berzoini de Crueldade; a dramatização da não concessão de um benefício a seu Jacques, em Senhora do Destino, novela de grande audiência, e o milagre do Papa, que levou um desesperado segurado a ganhar uma ficha para atendimento em 2007.

Isto acontece depois que o governo dos trabalhadores encampou uma reforma imposta pelo FMI, que acabou com direitos sociais e conquistas constitucionais de trabalhadores e servidores, e que reduziu a pó o direito adquirido e a expectativa de direito ao taxar inativos.

Isto acontece com o maior programa de renda mínima e a maior seguradora do mundo, com 30 milhões de segurados (contribuintes), 23 milhões de beneficiários (aposentados e pensionistas), que há 82 anos paga em dia os benefícios, que respalda a economia de milhares de Municípios com mais recursos do que os fundos constitucionais.

Só resta agora acabar com o INSS e adotar, por MP, o regime chileno, sonho de todos os caloteiros da República. No Chile, apenas os trabalhadores contribuem, com 11%, para suas aposentadorias. Os patrões não. Melhor do que isso, só perdoar os devedores.

Diário Catarinense, Florianópolis/SC – 11/05/2005

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 12/05/2005

O Globo, Rio de Janeiro/RJ – 13/05/2005

Diário de São Paulo, São Paulo/SP – 15/05/2005

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/05/2005

A Gazeta, Cuiabá/MT – 28/05/2005

Jornal de Jundiá, Jundiá/SP – 02/06/2005

A APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES

Por Paulo César Régis de Souza

Ainda causam muita confusão nas pessoas dados e informações sobre Previdência Social no Brasil. Poucos entendem, especialmente analistas e especialistas, e muitos falam. Quando falam, repetem as bobagens, do tipo: o governo arrecada 37% do PIB e gasta 29% do PIB só com a Previdência, ou gastam-se R\$ 110 bilhões/ano com 23 milhões de aposentados do INSS e R\$ 80 bilhões com 3 milhões de aposentados públicos.

São os mesmos que ignoram a dívida pública de R\$ 873 bilhões, a dívida dos Estados e Municípios de R\$ 350 bilhões, a dívida de R\$ 800 bilhões que a Receita e o INSS têm a receber, os R\$ 150 bilhões/ano para pagamentos de juros, que mantêm a mais alta taxa de

juros do mundo, 18,75%, e que alimentam os sonhos e a segurança de investidores, banqueiros e seguradoras, daqui e alhures.

São os mesmos que se apropriam do superávit de US\$ 33,7 bilhões nas exportações, em 2004, para ampliar o superávit primário, de R\$ 81 bilhões, 4,6% do PIB, construído à custa de estradas esburacadas, portos sucateados, hospitais e ambulatórios detonados, escolas e universidades depenadas; déficit de 6 milhões de moradias, saneamento por fazer, 60 milhões de miseráveis; 40 milhões ganhando o salário-mínimo, 40 milhões fora da previdência, 10 milhões de empresas informais, 13 milhões de desempregados, mais de 5 milhões de jovens fora da universidade.

Mas, voltemos à Previdência. Os trabalhadores urbanos que contribuíram para o INSS, financiaram suas aposentadorias e pensões. Eles são 13 milhões dos 23 milhões. Foi-lhes apresentado um cálculo atuarial que cobriria seu benefício. Não têm culpa pelos desmandos instalados no gerenciamento da Previdência, que dilapidou R\$ 500,0 bilhões de seu patrimônio.

Não se vê nenhum órgão de defesa dos Direitos Humanos que brade quando um trabalhador rural é assassinado, proteste quando o governo reduz o valor dos benefícios dos que já se aposentaram e achata o valor dos benefícios dos que vão se aposentar, rasgando o contrato social, o pacto social, a expectativa de direito e o direito adquirido – que é vida – em nome de um superávit fiscal – que é a morte. Quem cala consente.

No sistema, há outros 7 milhões de trabalhadores rurais que recebem um salário-mínimo, mas que não contribuíram para isso. Há outros 2,5 milhões de miseráveis que recebem o benefício assistencial de um salário-mínimo. Esses 10 milhões, até bem pouco, eram pagos pelas contribuições dos trabalhadores urbanos. Hoje, são pagos com recursos fiscais da Seguridade Social. Mas enquanto foram pagos pelo INSS, serviram de justificativa para que muitos benefícios previdenciários fossem extintos e os valores dos que restaram fossem reduzidos!

A solução fiscal radical dos analistas e especialistas seria um genocídio, com o argumento de que a 2ª Guerra matou 50 milhões e Stalin, 20 milhões de soviéticos, e ninguém fala mais no assunto. Santo Deus!

No caso da aposentadoria dos servidores públicos, civis e militares, cabe, inicialmente, a afirmação de que o debate não é ético.

Tais servidores, na concepção do Estado, são parte integrante como Governo, Nação, Povo, Língua. Não se concebeu ainda, em todas as civilizações, Estado e Governo sem dirigentes e sem servidores.

Só o maniqueísmo (leia-se vilania) de tais analistas e especialistas, destituídos de formação acadêmica, mas investidos em defensores de bolsas, bancos e seguradoras, que os patrocinam, como se fossem pilotos de corrida, tenta descaracterizar os servidores, civis e militares, como componentes do que se chama máquina pública. Deslocaram-nos para colocá-los na coluna de déficit, rotulando-os de onerosos e responsáveis pelo déficit público. Uma olhadela na conta despesa do Estado – as despesas com juros e encargos da dívida interna e externa – para saber que esta supera de longe a com servidores.

Eles argumentam ainda que os servidores, civis e militares, nunca contribuíram para a Previdência. A primeira ressalva é que, durante décadas, na Monarquia, no Império e na República, tais servidores não eram vistos como geradores de déficits, eram apenas um dos elementos da despesa pública. A Previdência Social era empírica no mundo. Se nasceu em 1923 no nosso país, somente na década de 40 é que o setor público a implantou, com contribuição

inicialmente destinada a pensões. Mais tarde, nas décadas de 60/70, a massa de servidores foi contratada pela CLT, criando-se a figura dos celetistas, que chegaram a compor 70% dos servidores, contribuindo, sem teto, pelo bruto, para o INSS. O governo federal chegou a ter 500 mil celetistas.

Os que os analistas e especialistas ignoram, porque não está nas cartilhas dos fiscalistas terceirizados e pré-pagos, é que no período do celetismo, que acabou em 1990, com o Regime Jurídico Único, enquanto os trabalhadores pagavam sua parte, o governo jamais pagou a sua, que seria de 20% sobre a folha. Uma auditoria daria o valor atualizado. Mesmo depois de 1990, com o RJU, quando os celetistas foram transformados em estatutários, por força da Constituição de 1988, o governo jamais recolheu a sua parte do Plano de Seguridade Social do Servidor-órgão, como constatou o Tribunal de Contas da União. Só o servidor, com base no PSSS-servidor, contribuiu na alíquota atuarial estabelecida. Uma auditoria daria o valor atualizado

Dizer que não contribuíram para receber o benefício que recebem é uma falácia, no mínimo, e uma ignorância, no máximo.

É lamentável que a discussão da Previdência pública do INSS e dos servidores, civis e militares, tenha descido ao fundo do poço, transformada em justificação do déficit público, da falência do Estado e da incompetência do governo, quando a verdade é outra. Se o Estado está falido e se o governo é incompetente, aposentados e pensionistas, públicos e privados, não são, absolutamente, causas do processo, mas efeitos da anomia profunda e da corrupção endêmica que minaram nossas instituições políticas.

O Estado regulador, invencione os fiscalistas em proveito próprio da globalização, do capital especulativo e das grandes corporações, que está substituindo o Estado-protetor (que nos legou Volta Redonda, os sistemas hidrelétrico, rodoviário, aeroviário, portuário, universitário, aeronáutico, agropecuário, sucateado, mas ainda resistindo), é mais corrupto, incompetente, incapaz e ineficiente, pois se nutre dos mesmos ingredientes – verbas e cargos, assistencialismo e paternalismo, impunidade e fisiologia. O desmanche do Estado-protetor está servindo apenas para ampliar a distância entre o cidadão e a cobertura de suas necessidades básicas. Não nos legou nada, a não ser uma telefonia celular de alto custo e de alto risco, que não respeita o Estado nem o consumidor.

Na Previdência, foram vendidos 6 milhões de planos previdenciários sem garantia e segurança. O risco é bancado pelos compradores. A qualquer hora pode se transformar em pó.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 10 a 30/06/2005

Folha do Estado, Feira de Santana/BA – 12/06/2005

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 13/06/2005

O Paraná, Cascavel/PR – 16/06/2005

Diário de Assis, Assis/SP – 16/06/2005

Diário da Região, São José do Rio Preto/SP – 17/06/2005

O Jornal, Maceió/AL – 18/06/2005

O Norte, João Pessoa/PB – 18/06/2005

O Girassol, Palmas/TO – 22/06/2005

A Gazeta, Cuiabá/MT – 28/06/2005

Tribuna do Norte, Apucarana/PR – 28/06/2005

Artigos 2004

RECEITA PREVIDENCIÁRIA: NOVO MILAGRE

Por Paulo César Régis de Souza

Arrecadar R\$ 2 bilhões é a meta da Secretaria da Receita Previdenciária – SRP, autorizada pelo Presidente Lula, proposta por seus PhDs em generalidades.

Jesus fez o milagre da multiplicação dos pães, provavelmente o Ministro Amir Lando, com sua equipe – estranha ao INSS! –, dificilmente fará o mesmo com a arrecadação previdenciária. Não há nenhum indício, pois em matéria de recuperação de crédito, a Previdência, como a Fazenda, têm uma tradição píflia. Se conseguir, poderá ser indicado ao Nobel de Recuperação de Crédito e ao Oscar em 2005!

A MP que autorizou a criação da SRP no MPS pretende copiar o modelo da Receita, como se servisse de modelo ter mais de R\$ 300 bilhões de crédito por receber! A questão é arrecadar a contribuição previdenciária e colocar no Tesouro, para ser redistribuída com fins eleitorais e assistenciais. Ou mais grave: instituir o caixa único e desmanchar o INSS. Ou ainda: elevar a níveis exponenciais a ineficiência dos sistemas declaratórios de impostos e contribuições.

Não se considera que o dinheiro da Previdência tem CPF, Carteira Profissional, RG; é do segurado, para pagar benefício previdenciário. E ponto.

A MP que autorizou a SRP criando mais 58 cargos (cabide de emprego) não explica como serão arrecadados os R\$ 2 bilhões. Desmonta o INSS, leva 3601 auditores, 1641 procuradores, 2500 servidores, mesas, cadeiras, computadores, salas, divisórias, mas não explica a mágica da multiplicação dos pães (R\$ 2 bilhões). É uma encenação.

Chega a ser criminoso a esterilização da Procuradoria-Geral do INSS, com uma cultura que ensejou a criação do Direito Previdenciário no país e as varas de Previdência na Justiça Federal.

O INSS tem uma estrutura de 10 Superintendências, 102 Gerências, 1240 unidades, 46,4 mil servidores, e experiência de 83 anos de pagamento em dia. Sua receita serviu para estimular a industrialização e o desenvolvimento do país, apesar da pilhagem e dos saques dos que usaram a Previdência para fins políticos.

Muitos dos 5600 Municípios brasileiros têm suas economias baseadas unicamente nos pagamentos dos benefícios previdenciários. Em milhares de casos, tais pagamentos superaram as transferências federais e estaduais. O INSS paga em dia. Se atrasasse, essas economias seriam arruinadas e os beneficiários teriam dificuldades de sobreviver.

A criação da Secretaria já foi tentada no passado, com o IAPAS, elefante branco que deveria só arrecadar. Os PhDs desconhecem a experiência do passado, querendo ser inovadores! O IAPAS morreu na praia e se restabeleceu o INSS, como centralizador da arrecadação e pagamento da Previdência.

Não somos contrários à criação da SRP no âmbito do MPS, que tem uma Secretaria de Previdência Social. Julgamos que deveria funcionar como órgão de planejamento, normatização, coordenação e controle para a área da receita. Não como órgão de execução, que deve ficar no INSS.

Sabemos nós previdenciários que há problemas na arrecadação da receita do INSS. São as nossas feridas. Problemas estruturais: desemprego, renda baixa (47,4 milhões de miseráveis recebem R\$ 65 por mês – FGV/IBGE), massa salarial em declínio, informalização da economia, mudança do eixo industrial para o de serviço nos grandes centros urbanos, baixa contribuição dos empregadores

e trabalhadores rurais e isenção do agrobusiness. Há outros problemas: até aqui, o MPS não formulava políticas de receita, de combate à sonegação (30% da receita anual), de recuperação de crédito. Ampliava a isenção, não deixava fiscalizar nem cobrar. Mais ainda: todas as distorções na receita foram geradas de fora para dentro do INSS, pelos escalões superiores dos governos nos últimos 10 anos.

A SRP deve ser criada para:

- erradicar a interferência da base política na fiscalização, cobrança e arrecadação;
- cobrar a dívida ativa de R\$ 220 bilhões, além da dívida administrativa;
- liquidar a sonegação, a evasão, elisão, brechas legais, ralos por onde somem 30% da receita anual;
- reduzir a isenção contributiva, que será de R\$ 16 bilhões em 2005;
- acabar com a indústria dos parcelamentos e reparcelamentos, o REFIS do REFIS, o Simples do Simples;
- trazer para o INSS os 40 milhões de informais;
- permitir que o INSS venda planos de capitalização (PGBL e VGBL) nas mesmas condições de bancos e seguradoras, com o diferencial da garantia do Estado;
- colocar na cadeia os caloteiros, apropriadores indébitos e depositários infieis;
- aumentar o número de auditores fiscais e procuradores;
- melhorar as instalações físicas e técnicas de trabalho, inclusive com *laptops, palmtops*, etc.;
- trazer a Dataprev para o INSS;
- dotar o INSS de programas e sistemas atualizados e de vanguarda, seguros (ímunos à fraude), eficientes, inteligentes;
- fazer que os programas e sistemas se integrem no INSS e para fora do INSS, com a Receita Federal, estaduais e municipais, FGTS, CAGED, etc.
- colocar na rede bancária as cobranças para que sejam feitas de forma apolítica, impiedosa e pessoal;
- adotar mecanismos que induzam os contribuintes (empresas e autônomos) do INSS fazer anualmente uma declaração simplificada (uma folha só) de ajuste, confirmando o recolhimento de suas contribuições;
- administrar o patrimônio da Previdência de forma competente.

Pode chocar muita gente que, abrindo a caixa-preta do INSS, revelemos tantas falhas institucionais e operacionais!

O MPS precisa de uma Secretaria, mas não há nenhuma lógica em centralizar o planejamento e a execução numa mesma unidade. Não há nenhuma lógica em desmanchar o INSS.

Francamente, o que o governo do Presidente Lula deveria ter feito, ao invés da MP nº 222, era uma outra MP, criando o Ministério da Seguridade Social, restabelecendo o orçamento da Seguridade Social, com fontes e usos da Seguridade, fortalecendo a Previdência e o INSS. É isso que esperam os 28 milhões de contribuintes, os quase 23 milhões de aposentados e pensionistas, e os 82,3 mil servidores ativos e inativos do INSS.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/11/2004

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 22/10/2004

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 23/10/2004

A Gazeta, Cuiabá/MT – 26/10/2004

Fatorama, Brasília/DF – 31/10/2004

Jornal de Brasília, Brasília/DF – 06/11/2004

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ – 20/11/2004

Folha de Pernambuco, Recife/PE – 06/12/2004

OS SERVIDORES DO INSS TRABALHAM, E MUITO

Por Paulo César Régis de Souza

Muita gente fala, protesta e escreve que os servidores do INSS trabalham pouco, vivem de greve, desrespeitam o contribuinte e afrontam os segurados e beneficiários da Previdência. Mentira.

Em dezembro de 91, após o furacão Collor, sobramos 47,1 mil ativos e 48 mil inativos. Éramos 95,0 mil. Em 91, o INSS concedeu 1 milhão e 359 mil benefícios, 28 processos por servidor; e tinha 12 milhões e 635 benefícios (aposentadorias e pensões, urbanas e rurais) em manutenção, 267 processos por servidor.

Entre 91 e 2003, até o governo Lula, o INSS teve sua gestão entregue a maus políticos, salvo em intervalo curto, e a Previdência passou por duas reformas que não adiantaram muito. Seu déficit disparou, depois de superávit em 1994, devendo alcançar R\$ 37,0 bilhões em 2004, quando a sonegação medida de 30% sobre a receita chegará aos R\$ 30,0 bilhões, a dívida a receber beirará os R\$ 250 bilhões, e a renúncia contributiva passará dos R\$ 15,0 bilhões.

Foram 17 anos sem concurso, só perdendo quadros e contratando terceirizados. Chegamos a ter 15 mil terceirizados e 10 mil estagiários. Tivemos momentos críticos quando os Correios, os servidores cedidos por prefeituras (PrevCidade) e os terceirizados de empresas foram autorizados a conceder benefícios, missão dos servidores de carreira.

O INSS nunca teve completa sua lotação ideal de 53 mil servidores.

Hoje, somos 82,2 mil servidores, sendo 41,1 mil ativos e 41,1 mil inativos. Em 2003, concedemos 3 milhões e 545 mil benefícios, 86 processos por servidor; e tínhamos 21 milhões e 851 mil benefícios em manutenção, 535 processos por servidor.

No período de 1991 a 2003, a concessão/servidor passou de 28 para 86, crescendo 207%; a manutenção/servidor passou de 267 para 535, crescendo 100%. O número de servidores caiu de 47,1 mil para 41,1 mil, 13,7%, conservando 10 mil terceirizados e 10 mil estagiários.

Precisamos de 17 mil servidores para que possamos prestar serviço de qualidade ótima.

Mesmo assim, no mês de abril último, os servidores movimentaram nas 1315 unidades do INSS cerca de 2,0 milhões de processos: benefícios concedidos, 424,7 mil; cessados, 201,8 mil; suspensos, 27,9 mil; entrada de benefícios previdenciários, 385,4 mil, indeferidos, 161,1 mil, encerrados, 920, e represados, 460,2 mil; entrada de processos acidentários, 63,3 mil, deferidos, 28,2 mil, indeferidos, 65,3 mil e aguardando perícia médica, 170,6 mil.

O tempo médio de concessão/Brasil está em 33 dias. Há localidades com tempos maiores e menores.

Recebemos no nível superior salário médio de R\$ 5/6 mil (Auditor e Procurador), no nível intermediário R\$ 1,0/1,5 mil, e no nível médio, R\$ 500.

O custo agregado do INSS, pessoal e custeio, foi de R\$ 4,8 bilhões em 2002, e de R\$ 5,2 bilhões em 2003, considerado baixo para o atendimento a 28 milhões de contribuintes, incluindo 4,0 milhões de empresas, 22 milhões de beneficiários (aposentados e pensionistas, incluindo encargos sociais e custos dos 20 mil terceirizados, alugueis, seguros, água, luz, telefone, impostos, etc.).

Na era FHC, enquanto o INSS começou a agonizar, os planos de previdência chegaram e já alcançaram 6 milhões de brasileiros desiludidos com a Previdência pública! A gestão do INSS foi

entregue a maus políticos, pessoas terceirizadas, consultores pré-pagos, estabelecendo-se uma aliança entre a incompetência, a má-fé e a fraude. Os servidores não mandam, mas “os estranhos aos quadros da Previdência” mandam e desmandam, com ações oportunisticas e pontuais em áreas em que a corrupção floresce!

Desde 1987, na era Sarney, que lutamos pela implantação de um Plano de Carreiras, Cargos e Salários – PCCS, conquistado após uma greve de 100 dias. Mas nem todos ganhamos. Apenas um terço se beneficiou do PCCS, que foi restabelecido pela justiça, que deu ganho de causa a outro terço, que ainda nada recebeu. Os demais ficaram de fora. Nossas perdas salariais, em 10 anos, de 94 a 2004, chegaram a 127%.

Na era Lula, imaginávamos que reverteríamos o horizonte de incertezas e recuperaríamos a Previdência pública e o INSS. Foi um sonho. Tivemos 1% por cento de aumento em 2003; a Previdência foi trocada por cargos e verbas, nada foi feito de sério, salvo a substituição de 4,2 mil terceirizados de nível médio por concursados, dos quais algumas centenas pediram demissão em face dos baixos salários! O outro terço que não tinha o PCCS passou a tê-lo, depois de nova greve de 100 dias, se abrisse mão de ações judiciais! Em 2004, estamos sendo contemplados com aumento zero, e não 2,67%, como se imaginou!

A reforma da Previdência, inspirada pelo FMI e adotada pelo governo do PT, com dados falsos, foi um desastre. Não se mexeu nas necessidades estruturais da Previdência, salvo na questão da idade mínima. As causas que estão destruindo a Previdência Social pública e o INSS persistem intocáveis, como: déficit, renúncia, dívida a receber, sonegação, evasão, elisão, sistemas corporativos obsoletos da Dataprev, desemprego, informalização, queda da massa salarial e da renda e baixíssima qualidade de gestão, com corrupção consentida.

Infelizmente, muitos brasileiros desconhecem a realidade que assola a Previdência. Pensam que somos responsáveis pelos erros e desacertos, quando damos a alma e a vida pela causa que abraçamos, em condições adversas e enfrentando o horizonte de incertezas que aflige todos os brasileiros.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/07/2004

O INSS PRECISA DE 10.500 SERVIDORES

Por Paulo César Régis de Souza

A ANASPS apoia integralmente a proposta subscrita pelo ministro da Previdência, Amir Lando, e pelo presidente do INSS, Carlos Bezerra, apresentada em 26/05 ao ministro do Planejamento, solicitando concursos públicos para 1000 auditores fiscais, 3000 médicos peritos, 3000 analistas previdenciários, 500 contadores, 1000 assistentes sociais e 2000 técnicos.

Lamentamos a insensibilidade do ministro do Planejamento que, decorridos quatro meses, não emitiu um sinal de resposta.

A ANASPS já constatara que o INSS estava sem quadros, mesmo após a substituição dos 4000 terceirizados por concursados. A última lotação ideal do INSS, de 2003, apontara para um efetivo de 57 mil servidores. Hoje, está com 41 mil.

Em julho último, os 41 mil servidores do INSS movimentaram 1,8 milhão de processos.

Entre os benefícios previdenciários, foram concedidos 346 mil, mais de 20 mil benefícios/dia. Outros 394 permaneceram represados, 272 mil foram cessados, 160 mil indeferidos e 25 mil suspensos. Entre os acidentários, 216 mil deram entrada, 76,6 mil foram deferidos, 42,5 mil indeferidos e 100 mil aguardam perícia.

Não custa lembrar que o INSS, com toda a campanha contra, tem 28,2 milhões de contribuintes, 4 milhões de empresas, 22,4 milhões de beneficiários (aposentados e pensionistas, urbanos e rurais). Movimentará entre arrecadação (5,33% do PIB) e pagamento de benefícios (7,07% do PIB), em 2004, cerca de R\$ 240 bilhões (US\$ 80 bilhões),

Os servidores trabalham no seu exato limite, sem condições técnicas e sem estímulos. Os sistemas corporativos estão defasados, inseguros, inconsistentes. Cada dirigente que chega (estranho aos quadros e à história da Previdência) tem uma ideia nova, geralmente perversa, para a lógica da Previdência. A gestão previdenciária não foi profissionalizada. Não há meritocracia. A fraude ameaça a integridade, o equilíbrio e o futuro do Regime Geral. O Plano de Carreira tem uma implantação atribulada, a remuneração segue baixa, o aumento de 2004, restrito a uma Gratificação de Desempenho, representou reajuste líquido de 2,7%, as perdas salariais acumuladas passam de 130%. Os centros de treinamento foram implodidos. Os centros de reabilitação estão abandonados. Há carência de peritos, terapeutas e assistentes sociais.

Neste quadro, anuncia-se a intenção do governo de criar uma nova Secretaria da Receita Previdenciária, nos moldes da Secretaria da Receita Federal.

A proposta está cheia de boas intenções, como o inferno. Cala-se há quatro meses sobre pedidos de concursos e carência de servidores, e antecipa-se a criação de uma Secretaria, desvinculando-se a arrecadação das contribuições previdenciárias do INSS e transferindo-as a uma nova autarquia especial, que é um instrumento complexo, e que terá de dispor de infraestrutura de pessoal, historicamente negada no INSS.

Cabem algumas indagações:

Se for para cobrar os R\$ 220 bilhões, não precisa criar Secretaria, basta transferir a cobrança aos bancos, com a mesma tecnologia como se cobram as prestações de automóveis, geladeiras, etc. Auditores e procuradores preparariam as guias.

Por que não foi criada antes? A Receita Federal tem duas classes de servidores: auditores e técnicos. A Previdência nunca teve as duas classes. Só uma, a dos auditores. Os técnicos nunca conseguiram espaço, muito embora façam no INSS o mesmo tipo de serviço que os da Receita, na retaguarda dos procedimentos fiscais. Por que nunca se resolveu a situação dos técnicos de arrecadação no INSS? Resolverão com a criação da Secretaria?

O fato de a Receita Federal dispor de uma Secretaria não a tornou mais eficiente. É tão ineficiente quanto o INSS. Basta ver o volume da dívida ativa da Fazenda (Receita e PGFN). Em 2002, R\$ 174, 1 bilhões (INSS, R\$ 71,8 bilhões). Em 2003, R\$ 207,2 bilhões (INSS, R\$ 125 bilhões). O crescimento da ineficiência da Receita foi de 19%, e do INSS, 75%, graças ao ex-ministro Berzoini! A eficiência da Receita Federal está nas receitas de fonte. Nas receitas declaratórias, padece das mesmas deficiências estruturais do INSS, inclusive de “infiltração política”, muito embora não haja comissionados estranhos aos seus quadros.

A criação da Secretaria vai mudar alguma coisa? Claro que não. E por que não vai mudar? Porque não se atuará sobre as causas, mas só sobre seus efeitos. O INSS continuará com sonegação de 30% da receita bruta; com isenção de US\$ 15 bilhões/ano; uma dívida ativa e administrativa de R\$ 220 bilhões; as “fraudes consentidas” nas renúncias contributivas; sistemas corporativos “burros”, que não falam para dentro do INSS e para fora, com a Receita da União, Estados e

Municípios, PGFN, FGTS, CAGED, etc.

Por acaso, vão pôr na cadeia fraudadores, sonegadores, apropriadores indébitos e depositários infieis, todos com endereços certos? Vão cobrar das filantrópicas? Vão cobrar dos exportadores rurais? Vão resolver a questão estrutural da cobrança de previdência dos produtores rurais? Vão cobrar os caloteiros do REFIS 2 e do Simples?

Se vão cobrar os devedores, por que não começar pelos federais, estaduais e municipais, que há anos rolam e não pagam?

Vão mudar a contabilidade pública para que os recursos da Cofins sejam contabilizados como receita da nova Secretaria, ou vão deixar que a nova Secretaria já nasça com um duplo rombudo déficit de R\$ 30/35 bilhões nas suas contas, em 2004 e 2005?

Se o problema é este, por que a Advocacia Geral da União não pede a criação da Secretaria da Receita da Dívida Ativa, para administrar um caixa de R\$ 333 bilhões (US\$ 100 bilhões)?

Nós da ANASPS já escrevemos e insistimos: para salvar a Previdência, o RGPS, o primeiro passo deve ser a exclusão do INSS do leilão de cargos e verbas na base política. A politização e a partidarização estão liquidando com o INSS, ameaçando a integridade do RGPS.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/10/2004

O DESMANCHE DO INSS VAI SER ACELERADO?

Por Paulo César Régis de Souza

Caiu como uma bomba o anúncio, não do Ministro da Previdência ou do Planejamento, mas do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, de que o governo do Presidente Lula e do PT vai enviar ao Congresso Nacional nova Lei de Franquias, envolvendo INSS, Correios, farmácias populares, pagamentos de contas e produtos desenvolvidos pela Embrapa.

O anúncio de Furlan ocorreu em 24/08, quando jogou na mídia um calhamaço de dados – *Fazendo Negócios 2004*, do Banco Mundial – para impressionar os índios, os sem-terra e os sem eira nem beira, proclamando que o Brasil perde 5% do PIB, ou US\$ 24 bilhões, com a burocracia pública.

Três dias depois, o *Estado de S. Paulo* registrou um desabafo do ministro da Previdência, senador Amir Lando, numa reunião de cúpula de seu partido, o PMDB: “Sou uma rainha da Inglaterra desta estrutura, onde não há verticalidade, não há hierarquia, nem há quem mande”. Uma zorra total.

Segundo os dados do sr. Furlan, no Brasil gasta-se 152 dias para abrir uma empresa, contra apenas dois na Austrália, cinco nos Estados Unidos e 15 na Comunidade Europeia; o custo para demitir um funcionário equivale a 165 dias de salário, contra zero na Nova Zelândia, oito nos Estados Unidos e 32 na Comunidade Europeia; a taxa de recuperação de dívida no caso de falência em centavos para dólar investido é de 90 na Finlândia, 70 na Comunidade Europeia e 68 nos Estados Unidos, enquanto no Brasil é de 0,2. Conclusão do sr. Furlan: o Brasil seria o 5ª país mais

complicado do mundo para abrir uma empresa, o 4º mais caro para demitir um funcionário e o 8º mais difícil de recuperar um investimento em caso de falência. Tudo o que o sr. Furlan disse, qualquer brasileiro ou gabonês já sabia há 34 anos.

O anúncio do sr. Furlan foi recebido com palmas e ovações na Associação Brasileira de Franchising – ABF e certamente a Associação Nacional de Previdência Privada – ANAPP poderá lhe dar medalha de ouro!

É terrível vivermos num país em que tudo que é público é ruim e péssimo, e tudo que é privado é bom e ótimo! Um país em que os empresários privados socializam os prejuízos com a Nação e sua plebe rude, e privatizam os lucros com a família, os políticos, os amigos e os apaniguados, em paraísos fiscais. Um país em que parte da elite empresarial deve R\$ 600 bilhões (US\$ 200 bilhões) computados só para a Receita Federal e o INSS, não envolvendo outros entes federais (FGTS, Banco do Brasil, Caixa) estaduais e municipais. Ora, US\$ 200 bilhões são quatro vezes os supostos desperdícios suscitados pelo sr. Furlan.

Se o Banco Mundial produzisse um relatório sobre a apropriação das receitas públicas pelos segmentos privados, no Gabão ou no Brasil, veríamos que a falácia do sr. Furlan rui por terra.

Aliás, uma auditoria independente verificaria que as privatarias de FHC só prejudicaram o País e a Nação. Foram vendidas as companhias elétricas e telefônicas a preço vil, as concessões de estradas foram feitas na bacia das almas. E os resultados? Luz, telefones e pedágios a preços exorbitantes, uma inadimplência fantástica e lucratividade fabulosa!!! Diziam que vendendo tudo teríamos mais segurança, educação, saúde. Tudo mentira. A dívida externa cresceu e o patrimônio público acabou.

Nada justifica que tenhamos um Estado que seja mau gestor.

Da mesma forma é indefensável que governos federal, estaduais e municipais sejam maus gestores.

Na prática, o que constatamos é que maus governos se associam a maus empresários privados para levar adiante um projeto que desconecta o Brasil de seu futuro e de seu povo.

O que é público pode e deve ser bom, ótimo e excelente. Se no Brasil é ruim e péssimo, é porque os gestores são ruins e péssimos. Por quê? Porque se opera uma nefanda aliança entre os que são contra o Brasil e os brasileiros, integrada por maus políticos (gestores) e maus empresários. Como se fez na privataria, promovida sem que se pedisse a folha corrida dos compradores do patrimônio público. Como se pretende fazer agora com a neoprivataria (PPP) para que alguns financiadores do PT se beneficiem e se locupletem. Este é o ponto.

No caso da Previdência, cansamos de repetir: não pode o INSS dar prejuízo enquanto bancos e seguradoras ganham bilhões vendendo planos de previdência. Não há lógica nisso.

Os bancos e seguradoras são administrados com objetivos definidos, e têm o apoio de maus políticos (gestores públicos) para que mantenham seus negócios com mais e mais vantagens, como acabou de acontecer com os incentivos dados à previdência privada. Custarão R\$ 450 bilhões em 2005, mais do que o valor líquido das contribuições previdenciárias dos inativos.

Já o INSS e a Previdência há anos estão entregues a maus políticos (gestores públicos) que se empenham todos os dias em não reduzir a sonegação a padrões da Austrália, Nova Zelândia e Finlândia, aumentar o déficit, conceder mais isenções e benefícios, aumentar o passivo, não fiscalizar, não arrecadar e não cobrar. Combatem fraudes de fichinhas e deixam impunes as fraudes dos magnatas, que transitam nos arredores do dr. Furlan.

Por último, lamentamos a omissão da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, a quem incumbiria zelar pela administração pública e apresentar projetos que libertem o setor

público da privatária.

Há duas experiências de terceirização dos benefícios previdenciários que precisam ser consideradas.

A primeira, quando a Arena, depois PDS e agora PFL, entregou a concessão de benefícios aos cabos eleitorais, através dos Correios. Sabe qual foi o resultado? Quatro/cinco milhões de benefícios fraudados. A segunda, quando o PFL, o PSDB e o PMDB (o PT está adorando a ideia) inventaram o PrevCidade, em que o prefeito entra com o imóvel e o servidor e o INSS com o computador. Ainda não foi levantado o resultado. Mas, certamente passaremos 10 anos levantando fraude. Serão necessárias dezenas de forças-tarefas, pois o PT comprou o PrevCidade para escancarar o assistencialismo!

O sr. Furlan, no fundo, está certo: não é preciso consertar a Previdência. Basta manter o galinheiro com as raposas.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/09/2004

FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA RURAL

Por Paulo César Régis de Souza

O crescimento desmedido do déficit da Previdência Social pública, estimado em R\$ 34 bilhões para 2004, torna necessária a revisão da base de financiamento do setor rural, uma das causas do déficit. Certamente não é a principal causa, mas é uma das historicamente mais relevantes.

Dados do Ministério da Previdência mostram que, em abril último, para uma despesa de R\$ 1,7 bilhão, com 7 milhões de benefícios rurais, a receita previdenciária na agricultura foi de apenas de 1,51% do total de R\$ 6,6 bilhões arrecadados no mês, alcançando apenas R\$ 100,3 milhões.

As despesas foram 17 vezes maiores, e não há Previdência no mundo que resista a uma pilhagem desta magnitude. Isto acontece apesar de o governo reconhecer que “o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável”.

Outros dados, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informam eufórica e patrioticamente que o agronegócio responde hoje por 37% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais, e 37% dos empregos brasileiros, com 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo. Estima-se que o PIB do setor chegue a US\$ 180,2 bilhões em 2004, contra US\$ 165,5 bilhões alcançados no ano passado. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. Ainda no ano passado, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões. Os números comprovam: em 1993, as exportações do setor eram de US\$ 15,94 bilhões, com um superávit de US\$ 11,7 bilhões. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários, e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial.

A grandeza, o vigor e a pujança do agrobusiness: a safra de grãos, por exemplo, saltou de 57,8 milhões de toneladas para 123,2 milhões de toneladas entre 1990/1991 e 2002/2003, com crescimento de 131%. Nesse período, a área plantada ampliou-se apenas 16,1%, passando de 36,8

milhões para 43,9 milhões de hectares. A abundância foi obtida, portanto, graças ao aumento de 85,5% no índice de produtividade nessas últimas 13 safras.

O que nos causa espanto e indignação é que o setor agrícola contribua com simples 2,5% sobre a comercialização, contra 22% dos setores de indústria, comércio e serviços, e seja um dos maiores beneficiários das renúncias de R\$ 15,0 bilhões da Previdência Social, em 2004, R\$ 6,0 bilhões, ou seja 40%, assim discriminados:

- Segurado especial – R\$ 3,5 bilhões;
- Exportação da produção rural – R\$ 1,6 bilhões;
- Empregador Rural – pessoa física e jurídica – R\$ 950 milhões.

Se não houvesse a renúncia contributiva, que representa 40% do total; se fosse revista a base de financiamento rural; se fosse reavaliada a contribuição das empresas, mantendo-se a dos 17,7 milhões de trabalhadores do campo, a Previdência Social poderia melhorar sua performance. Leve-se em conta que a maioria, 90% dos 7,0 milhões de beneficiários rurais, não contribuíram para o benefício do salário-mínimo nem tiveram 35 anos de contribuição.

Isto precisa acontecer, para interromper a sangria na Previdência Social. Numa sociedade justa e num país sério, o próprio agrobusiness deveria tomar a iniciativa, propor e exigir a revisão de sua contribuição, já que estão se empanturrando de dinheiro, aproveitando com esplêndida competência, produtividade, automação e baixa remuneração da mão de obra, das possibilidades do mercado agrícola interno e externo.

Em 2001, para uma arrecadação líquida rural de R\$ 1,8 bilhão, as despesas com benefícios rurais alcançaram R\$ 14,6 bilhões, com déficit de R\$ 12,7 bilhões. Em 2002, a arrecadação foi de R\$ 2,3 bilhões, as despesas, R\$ 17,0 bilhões, com déficit de R\$ 14,7 bilhões. Em 2003, a arrecadação, R\$ 2,8 bilhões, e as despesas, R\$ 20,6 bilhões, com déficit de R\$ 17,7 bilhões.

Este déficit tende a se agravar ano a ano, pois ninguém se preocupa com as receitas, só com a expansão das despesas.

Ainda há políticos do PT querendo criar benefícios sem contribuição, como a aposentadoria das donas de casa! Os do PFL e do PSDB inventaram aposentadorias e pensões para mãe crecheira, mãe adotiva, pajé, homossexual, prostituta, babalaô, etc. Inacreditável.

Além disso, no lado urbano, temos a forte cultura do calote, em que as dívidas com o INSS ultrapassam os R\$ 220 bilhões; no meio rural é forte a cultura da sonegação, da evasão e da renúncia. A necessidade do ajuste é urgente, mas o governo Lula, como o governo FHC, não fez a reforma da Previdência atacando os pontos necessários, optando em punir aposentados e pensionistas, ativos e inativos.

Se FHC retirou a contribuição previdenciária da exportação da produção rural, Lula instituiu, por pressão da base aliada, o REFIS 2 como moeda de troca para aprovação da reforma da Previdência, que teve a adesão de 456 mil caloteiros, livrando-os da cadeia, com o art. 9º da MP nº 107, que suspendeu a pretensão punitiva durante o período em que a pessoa jurídica estiver incluída no regime de parcelamento.

É PRECISO LEVAR A PREVIDÊNCIA PÚBLICA A SÉRIO

Por Paulo César Régis de Souza

O pagamento do passivo de R\$ 12,3 bilhões devido aos 1 milhão e 900 mil aposentados e pensionistas (1,1 milhão já entraram na justiça) – 39,67% referente à URV de fevereiro de 1994 e correção dos benefícios em até 39,67% – custará mais R\$ 2,3 bilhões, e tem suscitado uma série de propostas.

A Previdência fechou o quadrimestre de abril de 2004 com um déficit de R\$ 10,9 bilhões. Sem muito esforço, projeta-se um déficit de R\$ 32,7 bilhões.

Só a petezada acreditou que a 2ª reforma da Previdência, por eles promovida com sangue e ódio, salvaria a Previdência Social pública. Logo eles, que entregaram a administração da Previdência às feras...

Vejamos as propostas que estão na mesa e suas possibilidades de implementação.

1ª proposta: recuperar créditos.

São mais de R\$ 200 bilhões (U\$ 65,0 bilhões, duas vezes a receita anual do INSS) que não são cobrados, dos quais 15% da União, Estados e Municípios, que não pagam. Só rolam.

Problema: a União não sabe cobrar, ou finge que cobra. É perdão sobre perdão, parcelamento sobre reparcelamento desde 1974. Tornou-se um excelente negócio dever ao INSS. Grandes empresas faliram devendo bilhões ao INSS. Na lista, Encol, Mesbla, Mapin, Parmalat, Transbrasil, Rede Manchete, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil. O PT reeditou o REFIS e livrou os caloteiros da cadeia!

Solução: instituir a cobrança bancária através da agência da esquina, com o rigor aplicado ao trabalhador que comprou um carro usado e não pagou!

2ª proposta: combater a sonegação de 30% da receita, R\$ 27 bilhões em 2004, através da instituição de uma declaração anual, simplificada, de uma folha, informando quanto a empresa pagou de previdência mês a mês no ano anterior.

Problema: é mais burocracia.

Solução: é necessário liquidar com a cultura do calote.

3ª proposta: a revisão da renúncia contributiva de R\$ 15,0 bilhões.

Problema: são R\$ 4,6 bilhões do Simples, R\$ 3,1 bilhões do Segurado Especial, R\$ 3,0 das filantrópicas, R\$ 1,6 bilhão da exportação rural, R\$ 1 bilhão do empregador rural, em 2003. Pequenas empresas, filantrópicas e ruralistas nunca gostaram de pagar previdência. A receita previdenciária rural foi de apenas 1,51%, para uma despesa de 18,41% (em abril/04). Historicamente o descompasso é grande, porque a contribuição é diferenciada, de apenas 2,5% sobre a comercialização.

Solução: convencer as bancadas da pequena empresa, filantrópica e ruralista a contribuírem para a Previdência Social. Esta gente defende a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos. Como o PT de hoje!

4ª proposta: promover a securitização da dívida da Previdência, criando um mercado secundário de títulos. Dos R\$ 200 bilhões, acreditam os técnicos terceirizados da Previdência que R\$ 100 bilhões – incluindo os R\$ 30 bilhões do setor público – poderiam se transformar em títulos securitizáveis.

Problema: é criar “moeda podre”.

Solução: cobrar a dívida pelo processo universal. Se a cobrança fosse efetivada, os títulos deixariam de ser podres e teriam valor de face, com ágio e deságio. O mercado tem mais competência para gerenciar esta operação que os operadores públicos.

5ª proposta: colocar os 42 milhões de informais na Previdência Social.

Problema: como convencer alguém a contribuir para o INSS a fim de receber no futuro um salário-mínimo, se ele, não contribuindo, poderá ter o mesmo salário-mínimo? Como convencer alguém a contribuir para o INSS se o governo está desestabilizando o INSS e levou 6 milhões de pessoas para a previdência privada.

Solução: lançar atrativos para a contribuição dos informais, contemplando com outros benefícios previdenciários e acidentários.

6ª proposta: autorizar o INSS a vender planos de previdência, nas mesmas condições do setor privado, com a diferenciação da garantia do Tesouro, flexibilizando a contribuição, abolindo o teto. Quem puder e desejar terá um benefício do INSS sob medida para o seu futuro.

Problema: convencer o governo e o setor privado.

Solução: acabar com a politização e a partidarização da Previdência Social, que deve ser administrada por gestores públicos, profissionalizados, com carreiras, cargos e salários

Precisamos considerar todas as possibilidades, sem dúvida, para salvar a Previdência Social pública. Estamos contribuindo construtivamente para o debate

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 15 a 31/06/2004

Folha Popular, Palmas/TO – 08/07/2004

Diário Popular, Pelotas/RS – 13/07/2004

Meio Norte, Teresina/PI – 08/07/2004

Fatorama, Brasília/DF – 05/09/2004

DEVEDOR DE PROMESSAS E PERDOADOR DE DÍVIDAS

Por Paulo César Régis de Souza

O povo brasileiro elegeu, por maioria absoluta, o sr. Luiz Inacio Lula da Silva, por acreditar que suas promessas de gerar 10 milhões de empregos, melhorar a saúde pública, diminuir a criminalidade, dar comida a quem tem fome, aumentar o salário-mínimo, melhorar as aposentadorias, valorizar o serviço e o servidor público, melhorar o ensino público valorizando o professor e aumentando o número de vagas nas universidades federais fossem cumpridas e não se transformassem em meras bravatas.

O que o povo vê são os projetos criados pelo governo morrerem todos no nascedouro.

O Fome Zero, divulgado pelo país e pelo mundo, inclusive com propaganda paga nos diversos meios de comunicação, morreu de fome. O primeiro emprego morreu desempregado, graças à roubalheira dos executores, punidos pelo TCU.

Os 10 milhões de empregos viraram 12 milhões de desempregados. Enfim, nada melhorou, apesar do clima de falsa euforia eleitoreira, motivado pelo aumento das exportações. A realidade é

que emprego e renda não cresceram, empobreceram os trabalhadores e a classe média.

A execução orçamentária mostra que os investimentos nos setores estratégicos são limitados, apesar do notável resultado obtido mês a mês no superávit fiscal. Estradas, saúde, segurança, educação, saneamento, habitação, portos continuam estrangulados. Telefones, energia e pedágios, beneficiários da privatária, arrebentam os consumidores. Bancos, seguradoras, financeiras, agiotas ganham e são patrocinados pelo governo.

Os impostos aumentaram assustadoramente. Hoje, qualquer empresa paga mais de 43% do seu faturamento em impostos. A maioria delas dura, no máximo, um ano, por não suportarem a carga tributária.

Tentaram aumentar a contribuição previdenciária para pagar a dívida com os aposentados, que ganharam o reajuste de seus benefícios na justiça federal. O que era uma promessa eleitoral teve de ser obtida na justiça!

Taxaram os aposentados em 11%, não respeitando o direito adquirido de quem trabalhou mais de 30 anos e pagou pela sua aposentadoria. Reduziram as pensões a 70%.

Criaram o imposto sobre os combustíveis – CIDE, com o pretexto de que seria usado para recuperar a malha viária, onerando mais ainda o bolso do trabalhador, pois os impostos são repassados ao consumidor. Mas, o que se constata é que, no país dos caminhões e dos ônibus, as estradas federais estão em péssimas condições, e o TCU quer saber onde foi parar os bilhões da CIDE. Um ministro do Transporte saiu depois de negociar com empreiteiros, e o Tesoureiro do PT, não se sabe o que dentro do Planalto. Seu substituto já chegou a dizer a correligionários do PL que não aguentava mais o Presidente da República, e ficou por isso mesmo.

Em recente reunião em Brasília, o Denatran e os Detrans decidiram criar mais uma taxa, de R\$ 70,00, para uma empresa aferir anualmente todos os itens de funcionamento dos 35 milhões de veículos circulando no país, gerando uma receita adicional sobre os consumidores de R\$ 2,4 bilhões/ano. O mais estranho é que esse dinheiro não ficaria nos Estados para melhoria das estradas estaduais e vicinais, igualmente em péssimas condições. Seria destinado para pagamento da empresa alemã detentora do *know-how* e da intermediação.

Nosso Presidente continua viajando pelo mundo e prometendo, como se fôssemos um país milionário, emprestando 1 bilhão de dólares à Venezuela, 300 milhões ao Paraguai, implantar fábricas em Cuba e Moçambique, e o que é pior, perdendo dívidas de países como Moçambique, US\$ 315,1 milhões; Bolívia, US\$ 48,7 milhões; Gabão, US\$ 36 milhões; e Cabo Verde, US\$ 2,7 milhões. A “operação perdão Emília” visa reforçar a impressão internacional do Lula estadista.

Não custa lembrar que o FMI e os países ricos não perdoam dívidas, muito pelo contrário, cobram juros. Quando perdoam, têm o cuidado de verificar os beneficiários, a fim de que o perdão não acabe em algum paraíso fiscal!

Estamos efetivamente preocupados, pois o Presidente que distribui milhões de dólares pelo mundo afora não pode perdoar as dívidas do Acre, Alagoas, Rondônia, Piauí, entre outros. Não pode perdoar dívidas de Municípios que vivem das cotas do Fundo de Participação! É o mesmo Presidente que não cobra os R\$ 600 bilhões (cerca de US\$ 200 bilhões) devidos ao Tesouro Nacional, à Receita Federal e ao INSS. É o mesmo Presidente que, ao invés de cobrar, deu vários incentivos aos caloteiros profissionais através do REFIS 2 e livrou da prisão os que se apropriaram de contribuições sociais ou se comportaram como infiéis. É o mesmo Presidente que deu 1% de aumento aos servidores em 2003, e 2,7% em 2004, através do “aumento diferenciado”. Não custa lembrar que o Tribunal de Contas da União registrou, de 2002 para 2003, um crescimento de 35% na dívida ativa federal, passando dos R\$ 246,2 bilhões para os R\$ 333,2 bilhões, com baixíssima

recuperação de crédito.

Será que o nosso Presidente vai perdoar todos os devedores, será que vai perdoar as dívidas com o Imposto de Renda, FGTS, IPI, Cofins, CIDE, INSS?

O Presidente é devedor de muitas promessas eleitorais.

Transformar-se em perdoador de dívidas, para se apresentar aos olhos do mundo como estadista e aos olhos de seus concidadãos como magnânimo, é um ato de demagogia e de proselitismo. Pode ser bandeira para mais quatro anos de Lula, e os 34 anos de Gabão, como querem os áulicos palacianos, a base política, que se alimenta de verbas e negócios, a petezada, que se nutre de cargos e sinecuras.

O País espera que o Presidente pare de viajar, pare de perdoar dívidas e comece a governar. Há 20 meses aguardamos isso.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/09/2004

Folha da Região, Araçatuba/SP – 07/09/2004

Fatorama, Brasília/DF – 19/09/2004

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 21/09/2004

A COBRANÇA DOS INATIVOS. AGRESSÃO GRATUITA

Por Paulo César Régis de Souza

Numa decisão prepotente, arrogante, totalitária, o Presidente Lula decidiu taxar os inativos. Cumpriu com subserviência determinação do FMI. Seu antecessor, igualmente subserviente, fez várias tentativas, e todas elas pararam no Supremo.

Todas as Previdências do mundo cobram dos ativos para ter direito a aposentadorias e pensões. É o normal.

Nenhuma Previdência do mundo cobra de inativos.

Mas o Presidente Lula quis mudar a história e comprou, a peso de ouro, apoio de seus “novos aliados”, desclassificados no passado, quando disparava suas bravatas.

O motivo foi primário: cobrir o déficit da Previdência do Estado.

A receita a ser gerada representará zero vírgula qualquer coisa da despesa, portanto, jamais cobrirá o déficit. Nem hoje nem daqui a 100 anos. Aliás, a expressão déficit é inadequada. Surgiu a partir do momento em que o Estado brasileiro fez a opção pela banca, ou seja, remunerar o capital especulativo, explodindo a dívida interna e externa, que beira os R\$ 2 trilhões.

Toda a poupança interna, todo o dinheiro dos brasileiros, é drenado para pagar dívida. Servidor público, civil e militar, se transformou em ônus social. Um horror. Uma perversidade. Uma ignomínia. Uma subversão de valores.

Se der o calote da dívida, a casa cai e o governo também. Mas temos alguns números para avivar a memória dos esquecidos.

A receita da “contribuição dos inativos”, na verdade “taxação dos inativos”, ou expropriação, sequestro, será de R\$ 1,8 bilhão.

Falta autoridade moral ao governo do PT para sustentar a tese, pois é o mesmo governo que, **no atacado**:

- 1) não cobra a dívida do Tesouro Nacional, superior a R\$ 300 bilhões;
- 2) não cobra a dívida do INSS, superior a R\$ 220 bilhões;
- 3) não inibe a sonegação do INSS, superior a R\$ 27 bilhões, em 2004;
- 4) oferece renúncia fiscal, na Fazenda, de R\$ 30 bilhões;
- 5) oferece uma renúncia contributiva no INSS, de R\$ 15 bilhões;
- 6) favorece os caloteiros e a “indústria do calote” com parcelamento e reparcelamento, com juros e correção subsidiados, e longos prazos

É o mesmo governo que, **no varejo**:

- 1) estimula uma renúncia contributiva no Simples, de R\$ 4,6 bilhões;
- 2) favorece o segurado especial com uma renúncia de R\$ 3,1 bilhões;
- 3) favorece as entidades filantrópicas (conhecidas por pilantrópicas) com renúncia contributiva de R\$ 2,7 bilhões;
- 4) favorece o “agrobusiness”, que detém 37% do PIB, 42% das exportações e 37% dos empregos brasileiros, com renúncias de R\$ 1,6 bilhão;
- 5) favorece o empregador rural com uma renúncia de R\$ 1 bilhão.

Um governo que não cobra o que lhe devem, que pratica a política da isenção e renúncia fiscal e contributiva para conhecidos caloteiros, que financia com cargos e verbas uma base política no mais sórdido toma lá dá cá, no atacado e no varejo, carece de autoridade, credibilidade, qualidade, transparência para punir os velhos deste país.

Trata-se de uma punição em dobro, pois, além da taxaço dos inativos, reduziu em 70% a pensão dos viúvos e viúvas, comprometendo a velhice de muitos brasileiros.

Tem mais: as despesas do governo com pessoal vem se situando abaixo do que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Secretaria do Tesouro Nacional divulgou o relatório resumido da execução orçamentária do Governo Federal de maio de 2004. Por ele ficamos sabendo que a relação entre despesas de pessoal \times receita corrente líquida, que tem o limite legal de 50% pela LRF, ficou muito abaixo desse limite, situando-se em 29,1% no mês de maio de 2004 (R\$5,7 bilhões sobre R\$ R\$ 19,8 bilhões), 26,7% acumulado no exercício de 2004, de janeiro a maio (R\$ 28,4 bilhões sobre R\$ 106,5 bilhões), e de 30,6% nos últimos 12 meses, maio 2003 a maio de 2004 (R\$ 72,1 bilhões sobre R\$ 236,1 bilhões).

Todo o discurso do governo PT sobre o custo dos servidores é papo-furado. É bravata.

O que entorpece o país é o debate sobre as pressões do governo sobre o Supremo Tribunal Federal, o que poderá levá-lo à decisão política em detrimento da decisão jurídica. Chega a causar espanto a mesquinhez difundida, Brasil afora, de que o governo e a Casa Civil têm seus líderes no Supremo e que eles derrotarão os velhos.

Quando se frustram o que os juristas chamam de expectativa de direito, direito adquirido, cláusulas pétreas, tememos pelo pior.

Tememos pelo futuro de nossa ordem jurídica e do nosso Estado de Direito.

100 ANOS PARA COBRAR A DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Nos últimos tempos, o país vem sendo sacudido por uma onda de operações montadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público no combate à corrupção deslavada que grassa no setor público brasileiro. Muita gente pensa que está descobrindo a pólvora. Forças-tarefas são despachadas para determinadas localidades e suas ações são trombeteadas pela mídia, que dedica 40% do seu tempo ao crime e à impunidade.

De vez em quando, “autoridades” e “servidores públicos”, geralmente de escalões intermediários, são vistos algemados, “docemente constrangidos”. Da mesma forma, de quando em vez, ministros anunciam demissões de servidores corruptos. Seus advogados caem sobre delegacias como flechas ligeiras, acionando a indústria dos *habeas corpus*, liminares, efeitos suspensivos, de todos os calibres. Mergulham nas firulas jurídicas da roubalheira.

De tudo que vemos, vimos ou ouvimos, o certo é que menos de 1% do que foi roubado ou apropriado voltou aos cofres públicos, na União, nos Estados e Municípios. Acreditamos na boa-fé da nova geração de delegados, promotores, juízes, que podem estar deflagrando o ciclo de combate à impunidade. Pode parecer sonho ou delírio, mas é uma esperança.

Houve um tempo na Previdência, antes de FHC, em que a corrupção teve um combate frontal, mas os grupos foram desativados, por pressão política. O que mais estarrece é que, no caso da Previdência, trata-se de crimes anunciados. Há 10 anos que a Previdência Social está entregue à escumalha de alguns maus políticos. Esta gentalha, quando não desembarcou no Ministério ou no INSS com um cargo em comissão ou em emprego terceirizado, colocou “laranjas” para o desempenho de suas missões de apagar, fraudar ou fazer sumir débitos, não fiscalizar, não cobrar, não arrecadar, criar brechas legais, facilitar a concessão de benefícios para amigos e benfeitores, mandar sindicatos e prefeituras conceder benefícios.

Não é sem razão que fizeram uma opção pela gestão da dívida ativa, de R\$ 228 bilhões (quase duas vezes a folha de benefícios e a receita líquida anual; quase oito vezes o déficit de 2004), que apresenta uma performance histórica e ridícula de recuperação de crédito, abaixo de 1%. Não estamos falando de uma instituição de menor importância, mas de uma instituição que arrecada 5,33% do PIB/ano e paga 7,07% do PIB/ano, movimentando quase R\$ 240 bilhões (US\$ 80 bilhões), com 30,2 milhões de segurados e 22,7 milhões de beneficiários. Instituição que foi várias vezes saqueada, pilhada, destroçada, como se uma horda de novos bárbaros tivesse passado por suas dependências, de tempos em tempos, detonando 2,3% do PIB em sonegação e 0,8% de renúncia contributiva. Mas falamos de uma instituição que resistiu a tudo isso, em 81 anos de existência, através de várias gerações de servidores, geralmente mal remunerados e encontrando, a cada minuto, barreiras e dificuldades para o desempenho de sua missão com qualidade, serenidade e abnegação. Não pretendo me iludir imaginando que a nossa classe política vai largar o osso da Previdência, mesmo com juízes, policiais e promotores no seu encaixo.

Quando eles apertam, geralmente um comando externo alivia as pressões. Também não está na cabeça dos nossos dirigentes, que pareciam puros e ingênuos, mas que se revelaram despreparados e incompetentes. Da mesma forma que não me iludo com o anúncio de que a nova Secretaria da Receita Previdenciária vai recuperar R\$ 2 bilhões em 2005. Seria bom que isto acontecesse, mas não acredito em gnomo. Ficariam faltando apenas 99 anos para que a dívida da Previdência, se congelada no patamar

estático de R\$ 228 bilhões, fosse recuperada. Estou falando de um século. Não se estarreja nem fique indignado: um século.

É isso mesmo. Criar uma Secretaria com esta perspectiva e esta plataforma é um erro estratégico, não fosse pantomima ou empulhação. Posso estar errado, mas não sei também se há outros objetivos e algumas perfídias nos cenários de sua construção.

A década perdida da Previdência Social, leia-se INSS, entre 1994-2004, foi desenhada de fora para dentro, nas asas da globalização.

Lembro-me de que em 1994 só se falava na implantação do modelo chileno, hoje abandonado à sua própria sorte. O novo modelo me pareceu mais simples: entregar o INSS à classe política – para que eles, como bons predadores, destruam o Regime Geral de Previdência Social, inclusive com o fator previdenciário e a onda de passivos e esqueletos que vão surgindo graças à incompetência e à inércia – e pedir ao povo que compre títulos de capitalização como previdência privada. A globalização tem o mercado como referência, com resposta imediata.

Gente que nada investiu aqui, em menos de cinco anos, com palavras mágicas, PVBL ou VGBL, arrecadaram R\$ 60 bilhões (US\$ 20 bilhões) na fogueira do desespero dos brasileiros, que estão fugindo do INSS e seu fator previdenciário e buscando alternativas. Por enquanto, os 6 milhões de compradores não se deram conta da “roubada” em que se meteram, ignorando inclusive os custos de administração, o Imposto de Renda, a falta de blindagem ou proteção do sistema, que é de altíssimo risco, tendo como lema a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 1ª a 15/12/2004

AS PERDAS DO SIMPLES E DO REFIS PARA A PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

Em inúmeras oportunidades escrevi sobre o que representam para a Previdência Social o Simples e o REFIS.

São renúncias contributivas.

Os governos, FHC e Lula, se esqueceram de que os trabalhadores que contribuem para a Previdência um dia se aposentarão.

O sistema previdenciário, de repartição simples, é contributivo. Os trabalhadores contribuem com x e os patrões com y .

Reduzir, cortar, não cobrar, não arrecadar o que é devido ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) repercutirão pelos 35 anos de contribuição de um segurado (ativo) e sobre os 25/30 anos de seu benefício (inativo) ou de seus eventuais beneficiários sucessores, como pensionistas etc. A repercussão é para gerações. São uma maldade e uma vilania praticadas, por ignorância ou proselitismo, por governantes que não têm visão de Estado e de futuro.

No Simples de FHC e no Supersimples de Lula, a contribuição do patrão é reduzida. No REFIS 1 de FHC e no REFIS 2 de Lula, os patrões caloteiros, de sonegador a fraudador – inclusive os que descontaram dos trabalhadores e não recolheram, se apropriaram, praticando a apropriação indébita

–, deixam de recolher a sua contribuição.

A Previdência estimou a renúncia com o Simples em 2001, quando foi implantado, em R\$ 2,1 bilhões. Já nasceu com robusta perda para o INSS. Isto foi o que se deixou de arrecadar. Duplicou em dois anos, batendo, em 2003, os R\$ 4,6 bilhões. Na realidade, o INSS arrecadou das empresas com o Simples, em 2003, apenas R\$ 3,3 milhões. Menos de 1% da renúncia! A coisa já tinha sido terrível em 2002, quando o INSS arrecadou apenas R\$ 2,1 bilhões.

Em 2004, a renúncia do Simples baterá os R\$ 5,0 bilhões, arrecadando R\$ 3,4 milhões, abaixo de 1% (até outubro), projetando-se R\$ 6,0 bilhões em 2005. Não há Previdência que resista a um saque desta ordem: R\$ 15,0 bilhões nos últimos três anos.

No caso dos REFIS 1 e 2, o governo não estima qual a renúncia fechada do INSS. Nem MPS nem INSS se preocuparam em dimensionar tais perdas, facilmente mensuráveis, já que se têm os dados do principal, juros, multas, encargos e descontos.

O que temos a considerar é que os REFIS 1 e 2 foram implementados, por pressão da base política, para premiar os caloteiros (com a suspensão da pretensão punitiva do Estado), geralmente financiadores de campanhas políticas e de políticos supostamente corruptos. O objetivo, entretanto, parecia nobre: recuperar as empresas devedoras do Tesouro.

Os dados brutos e líquidos dos REFIS estão embutidos, ou na estimativa da arrecadação da dívida ativa, ou administrativa. Neste caso, a cobrança se insere na recuperação de crédito, atividade muito precária no Estado e nos Governos (União, Estados e Municípios) brasileiros. No caso da Previdência, da Receita e da Procuradoria-Geral da Fazenda Social, atividade primária, débil, leniente e desprezível. Em 2001, o INSS recuperou apenas 0,2% do estoque de sua dívida ativa, contra 0,7% em 2000. Nos anos subsequentes, a performance (*sídl*) continuou abaixo de 1%.

Da montanha da dívida do INSS em 2001, R\$ 125,6 bilhões foram para o REFIS 1, R\$ 34,8 bilhões, contra R\$ 26,0 bilhões da PGFN e R\$ 79,0 bilhões da Receita. O REFIS 1 registrou apenas R\$ 400,2 mil de recuperação de crédito em 2002. Em 2003, com o REFIS 1 remanescente e o REFIS 2 em implantação, foi ainda pior, apenas R\$ 303,1 mil. Em 2004, até outubro, R\$ 308,2 mil.

Da avalanche dos que acorreram ao REFIS 2, com 129,1 mil empresas e uma dívida de R\$ 172 bilhões, 90 mil deixaram o Programa. Hoje, estariam no REFIS 2 cerca de 30 mil empresas com R\$ 110,0 bilhões de dívidas. Falta inclusive transparência aos dados atuais do REFIS 2, nas suas três vertentes: INSS, Receita e PGFN, especialmente porque seus resultados são pífios.

Os dados do Simples e do Supersimples e dos REFIS 1 e 2 servem para explicar o inexplicável: enquanto se amplia a crise de financiamento do RGPS (INSS) o governo é indutor da renúncia contributiva e da sonegação.

Tecnicamente, o INSS não sofre com isso, porque o Tesouro está cobrindo o seu déficit, transformado na linguagem da burocracia petista em “necessidades de financiamento” que atingem proporções alarmantes.

Mesmo com a propaganda massiva, espontânea, por desconhecimento da realidade e induzida a peso de ouro, de retomada do desenvolvimento e de crescimento do PIB, não há dados consistentes de crescimento do emprego formal e da massa salarial com reflexo na receita previdenciária.

O agrobusiness e a indústria (ambos voltados para a exportação) estão em situação adversa na composição da receita: o agrobusiness participa com meros 1,82%, e a indústria com 35,95% de sua formação. O que carrega a receita hoje (é uma mudança de qualidade desconhecida por muitos especialistas ou analistas de previdência) é o setor de serviços, com 61,85%, e este não foi muito contemplado pelas exportações!

Quero crer que estou ampliando o debate sobre a crise de financiamento da Previdência Social.

Não acredito que, mesmo com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária, o quadro referencial ou o estado das artes se altere substancialmente em 2005, considerando que a contribuição do agrobusiness não mudará tão cedo, transformado que está em renúncia dobrada da contribuição rural (do produtor interno e do produtor/exportador), a renúncia do Simples e do Supersimples (forte no setor de serviços) se ampliará em 2006, e os benefícios dos REFIS 1 e 2 (presentes na indústria) continuarão de forma progressiva, afetando e diminuindo a qualidade dos créditos em cobrança.

É uma situação vexatória, que faz parte do contexto de inviabilização da Previdência Social pública e de desmanche do INSS.

A Previdência, que nasceu com os trabalhadores, está sendo destruída por suas lideranças.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 31/01/2005

Folha do Norte, Feira de Santana/BA – 11/02/2005

O Girassol, Palmas/TO – 15/02/2005

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 16/02/2005

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 17/02/2005

O Tempo, Belo Horizonte/MG – 03/04/2005

O Jornal, Macaé/AL – 03/05/2005

A 3ª REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza

O Brasil ainda não assimilou a 1ª e a 2ª reformas da Previdência, de FHC e Lula, e os especialistas do MPS, IPEA, FGV/RJ, BNDES, já falam, escrevem e dão entrevistas sobre a necessidade de uma 3ª.

Todos enxergam os efeitos, ampliam-nos desmedidamente, desfiguram-nos, agregam dados falsos para justificar suas premissas igualmente falsas, e ignoram as causas estruturais da crise da Previdência brasileira, seja a do Regime Geral (INSS) seja a dos servidores públicos.

É um caso raro de falsidade intelectual, institucional, doutrinária e política.

Todos tentam agradar seus chefetes “*bosses*”, o Estado fiscalista, voltado para a privatização dos lucros, a socialização dos prejuízos e a globalização, que empobrece a população trabalhadora brasileira, miserabiliza a parcela que está fora do mercado de consumo e enriquece financeiras, bancos e seguradoras.

Fomos dos primeiros a dizer que todos os princípios da 1ª reforma eram falsos, salvo o que universalizou a contribuição, ainda que preservando as isenções contributivas que ensejaram parcelamentos, reparcelamentos, REFIS do REFIS, Simples do Simples, ProUni das pilantrópicas etc. O eixo da reforma dos mesmos especialistas, de uma geração mais antiga, foi retirar cerca de 60 garantias constitucionais e direitos sociais da classe trabalhadora e dos servidores públicos, em especial, contra os quais o PT se ergueu. O pretexto ilusionista e mágico era acabar com o déficit da Previdência, fosse no INSS, fosse na área pública.

Igualmente fomos radicalmente contrários à 2ª reforma, e proclamamos que todos os princípios eram falsos, salvo o que fixou a idade mínima. O eixo da reforma desses mesmos especialistas era o de retirar mais garantias constitucionais e direitos sociais da classe trabalhadora e dos servidores públicos, contra os quais o PT concordou. Novamente

o pretexto técnico era o de acabar com o déficit da Previdência. Só que o déficit explodiu e beira os R\$ 30 bilhões em 2004 (US\$ 10 bilhões), e baterá os R\$ 35 bilhões em 2005.

Queremos expressar que somos contrários aos enunciados da 3ª reforma, falsos, banais, superficiais.

E por que são falsos? Porque ignoram as variáveis da crise estrutural da Previdência Social.

No caso do INSS, não tocam na questão central do financiamento, historicamente grave. O governo não fiscaliza, não arrecada e não cobra. Age politicamente. Usa a Previdência como instrumento de troca e barganha com sua base de sustentação, a política e a econômico-financeira. Fecha os olhos para uma sonegação anual de 30% da receita, amplia em 10% ao ano as isenções contributivas, possibilita o crescimento da montanha de créditos, recupera menos de 1% da dívida ativa ao ano, parcela e reparcela anualmente o calote. Cunhou, por incompetência e descabro, a farsa de que a dívida de R\$ 250 bilhões (US\$ 80 bilhões) é incobrável!

Os especialistas lamentavelmente foram e são cúmplices desta farsa. Fingem desconhecer a deliberada ofensiva contra o financiamento, por pressão do Estado intervencionista, paternalista e assistencialista, articulado ao Estado protecionista, que socializa os prejuízos por toda a sociedade e privatiza os lucros pelas elites do mercado.

Nos últimos quatro anos, o INSS registrou R\$ 130 bilhões (US\$ 40 bilhões) de sonegação, R\$ 50 bilhões (US\$ 16,5 bilhões) de renúncia contributiva e déficit de R\$ 80 bilhões (US\$ 26 bilhões), os créditos passaram de R\$ 80 bilhões (US\$ 26 bilhões) para R\$ 250 bilhões (US\$ 80 bilhões).

Qual Previdência do mundo que resiste a uma pilhagem programada deste tamanho?

Quem pagou e está pagando a conta? Os 22,7 milhões de aposentados e pensionistas, parcela dos 30,2 milhões de segurados do RGPS que jamais se aposentarão com 10 salários-mínimos e os 40 milhões que estão fora da Previdência, mas que são consumidores marginais e clientes potenciais da proteção social do Estado.

No caso da Previdência pública, a questão do financiamento é também ignorada, e desde FHC que os dispêndios com os servidores, ativos e inativos, muito embora corram abaixo dos 50% permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foram incluídos numa coluna de déficit público. O pressuposto é que servidor não gera receita, logo, é déficit. Em 500 anos do Estado brasileiro, incluído Reino, Império e República, a despesa com servidor era parte da razão da existência do próprio Estado, que jamais contabilizou corretamente as colunas de receitas e despesas, já que não fazia sentido classificá-las. O conceito era e é correto, mas não é este o novo entendimento do FMI para contas públicas de países emergentes.

E aqui tem uma conta que não fecha nunca. As despesas serão sempre maiores que as receitas. Solução? Como já escrevi antes: desaposentar, desreformatar e despensionizar os beneficiários...

O que querem tais especialistas, então?

a) aumentar a idade da aposentadoria, com base na expectativa de vida. Este talvez seja o único ponto correto, porque é universal;

b) mexer nas aposentadorias de professores, homens e mulheres: Perfumaria;

c) desvincular o piso previdenciário do salário-mínimo. Vilania;

d) reduzir para 70% do piso previdenciário os benefícios assistenciais: Supervilania.

Tais especialistas omitem que são responsáveis pela introdução do funesto fator previdenciário, criado por pressão do FMI, para achatam os benefícios e impedir que alguém contribua para conseguir 10 salários-mínimos de benefício. Imaginam que R\$ 2.600 reais (menos de US\$ 1.000) seja uma fortuna, sonho impossível. Dos 20 milhões de aposentados e pensionistas, 14 milhões estão na faixa de um mínimo, de R\$ 260 reais (menos de US\$ 100).

O fator previdenciário iria reduzir o déficit, proclamavam. Claro que não reduziu. E não reduziu por quê? Porque a receita não cresceu. E por que não cresceu? Porque a Previdência não se preocupa em arrecadar e cobrar.

Num país sério, chocaria os efeitos perversos do fator previdenciário, como crime contra os direitos humanos, como violação aos direitos dos idosos, como contribuição ao empobrecimento e miséria do povo brasileiro. Cansamos de denunciar tais efeitos, que acabará por gerar um passivo de enormes consequências para o equilíbrio da Previdência Social.

De fato, as vantagens fiscais foram mínimas, e o resultado é nefasto para a vida do povo brasileiro. Senão vejamos: Dos 22,7 milhões de benefícios do RGPS, 16,6 milhões (73,12%) estão na faixa do salário-mínimo, sendo 14,4 milhões de benefícios previdenciários, 7,3 milhões de urbanos (quase 50% da clientela) e 7,0 milhões de rurais (99%); e 2,2 milhões de benefícios assistenciais (100%). Só desprezo pela vida humana, banalização pela miséria e infortúnio da população brasileira produziram efeitos tão cruéis.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 15 a 30/11/2004

Fatorama, Brasília/DF – 05/12/2004

A CRISE DA PREVIDÊNCIA SE AGRAVA

Por Paulo César Régis de Souza

O pagamento de um dos passivos de R\$ 12,3 bilhões – há outros de que não se fala, como o do achatamento de benefícios; as pessoas contribuíram para se aposentar com 10 salários e não chegam a sete – devidos aos 1,98 milhão de aposentados e pensionistas, que já era um pesadelo, transformou-se em mais um ícone de desacertos do governo Lula, na estratégica e sensível área da Previdência Social.

Já se desenharam vários cenários para o pagamento. Um deles – elevação da contribuição das empresas de 20% para 20,6% – chegou a ser anunciado e, em seguida, cancelado. Outros, cobrança da dívida, combate à sonegação e à evasão, redução das renúncias, foram descartados. É mais fácil não cobrar.

Só que nada na Previdência acontece por acaso. Tudo é deliberado.

O melhor, tudo é feito para favorecer a privatização do INSS, beneficiando bancos e seguradoras, que vendem planos de previdência e festejam os 6 milhões de clientes e uma carteira com R\$ 55 bilhões, fiscalizada pela SUSEP, ou seja, por ninguém.

A Previdência não melhorou nada com duas reformas de FHC e Lula, e nova reforma será necessária.

O déficit baterá os R\$ 30 bilhões em 2004, projetando-se R\$ 32,3 bilhões em 2005, R\$ 33,6 bilhões em 2006, R\$ 34 bilhões em 2007. Não custa lembrar que era zero em 1994, e R\$ 20,2 bilhões em 2002. A

sonegação se mantém olímpica, em 30% da receita. Se esta alcançar R\$ 90 bilhões em 2004 será, portanto, de R\$ 30 bilhões. A renúncia contributiva em 2004 será de R\$ 15 bilhões. A dívida a receber baterá os R\$ 220 bilhões, com REFIS 2 e Simples, incompetência e calote.

A caixa da Previdência, com base na arrecadação bancária líquida, está zerada. O INSS sobrevive com transfusão dos recursos da Seguridade Social.

O governo do PT, lamentavelmente, seguiu o receituário de seu antecessor, que deflagrou o processo de descalabro administrativo do INSS ao entregar sua gestão à escória política.

Há 10 anos que o INSS está nas mãos dos políticos que recrutaram o que dispunham de pior para administrar 28 milhões de segurados, 22 milhões de aposentados e pensionistas, 4 milhões de empresas. Enfim, uma das maiores seguradoras do mundo, que teima em resistir a toda sorte de pilhagem.

Os resultados não poderiam ser mais pífios, na linha do desmanche de um dos setores estratégicos – não de governos transitórios, de dirigentes terceirizados e pré-pagos –, mas das sociedade e do Estado brasileiros. Não há um dia que o INSS não esteja nas páginas policiais. Não há um dia sem escândalos. Em todos os passos há suspeição de negociata, seja nas compras de equipamentos, de fraude na concessão e manutenção de benefícios, de roubalheira na gestão da dívida.

Tudo é feito para complicar os já aposentados e pensionistas, e dificultar o futuro dos segurados. Seus dirigentes não têm compromissos com a instituição, mas com quem os indicou.

Os servidores – com seus salários achatados em 10 anos, acumulando perdas de 127% – fazem o que podem, com chefes medíocres, processos que criam dificuldades para que sejam vendidas facilidades, sistemas burros, politicagem e partidarização. O fim da terceirização de servidores das atividades fim não impediu que o INSS ainda tenha 10 mil terceirizados e 10 mil estagiários, necessitando de pessoal de Benefícios, Arrecadação, Procuradoria e Administração.

Não há um plano de trabalho. Tudo vem sendo feito com improvisação e oportunismo, marketing barato, fisiologismo e assistencialismo. Números são fabricados ao agrado dos seus formuladores. Há três anos falava-se que 41 milhões de brasileiros estavam fora do INSS. Agora, sem mais nem menos, foram reduzidos a 27 milhões.

O ex-ministro Berzoini, de triste passagem pelo Ministério, mas endeusado pelo Presidente Lula, recebeu o INSS em 2002 com uma dívida ativa de R\$ 71,8 bilhões, que chegou em 2003 a R\$ 125,5 bilhões, com crescimento de 75%! Cresceu R\$ 53,7 bilhões (US\$ 20 bilhões), ou quase R\$ 5 bilhões/mês (US\$ 1,6 bilhão), o que quebraria qualquer empresa privada, fosse o Armarinho Berzoini ou a Parmalat! Gestão perigosa e temerária. Um desastre, sem falar que a dívida administrativa bateu os R\$ 86,5 bilhões em 2003!

A recuperação de crédito não chegou a 2%, ampliou a renúncia contributiva, não combateu a sonegação, estimulou o calote com o REFIS 2 e livrou da prisão os depositários infieis e os praticantes da apropriação indébita!

O ambiente de desgoverno favoreceu a fraude.

Insistimos na tese de que o modelo de administração previdenciária vigente no país não é compatível com a responsabilidade social do Estado. Se guerra é coisa séria para que se deixe por conta de gerais, Previdência não rima com política, e não pode ficar na quota de partidos e de políticos.

Com todos os furos e ralos, ousamos afirmar que a Previdência tem concerto, e ainda há tempo de se reverter o perverso horizonte de incertezas. Pesquisa da Principal Financial Group identificou que 89% dos brasileiros estariam angustiados com a aposentadoria ou preocupados com o sustento na velhice. Este deve ser o viés da nova reforma.

A ANASPS acredita que, tirando a Previdência do bolso do colete dos políticos e partidos, será dado um grande passo para rearrumar o INSS. Novos processos e sistemas existem para respaldar

fiscalização, arrecadação, cobrança, concessão e manutenção de benefícios em termos responsáveis, seguros e confiáveis, profissionalização da gestão, reconhecimento de direitos e humanização de atendimento são compatíveis.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 15 a 31/08/2004

O *GLOBO*, Rio de Janeiro/RJ – 23/08/2004

Fatorama, Brasília/DF – 10/10/2004

A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA

Por Paulo César Régis de Souza

Desde que tomamos conhecimento da criação da Secretaria da Receita Previdenciária aplaudimos a iniciativa, com duas ressalvas:

- 1) que ficasse no INSS, para fortalecê-lo;
- 2) que sua gestão não fosse entregue aos políticos da base aliada.

Aplaudimos porque, nos últimos quatro anos, de forma incisiva e insistente, e como registram as edições do *Livro Negro da Previdência Social* de 2002 e 2003, manifestamo-nos pela cobrança da dívida ativa administrativa e judicial (de R\$ 220 bilhões); combatemos todos os tipos de sonegação, evasão, elisão, brechas legais (30% da Receita em 2004, cerca de R\$ 27,0 bilhões, conforme o TCU); fomos contrários aos eternos parcelamentos e reparcelamentos, bem como aos REFIS 1 e 2; consideramos ultrajantes, do ponto de vista atuarial, as isenções contributivas (em 2004, R\$ 15 bilhões), já que um dia os trabalhadores dessas instituições (algumas pilantrópicas) se aposentaram e se fraudaram, de forma consentida, o sistema contributivo do RGPS. O governo do PT ameaçou rever a isenção e parou! Divulgou uma relação de devedores e parou!

Mais ainda: admitimos e sugerimos que o Ministério da Previdência Social tivesse uma Secretaria da Receita Previdenciária, formuladora e normatizadora, como tem uma Secretaria de Previdência Social e uma Secretaria de Previdência Complementar, com o mesmo propósito.

Há 14 anos que o MPS falhava em não ter na sua estrutura uma unidade de planejamento estratégico e operacional para a receita previdenciária. E o INSS também não tinha. Administrava a execução.

O ato do Presidente Lula, discricionário, foi mais uma vez expressão do seu desprezo pelo diálogo. Por isso não vai resolver a nova crise da Previdência criada no seu governo, após uma reforma que teve como foco os efeitos, e não as causas dos desequilíbrios dos sistemas público e privado.

Mudar a posição das mesas e das pessoas não adianta muito.

Na década de 70, com o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência Social, tentou-se a mesma coisa, com a criação do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social – IAPAS. A experiência foi frustrante.

Foi o Presidente Lula que, no projeto de conversão do REFIS 2 em vigor, aceitou que deixassem de ser presos os devedores da Previdência, fossem eles apropriadores indébitos ou

depositários infieis, com o que não concordou a Procuradoria-Geral da República, que arguiu no Supremo a inconstitucionalidade do ato jurídico, ainda em vigor.

A ANASPS, que combate frontalmente os desmandos na Previdência há 12 anos, igualmente condena a proposta, que tem tudo para tratar os efeitos, esquecendo as causas.

Suspeita-se que:

- a nova Secretaria seja entregue a políticos da base aliada;
- que seja um “novo cabide de emprego” para os companheiros com os 58 novos cargos em comissão, que podem ser exercidos por estranhos aos quadros da Previdência;
- que se mantenham os procedimentos anacrônicos da “cultura do calote”, da “ineficiência e incompetência do que é público”;
- que se baixem mais atos que aliviem os devedores e os sonegadores, premiando o calote e os caloteiros;
- que seja mais um passo no desmanche e privatização do INSS, pois o que se pretende a longo prazo é concentrar na Receita Federal todos as arrecadações de impostos e de contribuições federais.

Não há o menor indício de que teremos:

- aumento da receita;
- recuperação de créditos;
- combate efetivo à sonegação, evasão, elisão, brechas legais;
- redução da renúncia contributiva;
- quebra dos sigilos fiscal e bancário dos caloteiros;
- mais auditores fiscais, como se reivindicava há muitos anos;
- mais procuradores, igualmente como se pede há muitos anos;
- servidores de nível médio capacitados e condignamente remunerados;
- sistemas corporativos compatíveis com fiscalização, arrecadação e cobrança;
- sistemas corporativos falando para dentro da Previdência;
- sistemas corporativos falando para fora da Previdência e com interface com a Receita Federal, receitas estaduais e municipais, PGFN, FGTS, CAGED;
- a Dataprev funcionando com sistemas inteligentes, seguros e tempestivos.

É uma falácia demagógica imaginar aumento de R\$ 2,0 bilhões em 2004 na arrecadação previdenciária com a criação da Secretaria. Ou mesmo nos próximos 12 meses. Qual a fórmula mágica, se serão as mesmas pessoas que serão os administradores e terão os mesmos sistemas defasados? São os mesmos devedores, com CPF, CNPJ, CEP, sobejamente conhecidos? Aliás, por que não fizeram isso antes? O TCU há anos vem cobrando melhorias efetivas na recuperação de créditos, historicamente em níveis deprimentes, e nos sistemas corporativos.

A MP não produz milagres e não gera condições objetivas para isso. Um ato burocrático não corrige causas. A ação está centrada nos efeitos. Joga-se para a arquibancada. Finge-se que vai cobrar, e os caloteiros fingirão que pagarão..

Restar-nos-á mudar o teor da MP, no projeto de Lei de Conversão, no Congresso.

Há uma sensação concreta de que o Presidente Lula e seus áulicos violaram uma regra básica da Administração: “quem planeja não executa; quem executa não controla”.

Tememos pelos 22 milhões de beneficiários e 28 milhões de segurados da Previdência Social.

A PREVIDÊNCIA DE TODOS 2008

Correio de Sergipe, Aracaju/SE – 07/10/2004

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ – 16 a 30/10/2004

O Progresso, Dourados/MS – 12/10/2004

O Liberal, Belém/PA – 13/10/2004

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 14/10/2004

Tribuna do Brasil, Brasília/DF – 15/10/2004

A Gazeta, Cuiabá/MT – 24/10/2004

Meio Norte, Teresina/PI – 1º/11/2004

Fotos

à esquerda, Ministro do MPS, a partir de 11/06/2008, José Pimentel



da esquerda para a direita, Ministro do MPS Luiz Marinho, de 29/03/07 a 03/06/08, e o terceiro, Deputado Vicentinho; usando a palavra, Dr. Paulo Cesar, Presidente da ANASPS

na cabeceira da mesa, Ministro do MPS, Ricardo Berzoini, de 1º/01/03 a 23/01/04



da esquerda para a direita, Dr. Paulo Cesar, Ministro do MPS, Reinhold Stephanes; Ministro Arnaldo da Costa Pietro, de 02/05/74 a 04/07/74; Ministro do MPS, José Cechin de 08/03/02 a 31/12/02



da esquerda para a direita, Ministro do MPS, Roberto Brant, de 12/03/01 a 08/03/02

ao centro, Ministro do MPS, Waldeck Ornelas, de 07/04/98 a 24/02/01



da esquerda para a direita, 3º, Ministro do MPS, Reinhold Stephanes, de 1º/01/95 a 03/04/98

da esquerda para a direita, 2º, Ministro do MPS, Sergio Cutolo dos Santos, de 15/12/93 a 1º/01/95





à direita, Ministro do MPS, Jarbas Passarinho, de 11/11/83 a 14/03/85

à esquerda, Ministro do MPS, Arnaldo da Costa Pietro



sentado, Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar



ao centro, Presidente do INSS, César Eugênio Gasparin, de 04/02/92 a 09/01/94





*ao centro, Presidente do INSS,
Crésio de Matos Rolim, de 30/03/95
a 15/03/01*

*à direita, Presidente do INSS,
Francisco Fontana, de 22/03/01
a 14/03/02*



*à direita, Presidente do INSS,
Taiti Inenami, de 26/02/03 a 29/04/04*

*da esquerda para a direita, 3^a,
Presidente do INSS,
Judith Izé Vas, de 15/03/02
a 25/02/03*



*da esquerda para a direita, 3º,
Presidente do INSS,
Luis Carlos de Almeida Capella,
de 10/01/94 a 24/01/95*



à direita, Deputado Carlos Motta

*da esquerda para a direita,
3º, Deputado José Clerot*



*da esquerda para a direita, 4º,
Deputado Euler Ribeiro*



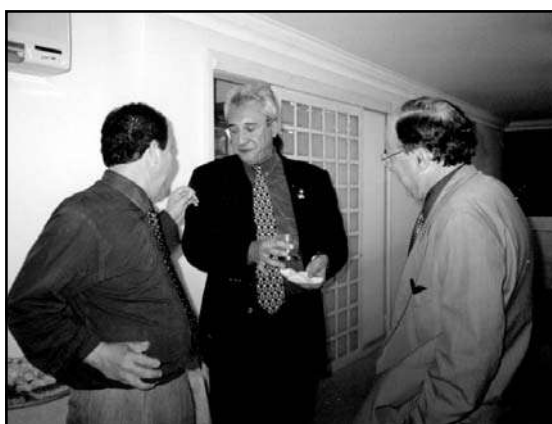
*da esquerda para a direita, 3º,
Deputado Inocêncio de Oliveira*



*da esquerda para a direita, 3º,
Deputado José Aníbal*



ao centro, Deputada Marcia Marinho



ao centro, Deputado Saraiva Felipe



Reunião do Conselho Diretor da ANASPS em Brasília, novembro 2006



Reunião na ANASPS, 27/11/2007



Reunião do Conselho Diretor da ANASPS em Brasília, abril de 2007



*Reunião na presidência da Câmara, 06/06/07
Alexandre Barreto Lisboa, vice-presidente da ANASPS, e Dep. Arlindo Chinaglia,
presidente da Câmara dos Deputados*





Manifestação contra a 3ª reforma da Previdência, em 19/09/07



Manifestação – ANASPS e Sindsprev/RJ – no Ministério da Previdência Social em defesa do servidor público e da Previdência Social





*Posse do Ministro Luiz Marinho.
Cumprimentos do Presidente da
ANASPS, Paulo César Régis de
Souza*

*Lançamento do livro
**Evolução da
Previdência Social,**
de J.B. Serra e Gurgel*

*no
Ministério da
Previdência,
23/01/08*



*Seminário "Previdência como Instrumento
de Proteção Social"*

Câmara dos Deputados, 02/04/08



*Seminário "Previdência como
Instrumento de Proteção Social"
Câmara dos Deputados, 02/04/08*

*Dr. Paulo César Régis de Souza, Presidente
da ANASPS; Dr. Carlos Eduardo Gabas,
Secretário Executivo do MPS; Dep. Luiz
Marinho, Ministro do MPS; Dep. José
Genuíno; e Dr. Marco Antonio de Oliveira,
Presidente do INSS*



*Reunião com o Ministro Luiz Marinho (Previdência Social)
ANASPS entrega proposta de novo Plano de Carreira para os servidores da Previdência.
22/04/08 – Ministério da Previdência Social*





O Ministro da Previdência Social, José Pimentel, e o Presidente da ANASPS, Dr. Paulo César Régis de Souza, no Seminário da Previdência Social em São Paulo

Seminário “Previdência como instrumento de Proteção Social”, em Belo Horizonte/MG



Presidente da Câmara, Dep. Arlindo Chinaglia, e o Presidente da ANASPS, Dr. Paulo César Régis de Souza



Anasps

Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social